



Invertir en la población rural

# **NEGÓCIOS RURAIS PARA PEQUENOS PRODUTORES - PROJETO DOM TÁVORA**

Relatório de Desenho Final do Projeto

Relatório principal y anexos

Informe No.: 3401-BR

Fecha: Agosto 2013



Invertir en la población rural

# **NEGÓCIOS RURAIS PARA PEQUENOS PRODUTORES - PROJETO DOM TÁVORA**

Relatório de Desenho Final do Projeto

Relatório principal

Informe No.: 3401-BR

Fecha: Agosto 2013



Invertir en la población rural

## **Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**Estado de Sergipe**

### **NEGÓCIOS RURAIS PARA PEQUENOS PRODUTORES** **PROJETO DOM TÁVORA**

#### **Relatório de Desenho Final do Projeto**

#### **Relatório principal**

Fecha del documento: Agosto 2013

No. del proyecto: 1563-BR

No. del informe: 3401-BR

División de América Latina y el Caribe  
Departamento de Administración de Programas

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DE SERGIPE**

**NEGÓCIOS RURAIS PARA PEQUENOS PRODUTORES  
PROJETO DOM TÁVORA**

**RELATÓRIO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO**

**RELATÓRIO PRINCIPAL**

**Sumário**

	<b>Página</b>
<b>EQUIVALÊNCIA MONETÁRIA</b>	<b>IV</b>
<b>PESOS E MEDIDAS</b>	<b>IV</b>
<b>ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS</b>	<b>IV</b>
<b>MAPA DA ÁREA DO PROJETO</b>	<b>VI</b>
<b>I. CONTEXTO ESTRATÉGICO E JUSTIFICAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO, O COMPROMISSO E A PARCERIA DO FIDA</b>	<b>2</b>
A. Contexto de desenvolvimento rural	2
B. Programa do FIDA no país	12
<b>II. POBREZA, CAPITAL SOCIAL E FOCALIZAÇÃO (KSF 2)</b>	<b>13</b>
A. Pobreza rural, informação e análise	13
B. Grupo-alvo e cobertura geográfica	16
C. Estratégia de focalização e incorporação das questões de gênero	20
<b>III. DESCRIÇÃO DO PROJETO (KSF 3)</b>	<b>26</b>
A. A base de conhecimento: Lições de projetos anteriores e em andamento	26
B. Oportunidades de desenvolvimento rural e redução da pobreza (justificação)	28
C. Meta e objetivos do projeto	30
D. Alinhamento com políticas de desenvolvimento rural do país e e estratégias do FIDA	31
E. Estratégias do FIDA	31
F. Componentes do Projeto	32
<b>IV. IMPLEMENTAÇÃO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS</b>	<b>51</b>
A. Desenvolvimento institucional e resultados	51
B. A estrutura de colaboração	52
C. Monitoramento e avaliação (M&A) baseados em resultados	57

<b>V. BENEFÍCIOS, CUSTOS E FINANCIAMENTO DO PROJETO</b>	<b>60</b>
A. Síntese da análise de benefícios	60
B. Resumo dos custos	61
C. Financiamento do Projeto	65
D. Categorias de despesas	67
E. Fluxo de Fundos	67
<b>VI. RISCOS E SUSTENTABILIDADE DO PROJETO</b>	<b>68</b>
A. Análise dos riscos	68
B. Categoria ambiental e estratégia ambiental do Projeto	70
C. Estratégia de saída e sustentabilidade após o projeto	73
<b>VII. CARACTERÍSTICAS INOVADORAS, APRENDIZADO E GESTÃO DO CONHECIMENTO</b>	<b>73</b>
A. Características inovadoras	73
B. Produtos de conhecimento e processos de aprendizado	75
C. Rede regional de conhecimento	76

## **TABELAS**

Tabela 1: Características demográficas da área do projeto por município, 2007	18
Tabela 2: Custos do projeto por componente e ano (000 US\$)	63
Tabela 3: Custos do Projeto por conta de despesa e componente (000 US\$)	64
Tabela 4: Custo Total do Projeto por componente e financiador (US\$ 000)	65
Tabela 5: Custo Total do Projeto por conta de despesa e financiador (000 US\$)	66
Tabela 6: Custo Total do Projeto por financiador e ano (000 US\$)	66

## **ANEXOS**

Anexo I: Conteúdo do arquivo do projeto
Anexo II: Organograma e fluxograma de execução
Anexo III: Marco lógico
Anexo IV: Custo do Projeto, financiamento e aquisições
Anexo V: Arquivos chaves ( <i>key files</i> )
Anexo VI: Minuta do manual de implementação
Anexo VII: Notas para a análise da avaliação ambiental (ESSN)

## **DOCUMENTOS DE TRABALHO**

- WP 1: Pobreza rural e grupo-alvo em Sergipe
- WP 2: Sistemas de produção e oportunidades de negócios
- WP 3: Análise financeira e econômica
- WP 4: Planejamento, monitoração e avaliação do Projeto
- WP 5: Perfil Institucional da EMDAGRO
- WP 6: Provedores de assistência técnica e extensão rural
- WP 7: Estratégia de gênero
- WP 8: Serviços financeiros rurais

## **EQUIVALÊNCIA MONETÁRIA**

Unidade monetária	=	Real (R\$)
1 US\$	=	R\$ 1,80
1 R\$	=	US\$ 0,56

## **PESOS E MEDIDAS**

1 quilograma (kg)	=	2,204 libras
1.000 kg	=	1 tonelada (t)
1 libra (lb)	=	450 gramas (gr)
1 quilômetro (km)	=	0,62 milha
1 metro (m)	=	1,09 jarda
1 metro quadrado (m <sup>2</sup> )	=	10,76 pés quadrados
1 acre (ac)	=	0,405 hectare (ha)
1 hectare (ha)	=	2,47 acres
1 arroba (@)	=	11,5 quilogramas
1 quintal (qq)	=	45,3 quilogramas
1 galão (gal)	=	3,785 litros (l)

## **ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS**

APL	Arranjos produtivos locais
ATER	Assistência técnica e extensão rural
AWPB	Plano de trabalho e orçamento anual
BANESE	Banco do Estado de Sergipe
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CADUNICO	Cadastro único para programas sociais
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COSOP	Programa sobre Oportunidades Estratégicas Nacionais
CPE	Avaliação do Programa do País
DP	Diálogo sobre políticas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
ESSN	Nota sobre o processo de seleção e determinação do âmbito das questões ambientais
FCE	Fator-chave de êxito
FETASE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GC	Gestão do conhecimento
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
M&A	Monitoramento e avaliação

MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIP	Manual de Implementação do Projeto
MIS	Sistema de Informação gerencial
MOP	Manual de Operação do Projeto
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCPR	Projeto de Combate à Pobreza Rural
PDI	Plano de Desenvolvimento Integral do São Francisco
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PPA	Planos Plurianuais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONESE	Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe
RIMS	Sistema de gestão de resultados e impacto
SEAGRI	Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDETEC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEPLAG	Secretaria de Planejamento
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TIR	Taxa interna de retorno
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UGP	Unidade de Gestão do Projeto
VAL	Valor atual líquido

## **GOVERNO DE SERGIPE**

### **Ano Fiscal**

**1º de janeiro – 31 de dezembro**



## MAPA DA ÁREA DO PROJETO

### Brazil

#### Rural Business for Small Producers Project

Formulation report



The designations employed and the presentation of the material in this map do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of IFAD concerning the delimitation of the frontiers or boundaries, or the authorities thereof.

Map compiled by IFAD

8-4-2010

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DE SERGIPE**

**NEGÓCIOS RURAIS PARA PEQUENOS PRODUTORES  
PROJETO DOM TÁVORA**

**RELATÓRIO DE DESENHO DO PROJETO**

**RELATÓRIO PRINCIPAL**

**Introdução**

1. O primeiro programa de oportunidades estratégicas nacionais (COSOP) para o Brasil foi formulado no começo de 1997 e em 2007 o FIDA realizou uma avaliação do seu programa no país. Os resultados foram examinados com as partes interessadas no Brasil e iniciou-se a preparação de um novo COSOP para o período 2008-2013. A missão de elaboração do COSOP incluiu reuniões com entidades federais governamentais e não governamentais, agências internacionais e grupos de peritos em desenvolvimento rural, bem como diversas visitas aos governos de seis estados do Nordeste. A Diretoria Executiva do FIDA aprovou o COSOP em setembro de 2008. Ele reflete o acordo entre o FIDA e autoridades brasileiras sobre o programa no Brasil para o período 2008-2013.

2. De 8 a 14 de julho de 2009, uma missão de reconhecimento visitou Sergipe, cujo governo estadual manifestara interesse em participar, com a possível brevidade, de parcerias com o FIDA. Esses contatos serviram para que o FIDA e o Governo do Estado chegassem a um acordo sobre a abordagem, os objetivos e os componentes do projeto, e discutissem os cronogramas para o processo de elaboração. Tais acordos serviram de base para preparar uma nota conceptual (apresentada na reunião do OSC do FIDA de novembro de 2009) e uma Carta Consulta, necessária para que o Governo Federal autorize o Governo do Estado a iniciar a formulação do projeto.

3. A missão de elaboração do projeto visitou o Estado de Sergipe em fevereiro e março de 2010 e a Missão de Desenho Final em junho de 2010. A missão realizou entrevistas e reuniões de trabalho com a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Agrário (SEAGRI), a Empresa de Desenvolvimento Agrário de Sergipe (EMDAGRO), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SEDETEC), a Secretaria de Planejamento (SEPLAG), a Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE) e diversos dirigentes e técnicos de diferentes instituições públicas. Ademais, realizaram-se visitas de campo, destinadas a compreender claramente as condições socioeconômicas e de produção, e ouvir diretamente dos beneficiários em potencial suas necessidades, prioridades e pontos de vista sobre o projeto.

4. Este documento constitui o Relatório de Desenho Final do Projeto (RDP), que estabelece os objetivos, estratégias, atividades e arranjos de implementação necessários para o êxito na execução do projeto. Complementam o REP documentos de antecedentes e operacionais, contidos em anexos e documentos de trabalho. Este documento incorporou as recomendações do Painel de Melhoria de Qualidade do FIDA (QE) e do Governo do Estado de Sergipe.

## **I. CONTEXTO ESTRATÉGICO E JUSTIFICAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO, O COMPROMISSO E A PARCERIA DO FIDA**

### **A. Contexto de desenvolvimento rural**

5. **Antecedentes gerais e econômicos do país.** O Brasil tem uma área de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> e uma população de 190 milhões de habitantes, com um PIB de US\$ 1,7 trilhão e um PIB *per capita* de US\$ 7 300 em 2009. O país é uma república federativa, organizada em 5.564 municípios, 26 estados e o Distrito Federal. As regiões caracterizam-se por grandes diferenças em população, área, atividade econômica e condições de vida. De acordo com o censo demográfico de 2007, 25% da população era rural. Portanto, a população rural do Brasil, de aproximadamente 35 milhões de pessoas, supera a população total da maioria dos países latino-americanos. O Nordeste é a segunda maior região macroeconômica em termos de população (após o Sudeste), com cerca de 51,5 milhões de habitantes, dos quais 16 milhões vivem em áreas rurais. A maioria desta população vive em áreas dispersas e em pequenas localidades rurais.

6. As condições macroeconômicas gerais têm sido favoráveis ao crescimento desde meados dos anos 90, caracterizando-se por uma queda no índice de crescimento demográfico (1,4% ao ano), moderadas taxas de inflação (preços ao consumidor com inflação abaixo de 4,5% nos últimos anos, balança comercial superavitária e fortes ingressos de capital. O crescimento em 2000-2009 foi moderado (média anual de 3,3%), variando de 0,19% em 2009 a 6,09% em 2007 e 5,14% em 2008. Após a abrupta redução de intensidade em 2009 após a crise internacional, espera-se uma forte recuperação em 2010, quando o crescimento do PIB deverá chegar a 5%.

7. A economia e a sociedade brasileiras têm passado por significativas mudanças ao longo da última década e meia. As mudanças guardam estreita relação com as reformas econômicas lançadas no começo dos anos 90 e com a Reforma Constitucional de 1988. As primeiras alicerçaram a sólida situação macroeconômica atual do país, ao passo que a última introduziu novas e positivas regras institucionais para a formulação de políticas e o intercâmbio social. Desde a eleição do Presidente Lula, em novembro de 2002, o Brasil tem consolidado a democracia, mantendo a agenda de estabilização. Tem havido um aprofundamento da agenda social, com uma escalada a níveis sem precedentes da alocação de fundos federais para programas sociais tanto novos como existentes.

8. Embora as condições econômicas e sociais tenham melhorado substancialmente desde meados dos anos 90, o Brasil ainda é um país de grandes contrastes. A desigualdade é mais acentuada nas áreas rurais do que nas urbanas, e mais nas regiões Norte e Nordeste do que no Sul e no Sudeste. O Governo Federal tem desempenhado um ativo papel na mudança desta situação, expandindo um programa de transferência de renda, o Bolsa Família, aumentando o salário mínimo, facilitando o acesso a mecanismos constitucionais de proteção social e expandindo grandemente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Adicionalmente, reinstituíram-se programas e políticas de desenvolvimento local e regional e lançou-se o Programa Territórios da Cidadania, cujo objetivo principal é reduzir a pobreza e a desigualdade social, gerando emprego e renda em áreas rurais.

9. Além disso, em 2007 foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o objetivo principal de acelerar o crescimento do PIB. O PAC define um conjunto de investimentos públicos, em sua maioria destinados a remover deficiências de infraestrutura que atualmente restringem os investimentos privados, aumentam os custos sistêmicos e reduzem a competitividade geral. O programa também prevê investimentos em educação, saneamento e habitação.

10. O Brasil enfrentou com êxito a recente crise internacional, e dela está saindo fortalecido. Seus indicadores macroeconômicos fundamentais permanecem sólidos e as finanças públicas estão ajustadas graças a criteriosas políticas monetárias e fiscais seguidas na última década. A dívida externa, que no passado impedia o crescimento econômico, transformou-se em posição de credor na medida em que as reservas em divisas superam a dívida. A credibilidade externa é alta, e o risco-país tem oscilado em torno de um mínimo histórico de 150 a 300 pontos. As pressões sociais também estão sob controle, como resultado de planos constitucionais de proteção social, e os programas de transferência de renda alcançaram proporções maciças. Por último, mas não menos importante, não parece que as eleições presidenciais e gerais a serem realizadas em outubro próximo representem qualquer risco para as políticas macroeconômicas e sociais que vêm sendo seguidas desde 1994, após o Plano Real.

11. **O setor agrícola e rural do Brasil.** A agricultura brasileira sempre foi um setor estratégico e, como tal, desempenha papéis relevantes na configuração estrutural da sociedade brasileira e na evolução e desempenho da economia. Na última década, desempenhou um papel anticíclico, como fator de estímulo à economia em geral. Mesmo que a sua participação no PIB tenha sido de 5,9% em 2008, a agricultura é uma significativa fonte de exportações e emprego no Brasil, cabendo-lhe 30% do total das exportações e 20% do emprego. A agricultura tem crescido rapidamente, em particular nos últimos anos. A produção anual de grãos no Brasil saltou de pouco mais de 54 milhões de toneladas em 1990 para mais de 130 milhões de toneladas, um crescimento de 140%. Este dinamismo do setor agrícola relaciona-se com a liberalização do comércio, que estimulou o crescimento da produção de média e grande escala, e com a crescente vitalidade da agricultura familiar, fortemente apoiada pelo Governo.

12. Cresceram as áreas cultivadas e a produção de todas as lavouras, bem como a produção animal (principalmente a aviária, a suína e a bovina), da qual o Brasil é um destacado produtor mundial. Embora a incorporação de novas áreas tenha desempenhado importante papel na recente evolução da produção agrícola no Brasil, a realocação do uso da terra e a produtividade crescente foram fatores ainda mais significativos para explicar o rápido crescimento da agricultura ocorrido nos últimos anos. A renda não agrícola rural também cresceu e, de acordo com a PNAD<sup>1</sup> de 2007, cerca de 20% da população rural exerce algum tipo de ocupação não agrícola, embora outras fontes estimem que 38% da população rural trabalhem em atividades não agrícolas. O setor agrícola agora enfrenta um duplo desafio: manter um equilíbrio adequado entre o crescimento da agricultura e a proteção ambiental e promover a inclusão social em áreas rurais mediante a melhoria das condições dos assalariados rurais e envolvimento dos agricultores pobres na tendência de crescimento.

13. A agricultura familiar é muito importante no Brasil. De acordo com o Censo Agrícola de 2006, recentemente divulgado, mais de quatro milhões de propriedades rurais foram classificadas como de atividade familiar, representando 85% das propriedades agrícolas incluídas no Censo, 30% da área cultivada, 38% da produção total e 50% do investimento agrícola. Além disso, a atividade agrícola familiar é responsável pela retenção de aproximadamente 14 milhões de pessoas tanto parcial como totalmente ocupadas, metade das quais estão empregadas no Nordeste. As condições da agricultura familiar variam, mas prevalecem as propriedades pequenas e pobres, com renda inferior ao custo de oportunidade da mão de obra no mercado local de trabalho, com consumo próprio de cerca de metade do que produzem e falta de especialização.

---

<sup>1</sup> Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar.

14. **O Estado de Sergipe.** Localizado na região Nordeste, Sergipe tem 73 municípios, agrupados em 13 microrregiões e três mesorregiões homogêneas. Com uma área de 21.900 km<sup>2</sup>, Sergipe é o menor estado do Brasil, representando apenas 0,26% do território nacional e 1,4% da região Nordeste. Cerca de 45% do seu território é considerado semiárido. O clima é úmido tropical próximo à costa e semiárido no interior.

15. O PIB estadual em 2007 foi de apenas R\$ 17 bilhões, ou 0,6% do PIB nacional, situando-se na 21ª posição entre os estados brasileiros. Mais recentemente, a economia de Sergipe cresceu acima da média nacional (4,9% e 4% ao ano, respectivamente, entre 2003 e 2007). A agricultura representa 4,5% do PIB, que recebe grande contribuição do setor de serviços (40,3%), da administração pública (24,5%) e da indústria (30,6%).

16. **O setor agrícola e rural em Sergipe.** A área agrícola total registrada pelo Censo Agrícola de 2006 abrange 1.480.414 ha; a área florestal – área plantada e sistemas agroflorestais – estende-se por aproximadamente 48.500 ha, as culturas temporárias cobrem 143.406 ha, as culturas permanentes usam 113.620 ha, as pastagens naturais cobrem quase 390.000 ha e as pastagens plantadas/degradadas 58.000 ha. O Censo registrou 52.000 ha como áreas de preservação permanente ou reservas legais, e apenas 13.000 ha como área não utilizável.

17. **Produção agrícola e pecuária.** No que se refere à produção agrícola, em 2007 os cultivos principais eram: amendoim, arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar, laranja e coco. Em 2008, os plantios permanentes ocupavam 107.500 ha, assim distribuídos: laranja (49,7%), coco (39%), maracujá (4,3%) e banana (3,6%). Os plantios temporários cobriam 301.000 ha, incluindo milho (56%), cana-de-açúcar (12,9%), feijão (12,2%), mandioca (11,4%), arroz e batata-doce. A produção animal concentra-se principalmente no rebanho bovino (um milhão de cabeças em 2008), embora a produção caprina e ovina esteja crescendo rapidamente (170.000 animais em 2008). O produto principal é a carne, mas a produção leiteira tem crescido constantemente na última década e, agora, Sergipe aparece como uma fonte produtora de leite competitiva no nível regional. A produção de leite de cabra também está crescendo, mas ainda é uma atividade menor, apesar das suas potencialidades. A apicultura e a produção de mel, a pesca e a aquicultura também são atividades promissoras no Estado.

18. A baixa produtividade agrícola caracteriza a maior parte das pequenas propriedades rurais em Sergipe, particularmente na região semi-árida. Embora a disponibilidade de água seja limitada em muitas áreas, outros fatores têm impedido um maior desenvolvimento da agricultura familiar em Sergipe, entre os quais se mencionam a falta de conhecimento da tecnologia para aumentar a produtividade, a atitude conservadora de muitos pequenos produtores, as dificuldades para acessar recursos financeiros, o alto risco e a falta de perspectiva de mercado. Em sua maioria, os pequenos produtores agrupam-se em associações comunitárias organizadas como condição para o acesso a benefícios de diferentes programas públicos, como o Programa de Combate à Pobreza rural, co-financiado pelo Banco Mundial. Porém, a presença de organizações econômicas, como cooperativas e associações de produtores autônomos de comercialização, é limitada.

19. Em Sergipe, os pequenos produtores pouco participam do processamento e comercialização dos produtos agropecuários de diferentes cadeias de valor nas quais estão inseridos. Em geral vendem a produção na porteira, a preços baixos, para intermediários com forte poder de barganha, os quais controlam os canais com as agroindústrias, supermercados e até com o comércio local. Este é claramente o caso da carne de caprinos e de cereais básicos, por exemplo. Em alguns produtos a participação incipiente dos pequenos produtores é incipiente; é o caso da tilápia, vendida fresca no mercado local, ou do leite de cabra, transformado em iogurte ou queijo por pequenas empresas para o mercado local ou institucional. Embora alguns programas públicos

apóiem a agricultura familiar comprando sua produção (aquisição pública para programas de segurança alimentar), a organização econômica da agricultura familiar ainda é débil, por várias razões: baixa produtividade, baixa produção e, portanto, limitações para garantir os volumes mínimos necessários para se inserir em mercados mais dinâmicos; limitada capacidade de organização e gestão de negócios e baixa capacidade para trabalhar com vendas a prazo praticadas comumente nos mercados, entre outros, dificultam o fortalecimento do segmento.

20. **Estrutura agrária.** Segundo o Censo Agropecuário de 2006, existem 100.606 unidades agrícolas em Sergipe. A concentração de terras é alta: as propriedades com menos de 10 ha representam 75% do total, abrangendo apenas 12,25% da área total, ao passo que as fazendas com mais de 1.000 ha, embora representem menos de 1% do total de propriedades, abrangem 40% da área total. O regime de propriedade inclui 87% de terras de propriedade privada legalmente escriturada, quase 3% de terras com assentamentos da reforma agrária, 6% de ocupantes e 1,5% de meeiros e arrendatários.

21. **Emprego.** De acordo com o Censo Agropecuário, aproximadamente 405.000 pessoas trabalhavam no setor agrícola; desse total 65% eram famílias que trabalhavam e viviam na propriedade familiar, e apenas 142.000 pessoas não tinham relação familiar com o produtor responsável pela propriedade. Isto significa que a agricultura familiar é muito importante e que, simultaneamente, a capacidade de atividades agrícolas para gerar ocupação para quem não seja membro da família é bastante limitada. A falta de oportunidades de emprego rural e a concentração de terras explicam a pressão sobre as propriedades familiares, o que tem levado à sua fragmentação e à contínua criação de minifúndios e subocupação de trabalhadores rurais.

22. **Atividades econômicas não agrícolas.** Em Sergipe, a maioria dos pequenos produtores rurais pratica a agricultura de subsistência e busca emprego fora de suas terras para complementar a renda rural. Alguns empregam-se no setor rural como trabalhadores agrícolas; outros migram durante a entressafra em busca de ocupação temporária, e um número crescente ingressa em atividades não agrícolas, particularmente na indústria da construção.

23. A renda não agrícola também é gerada por algumas mulheres rurais dedicadas ao artesanato tradicional (bordados e cerâmicas) ou que trabalham em empregos urbanos, em muitas atividades mal remuneradas. A renda não agrícola complementa a renda agrícola, habilitando as famílias a comprar produtos não originários da fazenda. Segundo alguns pesquisadores, é crescente o número de casos em que a renda não agrícola é superior à renda da propriedade rural.

24. Os programas de transferência de renda, dentre os quais os mais importantes são a aposentadoria rural (todos os trabalhadores rurais recebem, a partir dos 60 anos de idade, um salário mínimo de pensão) e o Bolsa Família (programa de transferência de renda condicional para famílias pobres urbanas e rurais de todo o país), passaram a ser importantes fontes de renda em áreas rurais. Estima-se que 223.000 famílias rurais de Sergipe são beneficiárias dessas transferências.

25. **Provedores de serviços financeiros.** O Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) é o principal agente do sistema de financiamento rural para os pequenos agricultores. Trata-se de um grande programa nacional de crédito rural que provê o acesso ao crédito a milhares de agricultores em todo o país, por intermédio dos bancos públicos e também via acordos com bancos privados. Em Sergipe dois bancos públicos estão, atualmente, canalizando fundos do Pronaf para as áreas rurais: o Banco do Brasil (BB) e o Banco do Nordeste (BNB). Além deles, há outros quatro prestadores de serviços financeiros rural: o Banco do Estado de Sergipe (BANESE), uma ONG de

microcrédito (CEAPE-SE) e duas cooperativas de crédito (COOPEC e CREATIVA) que operam apenas em alguns municípios.

26. O PRONAF se baseia em três eixos de intervenção: crédito para agricultura familiar, prestação de assistência técnica e apoio à infraestrutura dos produtores e municipal. É basicamente um sistema de crédito, que oferta recursos a juros subsidiados (variando entre 0,5% e 4,5%). Os critérios de alocação dos recursos baseiam-se na segmentação dos agricultores em diferentes categorias<sup>2</sup> e das atividades em diversos tipos. O PRONAF fornece capital de giro (crédito de custeio) e de investimento, por meio de diversas linhas de crédito, dirigidas a quatro diferentes grupos de agricultores (A, A/C, B, e um grupo COMUM) e 9 diferentes tipos de atividades (como a agro-indústria, determinados produtos agrícolas, pesca, aquicultura e turismo rural, entre outros). Estão disponíveis linhas de crédito específicas para as mulheres, jovens e determinadas atividades no semi-árido.

27. O BNB é o maior operador do Pronaf no Estado, disponibilizando recursos do programa em todos os municípios de Sergipe e para todos os grupos de agricultores familiares, principalmente por meio de uma ampla rede de agentes de crédito no âmbito do programa Agroamigo, desenhado para os agricultores do grupo B do Pronaf. O BB também oferece empréstimos do Pronaf em todo o Estado; opera em menor escala mas de forma mais ágil e rápida, especialmente pela emissão do cartão de crédito do PRONAF, utilizado pelos produtores para sacar recursos em caixas automáticos e adquirir equipamentos e insumos agropecuários.

28. O BANESE oferece serviços financeiros rurais para diferentes finalidades, tais como o custeio e investimentos em atividades agrícolas e não-agrícolas, a juros baixos. Desde 2003 fornece micro-crédito para as áreas urbanas e está se preparando para lançar um novo tipo de micro-crédito rural, com características similares ao PRONAF. CEAPE é uma ONG de micro-crédito amplamente conhecida no país e que opera com o apoio de diversas instituições financeiras (BNDES, BID, FIDA). Está presente em todos os municípios do Estado de Sergipe, com linhas de capital de giro e fixo para atividades não agrícolas a taxas de juros comerciais (3,5% ao mês). A COOPEC é uma pequena cooperativa de crédito, que opera nos municípios de Poço Verde e Tobias Barreto; formada por 190 agricultores, fornece dois produtos de crédito a taxas de juros comerciais (3% a 4% ao mês) para atividades agrícolas e não-agrícolas: o crédito pessoal e o microcrédito. A COOPEC também recebe depósitos em conta corrente e de poupança. A CREATIVA é uma cooperativa de crédito muito pequena (30 membros), que opera em Simão Dias desde 2008, concedendo empréstimos muito pequenos (de até R\$ 800) a taxas de juros muito baixas (0,3% ao mês); ela ainda está estabelecendo parcerias com as grandes redes de cooperativas para receber treinamento e linhas de crédito.

29. Além dos provedores de financiamento rural mencionados acima, há outros modelos de financiamento da agricultura, integrados às cadeias de valor, especialmente para capital de giro. Apesar da existência de grandes unidades de produção intensiva de aves, este modelo é ainda pouco presente em Sergipe; no entanto, existe potencial para o estabelecimento de acordos entre compradores finais e produtores rurais, como contratos de produção (integração vertical e terceirização da produção, por exemplo) que estabelecem as condições para a produção e comercialização dos produtos agropecuários. Normalmente o agricultor se compromete a fornecer uma quantidade pré-determinada do produto agrícola especificado, que deverá atender ao padrões de qualidade definidos pelo comprador. Em alguns casos o comprador adianta o capital de giro e o recupera no momento do recebimento do produto. Há muitos exemplos de arranjos de contratos de produção agropecuária que se aplicam à maioria dos cultivos e

---

<sup>2</sup> De acordo com os seguintes critérios: (i) rendimentos brutos, (ii) superfície explorável de terra, (iii) o tipo de mão-de-obra utilizada e (iv) forma de gestão do estabelecimento rural.

produção animal. Há evidências de que os arranjos de maior sucesso estão associados à produção de produtos agrícolas de alto valor ou daqueles produzidos para processamento.

30. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) visa garantir às pessoas em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação. Com este objetivo, o programa adquire e distribui alimentos básicos, e uma lei recente estabelece que pelo menos 30% das compras devem ser feitas da agricultura familiar, especialmente dos beneficiários do PRONAF. Um de seus *modus operandi* é o Estoque CPR, que tem como objetivo formar estoques de alimentos, e para tanto estabelece contratos de produção com pequenos produtores, se compromete a comprar a produção e faz o adiantamento da compra e dos custos de produção a juros de 3%.

## **B. Políticas, governança, instituições e questões políticas e econômicas**

31. **Estratégia nacional de redução da pobreza rural.** A redução da pobreza rural é um importante objetivo do governo brasileiro, e existem numerosas políticas e programas, operados por diferentes entidades governamentais, que visam a exercer importantes efeitos sobre a pobreza rural. No nível federal, esses programas podem ser assim resumidos:

- (a) Políticas de redes de segurança, formadas principalmente por programas de transferência de renda, entre os quais se destacam o plano de pensões rurais e o Bolsa Família, que, em 2009, destinou R\$ 8,2 bilhões a 11,1 milhão de famílias e, em 2010, deverá beneficiar 12,3 milhões de famílias (R\$ 12,3 bilhões, equivalentes a 0,4% do PIB do Brasil).
- (b) Apoio a famílias rurais, particularmente aos pequenos estabelecimentos, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), apresentado acima. Trata-se de um programa guarda-chuva que representa o centro estratégico de muitas políticas e ações públicas, inclusive crédito rural maciçamente subsidiado, assistência para pequenas agroindústrias, seguros da lavoura, apoio à infraestrutura rural e extensão e treinamento. Em 2008/2009, o orçamento do PRONAF totalizou R\$ 12 bilhões, dos quais 75% foram efetivamente destinados a empréstimos a famílias rurais. O orçamento aprovado para 2010/2011 é de R\$ 16 bilhões. Os beneficiários do Projeto Dom Távora obteriam recursos de diferentes linhas de crédito do PRONAF.
- (c) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mediante o qual o Governo adquire a produção de pequenos agricultores, desempenhando importante papel no acesso a mercados de agricultura familiar.
- (d) Programa de acesso à terra, com duas subdivisões: (i) desapropriação de propriedades abandonadas ou ineficientes com compensação; (ii) empréstimos subsidiados a grupos de trabalhadores rurais com pouca terra ou sem terra, para a aquisição de propriedades previamente identificadas e negociadas por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário.
- (e) O programa Territórios da Cidadania é um conjunto de ações de desenvolvimento de terras rurais que focalizam alguns territórios, em sua maioria pobres. Existem em Sergipe quatro territórios da cidadania: Alto Sertão, Sertão Ocidental, Sul Sergipano e Baixo São Francisco. O programa deverá cobrir 46 municípios, 66.500 famílias rurais, 6.600 famílias assentadas por meio de reforma agrária, 4.800 famílias de pescadores artesanais, nove comunidades quilombolas e uma reserva indígena.



- (f) Diversas iniciativas federais para atender necessidades básicas de infraestrutura em áreas rurais, por meio de programas como o Saneamento Rural, o Proágua Infraestrutura, o Luz para Todos, e outros; ou para atender às necessidades rurais especiais por meio de programas como Conviver, Agricultura Irrigada, Probacias, Proteção de Terras Indígenas e outros.
- (g) Programas ambientais de redução da pobreza. Os mais relevantes são o Programa Nacional de Combate à Desertificação, o Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares e as iniciativas de proteção do bioma da caatinga, apoiados por dois projetos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

32. **Instituições e projetos de redução da pobreza.** No Brasil, é grande o número de instituições governamentais e não governamentais no âmbito federal, estadual e municipal envolvidas na redução da pobreza rural. Entre as entidades federais, cabe uma menção especial ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela formulação e implementação de políticas e programas de apoio à agricultura familiar, e a Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é a contraparte oficial do FIDA no Brasil. Outras entidades federais relevantes são o Banco do Brasil (BB), a EMBRAPA, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a SEBRAE. No Nordeste, devem ser mencionados o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), do MCT, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), todos valiosos parceiros em potencial do FIDA. Tal como demonstram o Projeto Pró-Sertão, em Sergipe, e os projetos Pró-Gavião e Gente de Valor, na Bahia, os governos estaduais estão próximos às áreas de operação, respondem diretamente aos beneficiários em potencial e à população estadual e têm probabilidade de desenvolver forte identificação com o projeto. As instituições internacionais como o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e o Banco Mundial possuem larga experiência na abordagem da redução da pobreza e assuntos afins, e também são parceiros em potencial do Projeto Dom Távora.

33. **Parcerias em potencial.** A implementação do Projeto Dom Távora poderia beneficiar-se de parcerias com as diversas instituições federais, regionais e estaduais acima citadas, em particular com as seguintes: i) o MDA, em razão da sua responsabilidade pela formulação e implementação de políticas e programas públicos para famílias rurais (o PRONAF, entre outros); ii) o BNB, principal provedor de serviços para o PRONAF no Nordeste do Brasil e, portanto, uma fonte potencial de crédito complementar de curto prazo para o financiamento do projeto; iii) o BANESE (Banco do Estado de Sergipe), provedor em potencial de crédito de curto prazo para beneficiários do projeto; iv) a EMBRAPA, como provedora em potencial de novas tecnologias para melhorar as atividades de produção a serem apoiadas pelo projeto; v) a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SEDETEC), responsável pelo programa local de cadeias de valor implementado pelo Governo de Sergipe; vi) o PRONESE, responsável pela implementação do Programa de Combate à Pobreza Rural em Sergipe, co-financiado pelo Banco Mundial e orientado para o financiamento da infraestrutura social complementar aos investimentos a serem financiados pelo projeto; vii) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), parceiro do Governo de Sergipe no financiamento de projetos de desenvolvimento prioritários no Estado; viii) a SEBRAE, líder na promoção do comércio e no treinamento de pequenos produtores em áreas rurais e urbanas; ix) ONGs, provedoras em potencial de serviços técnicos para os beneficiários do projeto e de serviços financeiros; e x) cooperativas em geral, inclusive as de crédito, e pequenas associações de produtores, como provedoras de serviços técnicos a seus membros, com o apoio do projeto. Além disso, os governos municipais surgem como possíveis parceiros, particularmente na implementação de projetos estaduais como o Projeto Dom Távora. Quanto ao setor privado, poderiam ser considerados dois tipos de úteis parcerias: na provisão de serviços, como assistência técnica ou crédito, e no estabelecimento de alianças produtivas em cadeias de valor,

entre firmas privadas e pequenos grupos de produtores rurais apoiados pelo Dom Távora.

**34. Instituições que trabalham com as mulheres, iniciativas e políticas de equidade de gênero.** O número de organizações trabalhando em prol da igualdade de gênero, em todos os níveis, do federal ao municipal, cresceu significativamente na última década. Todas as iniciativas a seguir representam potenciais parcerias interessantes para o projeto Dom Távora. No plano federal, o MDA, por meio da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), está trabalhando com políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos econômicos das mulheres rurais. A AEGRE está atualmente implementando três programas: a) o de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), que promove o fortalecimento das organizações de mulheres por meio da difusão de conhecimentos técnicos e organizacionais e de ferramentas de gestão, com o objetivo de facilitar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização; b) o Programa Nacional de Documentação de Identidade para a Mulher Rural (PNDTR) provê documentos nacionais de identidade para as mulheres, permitindo seu acesso aos programas públicos, tais como apodentadoria de trabalhador agrícola ou salário para licença maternidade. Os documentos também permitem às mulheres criarem associações ou empresas formais; c) o PRONAF dispõe de uma linha de crédito específica para as mulheres, o PRONAF Mulher, cujo limite é R\$ 36 mil. Além desses programas, desde 1993 o Centro Feminista 8 de Março (CF8) trabalha com mulheres rurais nos estados do nordeste com o objetivo de facilitar o acesso aos programas do MDA e de promover capacitação de gênero. O CF8 realizou um diagnóstico da situação das mulheres rurais e suas organizações na área rural de Sergipe, o qual pode ser usado pelo projeto para implementar sua estratégia de focalização. Na estrutura do Governo do Estado há uma instância de Coordenação das Políticas Públicas para as Mulheres (CCPM), que funciona desde 2007; esta é vinculada à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES), que coordena intervenções descentralizadas do Estado, em nível municipal, através de seus escritórios localizados em Santana do São Francisco, Poço Verde, Própria, Tobias Barreto e Simão Dias. A Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Sergipe (FETASE) tem uma Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CEMTR) e executa vários Módulos de Treinamento de Liderança.

**35. Políticas e instituições estaduais de combate à pobreza rural.** A redução da pobreza rural tem sido uma importante meta do Governo de Sergipe, existindo, para sua abordagem, numerosas políticas e programas operados por diferentes entidades governamentais. Todos os programas de entidades federais acima relacionados estão sendo implementados em Sergipe, e diferentes órgãos estaduais estão diretamente envolvidas na sua execução. Este esforço é guiado por uma visão estratégica de promoção do desenvolvimento sustentável e autônomo dos pobres rurais, mediante o desenvolvimento de habilidades organizacionais, coletivas e pessoais, facilitando e possibilitando o acesso competitivo aos mercados e promovendo a geração de renda, o auto-emprego e o trabalho assalariado com dignidade. Interessa especialmente ao Governo de Sergipe o desenvolvimento da região do semi-árido, tendo em vista o avançado processo de desertificação e a necessidade de coexistência com as condições dessa região. Tal compromisso está refletido em muitos programas e políticas e no processo de planejamento territorial participativo, que dá prioridade ao desenvolvimento do semi-árido mediante efetiva alocação de recursos. Também está refletido na decisão de implementar o Plano de Desenvolvimento Integral do São Francisco (PDI) em Alto Sertão, com co-financiamento do BNDES, de negociar o Programa Águas de Sergipe com o Banco Mundial e buscar uma parceria com o FIDA para o Projeto Dom Távora. Finalmente, o Estado decidiu fortalecer e melhorar o sistema de assistência técnica e extensão rural (ATER) com recursos próprios e com o apoio do MDA, mediante a implementação de programas de estímulo à integração de produtos da agricultura familiar aos mercados institucionais e comerciais. Neste contexto, o Governo de Sergipe e o MDA estão investindo no fortalecimento da Empresa de Desenvolvimento

Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), que readquiriu a condição de empresa pública e está promovendo o treinamento do pessoal técnico, renovando instalações e infraestruturas e melhorando sistemas de informação e gestão.

36. **A Secretaria do Planejamento** (SEPLAG) é responsável pela formulação e gestão do plano participativo do Estado, incluindo os planos plurianuais (PPA) e um orçamento anual, que são os instrumentos de gestão mais importantes da administração pública no Brasil. A SEPLAG também é responsável pela articulação com organizações internacionais e, portanto, desempenha papel relevante na elaboração e negociação do Projeto Dom Távora.

37. **A Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário** (SEAGRI) tem a função de promover o desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na agricultura familiar e na expansão da agroindústria no Estado, visando à inclusão social, à redução da pobreza rural e ao fomento de economias locais e atuará como agência executora do projeto. Suas ações incluem apoio à agricultura, políticas agrárias, saneamento agrícola, segurança alimentar, assistência técnica e extensão rural e a implementação de programas especiais, como a Garantia Safra. A Secretaria também deve promover a piscicultura (criação de peixes), estimular a produção de biocombustíveis e administrar perímetros de irrigação.

38. **A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia** (SEDETEC) tem como foco principal a promoção da capacidade do Estado em inovação científica e tecnológica. Atualmente, a Secretaria implementa diversas iniciativas que estão estreitamente interconectadas com o Projeto Dom Távora, principalmente o programa de Arranjos Produtivos Locais (APL), que visa apoiar a organização dos interessados, atores e instituições que participam de uma rede de produção, a fim de identificar dificuldades e encontrar e aplicar soluções. A SEDETEC também implementa a Rede Sergipe de Tecnologia e apoia as escolas e faculdades tecnológicas, ambas com potencial para complementar as atividades a serem apoiadas pelo projeto.

39. **A Secretaria da Fazenda** (SEFAZ) centraliza a gestão das finanças públicas estaduais, efetuando a análise financeira e contabilidade dos recursos externos.

40. **O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social** (BNDES) está financiando investimentos em infra-estrutura para remover obstáculos e promover as potencialidades de produção, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) está destinando fundos para a pesquisa técnica e científica e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) está financiando estudos e projetos especiais nas áreas dos APL. Os pequenos produtores a serem beneficiados pelo Projeto Dom Távora também o serão mediante as ações desenvolvidas pelo programa de arranjos produtivos.

41. **O PROSPERAR**, Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) em Sergipe, co-financiado pelo Banco Mundial, é executado pela **Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe** (PRONESE). Recentemente, o programa foi reestruturado e reorientado para o apoio à infraestrutura de produção, e não mais à infraestrutura social básica, como no passado. O programa continua a operar com base em mecanismos "orientados pela demanda", geridos por associações comunitárias responsáveis pelos investimentos. Os projetos devem ser aprovados por "comissões municipais de desenvolvimento" organizadas no âmbito do PCPR, e todos os serviços de assistência técnica são prestados por firmas particulares. Esta abordagem tem tido êxito na preparação e construção de diferentes tipos de infraestrutura, mas não foi eficiente para propósitos produtivos. A abordagem do PCPR não concentra suas ações em lugares ou atividades específicas como o faria o projeto proposto, e não desenvolveu um sistema integrado de assistência técnica para ajudar os beneficiários na identificação e/ou formulação de oportunidades produtivas. Não obstante, cumpriria manter uma estreita

coordenação com o PCPR ao longo de toda a implementação do projeto, a fim de promover sinergias positivas no nível local e evitar sobreposições. A supervisão de ambos os projetos pela SEPLAG também asseguraria sua coordenação apropriada e sua harmônica execução.

42. **A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO)** é o órgão de assistência técnica e extensão rural do Estado. Nos últimos seis anos, o MDA vem implementando políticas que visam a reconstruir o sistema público de assistência técnica e extensão, por meio de um grande programa de modernização institucional para transformar os órgãos estaduais de ATER em organizações de nível intermediário. A EMDAGRO, que será a principal parceira co-executora do Projeto Dom Távora, readquiriu a condição de empresa pública autônoma em 2007, e passa agora por um processo de reestruturação e fortalecimento para enfrentar crescentes demandas sociais. O pessoal da EMDAGRO compõe-se 712 funcionários, entre os quais 196 técnicos de nível médio e um quadro administrativo de 336 pessoas. Entre o pessoal de nível universitário, existem engenheiros agrônomos, zootécnicos, engenheiros florestais, técnicos em piscicultura, economistas, assistentes sociais e contadores. Suas operações são altamente descentralizadas e executadas, em sua maioria, por quatro unidades regionais e 39 escritórios locais, que cobrem todos os 74 municípios do Estado de Sergipe. Em 2009, a EMDAGRO prestou serviços de variados tipos e graus de complexidade a cerca de 40.000 produtores rurais e 650 comunidades e associações de produtores. A EMDAGRO prioriza o trabalho junto à agricultura familiar e a assentamentos de reforma agrária.

43. O orçamento anual da EMDAGRO em 2009 foi de R\$ 63 milhões (cerca de US \$36 milhões), dos quais R\$ 53 milhões em recursos do orçamento anual do Estado de Sergipe, provindo o restante de transferências do Governo Federal (R\$ 9,4 milhões), inclusive recursos do PRONAF e do INCRA alocados na EMDAGRO para atividades específicas e, portanto, com limitada margem para realocação a outras atividades, mesmo para apoiar os mesmos grupos de beneficiários.

44. A EMDAGRO acumulou rica experiência e desenvolveu considerável competência institucional para dedicar-se à assistência técnica e à extensão rural, que foram de certa forma preservadas durante os anos em que o sistema ATER estava fraco. Entre os valiosos bens intangíveis da EMDAGRO, merecem destaque: um grupo bem motivado de profissionais com bons antecedentes acadêmicos e técnicos, experientes em trabalho de campo e profundos conhecedores dos problemas, potenciais e desafios para o Estado em matéria de desenvolvimento agrícola e rural; relações bem estabelecidas com pequenos produtores e comunidades rurais; e um claro conhecimento tácito de passadas experiência de desenvolvimento, inclusive as que malograram. Contudo, a força da EMDAGRO está relacionada principalmente à produção agrícola primária, o que é coerente com a abordagem que orientou as ações do governo para a promoção do desenvolvimento rural.

45. Uma avaliação preliminar dos atuais pontos fortes e fracos da EMDAGRO aponta para duas deficiências mutuamente relacionadas entre si, uma das quais de natureza quantitativa, e a outra de natureza qualitativa. De um lado, mesmo em áreas em que a EMDAGRO certamente desenvolveu considerável experiência, ou seja, a prestação de assistência técnica produtiva, sua capacidade técnica e operacional não satisfaz as necessidades atuais. De fato, as demandas de serviços da EMDAGRO cresceram em escala exponencial nos últimos anos, no rastro do PRONAF, dos assentamentos de reforma agrária, do crédito fundiário, etc. Do outro lado, existem novas demandas de assistência técnica que envolvem áreas como as da promoção da agroindústria, das atividades não agrícolas e do acesso a mercados, em que a EMDAGRO não adquiriu experiência sólida e especialização técnica. Na verdade, o apoio à agroindústria e à empresa rural entre as comunidades rurais pobres requer um conjunto de conhecimento de que a EMDAGRO ainda não dispõe. Ambas as deficiências guardam estreita relação

mútua, e não serão sanadas mediante a simples adição de recursos humanos e financeiros para a EMDAGRO. Tendo em vista o número de famílias rurais, os níveis de pobreza e as necessidades de produtores rurais, qualquer expansão horizontal viável não sanará significativamente a lacuna entre oferta e demanda de serviços, nem as dificuldades na abordagem dos novos desafios. Isto requer um conjunto de mudanças institucionais e organizacionais, já iniciadas pela EMDAGRO, e que enquadram as ações planejadas no Projeto Dom Távora.

## **B. Programa do FIDA no país**

46. O FIDA financiou cinco projetos no Brasil com empréstimos no total de US\$ 119 milhões e fundos de contrapartida de US\$ 253 milhões. Todos os projetos do FIDA se concentraram no Nordeste e foram financiados em condições comuns, incluindo o projeto Pró-Sertão em Sergipe, concluído em 2004. As operações em andamento incluem o projeto Gente de Valor no Estado da Bahia (empréstimo 696-BR), com um custo total de US\$ 60.5 milhões e um empréstimo do FIDA de US\$ 30.5 milhões, e o projeto Dom Hélder Câmara (empréstimo 494-BR), com um custo total de US\$ 93.4 milhões e empréstimo do FIDA de US\$ 25 milhões (este último em sua etapa final). Além disso, o FIDA apoia o diálogo sobre políticas de agricultura familiar entre países do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) mediante o programa FIDA/Mercosul no Cone Sul. A carteira atual também inclui uma doação do GEF de US\$ 6 milhões para apoiar o uso sustentável do solo e água e uma doação do FIDA de US\$ 500 mil para o projeto Gente de Valor.

47. A avaliação do programa do país (CPE) realizada em 2007 concluiu que o desempenho da carteira do projeto em geral era bom. As operações financiadas pelo FIDA contribuíram para aumentar a renda e melhorar a subsistência no Nordeste, principalmente promovendo a segurança hídrica, melhorando o desenvolvimento da agricultura e a gestão dos recursos naturais e facilitando a participação dos pobres rurais nos processos de desenvolvimento mediante melhor acesso a educação, infraestrutura e outros serviços de apoio. Também foram registrados avanços em termos de promoção da mulher, por exemplo na facilitação do acesso das mulheres ao documento de identidade. As atividades não agrícolas, principalmente artesanato tradicional e outra produção artesanal, receberam apoio, embora em menor escala. Os projetos do FIDA contribuíram para reforçar as instituições de base e ONGs envolvendo-as nas atividades do projeto. As perspectivas de sustentabilidade são encorajadoras.

48. As principais deficiências encontradas pela CPE são a atenção inadequada às ligações com o mercado e fraco desempenho de atividades não vinculadas ao projeto, como diálogo sobre políticas e gestão do conhecimento. Por outro lado, as operações assistidas pelo FIDA contribuíram para a introdução de inovações específicas de dois tipos: (i) as relativas ao enfoque geral do desenvolvimento rural, por exemplo, a mudança de uma estratégia de cima para baixo para uma de baixo para cima; (ii) aquelas relacionadas a tecnologia e infraestrutura, concentrando-se em tecnologias de baixo custo, simples e fáceis de absorver. Contudo, a ampliação e reprodução de inovações foi deficiente, já que não se deu a devida atenção aos vínculos com gestão do conhecimento e diálogo sobre políticas, limitando as oportunidades de reproduzir inovações bem-sucedidas. Finalmente, as parcerias com organizações internacionais foram particularmente fracas.

49. Em 2008 preparou-se um COSOP em estreita colaboração entre o FIDA, governo brasileiro, governos estaduais e outros agentes relevantes, que foi aprovado pelo FIDA em setembro de 2008. Cumpriu-se a maioria das recomendações da CPE, de modo que as principais diretrizes desse COSOP são:

- (a) Os futuros projetos devem priorizar empréstimos diretos aos governos estaduais;

- (b) Os projetos visarão a aumentar a renda e emprego, tanto na agricultura quanto em atividades não agrícolas, e melhorar o acesso aos mercados;
- (c) O diálogo sobre políticas com o governo Federal e a gestão de conhecimento no Nordeste merecem atenção especial;
- (d) O FIDA estabelecerá um escritório no país para manter um diálogo mais íntimo com o governo e melhorar o apoio aos projetos.

50. Após a aprovação do COSOP e seguindo suas diretrizes, um projeto para o Estado do Piauí e outro para o Estado da Paraíba foram elaborados e aprovados em 2009. O projeto Xingó foi reformulado em 2009, e este projeto para o Estado de Sergipe está sendo elaborado. Esses projetos totalizam US\$ 175 milhões, dos quais US\$ 84 milhões correspondem a empréstimos do FIDA e 91 milhões à contrapartida nacional. Todos esses projetos têm um foco relevante na geração de renda e emprego na agricultura e atividades rurais não agrícolas, melhor acesso dos pequenos produtores aos mercados e fortalecimento da capacidade local necessária para apoiar o desenvolvimento de atividades rurais sustentáveis e rentáveis realizadas por pequenos produtores.

51. Além desses projetos, o FIDA recentemente aprovou uma pequena doação para apoiar o diálogo entre países emergentes sobre políticas públicas em apoio à agricultura familiar, incluindo estudos comparativos no Brasil, China, Índia e África do Sul. Além disso, o FIDA está desenvolvendo um programa orientado para a gestão do conhecimento no Nordeste semiárido, com apoio financeiro do Governo da Espanha e duração de quatro anos.

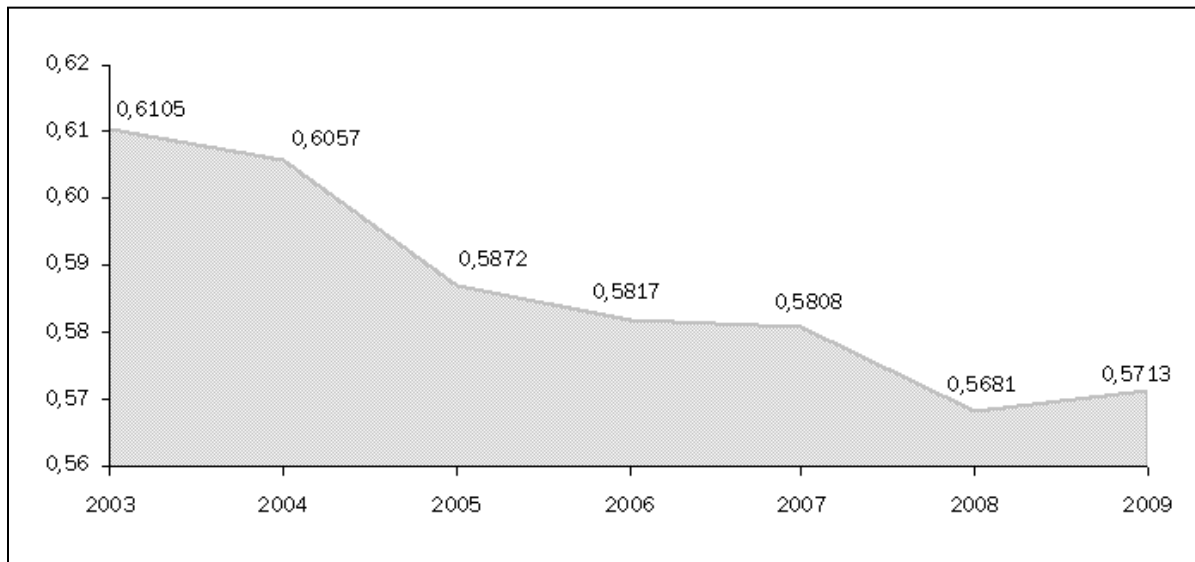
52. A orientação dos novos projetos e a ênfase no diálogo sobre políticas e gestão do conhecimento é coerente com as recomendações do CPE realizado em 2007 e segue as diretrizes acordadas entre o FIDA e o Governo do Brasil no COSOP de 2008. Esse conjunto de atividades mostra a formação de um programa mais integrado, no qual os projetos financiados com empréstimos são a pedra fundamental, mas também incluem outras ações relevantes que vão além dos projetos.

## **II. POBREZA, CAPITAL SOCIAL E FOCALIZAÇÃO (KSF 2)**

### **A. Pobreza rural, informação e análise**

53. **Incidência e distribuição da pobreza no Brasil.** Nos últimos 15 anos todos os indicadores de pobreza (urbana, rural e metropolitana) registraram uma queda gradual, contínua e significativa, independentemente das metodologias usadas. A redução da pobreza foi ainda maior no meio rural, onde vive a maioria dos pobres e indigentes, embora as regiões metropolitanas agora contem com o maior número de pobres em termos brutos.

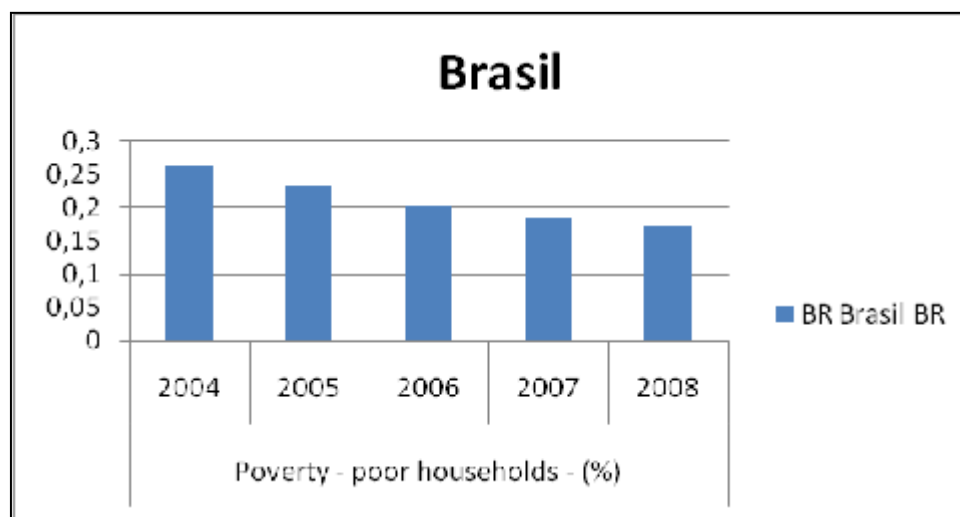
**Figura 1: Coeficiente de Gini – desigualdade da renda - 2009**



Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

54. O coeficiente de Gini sobre desigualdade de renda tem melhorado desde 1994, embora o índice de 2009 (0,5713) ainda coloque o Brasil entre as maiores concentrações de renda do mundo (8º, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2005 da ONU).

**Figura 2: Evolução da pobreza no Brasil (percentagem de famílias pobres)**



Fonte: IPEA.

55. Segundo estimativas oficiais do IPEA (<http://www.ipeadata.gov.br/>), a percentagem de famílias pobres caiu de 26% em 2004 para 18% em 2008, enquanto o número de pessoas com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza caiu de 34% em 2003 para 23% em 2008, o que representa aproximadamente 41,5 milhões de pessoas vivendo em domicílios pobres, dos quais aproximadamente 13,8 milhões viviam em condições de pobreza extrema. Essas percentagens são mais altas nas áreas rurais, de modo que em 2007 51% da população rural vivia abaixo da linha de pobreza (linha de pobreza da CEPAL).

56. A distribuição da pobreza por região reflete diretamente os desequilíbrios regionais encontrados no Brasil: o norte e nordeste apresentam níveis mais altos de pobreza e pobreza extrema do que o sul, e a pobreza rural no nordeste (21,73%) é cinco vezes maior que no sul (4,36%).

57. **Pobreza e condições de vida em Sergipe.** Sergipe é o segundo estado menos pobre do Nordeste, atrás do Rio Grande do Norte. Em 2008, 31% das famílias eram classificadas como pobres pelo IPEA, e 10% estavam abaixo da linha de indigência. Em torno de 23% das famílias eram chefiadas por mulheres sem parceiro com filhos.

58. Segundo os critérios do Bolsa Família, cerca de 216 mil famílias são pobres em Sergipe. Pelos critérios do Cadastro Único (CadÚnico<sup>3</sup>) o número de famílias pobres é de 328 mil, dos quais 312 mil estavam registradas no CadÚnico em 2009 e 268 mil famílias preenchiam os critérios do Bolsa Família; 223 mil famílias se beneficiavam do Bolsa Família em janeiro de 2010, o que significa que cerca de 105 mil famílias pobres não eram beneficiadas por nenhum programa de transferência de renda.

59. Em 2007 cerca de 27% da população total do estado vivia em áreas rurais. Em 2008, a população pobre total foi estimada em 38% e a pobreza rural era maior do que as áreas urbanas: 46%. Aproximadamente 57 mil famílias rurais eram classificadas como pobres (51% do total), incluindo 19.400 muito pobres (indigentes). Os pobres rurais totalizavam aproximadamente 247 mil, incluindo 83 mil muito pobres. A incidência da pobreza rural na região semiárida — área do projeto — é ainda maior do que o índice do estado.

60. **Tipos de famílias rurais pobres.** Em 2008, 84% das famílias rurais pobres eram pequenos agricultores. Em 2006 o Censo Agropecuário registrou aproximadamente 75 mil propriedades com menos de 10 hectares em Sergipe. Embora o IBGE ainda não tenha publicado dados desagregados por nível de renda e tipos de propriedade, estimativas baseadas na comparação entre os censos de 1996 e 2006 indicam que mais de 60% das propriedades com menos de 10 ha não produzem renda agrícola para sustentar uma família cima da linha de pobreza. De fato, com exceção das famílias rurais que incluem somente trabalhadores desempregados, a maior incidência de pobreza é entre famílias rurais que contam somente com a agricultura. Graças à renda não agrícola e especialmente transferências do Governo Federal, parte desses pequenos proprietários consegue sobreviver.

61. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 90 mil famílias rurais exerciam atividades agrícolas, sendo aproximadamente 54 mil com renda muito baixa. Com base nos dados disponíveis, é evidente que a grande maioria dos pequenos agricultores continuará na pobreza a menos que haja uma mudança significativa em suas economias. Essas mudanças devem eliminar várias restrições que afetam seu desempenho, e o projeto se concentrará na promoção do potencial produtivo entre os pobres rurais e as comunidades rurais, fornecendo treinamento e assistência técnica, recursos financeiros para investimentos importantes e assistência para acesso ao mercado e crédito operacional.

62. Em 2004, quando foi realizada a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - Suplemento Especial sobre Segurança Alimentar), a insegurança alimentar afetava quase 139 mil famílias (26,9%) no Estado de Sergipe, e a proporção de famílias com insegurança alimentar nas áreas rurais era maior que nas áreas urbanas.

---

<sup>3</sup> O CadÚnico, um instrumento para identificar famílias com uma renda igual ou inferior a metade do salário mínimo legal, é usado para focalizar as políticas públicas sociais na população mais pobre.



63. A composição da população rural está tipicamente associada a famílias compostas de dois adultos e duas ou mais crianças com menos de 14 anos de idade. Contudo, 14% das famílias rurais pobres são chefiadas por mulheres sozinhas com filhos. Essas famílias são triplamente vulneráveis: são pobres, chefiadas por mulheres e têm crianças. Embora as mulheres tenham um nível educacional mais alto do que os homens, a incidência de pobreza entre as mulheres é igual à dos homens. Por outro lado, a incidência de pobreza entre famílias rurais chefiadas por mulheres é maior que a média.

64. O analfabetismo tem alta co-relação com a pobreza. Atualmente, quase 32% dos pobres rurais são analfabetos no Estado de Sergipe.

65. As famílias rurais pobres recebem renda de diversas fontes: 68% da renda vem de salários ou trabalho auto-remunerado; 12,4% de pensões e quase 20% de outros tipos de assistência pública (assistência alimentar, bolsas de estudo, subsídios de gás, etc.). Somente 8,2% dos pobres rurais têm empregos permanentes, 13,7% recebem salários em empregos temporários e precários e quase 78% recebem renda de suas lavouras ou outras atividades autônomas (artesanato, pequenas lojas, etc.). O desemprego aberto, portanto, é muito alto: pode-se estimar que quase 13% da população rural está desempregada e quase 58% subempregada (trabalha menos de 20 horas por semana).

66. Segundo a PNAD -2008, dos 612.181 domicílios computados Sergipe naquele ano, 140.866 eram formados exclusivamente por mães e seus filhos. A estratégia do projeto para fomentar e criar empresas rurais deve levar em conta as diferentes estruturas familiares e em particular que 23% das famílias no estado têm como chefe mulheres solteiras, e oferecer soluções, tais como creches e cozinhas comunitárias.

67. Em suma, a análise da pobreza rural em Sergipe confirma as conclusões do COSOP de que no Nordeste do Brasil a pobreza é causada por vários fatores, incluindo a base de recursos naturais relativamente fraca, vulnerabilidade a secas frequentes, baixa produtividade da mão de obra, altos níveis de analfabetismo, má qualidade e cobertura da educação, famílias relativamente grandes, acesso deficiente à infraestrutura básica e serviços públicos em geral, distribuição assimétrica da terra, insuficiente provisão de assistência técnica e mau funcionamento dos mercados financeiros rurais. Os dados também revelam considerável heterogeneidade na dotação de recursos naturais, níveis de desenvolvimento da atividade econômica e indicadores de bem-estar.

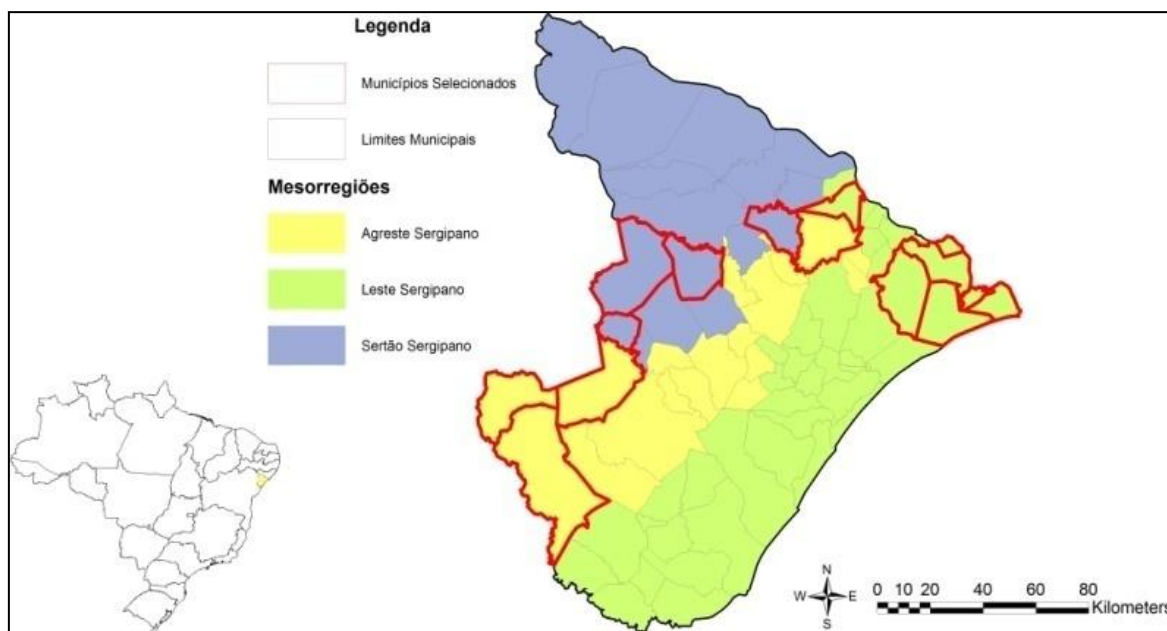
68. Isso sugere a importância de um conjunto múltiplo de estratégias de saída para atender as necessidades específicas de diversos grupos, incluindo: (a) intensificação de atividades agrícolas economicamente viáveis (aumentando a produtividade e a renda mediante melhora da oferta de bens públicos, transferência de tecnologia, reforma agrária e do mercado financeiro e formação de capital social); (b) estimular o crescimento do setor não agrícola, especialmente processamento e serviços; (c) aceitar um certo nível de migração como inevitável e racional (especialmente entre os jovens, para os quais o investimento em educação é essencial); (d) provisão de redes de segurança adequadas para os pobres rurais que não se beneficiarem dessas medidas (idosos e pequenos proprietários em áreas vulneráveis à seca e outros problemas de recursos naturais). O Projeto Dom Távora se concentrará em (a) e (b), precisamente na promoção de atividades rurais sustentáveis para os pobres.

## **B. Grupo-alvo e cobertura geográfica**

69. **Área do Projeto e população.** A área do projeto abrange 15 municípios (Mapa 1), cuja população em 2007 foi estimada em 234.993 habitantes, dos quais 122.096 rurais. Aproximadamente 50% da população total da área do projeto tem menos de 29 anos. A área do projeto está entre as mais pobres do estado, com níveis de desenvolvimento humano abaixo da média estadual. Embora a população dos

15 municípios represente 12% da população total, seu PIB representa somente 6,6%, muito concentrado (53%) em 4 municípios: Tobias Barreto, Simão Dias, Neópolis e Pacatuba.

**Mapa 1: Estado de Sergipe: mesorregiões e municípios**



Fonte: Preparado com base em Geociências/IBGE, 2010. Os municípios com borda vermelha estão incluídos no âmbito geográfico do projeto Dom Távora.

70. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), atualmente usado no Brasil para análise comparativa do desenvolvimento municipal, é 0,532 para a área do projeto (0,649 para o estado e 0,738 para o Brasil), com um mínimo de 0,433 (Gracho Cardoso) e máximo de 0,627 (Pinhão).

71. A incidência de pobreza em 2003 (usando o consumo como indicador de bem-estar e segundo linhas de pobreza ajustadas por região<sup>4</sup>) nos 15 municípios é 53,7% (47,8% em Sergipe), com um coeficiente de Gini de 0,42. Esse coeficiente relativamente baixo pode ser interpretado mais como uma indicação da renda baixa generalizada do que como indicador positivo de baixa desigualdade. Embora esses 15 municípios concentrem 12,1% da população do estado, 15,6% dos beneficiários do Bolsa Família vivem na área do projeto, e em 13 municípios as transferências do Governo Federal são a principal fonte de renda. Apesar de sua pobreza, esses municípios e famílias rurais têm alto potencial de desenvolvimento, condicionado à provisão de apoio consistente e oportuno aos pobres rurais para que realizem atividades que estimulem a economia local, além da adoção de medidas apropriadas para mobilizar e coordenar os esforços públicos e privados.

<sup>4</sup>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003.

**Tabela 1: Características demográficas da área do projeto por município, 2007**

Municípios	Total de Habitantes			Homens	Mulheres	Jovens <sup>(1)</sup>
	Total	Urbana	Rural			
Aquidabã	19.185	10.467	8.718	9.386	9.717	10.920
Brejo Grande	7.760	4.089	3.671	3.955	3.753	4.990
Canhoba	3.910	1.497	2.413	2.044	1.850	2.376
Carira	18.965	10.230	8.735	9.381	9.467	10.690
Gracho Cardoso	5.554	2.587	2.967	2.828	2.609	3.059
Ilha das Flores	8.598	4.343	4.255	4.272	4.258	5.298
Japoatã	13.539	3.970	9.569	6.789	6.618	8.284
Neópolis	18.909	10.500	8.409	9.456	9.408	11.284
Nossa Senhora Aparecida	8.517	3.085	5.432	4.326	4.172	4.779
Pacatuba	12.377	2.634	9.743	6.301	6.040	7.808
Pinhão	5.590	3.195	2.395	2.772	2.805	3.145
Poço Verde	21.083	11.518	9.565	10.422	10.616	11.791
Santana do São Francisco	6.596	4.293	2.303	3.331	3.265	4.181
Simão Dias	37.145	18.817	18.328	18.092	18.944	20.860
Tobias Barreto	47.265	30.871	16.394	23.221	23.973	27.341
<b>Área total do projeto</b>	<b>234.993</b>	<b>122.096</b>	<b>112.897</b>	<b>116.576</b>	<b>117.495</b>	<b>136.806</b>
<b>% área do projeto em relação ao Estado de Sergipe</b>	<b>12,1%</b>	<b>8,7%</b>	<b>21,0%</b>	<b>12,5%</b>	<b>12,0%</b>	<b>12,3%</b>
<b>Estado de Sergipe</b>	<b>1.939.426</b>	<b>1.402.921</b>	<b>536.505</b>	<b>936.306</b>	<b>981.208</b>	<b>1.116.199</b>

Fonte: Preparado pela equipe de desenho do projeto com informação de Contagem da População/IBGE (2007).

(1) menos de 29 anos

72. **O grupo-alvo.** Segundo essas estatísticas, o grupo-alvo seria composto de cerca de 15.000 famílias pobres que vivem nos 15 municípios da área do projeto. O foco serão os produtores rurais pobres, com ou sem terra, que trabalham na agricultura e/ou exercem atividades não agrícolas, com potencial e disposição para iniciar empresas rurais. Será dada atenção especial aos colonos da reforma agrária, mulheres e jovens. Além disso, o projeto visará a um grupo específico de profissionais de assistência técnica, extensão rural e promoção de empresas em áreas rurais, que trabalham em instituições públicas e privadas, bem como em organizações de produtores. Dentro do grupo-alvo, os beneficiários diretos do projeto incluem aproximadamente 12.000 famílias pobres e 900 extensionistas rurais. O projeto assegurará que pelo menos 30% dos grupos de produtores apoiados sejam liderados por mulheres. Os beneficiários indiretos incluem cerca de 20.000 famílias pobres, todas no Estado de Sergipe. Embora o grupo-alvo seja formado de produtores rurais pobres, trata-se de um universo relativamente diversificado com respeito ao nível de renda, condições sociais, habilidades, acesso aos mercados e potencial de acumulação e crescimento como produtores comerciais de produtos e serviços agrícolas e não agrícolas, de modo que a intensidade da pobreza varia entre os potenciais beneficiários.

73. **Organizações de produtores.** Alguns dos possíveis beneficiários estão organizados em associações de pequenos produtores com base comunitária e municipal, e podem participar em cooperativas com maior acesso ao mercado local e estadual. Isto

é resultado de vários anos de atividades participativas de projetos de redução da pobreza e desenvolvimento rural financiados pelo Governo Federal, governo estadual, FIDA e Banco Mundial, que promoveram o fortalecimento do capital social e a criação de instituições locais e territoriais.

74. Contudo, as associações em sua maioria não foram criadas como organizações econômicas e, portanto, têm pouca experiência comercial e de mercado. Na mesma direção, a maioria não está pronta para assumir de maneira autônoma a gestão dos projetos, em particular os mais complexos cujo êxito requer ao menos gestão semi-especializada e decisões técnicas que podem contradizer a lógica comunitária. Finalmente, poucas organizações têm autonomia financeira, administrativa e técnica para executar complexos projetos produtivos e precisarão de apoio intensivo do Projeto Dom Távora em termos de fortalecimento da capacidade gerencial e desenvolvimento de atitudes e habilidades favoráveis aos negócios.

75. **Mulheres rurais.** Na zona rural de Sergipe o homem é considerado responsável por todas as atividades produtivas realizadas "fora" de casa e o âmbito de atuação da mulher é o do trabalho "dentro" da casa. As divisões produção/reprodução, fora/dentro e homens/mulheres contribuem para subestimar o trabalho e a contribuição das mulheres para a vida da família e da comunidade. Além disso, apesar de as mulheres desempenharem um papel relevante nas atividades de produção, elas não participam da maioria das decisões relacionadas à produção. A maioria das mulheres que vivem na zona rural se define como "assistentes" dos homens; elas mesmas percebem o seu próprio trabalho como sendo "apenas para ajudar" seus maridos no campo, têm grande dificuldade em reconhecer o seu trabalho e são incapazes de se definir como agricultoras ou trabalhadoras rurais.

76. De fato, apesar das mudanças recentes, as mulheres rurais de Sergipe são vistas principalmente como mãe e trabalhadora doméstica, particularmente entre as famílias muito pobres. Contudo, essa "ideologia" não parece corresponder à situação atual. De fato, as mulheres participam da maioria das atividades domésticas, agrícolas, não agrícolas e comunitárias. Por um lado, a contribuição da mulher à família envolve trabalho doméstico e no campo. A percentagem de mulheres que realizam trabalho doméstico é de 90% em comparação com 30% dos homens. Além disso, o número de mulheres chefes de família com filhos é alto e essas famílias estão entre as mais vulneráveis. Finalmente, as mulheres rurais e urbanas mostram níveis de educação mais altos que os homens. Apesar da participação da mulher na família, produção e vida social, cuja importância é inegável e cada vez mais reconhecida, estudos mostram que os grupos domésticos nas áreas rurais do Nordeste são fortemente patriarcais e as decisões sobre assuntos financeiros, comerciais e técnicos em sua maioria são tomadas pelos homens.

77. A Pesquisa Nacional de Domicílios de 2008 (PNAD)<sup>5</sup> mostra que as mulheres envolvidas em atividades agrícolas representam 16% da população feminina economicamente ativa em Sergipe. A ocupação agrícola absorve 23% da população masculina economicamente ativa do estado. Entre as mulheres rurais, cerca de 20% são classificadas como trabalhadoras não-assalariadas (no caso dos homens são menos de 11%) e 51,6% são classificadas como produtores para autoconsumo (os homens na mesma situação representam 14,3%). Em outras palavras, 71% das mulheres envolvidas em atividades agrícolas não recebem qualquer remuneração monetária pelo seu trabalho, enquanto o percentual de homens na mesma situação é de 25%.

---

<sup>5</sup> IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

78. As atividades econômicas não agrícolas realizadas por mulheres se concentram predominantemente no “setor de serviços sociais e pessoais” e, em menor grau, no artesanato (em particular, bordados) onde, embora ganhem pouco, podem ter acesso a uma fonte independente de renda que pode melhorar seu poder de barganha na família.

79. A conscientização acerca da necessidade de promover a equidade de gênero está aumentando, mesmo nas áreas rurais pobres; agora a luta e as demandas das mulheres são reconhecidas pelas políticas públicas em geral, e as questões de gênero estão sendo consideradas na formulação e implementação das políticas públicas em todos os níveis. Consequentemente, a participação da mulher e a equidade de gênero são prioridades relevantes no Projeto Dom Távora.

80. No Estado de Sergipe os movimentos de mulheres estão bem presentes e ativos e a resposta do governo à luta e demandas das mulheres também é visível. Todas as políticas sociais implementadas pelo Governo de Sergipe incorporam o enfoque de gênero. As mulheres estão representadas em importantes fóruns políticos que debatem e decidem políticas estaduais, e têm uma presença significativa nos altos escalões do governo estadual.

81. **População jovem.** Os jovens formam um grupo-alvo prioritário para o projeto. Por um lado, os jovens rurais são numerosos e particularmente vulneráveis. A falta de alternativas de emprego reduz as expectativas de uma vida futura com suas famílias e comunidades, e os empurra para as grandes cidades onde muitos acabam sendo vítimas da marginalidade urbana, violência e crime. Por outro lado, os jovens têm um nível mais alto de educação e mais anos de escolaridade, estão mais conectados com o mundo exterior, são mais empreendedores e assumem mais riscos. Contudo, não contam com oportunidades e condições de construir um futuro em suas comunidades, e, se receberem apoio apropriado do projeto, podem ser um importante vetor de desenvolvimento da economia local.

### **C. Estratégia de focalização e incorporação das questões de gênero**

82. **Estratégia de focalização.** O princípio que sustenta a estratégia de focalização é um enfoque de oferta cuidadoso e responsável combinado com mecanismos para promover o envolvimento de beneficiários nas atividades do projeto determinado por sua própria força de vontade e pelas ações que executam para ter acesso a serviços e benefícios do projeto. Do lado da oferta, o projeto é concebido como um programa do governo que mobilizará recursos humanos, financeiros, técnicos e institucional para promover as potencialidades de negócios rurais entre pobres rurais e comunidades rurais pobres; e também mobilizará diferentes programas, políticas e instituições públicas, privadas e não governamentais em direção a esse objetivo.

83. A estratégia de focalização inclui uma focalização geográfica *ex ante* bem ajustada e um conjunto de critérios de seleção e mecanismos de focalização em determinados grupos. A estratégia combina priorização de cadeias de valor a serem consideradas considerando seu potencial de incorporar produtores rurais pobres, disseminação de informação sobre o projeto, mobilização de potenciais beneficiários no nível local, identificação de potenciais ideias de negócios (incluindo fracassos e histórias de sucesso de empresários locais e tentativas anteriores de implementar projetos produtivos) e mecanismos de focalização para promover o envolvimento de beneficiários em atividades do projeto determinado por sua própria força de vontade e para assegurar seu compromisso com as atividades produtivas a serem apoiadas pelo projeto.

84. Durante a preparação do projeto, foi realizada uma análise completa do contexto rural em Sergipe, que serviu de base para as discussões com o Governo do Sergipe com relação à decisão da **cobertura geográfica** do projeto. Quinze municípios foram selecionados através da análise de vários indicadores, incluindo o desenvolvimento

humano municipal, nível de pobreza e exclusão social, disponibilidade de recursos e potencial de desenvolvimento produtivo. Todos esses municípios estão entre os mais pobres de Sergipe.

85. O primeiro componente visa a responder a iniciativas de negócios preparadas e apresentadas como planos de negócios por grupos de produtores familiares; a possibilidade de dispersão de atividades do projeto será reduzida através do processo de **priorização das cadeias de valor** e/ou agrupamentos por território. Com base numa avaliação preliminar executada durante a preparação do projeto, as cadeias de valor inicialmente selecionadas e a serem sustentadas através de planos de negócios são as do leite de cabra, apicultura, galinha caipira, artesanato, pesca artesanal, aquicultura, processamento de frutas nativas e turismo rural, embora durante sua implementação o projeto deva permanecer aberto a outras iniciativas que podem apresentar potencial para o desenvolvimento de negócios rurais para pequenos produtores. Essa seleção inicial coincide com as prioridades apontadas nos Planos de Desenvolvimento Territorial preparados sob a liderança da Secretaria de Planejamento, e nos Planos de Desenvolvimento para Cadeias de Valor Locais preparados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (EDETEC) através do Programa de Arranjos Produtivos Locais. Outras definições serão obtidas no início da implementação do projeto através da sistematização da informação existente e da realização de novos estudos estratégicos; o apoio ao programa APL da SEDETEC será crucial nessa fase. Além disso, o projeto desenvolverá capacidades de inteligência de mercado, incluindo gestão de informação de mercado e um estreito diálogo com os agentes envolvidos nas cadeias de valor (produtores, agroindústrias, supermercados, intermediários, etc.) a fim de identificar oportunidades de negócio e as condições necessárias para aproveitá-las.

86. Para operar essa estratégia nos 15 municípios e população-alvo, o projeto empreenderá **campanhas de sensibilização** para apresentar seus objetivos e enfoque, e informar aos potenciais beneficiários sobre a extensão dos serviços propostos e as modalidades para acessá-los. O projeto mobilizará os principais atores locais associados a cadeias de valor selecionadas, arranjos produtivos locais e grupos interessados em uma atividade, a fim de identificar o potencial de desenvolvimento da produção, a necessidade e as restrições no nível microeconômico, âmbito local e nível mais amplo.

87. Do lado da demanda, a estratégia consistirá em **utilizar mecanismos participativos para apoiar potenciais beneficiários** em grupos de negócios, como parte de organizações ou excepcionalmente como indivíduos, para **organizar suas demandas** para bens financeiros, produtivos e assistência técnica em planos de negócios consistentes, rentáveis e completos. Essas reuniões representarão uma oportunidade para grupos de produtores existentes e potenciais de avaliar suas necessidades, assim como identificar outras intervenções necessárias para superar suas limitações. Essas atividades serão complementadas por análises socioeconômicas e estudos de viabilidade mais completos executados pela Unidade de Gestão do Projeto (UGP) em parceria com o SEBRAE, outros parceiros e consultores. Durante a formulação dos planos de negócios, os potenciais beneficiários terão que demonstrar seu compromisso com a atividade produtiva a ser apoiada e seu potencial para administrar o negócio proposto. O Manual de Implementação do Projeto (MIP) fornecerá procedimentos detalhados para a formulação e aprovação de planos de negócios.

88. **CrITÉRIOS de admissibilidade.** O Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF - foi criado para reforçar a agricultura familiar por meio da oferta de crédito, provisão de assistência técnica e extensão rural, infra-estrutura local e investimentos produtivos associativos, bem como por meio do fortalecimento da organização social dos agricultores familiares. O Pronaf abrange atividades agrícolas e não-agrícolas e também pode ser considerado como um programa de combate à pobreza rural, pois a grande maioria dos agricultores familiares é muito pobre e pobre. Considerando que o grupo-alvo do projeto é o pobre rural das áreas mais pobres de Sergipe, e que seu objetivo é

combater a pobreza rural melhorando a capacidade de geração de renda e de ocupação do pobre rural, o projeto adotará os mesmos critérios de elegibilidade de beneficiários utilizados pelo PRONAF, complementando-os com critérios adicionais para ajustar o foco e assegurar uma execução tranquila.

89. Portanto, para se beneficiar dos serviços do projeto e se tornar beneficiário é necessário atender aos seguintes critérios de elegibilidade:

- (a) Atender os critérios definidos pelo PRONAF,<sup>6</sup> ou critérios equivalentes para as atividades não apoiadas pelo PRONAF (especialmente produção não agrícola);
- (b) Residir na área geográfica do projeto;
- (c) Desenvolver ou propor o desenvolvimento de negócios com ao menos uma atividade relevante realizada em associação (aquisição de insumos, produção, processamento e/ou comercialização);
- (d) Experiência de trabalho em uma das cadeias produtivas agrícolas ou não agrícolas identificadas pelo projeto como prioritárias devido às potencialidades de negócios;
- (e) Propor um plano de negócios viável;
- (f) Estar formalmente organizado em associação, cooperativa ou outro arranjo formal de negócio tendo ao menos 5 famílias associadas;
- (g) Pelo menos 50% das famílias participantes dos planos de negócios devem atender os critérios de elegibilidade do Grupo B do Pronaf, tal como indicado abaixo.

90. O critério de participação do PRONAF refere-se à condição social dos produtores e suas famílias, vinculações às atividades rurais, tamanho do estabelecimento, sistema de produção e local de residência. A conformidade com todas as condições deve ser certificada por organizações autorizadas por meio da Declaração de Aptidão do Agricultor Familiar (DAP), emitida de acordo com as seguintes regras do PRONAF<sup>7</sup>: (a) Exploração da terra como proprietário, posseiro, arrendatário ou meeiro; embora este critério defina a exploração da terra como um pré-requisito, não há nenhuma restrição ao desenvolvimento, pelos produtores, de atividades econômicas não-agrícolas que não envolvem terra, como por exemplo o artesanato, turismo e a pesca; (b) Residir no estabelecimento ou em aglomerados urbanos ou rurais na vizinhança; (c) Não possuir mais de quatro módulos fiscais<sup>8</sup>, quantificados segundo a legislação vigente, (d) Ter pelo menos 30% da renda familiar proveniente da produção agrícola ou de atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento rural; (e) Estabelecimento e exploração produtiva baseados no trabalho da família, com a participação de trabalho assalariado sazonal e, excepcionalmente, a participação de não mais do que 2 trabalhadores permanentes contratados.

---

<sup>6</sup> Esse critério foi utilizado por órgãos do Governo Federal e do Estado na implementação de políticas de redução da pobreza e desenvolvimento rural, tendo legitimidade social e mecanismos institucionais adequados para evitar vazamentos e ter certeza de que os instrumentos financeiros são adequados às características do tipo de produtor definido.

<sup>7</sup> A emissão da DAP é regulada pelo Manual de Crédito Rural, capítulo 10, atualizado pelas Portarias 12 e 17 de março e maio de 2010

<sup>8</sup> O módulo fiscal é uma medida que define o tamanho mínimo de um estabelecimento agrícola necessário para a provisão de meios de subsistência adequados para uma família. Varia de região para região, dependendo das condições ambientais locais (qualidade da terra, disponibilidade de água, distância e acesso aos mercados, alternativas e potencialidades de produção, entre outros).

91. Além dos critérios gerais de elegibilidade acima indicados, o PRONAF classifica a população de agricultores familiares em três grupos de beneficiários<sup>9</sup>, de acordo com sua condição social geral e do nível de desenvolvimento produtivo:

- (a) Grupo A, que inclui os beneficiários das intervenções de reforma agrária. O PRONAF proporciona a este grupo crédito de investimento para apoiar a melhoria do estabelecimento, construção de instalações e infra-estrutura, aquisição de máquinas, animais, plantio de culturas permanentes e diversas outras atividades produtivas envolvidas na exploração das novas unidades;
- (b) Grupo B, o maior de todos, constituído dos menores produtores, inclui apenas agricultores familiares muito pobres, com renda familiar bruta anual de até R\$ 6 000 (US\$ 3 300), excluindo os benefícios oriundos do sistema de seguridade social vinculado às atividades rurais. Os agricultores familiares pertencentes a este grupo geram pelo menos 30% do rendimento familiar a partir da produção agrícola ou outra atividade realizada no estabelecimento rural. O Grupo B é mais elegível para micro-crédito e crédito de custeio. Em termos gerais, as operações com o Grupo B são orientadas para combater a pobreza rural por meio da provisão de recursos limitados que permitem aos produtores manterem e até aumentarem suas atividades geradoras de renda;
- (c) Grupo COMUM, que é bastante heterogêneo e inclui majoritariamente agricultores pobres mais vinculados ao mercado, e uma minoria de agricultores de renda mais elevada. A renda familiar anual bruta dos beneficiários do Grupo COMUM é superior a R\$ 6.000 (US\$ 3 300), mas não deve exceder o teto do PRONAF de R\$ 110 000 (US\$ 61 000). Os agricultores pertencentes ao grupo COMUM devem ter pelo menos 70% da renda familiar oriunda da produção agrícola ou outras atividades realizadas na fazenda.<sup>10</sup>

92. Como mencionado anteriormente, a fim de serem co-financiados pelo projeto, todos os participantes nos planos de negócios devem ser elegíveis e enquadrados em uma das categorias do PRONAF e pelo menos 50% dos produtores que compõe o grupo do plano de negócios devem atender aos critérios de elegibilidade do Pronaf Grupo "B".

93. O Cadastro Único para Programas Sociais (**CadÚnico**), será utilizado como uma fonte privilegiada de informação para monitorar o processo de seleção, mas estar listado no CadÚnico não é condição de inclusão nem fator de exclusão. Contudo, como a precisão do CadÚnico está melhorando e sua cobertura está sendo ampliada, a administração do projeto deve checar duas vezes a admissibilidade das famílias que não estão registradas no CadÚnico.

94. O projeto pode apoiar iniciativas de **planos de negócios individuais** que atendem simultaneamente os seguintes critérios: (i) o plano de negócios visa a consolidar e /ou desenvolver e ampliar atividades inovadoras que respeitem os mesmos critérios de elegibilidade mencionados anteriormente; (ii) prevê externalidades positivas

---

<sup>9</sup> Originalmente o Pronaf definia 5 grupos de beneficiários, de A a E, segundo as condições sociais e produtivas de cada grupo (A and B os mais pobres e E aqueles em melhor situação). Os antigos grupos C, D e E foram reunidos em um único grupo, denominado Grupo COMUM.

<sup>10</sup> De acordo com relatório da OCDE "Revisão das Políticas Agrícolas no Brasil", "como o objetivo do Pronaf é transformar pequenos produtores de subsistência em agricultores familiares comerciais e sustentáveis, os critérios de elegibilidade bem restritivos foram desenhados para manter o foco nos pequenos produtores e evitar a fraude. Os produtores são elegíveis para um número limitado de empréstimos em cada categoria, após o que devem deixar o grupo." (Review of Agricultural Policies in Brazil, OCDE, 2007).



em termos de geração de renda e ocupação que trasscedem as famílias diretamente beneficiárias; (iii) potencialidade de replicação para incorporar e beneficiar famílias adicionais na mesma linha de atividade. Os Recursos alocados para planos de negócios individuais não excederão 2% do total dos investimentos do projeto destinado ao financiamento de planos de negócios. Esses recursos serão alocados seguindo o **processo competitivo** baseado nos critérios de seleção definidos.

95. Desde o estágio de mobilização, os grupos de produtores que mostraram interesse em participar de atividades do projeto serão “pré-classificados” pelo projeto, dependendo do seu nível de organização, potencial produtivo e de comercialização e experiência. Na área do projeto alguns grupos de produtores podem mostrar um bom **nível de maturidade** (com alguma capacidade de gestão, experiência produtiva e de comercialização relevante, acesso a serviços alternativos de assistência técnica, melhor acesso a informação e experiência de trabalho profissional relevante fora da comunidade, entre outras características), enquanto outros produtores não são organizados ou simplesmente fazem parte de organizações de base incipientes. A estratégia de implementação dependerá dessas características, e os grupos de produtores serão avaliados com base em uma série de critérios definidos no Manual de Implementação do Projeto, levando em conta a experiência do FIDA, SEAGRI, EMDAGRO, SEBRAE e de outros parceiros importantes.

96. Os grupos de produtores com nível de organização mais avançado serão apoiados diretamente para preparar um “Plano de Negócios” cujo conteúdo é definido no componente 1 e no Manual de Implementação do Projeto. Os grupos de produtores com nível de organização incipiente serão apoiados de antemão para futura apresentação de um plano de negócios. Durante essa fase preparatória, a SEAGRI, EMDAGRO e outros parceiros abordarão as principais necessidades para melhorar o nível organizacional e a capacidade humana e técnica, em grande parte através do fortalecimento de suas capacidades administrativas e organizacionais, melhora de suas habilidades produtivas, promoção do acesso aos benefícios das políticas públicas atuais, treinamento de jovens rurais, promoção do intercâmbio de experiências e disseminação da cultura de negócios entre os produtores.

97. Será dada **atenção especial** ao seguinte: a) promoção da participação de mulheres (especialmente chefes de família) e jovens, encorajando a criação de grupos de mulheres e jovens e fortalecendo grupos existentes; b) promoção de atividades não agrícolas; c) inclusão de produtores mais pobres que enfrentam mais dificuldades para elaborar e implementar planos de negócios; d) financiamento de propostas de planos de negócios chefiados por mulheres que incluem atividades de produção com alto potencial de empregar mulheres; e) promoção do empreendedorismo, em particular entre jovens envolvidos em atividades não agrícolas.

98. O projeto avaliará propostas de planos de negócios utilizando grades de avaliação que incluem uma ponderação da viabilidade com relação a questões técnicas, sociais, jurídicas, institucionais, ambientais, econômicas e financeiras, assim como capacidades de comercialização e administrativas. Do lado social, será dada atenção especial à situação e papel da mulher e dos jovens nos projetos produtivos e se aplicarão critérios de discriminação positiva para planos de negócios de grupos com maioria de mulheres e jovens.

99. **Com relação ao componente 2**, os técnicos da ATER que se beneficiarão diretamente dos eventos de treinamento seriam funcionários da EMDAGRO, SEAGRI e provedores de serviços que terão envolvimento direto em atividades do projeto. Contudo, haverá espaço para técnicos de outras organizações, especialmente para jovens rurais formados em escolas agrícolas e outras, e aqueles pertencentes a comunidades rurais na área do projeto que têm probabilidade de assumir papéis de liderança em suas famílias e na comunidade. O projeto estimulará a participação deles e

para tanto estabelecerá contato com organizações comunitárias, ONGs ou organizações de produtores e os selecionará de acordo com suas habilidades, nível de educação formal, experiência concreta e potencial de desenvolvimento técnico e profissional. Os produtores, jovens e mulheres que participarão diretamente em atividades de formação e capacidade serão *a priori* aqueles apoiados pelos planos de negócios, a fim de otimizar os resultados e impactos das atividades do projeto.

100. Os mecanismos de focalização descritos acima devem: i) melhorar a transparência dos processos de focalização e seleção e evitar a manipulação política da alocação de fundos; (ii) assegurar a participação dos mais pobres nos planos de negócios; (iii) assegurar a efetividade da prioridade atribuída a mulheres e jovens como beneficiárias diretas das atividades do projeto, iv) fortalecer as capacidades das instituições públicas para focalizar os pobres.

101. **Parcerias na focalização.** Desde o início e durante toda a implementação, o projeto assegurará uma coordenação muito estreita com outras iniciativas do governo federal e estadual, organizações internacionais e instituições públicas a fim de promover sinergias e evitar duplicações. Essas parcerias devem ser estabelecidas durante o processo de mobilização e preparação dos planos de negócios com grupos beneficiários.

102. **Monitoramento da focalização.** A unidade de M&A do projeto será responsável pela avaliação geral da estratégia de focalização para assegurar que o projeto atinja a população-alvo e, caso contrário, tomar as medidas necessárias. Os seminários anuais de revisão e planejamento do projeto, assim como a revisão intermediária, permitirão que os órgãos do projeto avaliem o progresso e, se necessário, ajustem ou complementem a estratégia de focalização. Além disso, a auto-avaliação participativa fornecerá a análise crítica dos beneficiários do projeto, que receberá grande atenção para eventuais ajustes ao projeto.

103. **Estratégia de gênero.** As mulheres participam ativamente em todas as esferas da vida doméstica e produtiva dentro da unidade familiar, e participam de atividades econômicas não agrícolas em uma proporção maior do que os homens. Assim, espera-se que elas se beneficiem muito do objetivo do projeto de promover oportunidades de negócios entre os pobres rurais, particularmente a promoção de negócios não agrícolas. As mulheres serão beneficiadas diretamente pelo aumento esperado na renda familiar, além de externalidades positivas geradas pelo projeto.

104. Reconhecendo que as distorções de gênero estão profundamente enraizadas na cultura local e, como tal, são de fácil reprodução, o projeto deverá desenvolver e implementar um módulo de capacitação em gênero em áreas rurais, especialmente orientado para todos os envolvidos na assistência técnica e extensão rural, mas com foco prioritário nos gerentes e quadro técnico da SEAGRI, EMDAGRO e de outros prestadores de serviços que deverão participar da execução das atividades do projeto.

105. O desenho e análise dos planos de negócios considerarão as diferenças de gênero. Por exemplo, no caso da produção artesanal, a maioria liderada por mulheres, algumas iniciativas paralelas poderiam ser promovidas por serem cruciais para o sucesso do negócio, como a criação de um serviço de creche para viabilizar a participação plena das mães nas atividades do negócio. Isso não significa que estas iniciativas devem ser financiadas com recursos do projeto; no entanto, deveriam ser contempladas no plano de negócio e o projeto apoiaria na busca de outras fontes de financiamento.

106. Além disso, as funções de presidente, tesoureiro e secretário de vários grupos de produção integrados por uma maioria de mulheres são frequentemente ocupados por homens. Neste sentido, o Componente 2 prevê instrumentos para apoiar o fortalecimento das habilidades das mulheres de negócios para ocupar as funções executivas e gerirem suas empresas, associações e exercerem outras atividades na vida

pública. Isto contribuirá para alcançar o objetivo do projeto de que as mulheres liderem pelo menos 30% dos planos de negócios financiados.

107. Em síntese, o projeto inclui mecanismos e medidas especiais para promover a incorporação de mulheres na economia local e promover a equidade de gênero: (a) incorporação de questões de gênero durante a fase de identificação de oportunidades de negócios e de formulação de planos de negócios; (b) desenvolvimento de uma estratégia de informação que alcance as mulheres, a fim de informá-las sobre as oportunidades dadas pelo projeto e aumentar a conscientização sobre essa questão; (c) identificação e financiamento de atividades que sejam executadas principalmente por mulheres, como artesanato, têxteis, preparação de conservas de frutas e criação de galinha caipira; (d) identificação e apoio a grupos de mulheres que podem iniciar negócios rurais, caso elas cumpram todas as outras condições exigidas para receber apoio do projeto; (e) desenvolver treinamento específico sobre as questões de gênero voltado para os produtores rurais e agentes de ATER; (f) promover a articulação das atividades do projeto com outras iniciativas do estado e do governo federal e com programas orientados para a promoção da equidade de gênero; (g) por meio do Componente 2, desenvolver habilidades e capacidades das mulheres para gerir as empresas e liderar grupos de produtores; (h) monitorar e avaliar a implementação da estratégia de gênero.

### **III. DESCRIÇÃO DO PROJETO (KSF 3)**

#### **A. A base de conhecimento: Lições de projetos anteriores e em andamento**

108. As seguintes questões são lições aprendidas de projetos financiados pelo FIDA, incluindo o Projeto Pró-Sertão em Sergipe, e outras operações de desenvolvimento no Nordeste do Brasil.

109. Os projetos co-financiados pelo FIDA no Brasil (particularmente o projeto Pró-Sertão) priorizaram o apoio à produção primária, abastecimento de água para consumo humano, irrigação em pequena escala, fortalecimento de organizações sociais, fortalecimento da cidadania e da participação social no nível local. Essas ações tiveram diferentes graus de sucesso, destacando-se o acesso positivo à água para consumo humano e o fortalecimento da participação social.

110. Os projetos dedicaram esforços e recursos para fornecer serviços de assistência técnica com ênfase na produção primária e no fortalecimento organizacional. Como importante lição aprendida da experiência do PRONAF, por exemplo, a falta de assistência técnica oferecida a pequenos produtores para implementar os seus projetos produtivos financiados por crédito é uma das causas principais de fracasso. O projeto, portanto, fornecerá assistência técnica, começando com a identificação da oportunidade de negócios até que a sustentabilidade esteja garantida. O projeto trabalhará para articular recursos de investimentos, crédito de curto prazo para capital de giro (de outras fontes de financiamento), assistência técnica e formação de capacidade.

111. O processamento de produtos primários, as cadeias de valor e o acesso ao mercado receberam apoio em medida menor em projetos do FIDA, embora haja algumas histórias de sucesso. A orientação da carteira do FIDA significa que os impactos sobre o emprego e a geração de renda eram relativamente pequenos, em parte por causa da falta de promoção de negócios de pequenos produtores orientados ao mercado. As atividades com maior potencial de geração de renda e emprego incluem a produção não agrícola, o agroprocessamento e algumas atividades agropecuárias como hortaliças, aquicultura, frutas e mel. O projeto considera totalmente essa lição aprendida, já que se orienta ao desenvolvimento de negócios para produtores rurais.

112. As experiências de inovação tecnológica foram poucas e relativamente pequenas, mas a maioria delas teve impactos significativos que mostram o potencial de promoção adicional. O projeto implementará vários processos para promover inovação tecnológica e comercial, como informações de mercado, assistência técnica e elos entre pesquisa e extensão.

113. Há uma tendência entre as instituições envolvidas no desenvolvimento rural de concentrar o apoio na produção primária. Contudo, os implementadores de projetos e outras organizações e instituições têm um interesse crescente em apoiar atividades rurais de geração de renda, cadeias de valor favoráveis aos pobres, acesso a mercados e o fortalecimento da capacidade de gestão de negócios de pequenos produtores. Apesar da crescente conscientização acerca dessas questões, poucas instituições desenvolveram habilidades, metodologias e ferramentas para implementar essa nova visão. Essa conclusão é um forte argumento para a orientação do projeto, particularmente para o componente 2.

114. Os projetos apoiados pelo FIDA foram muito bem-sucedidos na formação de parcerias institucionais graças à flexibilidade na implementação de projetos do FIDA e à criatividade e capacidade de diálogo das unidades executoras. Em quase todos os estados do Nordeste existe uma diversidade de instituições, particularmente públicas e ONGs, trabalhando no apoio a pequenos produtores. Isso fornece uma boa base institucional com a qual os projetos podem contribuir para desenvolver novas capacidades de responder às novas e crescentes necessidades de desenvolvimento dos pequenos produtores.

115. Algumas operações do FIDA, especialmente o Projeto Dom Helder Câmara, fomentam o envolvimento de organizações da sociedade civil, como ONGs e cooperativas de técnicos, na provisão de serviços organizacionais e técnicos para ajudar a implementar atividades do projeto. Além disso, as organizações de produtores podem representar uma função importante na provisão de serviços de assistência técnica, recebendo fundos do projeto para contratar assistência técnica e lidar diretamente com os fornecedores sob a supervisão do projeto. Para assegurar uma identificação adequada de oportunidades econômicas e uma implementação eficiente dos planos de negócios, o projeto fortalecerá o sistema de assistência técnica pública e privada e extensão existente.

116. Embora o Brasil seja um país com níveis significativos de desenvolvimento institucional, estes são desiguais e muito mais baixos nos estados nordestinos do que em outros. No caso de projetos apoiados pelo FIDA, há diferenças importantes de capacidade e experiência entre projetos e a experiência mostra que isto é um importante fator de sucesso. É necessário, portanto, avaliar a capacidade de gestão das unidades executoras, e a partir disso identificar ações para fortalecer sua capacidade.

117. As operações anteriores do FIDA tiveram resultados limitados na gestão do conhecimento principalmente por causa da falta de estratégias e recursos específicos para essas atividades. Seguindo a estratégia do COSOP, o projeto inclui uma ampla gama de atividades relacionadas à gestão do conhecimento, incluindo: (i) um enfoque escalonado para a implementação do projeto que permitirá aprender lições da melhor forma para apoiar grupos de produtores e as diferentes cadeias de valor, (ii) um sistema de M&A para analisar a implementação do projeto e os resultados, (iii) intercâmbio e visitas entre projetos e outras partes interessadas relevantes; (iv) estudos de casos e sistematização de experiências; (v) seminários temáticos sobre questões relevantes de desenvolvimento dos negócios rurais; (vi) desenvolvimento de material de comunicação específico para disseminar boas práticas e melhores histórias.

118. A avaliação do programa do país também observou que a seleção de atividades do projeto com base nas demandas dos beneficiários e a transferência de recursos para organizações de produtores são eficazes na promoção da autoria e aprendizado. Isso foi integrado à estratégia do projeto que consistirá em apoiar grupos de produtores na identificação de potenciais atividades econômicas, elaboração dos planos de negócios correspondentes e finalmente na transferência dos recursos necessários para investimento e para contratar serviços de assistência técnica. A transferência de recursos dependerá do nível de maturidade que será avaliado, assim como na administração do projeto e no esquema de aquisições.

## **B. Oportunidades de desenvolvimento rural e redução da pobreza (justificação)**

119. Dada a taxa de pobreza no Estado de Sergipe, significativamente mais alta do que a taxa de pobreza média do Brasil, o atual Plano Desenvolver-SE é claramente direcionado a uma maior geração de renda e maior inclusão da população pobre. Diferentes territórios dentro do estado possuem diferentes dotações de recursos naturais e, assim, uma base produtiva diferente. Contudo, conforme já declarado, a pobreza não está presente somente em territórios semiáridos. Os municípios com níveis mais altos de pobreza (índice de desenvolvimento humano de 0,6 ou mais baixo) encontram-se em Baixo São Francisco, Alto Sertão, Agreste Central, Centro Sul e Sul Sergipano; e só algumas municípios no Médio Sertão e no Leste Sergipano. O Baixo São Francisco e o Sul Sergipano são parcialmente territórios costeiros com condições úmidas e semi-úmidas e parcialmente zonas de transição entre territórios costeiros e semiáridos. Já Alto Sertão, Agreste Central e Centro Sul estão principalmente sujeitos a condições semiáridas, e contêm algumas zonas de transição.

120. De acordo com as avaliações participativas realizadas pela Secretaria de Planejamento do Estado, as atividades produtivas evoluíram diferentemente nos territórios. Em territórios **costeiros e de transição**, as atividades estagnadas e **em declínio** incluem: pesca artesanal, produção de cítricos, produção de tabaco, criação de aves domésticas e produção de coco. As atividades **bem estabelecidas** incluem: produção de cimento, produção têxtil, produção de artesanato, manufatura de roupas, produção de mandioca, cultura de irrigação de frutas, produção de gado, criação de porcos, criação de ovinos, piscicultura, pesca marinha, indústria e mineração. As atividades **emergentes** incluem: extração de combustível fóssil e gás, turismo, apicultura, aquicultura, cultura irrigada de frutas, produção de sementes oleaginosas, produção de arroz e cerâmica de argila.

121. Em territórios **semiáridos**, as atividades estagnadas ou **em declínio** se referem essencialmente à agricultura de irrigação e à pesca artesanal no Rio São Francisco. As atividades **bem estabelecidas** incluem: mineração, manufatura de roupas, gado bovino, criação de suínos, ovinos e caprinos, cerâmica de argila, criação de aves domésticas, produção de mandioca e batata-doce, produção de milho e feijão. Em zonas de **transição** e áreas ribeirinhas, as atividades **bem estabelecidas** também incluem: piscicultura, horticultura, produção de abacaxi e banana. As atividades **emergentes** incluem: turismo, produção de artesanato, cultivos de oleaginosas, apicultura e agroindústrias.

122. Os esforços do governo do estado para promover o desenvolvimento através da geração de renda dão preferência às ações em atividades produtivas bem estabelecidas e promissoras. Contudo, nem todas elas permitirão uma maior inclusão da população pobres, especialmente em áreas rurais. Atividades como a mineração, a produção de cimento, a extração de combustível fóssil e gás, a pesca marinha, a produção têxtil comercial e indústrias de média escala provavelmente não beneficiarão os pobres rurais, a menos que sejam treinados adequadamente para participar como empregados qualificados. Outras atividades não são muito adequadas para os pobres rurais, devido à

escala mínima exigida para uma operação rentável. Essas atividades podem incluir: gado bovino, produção de oleaginosas, produção de abacaxi e banana, e em menor medida a produção de milho, assim como a criação de ovinos e suínos. A cerâmica de argila é acessível aos pobres rurais. Contudo, ações especiais são necessárias para mitigar os impactos ambientais conexos.

123. **Atividades bem estabelecidas** e/ou **emergentes** que podem produzir significativos **benefícios para os pobres rurais** incluem: produção de mandioca e batata-doce, produção de feijão, criação de aves especiais, apicultura, aquicultura incluindo a piscicultura, criação de caprinos, ecoturismo e agroturismo, manufatura de roupas e produção de artesanato. De fato, há uma co-relação positiva e estatisticamente significativa entre a população pobre e áreas plantadas com essas lavouras, rebanhos de ovinos e caprinos, criação de galinhas e produção de mel, por municípios. Finalmente, as atividades de agroprocessamento gerariam benefícios para as famílias pobres, quando elas participam em atividades primárias que abastecem essas agroindústrias. Esse é o caso do processamento de frutas especiais, produzidas naturalmente e coletadas por pequenos agricultores e famílias sem-terra, mas também do processamento de leite de cabra ou mandioca; limpeza, resfriamento e empacotamento de peixe, ostras e frango; e limpeza e empacotamento de mel e pólen.

124. Investimentos canalizados pelo governo do estado e programas nacionais<sup>11</sup> para o desenvolvimento territorial também seguem padrões desiguais. Para o ciclo 2009-2010, o governo do estado e parceiros nacionais alocaram as seguintes cifras aproximadas: US\$ 17 milhões para o Baixo São Francisco; US\$ 13 milhões para o Sul Sergipano; US\$ 5 milhões para o Médio Sertão; US\$ 5 milhões para o Agreste Central; US\$ 15 milhões para o Centro Sul; e US\$ 25 milhões para o Alto Sertão<sup>12</sup>. Esses investimentos envolvem: infraestrutura de eletricidade, compra de terras, infraestrutura agroindustrial, sistemas de abastecimento de água, infraestrutura de irrigação, instalações de mercado, empacotadoras, bancos de sementes, instalações de refrigeração, instalações de informação ao turista, instalações de treinamento ocupacional, matadouros, instalações para produtores de artesanato e cadastro de produtores em certas linhas (como roupas e artesanato). Anos ou ciclos anteriores também testemunharam investimentos similares. Em 2010-2011, outro projeto de desenvolvimento seria executado principalmente no Alto Sertão e em menor medida no Baixo São Francisco. Embora os níveis de pobreza sejam altos no Alto Sertão, os investimentos atuais de várias fontes estão dando atenção especial a esse território.

125. Em Sergipe, os pequenos produtores pouco participam do processamento e comercialização dos produtos agropecuários de diferentes cadeias de valor nas quais estão inseridos. Em geral, vendem a produção na porteira, a preços baixos, para intermediários com forte poder de barganha, os quais controlam os canais com as agroindústrias, supermercados e até com o comércio local. Em alguns produtos a participação dos pequenos produtores é incipiente; é o caso da tilápia, vendida fresca no mercado local, ou do leite de cabra, transformado em iogurte ou queijo por pequenas empresas para o mercado local ou institucional. Embora alguns programas públicos apoiem a agricultura familiar comprando sua produção (aquisição pública para programas de segurança alimentar), a organização econômica da agricultura familiar ainda é débil, por várias razões: baixa produtividade, baixa produção e, portanto, limitações para garantir os volumes mínimos necessários para se inserir em mercados mais dinâmicos; limitada capacidade de organização e gestão de negócios e baixa capacidade para trabalhar com vendas a prazo praticadas comumente nos mercados, entre outros, dificultam o fortalecimento do segmento. Entretanto tem sido

---

<sup>11</sup> Os parceiros importantes incluem: PRONAF, PCPR Projeto Nordeste, Programa de Reforma Agrária e outros projetos estaduais e federais de irrigação e microcrédito.

<sup>12</sup> Planejamento Participativo de Sergipe. Ciclo 2009-2010. Boletim dos territórios. Julho 2009. Taxa de câmbio de 1,8 real por dólar.

comprovado que estratégias de inserção no mercado resultaram na redução da pobreza entre os pequenos produtores no nordeste (veja exemplos no componente 1).

126. Considerando, por um lado, os esforços de conscientização e planejamento do governo do estado e, por outro lado, os programas de investimento para o desenvolvimento econômico, é possível concluir que as instituições do estado estão fortemente comprometidas com a redução da pobreza. Contudo, o governo do estado está preocupado com o volume de investimentos relativamente alto que não está dando bons resultados. A **sustentabilidade dos investimentos produtivos**, portanto, é uma área de grande preocupação. Frequentemente, os investimentos produtivos são preparados e executados sem uma avaliação adequada das perspectivas de mercado e das necessidades de capital de giro. Muitas vezes, aspectos organizacionais e acordos institucionais são ignorados, e surgem conflitos porque as responsabilidades não estão bem claras. Os desenhos técnicos e as questões de tecnologia são geralmente bemabordados. Contudo, os produtores nem sempre estão familiarizados com as tecnologias propostas, devido ao seu envolvimento deficiente durante a preparação das propostas de investimento.

127. Essa situação reflete uma tendência na educação profissional e em estratégias de desenvolvimento de negócios, não só em Sergipe, mas também em outros estados do Brasil, como em muitos outros países da América Latina. Geralmente, os provedores de assistência técnica são bem preparados em questões relativas a tecnologia, mas têm exposição limitada a técnicas participativas de facilitação, e menos ainda em questões relativas a empresas, como gestão de negócios e comercialização. Além disso, o setor industrial privado geralmente não é envolvido em estratégias de redução da pobreza, apesar do papel evidente que poderia exercer no desenvolvimento de produção e inserções de mercado. Em vista disso, a inovação principal do projeto é baseada em duas vertentes estratégicas. Por um lado, metodologias e processos testados serão implementados para identificar oportunidades de negócios e preparar planos de negócios sólidos e completos para produtores organizados em atividades agrícolas e não agrícolas. Em outras palavras, os investimentos produtivos seriam apoiados como parte de um plano maior, que inclui aspectos organizacionais, tecnológicos, ambientais, financeiros e comerciais. Isso exigirá o envolvimento de capacidades institucionais existentes e provedores de assistência técnica qualificados. O setor privado será ativamente envolvido no desenvolvimento dos planos de negócio e, para isso, o projeto estabelecerá um arranjo e incentivos adequados. Por outro lado, as capacidades de instituições importantes e de sua equipe técnica, assim como as de associações de produtores, serão fortalecidas para abordar adequadamente as questões comerciais e fatores de sucesso. Essa estratégia dupla permitiria a ampliação de qualidade dos investimentos produtivos e o fortalecimento da capacidade de profissionais do estado, através de um enfoque combinado prático-conceitual: aprender fazendo e formação metodológica.

### C. Meta e objetivos do projeto

128. **Enfoque do Projeto.** O enfoque do projeto considera que os pequenos produtores podem desenvolver atividades econômicas rentáveis e sustentáveis combinando uma identificação adequada de oportunidades de negócios com o desenvolvimento de capacidades e habilidades para produção, articulação em cadeias de valor, acesso a mercados e uma gestão eficiente das empresas dos pequenos produtores. A formulação e implementação dos planos de negócios, o desenvolvimento institucional e a elaboração de metodologias serão, portanto, orientados por esse enfoque.

129. A **meta do projeto** é contribuir para gerar renda e empregos sustentáveis em 15 municípios pobres do Estado de Sergipe.

130. Os **objetivos específicos** seriam: (i) apoiar grupos de produtores pobres para desenvolver negócios rurais agrícolas e não agrícolas; e (ii) desenvolver capacidade institucional pública e privada para fornecer serviços técnicos e administrativos adequados para o desenvolvimento de negócios rurais e empreendedorismo entre os pobres rurais. O primeiro objetivo específico seria alcançado mediante ampliação das capacidades produtivas e de gestão de negócios e do acesso a mercados de associações e/ou grupos de produtores. Os instrumentos do projeto seriam a provisão, a produtores e suas organizações, o co-financiamento de investimentos produtivos, assistência técnica e eventos de formação e mecanismos para o desenvolvimento de negócios rurais. O segundo objetivo específico seria alcançado mediante ampliação das capacidades das equipes técnicas de instituições públicas chave e de provedores privados de assistência técnica, tais como a empresa pública EMDAGRO, SEAGRI, ONGs, organizações de produtores e outros agentes relevantes. Os instrumentos do projeto seriam essencialmente eventos de formação e mecanismos, metodologias e kits de ferramentas para a prestação de apoio empresarial, bem como um certo apoio de infraestrutura.

#### **D. Alinhamento com políticas de desenvolvimento rural do país e e estratégias do FIDA**

131. Os objetivos e atividades do projeto estão alinhados com as estratégias e programas de desenvolvimento rural do país, especialmente os orientados ao desenvolvimento da agricultura familiar e à redução da pobreza em áreas rurais. O projeto está particularmente alinhado com a atual Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que é orientada a fortalecer as redes do ATER no nível estadual, para a provisão de serviços adequados a produtores rurais. No âmbito estadual, conforme evidenciado no Plano Plurianual 2008-2011 e no Desenvolver-SE, há um forte compromisso do Governo de Sergipe com a erradicação da pobreza rural através da promoção de potencialidades locais para geração de renda e emprego, que são a essência do projeto proposto. Ademais, o Governo Federal confirmou que o Governo de Sergipe possui espaço fiscal para se responsabilizar por um empréstimo com FIDA de até US\$ 16 milhões e o Governo de Sergipe está preparado para incluir provisões de R\$ 1,84 milhão (US\$ 1,02 milhões) em seu orçamento de 2011 para um empréstimo do FIDA.

132. Os objetivos do projeto estão totalmente de acordo com os objetivos do Desenvolver-SE, e os componentes e atividades do projeto estão de acordo com as ações priorizadas no plano de 2008-2011, particularmente o fortalecimento de economias locais e a inclusão de pobres rurais nos ciclos econômicos de cadeias produtivas dinâmicas e promissoras. Planos de desenvolvimento territorial, elaborados por meio de enfoques participativos, reforçaram a importância de promover negócios e atividades de mercado entre os pobres, assim como a necessidade de fortalecer instituições públicas e privadas para apoiar esses esforços.

#### **E. Estratégias do FIDA**

133. O alinhamento com estratégias do FIDA deve ser considerado em dois níveis: o alinhamento com o Quadro Estratégico do FIDA 2007-2010, que estabelece a orientação institucional geral, e com o COSOP Brasil, aprovado pelo FIDA em setembro de 2008, que enquadra os projetos e atividades no país.

134. O Quadro Estratégico estabelece como Meta Global “que mulheres e homens rurais em países em desenvolvimento sejam habilitados para obter uma renda mais alta e uma melhor segurança alimentar no nível familiar. Desta forma, contribuirá para a consecução do Objetivo do Milênio nº 1 – a erradicação da pobreza extrema.”

135. Para alcançar essa meta global, foram definidos seis objetivos estratégicos visando a assegurar que, no âmbito nacional, homens e mulheres pobres rurais tenham



um acesso melhor e sustentável e tenham desenvolvido as habilidades e a organização necessárias para aproveitar: (a) os recursos naturais (terra e água), que eles então são capazes de administrar de maneira eficiente e sustentável; (b) melhores tecnologias agrícolas e serviços eficazes de produção, com os quais eles ampliam sua produtividade; (c) uma ampla gama de serviços financeiros, que eles usam para necessidades produtivas e familiares; (d) mercados de insumos e produtos agrícolas transparentes e competitivos, com os quais eles se envolvem de maneira rentável; (e) oportunidades de emprego rural não agrícola e desenvolvimento de empresas, que eles exploram de maneira rentável; e (f) processos locais e nacionais de formulação de políticas e programação, nos quais eles participam eficazmente. O projeto está claramente alinhado com a Meta Global e com os objetivos estratégicos (b), (d) e (e).

136. Através do COSOP Brasil, o FIDA definiu que todas as suas ações no país devem prestar atenção especial ao grande desafio que a política de pobreza rural no Brasil enfrenta hoje: romper o ciclo vicioso de pobreza que é perpetuado pela falta de fontes sustentáveis de renda e emprego para os pobres rurais. Nesse contexto foram definidos quatro objetivos estratégicos: (1) aumentar a produção agrícola comercial dos pequenos produtores, com acesso correspondente a mercados em condições recompensadoras e sustentáveis; (2) melhorar o acesso dos pobres rurais a emprego e atividades não agrícolas em áreas rurais, com foco nas mulheres e nos jovens; (3) através da geração e disseminação de conhecimento, melhorar a capacidade dos pobres rurais e de instituições relevantes no Nordeste de coexistir com condições semiáridas, adaptar-se à mudança climática e explorar melhor o potencial de desenvolvimento da região semiárida; e (4) aprofundar a discussão sobre redução da pobreza rural e políticas de agricultura familiar no âmbito nacional e internacional.

137. O projeto foi elaborado com base nessas definições estratégicas e, portanto, está totalmente alinhado com o COSOP, particularmente com os objetivos estratégicos 1, 2 e 3. Com relação ao objetivo estratégico 4, embora o projeto não inclua ações específicas de diálogo sobre políticas, suas características inovadoras e a forte autoria do governo podem criar as condições necessárias para influenciar futuras políticas públicas orientadas a apoiar negócios rurais para pequenos produtores e impulsionar o desenvolvimento institucional na mesma direção.

## **F. Componentes do Projeto**

138. **Estratégia do Projeto.** Os principais objetivos imediatos do projeto —promover negócios rurais entre os pobres rurais e o fortalecimento institucional de organizações públicas e privadas de assistência técnica e extensão rural— revelam sua visão estratégica e armas para combater a pobreza rural, gerar renda, ocupação e emprego nas áreas rurais e para o pobre rural através da promoção de negócios entre os pobres rurais. Ambos, objetivos e estratégia, decorrem do exercício COSOP realizado em 2008, que enfatizou a necessidade de promover a inserção sustentável dos pequenos produtores aos mercados e dissimular e fortalecer as atitudes de negócios entre os pequenos produtores rurais. No passado recente, muito tem sido feito para prover infraestrutura social ao pobre rural, bem como para ampliar os mecanismos de proteção social e as políticas públicas para as áreas rurais e, em particular, para as comunidades rurais pobres. No entanto, muito menos tem sido feito para reforçar a capacidade da população rural pobre de gerar renda regularmente bem como para estimular atividades econômicas locais. Em particular, a estratégia de combate à pobreza rural predominante tem mantido, pelo menos em certa medida, os pobres rurais isolados dos mercados ao invés de tentar criar e fortalecer sua capacidade para se beneficiar do dinamismo da agricultura brasileira durante a última década. Apesar de a pobreza de fato privar os indivíduos de competências e capacidades essenciais, o COSOP registrou uma abundância de oportunidades de crescimento e desenvolvimento em áreas rurais, mesmo para os mais pobres, da mesma forma que lembrou que o estado de pobreza não pode ser igualado à incapacidade de lutar para sair da pobreza. Na verdade, a

experiência mostra que a pobreza não elimina a capacidade de empreendedorismo dos pobres e que, dado os incentivos e meios adequados, os produtores pobres e as comunidades rurais pobres poderão se tornar empresários e empresárias rurais bem sucedidas e criarem empresas comunitárias sustentáveis individual e associativamente.

**139. Os dois pilares da estratégia do Dom Távora: a promoção de negócios rurais entre os pobres e o fortalecimento das capacidades para apoiar os esforços empreendedores dos pobres rurais.** Não possibilidade de superação da pobreza sem aumentar a capacidade do pobre para produzir níveis adequados de rendimento em base sustentável. O projeto Dom Távora optou por uma estratégia baseada em dois pilares: promoção de negócios rurais entre os pobres —que não se restringe ao aumento da parcela de produtos vendidos no mercado— e reforçar a capacidade institucional necessária para apoiar os esforços de negócios rurais pobres. A promoção de negócios entre os pobres rurais requer uma mudança de mentalidade entre os interessados, especialmente produtores e serviços de assistência técnica e extensão rural. A produção muito escassa dos produtores têm sido alocada principalmente para o autoconsumo de acordo com a experiência produtiva tradicional, com vendas ocasionais de pequenas quantidades nos mercados locais e para intermediadores a preços baixos com pouca barganha de mercado, segundo a disponibilidade de excedentes e a necessidade periódica de dinheiro. A geração de renda necessariamente requer a participação de pequenos produtores no mercado, que será apoiada por uma estratégia de duas vertentes: apoiando grupos de pequenos produtores e o setor industrial privado como forças para a proposta de desenvolvimento. Fazer negócios requer a organização de todo um processo produtivo de acordo com a lógica de negócios, focalizando principalmente no atendimento das necessidades, requisitos e exigências dos mercados e dos clientes. Esta reorganização exige conhecimentos e competências adicionais de ambos, produtores e serviços de extensão, particularmente no campo da economia, marketing, contabilidade e gestão empresarial em geral. A promoção dos negócios entre a população pobre rural e pelos pobres em si exige não só esforços consideráveis para dotar e capacitar os pobres a empreenderem, mas também para desenvolver, qualificar e fortalecer a capacidade pessoal e institucional no âmbito das instituições responsáveis em promover e apoiar os esforços de negócio dos pobres rurais. Esta estratégia de dois pilares é perseguida por Dom Távora por um conjunto de atividades e instrumentos organizados em 3 componentes principais, descritos abaixo.

### **Componente 1: Desenvolvimento de negócios rurais**

140. Este componente gira em torno do primeiro pilar da estratégia do governo estadual de promover atividades rurais sustentáveis (conforme descrito em III.B) e seu objetivo é desenvolver negócios agrícolas e não-agrícolas de grupos de produtores pobres. Tem como ponto de partida duas constatações: (i) há muitas oportunidades de negócios em áreas rurais que poderiam ser aproveitadas / concretizadas por produtores rurais pobres, com benefícios para suas famílias, comunidades e economias locais, (ii) tanto a capacidade de empreendedorismo do pobre rural como o desenvolvimento de negócios rurais pelos pobres rurais foram restringidos por deficiências pessoais, materiais e institucionais de diversas naturezas.

141. **Objetivo.** O objetivo do componente é desenvolver negócios agrícolas e não agrícolas de grupos de produtores pobres. As restrições enfrentadas pela população rural pobre para empreender podem ser removidas pela concertação de ações públicas e privadas, coordenadas pelo projeto visando tanto aumentar as capacidades produtivas e de gestão empresarial como melhorar o acesso dos empreendedores rurais pobres aos mercados em geral. Assim, a estratégia do Componente I está fundamentalmente focada na qualificação do pobre rural para utilizar seus recursos escassos disponíveis de maneira eficiente e empreendedora para: (i) transformar as atividades atuais em negócios; (ii) realocar recursos para a criação de negócios novos; (iii) reforçar, expandir e ampliar negócios existentes dos pobres rurais; e (iv) inserir em negócios já existentes

e cadeias do agronegócio, quer como parceiros, provedores regulares de produtos alimentares e matéria-prima sob contrato de fornecimento e até mesmo como vendedores qualificados seja no mercado local, regional, nacional e mundial.

142. Os instrumentos do projeto seriam a disponibilização, para os produtores e de suas organizações, de co-financiamento de investimentos produtivos associado à assistência técnica integral e continuada (em produção, gestão de negócios e os aspectos de mercado) e à extensão rural (treinamento e educação contínua), ambos focados no desenvolvimento de empresas rurais de acordo com os planos de negócios aprovados. Os planos de negócios devem estabelecer e definir todas as etapas, recursos, ações e contribuições do projeto, beneficiários, empresas privadas e outros participantes e interessados, necessários para garantir a rentabilidade e sustentabilidade do negócio proposto. Um arranjo de incentivos que fomenta o envolvimento do setor privado será estabelecido pelo projeto de maneira experimental. O plano de negócios será um instrumento fundamental para todas as operações de campo do projeto em apoio aos grupos de beneficiários e, como tal, sua preparação desempenhará um papel estratégico na implementação do projeto. A elaboração de planos de negócios deve harmonizar a abordagem de oferta que orientará as ações da SEAGRI e EMDAGRO nos limites do âmbito e objetivos do projeto, com a abordagem de demanda que deverá mobilizar os potenciais beneficiários e empresas privadas tanto para participar do projeto como para cumprir as exigências de participação.

143. **Resultados previstos.** Prevê-se que cerca de 10.000 famílias pobres estariam envolvidas na formulação de planos de negócios a serem co-financiados pelo projeto. Supondo que os planos de negócios envolvam em média cerca de 25 famílias, o projeto forneceria assistência técnica para a preparação de cerca de 400 planos. Esses planos seriam selecionados mediante um processo de triagem de ideias de negócios e avaliação dos planos. Portanto, considerando que cerca de 20% das atividades sejam interrompidas em alguma etapa, o projeto espera co-financiar investimentos e fornecer assistência técnica para a implementação de cerca de 320 planos (8.000 famílias). Finalmente, para promover a inovação, o projeto considerará o co-financiamento de cerca de 84 planos individuais inovadores, selecionados de maneira competitiva com base em sua possível contribuição.

144. **Custo.** O custo total desse componente é de US\$ 27,9 milhões. Os custos incluem: cerca de US\$ 60 000 para estudos estratégicos sobre arranjos produtivos e eventos promocionais no âmbito local e regional; cerca de US\$ 1,5 milhão em assistência técnica para preparação e avaliação dos planos; cerca de US\$ 3,1 milhões em assistência técnica para implementação dos planos; cerca de US\$ 1,2 milhões para orientação e monitoramento dos assistentes técnicos; cerca de US\$ 1,7 milhão de custos operacionais associados à provisão e monitoramento da assistência técnica; cerca de US\$ 22,2 milhões para investimentos nos planos de negócios; e cerca de US\$ 700 mil para imprevistos.

145. Os objetivos e orientação estratégica mencionados acima justificam as seguintes linhas de ação:

146. **Assistência técnica integral e contínua.** Embora reconheça as limitações em termos de provedores de assistência técnica qualificados, com perspectiva comercial e experiência de negócios, a agência executora e as instituições parceiras implementarão metodologias e processos destinados a identificar oportunidades de negócios, preparar planos de negócios sólidos e sustentáveis para produtores organizados e fornecer apoio técnico para a execução de tais planos. Prestadores de assistência técnica públicos e privados serão identificados, avaliados e convidados a participar das atividades do projeto. O projeto irá adotar uma estratégia suportada em duas vertentes: focando no apoio a grupos de pequenos produtores e no setor industrial privado como forças do processo de desenvolvimento proposto. No último caso, o setor privado poderia assumir

a responsabilidade de assistência técnica aos produtores participantes enquanto o projeto apoiaria investimentos em desenvolvimento de capacidades e ativos produtivos. De modo complementar, o componente 2 canalizará recursos e mobilizará as capacidades existentes para formar profissionais e produtores com perspectiva empresarial e para desenvolver metodologias a serem implementadas para a promoção de empresas rurais. O projeto também discutirá a possibilidade de introduzir, de forma temporária, um programa de incentivos que motivem e aumente o desempenho do pessoal de extensão.

147. A assistência técnica e extensão rural devem ser prestadas de forma integral e contínua, abrangendo todas as fases do negócio, desde a produção primária e transformação até a estratégia de mercado e o relacionamento cliente-produtor, sempre com visão e perspectiva de negócio sustentável. Para este fim, os serviços de assistência técnica devem levar em conta as diferenças entre a situação inicial dos produtores e a complexidade do negócio proposto. No caso de produtores com nível de organização avançado, os serviços de assistência técnica deverão apoiar a preparação dos planos de negócio com base nas propostas apresentadas diretamente pelos beneficiários potenciais. Tais planos devem ser preparados com ou sem a intermediação / participação de instituições parceiras ou de empresas privadas, e devem se basear em negócios existentes que ofereçam potencial para expansão e aperfeiçoamento.

148. Os serviços de assistência técnica poderão ser integralmente financiados e proporcionados pelo projeto ou por empresas privadas envolvidas na preparação de planos de negócios. No caso sejam proporcionados pelo Projeto, poderão ser fornecidos pela EMDAGRO, por fornecedores privados contratados ou diretamente pelos próprios beneficiários. O projeto deve estabelecer parcerias inovadoras com agências de assistência técnica, tais como SEBRAE, Universidade Federal do Estado de Sergipe, organizações de produtores, escolas técnicas, ONGs e empresas privadas; neste contexto poderá financiar as atividades dos parceiros no âmbito de contratos e acordos baseados explicitamente em resultados e que incluam os meios para a prestação adequada do serviço contratado.

149. **Organização e promoção de grupos de beneficiários** para apresentar idéias e propostas de negócios. No caso dos grupos menos organizados, as atividades incluem principalmente ações de promoção, motivação e organização dos produtores, que são consideradas como preparatórias para a apresentação de propostas de negócio. Estas atividades incluem reuniões de trabalho e treinamento para promover a organização de grupos produtivos, difusão de informações, intercâmbio e contatos com pequenos empreendedores rurais bem sucedidos e empresas privadas, além de um trabalho de extensão contínuo com o objetivo de despertar o interesse e preparar o grupo para participar de negócios. O trabalho de extensão focalizará os produtores jovens locais, homens e mulheres, e nas atividades pré-identificadas com reconhecido potencial produtivo e de mercado e para absorver mulheres e os jovens. Em paralelo, o componente 2 fornecerá treinamento contínuo para os produtores e suas organizações, bem como para as agências parceiras e interessados na promoção e gestão do negócio rural. Também fazem parte do processo de capacitação dos produtores e suas organizações todos os processos de identificação de negócios, formulação e implementação de planos de negócios.

150. **Estratégia de financiamento.** A promoção de negócios entre os pobres rurais exigirá mudanças quantitativas e qualitativas no processo de produção dos pequenos produtores. Por um lado, para a grande maioria da população beneficiária, a abertura de um negócio requer a ampliação da excedente comercializável para além dos níveis atuais, hoje limitada pela alocação de recursos escassos para o autoconsumo e não pela lógica comercial. Remover estas restrições exigirá investimentos tanto nos estabelecimentos como em instalações adequadas de processamento e comercialização. O projeto co-financiará estes investimentos na modalidade de subvenção. Esta linha de atuação incluiria: o co-financiamento de investimentos nos estabelecimentos dos

membros dos grupos envolvidos em planos de negócios de acordo com os critérios gerais de elegibilidade definidos no Manual de Implementação do Projeto, investimentos em instalações associativas e instalações e/ou equipamentos definidos nos planos de negócios. Embora reconhecendo as restrições impostas pela pobreza, a estratégia financeira também reconhece a disponibilidade de recursos no Brasil ao alcance dos pequenos agricultores pobres e, portanto, foi desenhada para funcionar como um instrumento auxiliar de seleção. A estratégia financeira procura combinar as facilidades concedidas pelo projeto a condicionalidades que mobilizam incentivos individuais e associativos e que deveriam se traduzir em esforços mensuráveis para o sucesso do empreendimento: para acessar os benefícios financeiros do projeto os beneficiários deverão aportar a sua própria contribuição como um símbolo de seu compromisso e empenho para o sucesso do negócio proposto. Além disso, o projeto irá implementar medidas adequadas para garantir o acesso de pequenos produtores a crédito de curto prazo, por exemplo, ao estabelecer acordos com provedores de financiamento como condição à aprovação do plano de negócio.

151. O acesso ao apoio financeiro para investimento produtivo (instalações de tratamento, novas tecnologias, etc.) é condicionado à aprovação do Plano de Negócios, de acordo com as regras estabelecidas no Manual de Implementação do Projeto. Como princípio, o projeto subvencionará até 50% do total de investimentos produtivos e os beneficiários contribuirão com uma participação mínima de 50%. A contribuição dos beneficiários pode incluir o valor dos ativos próprios, aporte financeiro e de trabalho alocados ao negócio proposto (equipamento, maquinário, terra, poupança, crédito ou doação de terceiros). No início do projeto, o tipo e tamanho da contribuição requerida será reavaliada. . O financiamento subvencionado será limitado a US\$ 1 000 por família beneficiária. Enquanto o financiamento do investimento produtivo será compartilhado com os beneficiários, a assistência técnica e o treinamento serão financiados pelo projeto ou por empresas privadas envolvidas nos planos de negócio. Subvenções de até US\$ 30 000 poderiam ser aprovadas pelo Secretário da SEAGRI após análise técnica da Unidade de Gestão do Projeto (UGP) e provedores de financiamento (BNB, BB, BANESE ou outros<sup>13</sup>). Subvenções de US\$ 30 000 a US\$ 100 000 seriam submetidas à aprovação do Comitê Executivo, após a análise técnica pela UGP e provedores de financiamento (BNB, BB, BANESE ou outros). O projeto não financiaria capital de giro. Para aprovar a concessão de financiamento todos os produtores engajados no plano de negócios devem atender aos critérios de elegibilidade do PRONAF, e pelo menos 50% deles devem pertencer à categoria B. O financiamento dos planos de negócio seguiria um declínio gradual, de forma que no final do projeto os beneficiários teriam a possibilidade de assumir o controle total do investimento de seus planos de negócio.

152. Além do co-financiamento, o projeto apoiará os beneficiários para que tenham acesso ao crédito oferecido pelos prestadores de serviços financeiros existentes, desempenhando um papel de intermediário entre a oferta e a procura. Embora os recursos financeiros estejam disponíveis (o orçamento do PRONAF para 2010-2011 é de R\$ 16 bilhões), os principais fornecedores (BNB e BB) não são capazes de atender toda a demanda por crédito, que fica parcialmente descoberta. Isto se deve à: (i) falta de conhecimento entre os agricultores pobres sobre as linhas oferecidas e procedimentos de acesso ao PRONAF; (ii) falta de capacidade dos agentes do crédito oficial para prestar assistência aos clientes em termos de desenvolvimento de planos de negócios e gestão de crédito, e; (iii) a conseqüente exigência dos bancos para com os agricultores contem com assistência técnica certificada, como forma de garantir o recebimento do empréstimo.

153. O projeto apoiaria, portanto, o acesso dos beneficiários ao crédito de diferentes maneiras. Celebraria acordos com os diferentes prestadores de serviços financeiros para

---

<sup>13</sup> Os parceiros de financiamento que farão a avaliação dos planos de negócio com a UGP serão pelo menos aqueles participando no financiamento (por exemplo, fornecedores de crédito de curto prazo)..

facilitar a oferta de crédito aos beneficiários do projeto, que contarão com assistência técnica assegurada pelo projeto para a elaboração e implementação dos planos de negócios. Esta assistência técnica minimizará os riscos do negócio e, portanto, incentivará os bancos a financiar os projetos dos beneficiários. Para cada plano de negócio a ser financiado, o projeto apoiará os beneficiários a identificar o agente financeiro mais adequado a sua necessidade, de acordo com: (i) o tipo de atividade agrícola e não-agrícola a ser financiada; (ii) o montante do empréstimo; (iii) a experiência anterior dos beneficiários na gestão do crédito, e (iv) a localização geográfica dos beneficiários. Mesmo se o PRONAF for a principal fonte de financiamento, não será necessariamente a única. Finalmente, o projeto promoverá a adesão gradual dos agricultores da vizinhança às cooperativas de crédito existentes, de forma a permitir o seu crescimento. As cooperativas de crédito são de fato as instituições mais efetivas na provisão de assistência financeira a seus membros (embora sejam muito pequenas e também as mais caras), ao passo que aos bancos maiores falta capacitação técnica para lidar com pequenos produtores. Em paralelo, o projeto promoverá o estabelecimento de potenciais parcerias com empresas privadas (agro-indústrias, supermercados) dispostas a organizar sua cadeia de abastecimento investindo com os pequenos produtores. Por exemplo, este poderia ser o caso de contratos justos de fornecimento ou integração vertical, onde a empresa se compromete a comprar a produção, adiantar os custos operacionais (insumos), prestar assistência técnica e recuperar seus gastos no final do processo ao pagar os produtores.

154. **Diretrizes para implementação do Componente 1.** As orientações detalhadas para a implementação do componente estão no PIM e derivam da concepção estratégica do projeto. Por um lado, existe a busca fundamental de sinergia e cooperação com outras organizações públicas e privadas que trabalham na mesma área e perseguem objetivos de desenvolvimento similares. Por outro lado, uma visão integral do negócio, da produção à comercialização, em bases sustentáveis, é conjugada com uma visão integral da necessidade de assistência técnica e extensão rural. Neste sentido, o Dom Távora, por sua vez, atentará para as oportunidades de transformar investimentos produtivos subutilizados ou até mesmo abandonados feitos por outros projetos em iniciativas de negócios sustentados liderados por membros das comunidades. Muitos desses investimentos fracassaram por causa de um ou da combinação dos seguintes problemas: falta de investimentos complementares marginais, deficiência ou equívoco da concepção e desenho do projeto, falta de assistência técnica, debilidade dos recursos humanos e falta de / e ou capacidade de gestão insuficiente tanto no plano dos estabelecimentos como associativo. Apesar de incentivar a inovação, o projeto adotará uma atitude inicial cautelosa no que diz respeito aos negócios a serem apoiados. Em sua fase inicial, o projeto deve procurar melhorar, consolidar e expandir as experiências já conhecidas de negócios rurais, a maioria feita em base informal por pequenos empresários pertencentes ao grupo alvo. Os planos de negócio apoiados devem dar prioridade a tecnologias de custo baixo compatíveis com a experiência local e a capacidade dos grupos alvo de assumir o risco. Em alguns casos, a opção preferível podem ser desenvolvimentos de pequena escala de forma piloto a serem expandidos caso resultem exitosos. O apoio a estas iniciativas de negócios informais, muitas das quais são bem sucedidas e / ou têm um bom potencial para o sucesso, serviria de base para o projeto construir gradualmente a sua base própria de conhecimento e experiência e, portanto, para se qualificar para evoluir e se engajar em novas e mais complexas iniciativas.

155. As propostas de negócios deverão ser inseridas em *clusters* ou cadeias de valor previamente identificadas na área do projeto, com base em informações sistematizadas existentes e novos estudos estratégicos. O projeto analisará as informações das cadeias de valor a partir de fontes-chave e desenvolverá a capacidade em inteligência de negócios e de mercado (componente 2) em estreito diálogo com todas as partes interessadas nas cadeias de valor e em particular as empresas privadas. Isso facilitará a identificação das oportunidades de negócios, das condições gerais e dos requisitos para o

sucesso assim como dos fatores positivos e negativos a serem considerados pelo plano de negócios.

156. Os **planos de negócio** deverão se constituir ferramenta para os produtores e eventualmente para empresas privadas para realizarem seus investimentos e operações, facilitar a mobilização de fundos do projeto e de outros recursos. Os limiares definidos no PIM, portanto, não limitam os investimentos previstos nos plano de negócios, que poderiam ser maiores do que aqueles passíveis de financiamento pelo projeto. Os planos de negócios devem incluir: descrição do grupo de produtores interessados e membros das famílias; descrição de empresas privadas interessadas; antecedentes, justificação, objetivo e atividades do plano; tecnologia proposta e especificações técnicas dos principais ativos; necessidades de treinamento e assistência técnica proposta; avaliação ambiental, legislação e ações de mitigação; contatos e arranjos do mercado, especificando volumes, preços e qualidade; organização e gestão; principais fatores de sucesso e riscos; investimentos necessários; renda estimada, custos fixos e custos variáveis; fluxos financeiros estimados; necessidades de crédito no curto e longo prazo (com acordo assinado da instituição financeira, especialmente para crédito de curto prazo); análise de viabilidade; cronograma de implementação; desenhos de construção ou engenharia para infraestrutura ou investimentos. Como mencionado anteriormente, os planos de negócio também podem constituir ferramenta para o setor privado assumir a responsabilidade de desenvolver inserções de mercado para pequenos produtores numa perspectiva de jogo de soma positiva. No início do projeto, um arranjo será desenvolvido, incluindo incentivos e salvaguardas apropriadas.

157. O Componente 1 envolve vários processos, insumos e partes interessadas, que são resumidas da seguinte forma: (i) Priorização dos arranjos produtivos, *clusters* ou cadeias de valor por território, dentro da área do projeto, com base em informações sistematizadas existentes, novos estudos estratégicos e inteligência de mercado; (ii) Promoção do projeto dentro da área de abrangência do projeto; (iii) Identificação e análise participatória da viabilidade de idéias de negócio, grupos de produtores ou associações elegíveis e potenciais empresas privadas, com visitas de campo e reuniões de trabalho; (iv) Organização de editais públicos para receber e analisar idéias e propostas de negócio; (v) Formulação e análise de viabilidade dos planos de negócios; (vi) Avaliação e aprovação de planos de negócios apresentados formalmente.

158. **Principais insumos** do componente 1 seriam: informação sistematizada a partir de fontes-chave sobre *clusters* ou cadeias de valor, Manual de Implementação do Projeto, assistência especializada em comunicação, listas de referência de associações existentes de produtores, empresas do setor privado e prestadores de assistência técnica, orientações e guias para preparação e análise das idéias de negócio, guias para avaliar grupos de produtores ou associações interessadas, diretrizes para avaliar e selecionar os planos de negócios mais promissores, recursos financeiros do projeto, contribuição dos beneficiários e prestadores de crédito de custeio, normas e orientações para a contratação e gestão financeira dos recursos públicos.

159. **Principais participantes** do componente 1 são: associações de produtores ou grupos; Unidade de Gestão do Projeto (UGP); outras direções / setores da agência executora; parceiros estratégicos institucionais, tais como SEBRAE ou o programa de arranjos produtivos locais da SEDETEC, que visa coordenar as operações estaduais e federais em cada cadeia de valor; empresas privadas ligadas a investimento rural; prestadores de serviços de assistência técnica; especialistas rurais em projetos de negócios e consultores especializados.

160. Embora esse componente se destine a responder às iniciativas de negócios preparadas e apresentadas durante a execução do projeto, a dispersão de atividades seria reduzida mediante a priorização de arranjos produtivos ou aglomerados por

território. Com base numa avaliação preliminar, os **planos de negócios** poderiam ser inseridos nas seguintes atividades econômicas:

161. **Caprino e ovinocultura.** Esta atividade produtiva está bem estabelecida nos territórios do semi-árido, uma vez que caprinos e ovinos são resistentes à seca e sua carne é demandada nos mercados locais (carne de carneiro é importada do sul do Brasil e do Uruguai). A maior parte dos animais é comprada na porteira da fazenda e processada em matadouros informais. Em Sergipe, apenas um abatedouro privado formal está em funcionamento, e várias instalações municipais não são utilizadas. As famílias pobres têm rebanhos de caprinos relativamente pequenos porque a disponibilidade de terra é limitada. A produção de leite de cabra é a mais baixa dentre os estados nordestinos, mas está aumentando progressivamente e hoje alcança 1 000 litros/dia. Alguns criadores de cabras associados incorporaram processos iniciais na cadeia de valor. Em Sergipe existem cerca de sete pequenas centrais de laticínios administradas por produtores individuais ou grupos de produtores com capacidade para processar e comercializar iogurte e queijo nos mercados locais e institucionais. A demanda incipiente em Aracajú por produtos naturais e orgânicos dá sinais de aumento, e abre possibilidade de promoção para o leite de cabra (laticínios, cosméticos); os dados recentes mostram um aumento da demanda nacional por esses produtos.

162. Neste contexto, o projeto adotará a seguinte estratégia: i) promover o aumento e melhoria dos rebanhos caprino e ovino por meio do melhoramento genético (rebanho caprino de dupla finalidade para melhorar a qualidade da carne e a produção de leite de cabra), nível infra-estrutura produtiva dos estabelecimentos, alimentação e práticas sanitárias em conformidade com as condições locais (confinados ou semiconfinados, com alimentos complementares e forrageiras como palma ou plantação de palma orelha de elefante, *Opuntia sp.*); ii) apoiar o desenvolvimento de matadouros formais geridos por organizações de produtores e / ou relações com o abate formal privado para melhorar o acesso ao mercado de restaurantes e supermercados ofertando carnes de melhor qualidade; iii) apoiar o desenvolvimento e a articulação com laticínios. Para isso os planos de negócios em potencial deveriam considerar melhorar e ampliar as instalações existentes, melhorando a capacidade de gestão produtiva e empresarial dos responsáveis. Os investimentos podem incluir a melhoria da produção de leite, infra-estrutura e equipamento de processamento, instalações de resfriamento e assistência técnica. Capital de giro pode ser uma restrição importante se o leite é pago aos produtores na entrega; no entanto, a produção de leite também pode ser paga uma vez que o produto é processado e vendido. Um grande desafio para as plantas existentes e novas é atender às regras sanitárias estipulados pelos municípios, estado e governo federal, condição para manter e ou ampliar o acesso comercial e os mercados institucionais.

163. **Piscicultura e processamento.** Esta atividade tem um bom potencial para expansão porque a demanda local e regional está crescendo, a produção de peixe é bem desenvolvida em Sergipe e disponibilidade de recursos hídricos. Sergipe é o maior produtor de alevinos de tilápia e vários provedores de serviços privados vinculados à produção de camarão e de peixe também mantém relações com pequenos produtores. A produção de peixes pode ser feita em gaiolas flutuantes em rios e lagoas, ou em viveiros naturais ou artificiais. A piscicultura em Sergipe envolve principalmente a produção de tilápia e os pequenos produtores são responsáveis por uma parte significativa da produção do estado. Atualmente vendem principalmente nos mercados locais e para os programas públicos de aquisição de alimentos. Segundo alguns especialistas, as perspectivas de mercado são boas; atualmente o mercado local absorve 3 toneladas por dia de tilápias frescas e haveria potencial para 25 toneladas. Os supermercados oferecem potencial de mercado que poderia ser desenvolvido, mas como praticam preços baixos os produtores teriam que aumentar a produção e reduzir custos fixos da produção primária. Os pescadores artesanais e os piscicultores ficam muito vulneráveis após a despesa dos peixes. Alguns criaram sólidas relações com comerciantes do



mercado de peixe, mas a maioria é vulnerável ao poder de barganha de preços dos intermediários e agentes do mercado de pescado fresco. Apoiados por um programa público algumas associações de pequenos pescadores iniciaram atividades de processamento destinadas a reduzir sua vulnerabilidade após a captura, mas a experiência falhou, principalmente porque o volume de peixes era insuficiente para cobrir os custos fixos. O processamento incluiu a evisceração, limpeza, empacotamento e equipamentos de refrigeração.

164. Os futuros planos de negócios deveriam estimular a produção primária a partir das iniciativas existentes, que essencialmente necessitam investimentos em infra-estrutura, gaiolas ou viveiros de peixes e equipamento para alimentação e tratamento. Capital de giro é importante na atividade; a ração comercial usada é cara e não é facilmente substituída. Embora a piscicultura admita diferentes escalas produtivas, o licenciamento ambiental pode limitar operações de escala média. Operações em pequena escala são normalmente gerenciadas por produtores individuais; ainda assim, compras de insumos e vendas de pescado em associação são fortemente convenientes. Além deste apoio produtivo, os futuros planos de negócios poderiam emular a experiência de processamento, já que ainda existe uma grande demanda por esses serviços. Tais investimentos teriam que ser condicionados à garantia de um nível de produção mínima de peixes e de escoamento. Parcerias com o setor privado, em particular com prestadores de serviços dispostos a investir nos mercados de pescado, deveriam ser procuradas; essa relação poderia ser desenvolvida por meio de planos de negócios conjuntos para contribuir para o desenvolvimento de *clusters* e coordenação entre os agentes envolvidos. Os investimentos podem incluir infra-estrutura apropriada, equipamentos, instalações frigoríficas, assistência técnica e, eventualmente, meios de transporte. Esta atividade geralmente requer um esforço conjunto e acordos especiais com os fornecedores de peixes para manter o capital de giro num nível razoável. Esta atividade gera, facilmente, emprego para as mulheres na administração dos negócios ou no processamento de peixe.

165. **Aquicultura.** Trata-se de um bom exemplo de uma iniciativa inovadora. A criação de ostras é uma atividade crescente no Baixo São Francisco, iniciada por um indivíduo com capacidade empresarial. Ele conseguiu receber apoio de uma instituição nacional para participar de um treinamento em aquicultura. Com base em suas aptidões e no treinamento recebido, iniciou uma criação de ostras, com capital limitado. Sua estratégia de mercado baseia-se na entrega diária de ostras frescas a clientes fixos em Aracaju, restaurantes que atendem a demanda local e de turistas. Após alguns anos de operação, introduziu outras famílias a esta atividade, já que a demanda é muito maior do que a sua capacidade atual de fornecimento. Alguns planos de negócios poderiam seguir essa iniciativa que requer investimentos simples: materiais localmente disponíveis, gaiolas, equipamento de manuseio, assistência técnica, instalações frigoríficas e meios de transporte. As ostras podem ser obtidas mediante reprodução natural. Embora essa atividade esteja evoluindo como operações individuais, já que o capital necessário é relativamente baixo, a conservação e o transporte podem se beneficiar de uma ação associada.

*Miguel é um produtor de ostras inovador e dinâmico que introduziu o cultivo na área e disseminou o cultivo entre os pequenos produtores vizinhos. Como um mecânico de oficina numa vila pequena do vale do São Francisco, Miguel ganhava menos que um salário mínimo. Entretanto, ele aproveitou a oportunidade de visitar grandes produtores de ostras no estado de Santa Catarina no sul graças a uma visita de intercâmbio. Ele teve contato com as técnicas de produção e replicou as técnicas nos manguezais próximos a sua vila. Primeiramente ele selecionou as sementes de ostras crescendo naturalmente na sua área e desenvolveu uma tecnologia de custo baixo adaptada às condições locais utilizando reservatórios de árvores de coqueiro, que são bastante abundantes na área. O total investido em mão de obra e*

*material foi de aproximadamente USD 150. Pela sua própria iniciativa ele mesmo prospectou contatos de venda para fornecer aos restaurantes das cidades turísticas e capital do estado, Aracaju. Atualmente, Miguel domina o ciclo de produção e vende suas ostras de acordo com a demanda. Ele pode comprar um telefone celular e estabeleceu um acordo com um transportador local de modo a melhorar sua conexão à capital. Ele ganha aproximadamente USD 3500 líquidos por ano (aproximadamente 11 salários mínimos/mês). Como a demanda por ostras está crescendo em Aracaju e outras cidades da costa, Miguel ensinou aos seus vizinhos as técnicas do manejo da produção e assim disseminou a produção. De modo a aumentar a renda e oportunidades de empregos através da disseminação do cultivo entre pequenos produtores, o projeto estabeleceu as condições para o provimento de assistência técnica e acesso às possibilidades de investimento (doações e programas de crédito). Obviamente, é necessário efetuar estudos participativos de mercado de modo a melhor avaliar a capacidade do mercado local de absorver a produção incremental, mesmo através do fomento de contratos com compradores. A cadeia fria é também um elemento chave que deve ser melhorado de modo a atender os requerimentos sanitários. A revisão das condições ambientais também é outro elemento central de modo a estabelecer o impacto ambiental e os requerimentos legais.*

166. **Criação especial de aves.** O Brasil é o segundo maior produtor mundial de aves, atividade realizada principalmente por empresas de tamanho médio a grande com base na integração da produção de produtores autônomos. De outro lado, a produção especial de aves (galinha caipira) está atraindo o interesse dos pequenos produtores, cuja participação é crescente, aproveitando oportunidades criadas pelos programas públicos de aquisição de alimentos e nichos especiais nos mercados locais, particularmente associados a consumidores com preferência por galinha caipira e criação ao ar livre. Os pequenos produtores normalmente criam de 200 a 500 aves e vendem para intermediários e ou pequenos abatedouros informais. Como a demanda é crescente e as aves são importadas de outros estados, alguns empresários estão interessados em desenvolver contratos com pequenos criadores nos moldes da integração vertical. Algumas associações de pequenos produtores de aves montaram, com sucesso, abatedouros de aves que atendem às normas municipais; o desafio agora é obter a certificação estadual e federal para garantir o acesso a mercados institucionais e estabelecimentos comerciais.

167. O apoio à produção avícola exige investimentos em galpões e equipamentos. O capital de giro pode ser uma limitação ao sucesso, já que os pintos e a ração geralmente são comprados de fontes comerciais. A preparação da ração no próprio estabelecimento pode reduzir os custos se atingir uma escala mínima. Assim, a produção de ração, a compra de insumos e a venda de aves podem ser mais eficientes se feitas em associação. Há potencial para vários planos de negócios nesses moldes; contudo, arranjos de mercado sólidos são essenciais para a sustentabilidade do negócio. Para tanto, planos de negócios em conjunto com os agentes privados interessados em desenvolver contratos de integração poderão ser apoiados. Planos de negócios potenciais poderiam incluir instalações complementares de processamento de aves e demandariam investimentos chaves tais como: infraestrutura e equipamento apropriado, instalações frigoríficas, assistência técnica e, eventualmente, meios de transporte. Esta atividade é mais eficiente como iniciativa associativa e gera facilmente emprego para as mulheres na administração do negócio ou no processamento de aves.

*Em 2008, a assistência técnica do município de Ribeirópolis fomentou a produção de galinha caipira entre um grupo de criadores de animais e produtores de milho. A ideia era de aproveitar a oportunidade aberta pelo programa de compras públicas da CONAB principalmente no que se refere às compras de agricultores familiares para a distribuição de alimentação escolar*

*nos municípios. O provedor de assistência técnica local primeiramente apoiou os pequenos produtores a acessar o crédito do PRONAF e ofereceu assistência técnica nas técnicas de manejo de unidades de reprodução semi-intensivas de galinhas caipiras. Levando em compra que a compra da produção estava garantida, as mulheres e jovens tomaram o risco de investir e desenvolver progressivamente e processar a sua produção de milho que geralmente era vendida a preços baixos durante a colheita. Além disso, o grupo de produtores criou uma associação com 20 membros para estabelecer um abatedor para processar as galinhas. O investimento individual foi de aproximadamente USD 1600. Ao produzir por volta de 400 galinhas ao ano e vendendo a 3.5 USD/kg, cada família pode ganhar agora por volta de USD 1250 líquido. Em linha com a análise efetuada durante a missão de campo, tal nível de produção requer 100 dias de trabalho/ano. Este nível de produção, portanto, permite ganhar o equivalente a USD 12/dia, criando um caso de sucesso no auto-emprego. Obviamente, isso foi possível devido ao programa de compra pública. A estratégia de grupos de produtores agora é voltada aos mercados locais, por exemplo, ao desenvolverem parcerias com intermediários e pequenas empresas de processamento ligadas ao mercado orgânico. Para isso também o grupo precisa melhorar as condições sanitárias de produção.*

168. **Produção de mel e pólen.** Essa atividade é realizada principalmente por pequenos produtores como atividade complementar do sistema de produção. A produção é vendida nos mercados locais, mercados institucionais e intermediários que, por sua vez, vendem para grandes empresas de outros estados como Ceará e Bahia. As condições climáticas e a vegetação dos territórios semi-áridos são geralmente adequadas para a produção de mel. No entanto, como a caatinga sergipana é relativamente deteriorada, a apicultura seria sustentável se desenvolvida em áreas com cobertura vegetal remanescente e / ou associadas com pequenos investimentos de reflorestamento. Por outro lado, a vegetação das áreas costeiras permite a coleta de pólen o ano todo.

169. Planos de negócios poderiam ser concebidos em benefício dos atuais e novos produtores de mel e pólen. Os investimentos em geral envolvem colmeias, equipamento e assistência técnica. Embora o mel possa ser vendido a intermediários ou outros produtores que dispõem de instalações de processamento, a produção de pólen exige instalações certificadas para limpeza, secagem e empacotamento. Já o manuseio das colmeias é de responsabilidade individual. Em conformidade com a atividade anterior, os produtores de mel e pólen precisam de instalações de coleta e empacotamento. Já que as perspectivas de mercado são favoráveis para a produção de mel e pólen, a oferta provavelmente vai aumentar substancialmente nos próximos anos. Isso provocará a necessidade de aumentar a capacidade de coleta e empacotamento mediante novas operações ou ampliação das instalações existentes. O projeto poderia apoiar planos de negócios destinados a aproveitar essas oportunidades. Esta atividade tem potencial para gerar emprego para as mulheres na administração do negócio ou no processamento de pólen.

170. **Processamento de frutas especiais.** Em Sergipe o processamento da polpa de frutas é realizado por poucas empresas de tamanho médio. A polpa é em geral vendida para lojas locais e regionais, supermercados, intermediários e empresas agroalimentares de porte pequeno e médio. Embora a produção tradicional de frutas seja uma atividade que geralmente requer uma escala média para ser viável, as famílias pobres podem fornecer frutas que crescem naturalmente aos mercados e unidades de processamento. Este é o caso de umbu e mangaba, entre outras. Algumas famílias nas áreas rurais reuniram algum capital para construir instalações de processamento de frutas e aproveitar a produção e coleta de frutas. Contudo, várias unidades precisam melhorias para obter a certificação estadual e federal, condição necessária para o acesso aos mercados institucionais e a grandes supermercados. Os planos de negócios poderiam

envolver a melhora dessas instalações ou o estabelecimento de novas instalações com condições adequadas. Projetos anteriores contribuíram para o estabelecimento de operações semelhantes. Contudo, as limitações de capital de giro e problemas de organização não permitiram um funcionamento apropriado. Pode-se desenvolver planos de negócios em torno dessas instalações, mas assegurando desta vez que os fatores de sucesso sejam cobertos de maneira apropriada.

**171. Produção de roupas e artesanato.** Esse arranjo ou aglomerado produtivo é particularmente relevante para famílias pobres devido ao potencial de geração de emprego e impacto sobre o turismo e outros arranjos produtivos. Há várias comunidades na área do projeto em que as mulheres já adquiriram aptidões e experiência na produção de roupas e artesanato. A maior parcela da produção é vendida para intermediários que têm contatos comerciais com lojas de artesanato e de tecido em Sergipe e na Bahia. No caso roupas com o estílo da Bahia, algumas mulheres empreendedoras das comunidades reúnem a demanda, os insumos e contratam o trabalho de outras mulheres dos grupos. De fato, embora os atuais clientes prefiram negociações e arranjos de entrega com grupos, a fabricação em geral é feita individualmente. Muitas vezes, porém, as mulheres com equipamento melhor contratam os serviços de outras mulheres da comunidade. Esse mercado é altamente competitivo e sazonal, e geralmente gera salários baixos. O sucesso em geral depende da capacidade dos produtores de diversificar seus modelos e ajustar a capacidade de entrega para responder a pedidos do mercado novos ou inesperados. A associação entre mulheres da comunidade é muito apropriada para ajustar a capacidade de produção. As mulheres envolvidas nessa atividade basicamente precisam de máquinas de costura industriais e manuais, equipamento, assistência técnica e capital de giro para manter a produção enquanto espera pelo pagamento dos clientes (geralmente algumas semanas). Alguns artesanatos podem ser essencialmente produzidos sem grandes investimentos – apenas mão de obra e matéria-prima. Pode-se preparar planos de negócios para fortalecer esses grupos ou equipar novas gerações de mulheres.

*No distrito de Tobias Barreto, um grupo de 50 mulheres de 6 cidades pequenas trabalham juntas desde 2002 para produção de vários tipos de roupa e bordados. Elas criaram a Associação de Artesanato Samambaia e o grupo participou de vários treinamentos do Senac e Sebrae sobre técnicas de produção e contabilidade. No galpão da associação que elas alugam, o trabalho é programado de acordo com as 22 máquinas de costura e algumas delas também trabalham nas máquinas desde suas casas (geralmente máquinas comuns). Atualmente aproximadamente 70 tipos de produtos são elaborados. A maior parte da produção é composta por roupas de qualidade média vendidas a preço baixo no mercado local e na Bahia. Outra parte pequena da produção é composta por bordados percal com alta qualidade e preços altos comercializados na Bahia e outros estados. Os produtos de alta qualidade requerem mais trabalho, insumos melhores e máquinas de costura industriais. A produção de roupa é uma atividade exclusivamente feminina, e durante as entrevistas as mulheres mencionaram as seguintes duas vantagens principais: i) a produção de roupas é a única possibilidade existente para acessar renda nesta área remota, a exceção dos programas públicos de transferência de renda; ii) este tipo de trabalho oferece flexibilidade: elas podem escolher trabalhar no galpão associativo ou em casa enquanto as crianças estão dormindo. A gestão da produção é organizada sendo as vendas e fornecimento coletivos, a produção do galpão coletiva e somente a produção própria é individual. O preço de cada produto é determinado de acordo com custos de manufatura. A proximidade à Bahia facilita acessar um mercado grande que é o principal mercado para o grupo Samambaia. Nestas condições, elas podem ganhar por volta de USD 200/mês, ou seja, menos que a renda média (lembrando que não é uma atividade de dedicação integral).*

*Entretanto, este ativo produtivo e organizacional é insuficiente para atender as demandas do grupo em termos de quantidade e qualidade. Com mais e melhores máquinas o grupo poderia conquistar uma produtividade melhor e maior. O projeto poderia contribuir no fortalecimento produtivo do grupo por meio de: i) contribuindo no investimento em mais e novas máquinas industriais (USD 1100 cada) e coletivas (USD 300); ii) fornecendo assistência técnica na área de manutenção das máquinas, desenhos de percal e inovadores, e gestão de negócios. Com tais contribuições, o grupo poderia ser capaz de se desenvolver (algumas mulheres estão esperando para integrar o grupo), aumentar a produtividade e variedade da produção, e acessar novos mercados in condições melhores.*

172. **Negócios verdes.** O projeto poderá financiar Planos de Negócios Verdes que explorariam as oportunidades de geração de renda, melhoria ambiental, conservação da biodiversidade e gestão dos recursos ambientais importantes para outras atividades econômicas. Além de contribuir para a sustentabilidade ambiental das atividades produtivas apoiadas pelo projeto, o financiamento de planos de negócios que proporcionam simultaneamente a geração de renda e ganhos ambientais locais aumentará os impactos ambientais positivos do projeto. As atividades a serem financiadas podem incluir o manejo florestal e reflorestamento, a produção de medicamentos naturais, a exploração sustentável das espécies nativas, plantas ornamentais e medicinais; conservação e restauração de matas ciliares, recuperação de áreas degradadas; aptidão ambiental do estabelecimento, ecoturismo, turismo rural, esportes, cultura e aventura; agricultura agro-ecológica e orgânica, incluindo a conversão de sistemas convencionais para a eficiência energética agro-ecológica e orgânica, e a eficiência energética.

173. **Turismo Rural.** A bacia do rio São Francisco oferece uma ampla gama de belezas naturais e possibilidades de ecoturismo. Na verdade, a atual demanda de turismo evoluiu espontaneamente – foram feitos poucos esforços de promoção. Embora as oportunidades sejam cada vez mais atraentes, a demanda de turismo é muito sazonal. Isso representa um grande desafio para os provedores de serviços aos turistas, já que a infraestrutura desenvolvida tende a ser parcialmente utilizada. Os atuais provedores combinam esses serviços com outras atividades produtivas. Os planos de negócios poderiam explorar esse mercado emergente. Contudo, o estado precisa de uma grande estratégia de promoção para estimular esse setor.

174. **Abastecimento de água.** Para enfrentar a possibilidade de escassez de água durante a seca, o projeto incluirá e financiará a estrutura de abastecimento de água necessária como parte dos planos de negócios. Essa infraestrutura dependerá de cada proposta e pode incluir a perfuração e recuperação de poços, construção de cisternas e barragens subterrâneas e conexão aos sistemas locais de abastecimento de água, entre outros. Conforme descrito na estratégia ambiental do projeto (veja VI.B), além da experiência acumulada pelo FIDA nos projetos em execução serão consideradas experiências bem-sucedidas realizadas por outras instituições (Ministério do Meio Ambiente, projetos financiados pelo GEF, CODEVASF, etc.), integrando as lições aprendidas na formulação dos planos de negócios.

## **Componente 2: Fortalecimento da capacidade para promoção dos negócios rurais**

175. As instituições de assistência técnica e extensão rural (ATER) do Brasil estão num impasse: após décadas de enfraquecimento institucional, incluindo perda de capacidade operacional e considerável perda de credibilidade e legitimidade para cumprir seu mandato, agora têm a oportunidade de mostrar seu valor e desempenhar um papel estratégico na promoção do desenvolvimento rural sustentável entre os pobres rurais.

Nos últimos anos, o Governo Federal implementou uma série de políticas para reconstruir o sistema público de assistência técnica e extensão, no qual os órgãos do governo estadual assumirão o duplo papel como organização de segundo piso líder de rede de assistência técnica e como prestadora de serviços de ATER. Prevê-se que elas assumam liderança de uma rede de assistência técnica e extensão rural principalmente, mas não exclusivamente, focada na agricultura familiar. A rede de ATER envolverá outras instituições públicas, atores privados — firmas, indivíduos e organizações de produtores — e ONGs.

176. O Governo de Sergipe decidiu que a promoção de negócios rurais e empreendedorismo entre os pobres rurais é uma estratégia prioritária para superar a pobreza rural e desenvolver as economias locais estagnadas.<sup>14</sup> A SEAGRI e a EMDAGRO devem desempenhar um papel de liderança na implementação dessa estratégia e precisam de apoio para tanto.

177. O fortalecimento institucional previsto neste componente não está primordialmente relacionado a financiamento ou transferências monetárias, embora o projeto reconheça que a escassez de recursos financeiros é um dos problemas que a EMDAGRO e outros agentes enfrentam. A avaliação institucional preliminar indica que os recursos financeiros adicionais, por si sós, talvez não sejam suficientes para preparar a EMDAGRO para cumprir plenamente o papel estratégico de prover serviços de ATER previsto pelo governo estadual e neste projeto; nem qualificariam a EMDAGRO e os provedores de serviços a responder aos novos desafios decorrentes da transformação econômica e social, entre eles a promoção de negócios sustentáveis entre os pobres rurais.

178. O principal objetivo deste componente é, portanto, fornecer meios — financeiros, humanos, tecnológicos, ferramentas, metodologias e infraestrutura — aos provedores de assistência técnica e extensão rural para adquirir e fortalecer capacidades cruciais para a promoção de atividades entre os produtores rurais pobres. O desafio não é reinventar a EMDAGRO e provedores privados, mas explorar melhor o que eles sabem fazer melhor — principalmente assistência técnica à produção— e fortalecer suas capacidades para apoiar o desenvolvimento de negócios rurais conduzidos por pequenos produtores rurais. Daí a necessidade de apoiar os prestadores de serviços a aprender e evoluir, para manter, renovar e criar novas competências para lidar com as questões de desenvolvimento rural em Sergipe.

179. **Objetivo.** O objetivo deste componente é desenvolver a capacidade institucional pública e privada de fornecer serviços técnicos e gerenciais adequados para o desenvolvimento de negócios rurais e empreendedorismo entre os pobres rurais. A capacidade institucional inclui aptidões pessoais, particularmente qualificações técnicas e profissionais, aspectos culturais, regras e comportamento da infraestrutura institucional e recursos que guiam ou restringem as ações dos indivíduos e organizações. Os instrumentos do projeto seriam essencialmente eventos formativos (treinamento) e mecanismos, kits de ferramentas para prestação de apoio gerencial e apoio de infraestrutura. As atividades do componente se concentrarão na EMDAGRO, SEAGRI e outros parceiros relevantes, em particular as organizações de produtores, provedores públicos e privados de assistência técnica e um grupo selecionado de beneficiários.

180. **Resultados previstos.** Prevê-se que aproximadamente 3.000 produtores rurais se beneficiem diretamente das atividades de treinamento em gestão de negócios rurais e

---

<sup>14</sup> O reconhecimento da necessidade de promover a integração dos pequenos produtores a mercados dinâmicos em termos sustentáveis e positivos não é novo; nem a intenção de promover negócios rurais entre os pobres. A novidade é a decisão de elaborar e implementar um projeto com financiamento internacional cujo foco principal é a promoção de oportunidades de negócios entre os pobres.

fortalecimento organizacional, 1.000 produtores participariam de visitas técnicas, viagens comerciais e programas de intercâmbio, 635 jovens (aproximadamente 50% mulheres) receberiam bolsas de estudo e 830 profissionais da EMDAGRO, SEAGRI, instituições parceiras e setor privado seriam treinados na promoção de negócios para os pobres rurais.

181. **Custos.** O custo total desse componente é de US\$ 5,24 milhões e inclui: cerca de US\$ 188 mil para veículos e equipamento; cerca de US\$ 3,2 milhões para treinamento e seminários; cerca de US\$ 481 mil para a formulação de metodologias e conteúdo do treinamento; cerca de US\$ 542 mil para gestão do conhecimento; cerca de US\$401 mil para gestão do componente.

182. O componente foi organizado para atender às necessidades identificadas pela avaliação institucional preliminar da rede ATER, incluindo a EMDAGRO, no tocante às tarefas a serem realizadas pelo Projeto Dom Távora e, de modo mais geral, ajudar a EMDAGRO a aumentar sua liderança na rede de assistência técnica e extensão rural no Estado de Sergipe. As atividades do componente serão guiadas por um planejamento estratégico detalhado a ser realizado de maneira participativa nos primeiros meses de operação do projeto; o plano será submetido para consideração e conhecimento do Comitê Consultivo e aprovação do Comitê Executivo antes de sua implementação.

183. O componente gira em torno de sete eixos inter-relacionados: (i) formação de recursos humanos para promoção de negócios, (ii) desenvolvimento de ferramentas para promoção de negócios, (iii) fortalecimento da capacidade de coordenação, intercâmbio e comunicação, (iv) apoio ao monitoramento e avaliação, (v) investimentos em infraestrutura para promoção de negócios, (vi) fortalecimento da capacidade de gestão do conhecimento, (vii) fortalecimento da capacidade de organização e gestão. Estão previstas as seguintes atividades:

**(i) Formação de recursos humanos mediante educação, treinamento e qualificação profissional**

184. A promoção de negócio por parte dos pobres rurais requer o desenvolvimento de novas capacidades institucionais que são fundamentalmente dependentes do desenvolvimento dos recursos humanos. Uma ação eficiente por parte das instituições de ATER no contexto atual requer pessoal com um perfil diferente do típico profissional usado até bem recentemente. Educar e treinar pessoal para desenvolver uma ampla visão das oportunidades de mercado para os pobres rurais atuarem como agentes de negócios capazes são vitais para o êxito do projeto e para que a EMDAGRO e os provedores de serviços acompanhem as tendências atuais dos serviços de assistência técnica. É vital desenvolver novas habilidades do pessoal atual e atrair novos profissionais com o perfil certo para monitorar o ambiente externo (oportunidades de mercado, políticas públicas, tendências relevantes e demandas da sociedade urbana, potencialidades produtivas, problemas, etc.) e inserir as demandas e oportunidades no ambiente interno como ações, propostas de projeto, insumos e demandas para contratação de serviços, intercâmbio e parcerias, necessidades adicionais de treinamento, etc. Por outro lado, também é vital melhorar a capacidade gerencial dos produtores e suas organizações, em particular a capacidade de comercialização. Para responder a estes desafios o projeto organizará e apoiará uma ampla gama de atividades de educação, treinamento, programa de qualificação profissional, cursos de curta duração, oficinas, seminários e curso de especialização focado na educação e qualificação técnica.

185. Considerando que o projeto visa apoiar o desenvolvimento das capacidades técnica e profissional para superar a pobreza rural por meio de negócios sustentáveis, as atividades serão voltadas para técnicos da EMDAGRO, prestadores de serviços de ATER, promotores de negócios e outros parceiros técnicos, bem como para os beneficiários dos

planos de negócios, ou seja, os pobres rurais que aderiram ao projeto de estratégia e atividades. A estratégia de construção de capital humano assume que a aprendizagem é uma atividade contínua e permanente. Os cursos, reuniões de trabalho e treinamento de campo são entendidas como momentos dos processos contínuos de formação e de aprendizagem, que oferecem oportunidades de reflexão e de apropriação do conhecimento gerado também no processo de trabalho. A estratégia do projeto para o desenvolvimento dos recursos institucional e humano enfatizará a aprendizagem ao invés de ensino, a educação ao invés de formação, a apropriação de conhecimentos e desenvolvimento de competências por parte do pessoal técnico e pobres das zonas rurais em vez de perpetuar a assistência técnica rotineira, a inovação em vez de simples reprodução do conhecimento e práticas tradicionais e padronizadas. Portanto, o desenvolvimento dos recursos humanos combinará ações voltadas para enfrentar e superar, a curto prazo, algumas das debilidades institucionais vigentes que impedem o desempenho tanto dos papéis tradicionais da ATER como das novas funções, com uma postura de longo prazo articulando um conjunto de ações conducentes à construção de novas instituições e novas capacidades institucionais para o futuro.

186. As atividades de treinamento serão organizadas em módulos flexíveis, com um enfoque teórico-prático que é mais eficaz no tocante a aprendizado e impacto sobre os produtores. Além disso, deve adotar várias ferramentas e formatos, suficientemente flexíveis para se ajustar a diferentes temas e áreas de conhecimento, bem como atender as demandas específicas e se adequar ao perfil da ampla gama de participantes. A SEAGRI e a EMDAGRO buscará parcerias técnicas e financeiras com instituições estaduais e federais, bem como com o setor privado, para executar suas ambiciosas atividades de desenvolvimento do capital humano, assegurar alta qualidade dos serviços e ampliar o grupo de beneficiários.

187. Foram identificadas as seguintes oportunidades e necessidades de educação, treinamento e informação: (a) gestão de negócios e promoção; (b) questões de gênero; (c) microcrédito e financiamento rural; (d) gestão organizacional e construção de capacidades; (e) formulação, avaliação e implementação de plano de negócios. As atividades de treinamento em negócios incluem: gestão de negócios e de mercado, prospecção de negócios e inteligência de mercado, previsão e contratos, negociação e gestão de insumos e produtos, gestão de cadeias de suprimento orientadas para o mercado (incluindo normas e requisitos de qualidade, empacotamento de produto, etc.), contabilidade, entre outros. O programa de treinamento na área de gestão de negócios incluirá educação e aprendizado à distância assim como cursos regulares gerais e de nível de especialização, com duração curta e média.

188. A fim de melhor responder às necessidades dos agricultores de ter acesso a recursos financeiros, os técnicos da ATER também seriam treinados em finanças rurais e assuntos correlatos, o que lhes permitiria aplicar as ferramentas mais adequadas exigidas em termos de serviços específicos que podem ser fornecidos (empréstimos, *leasing*, contratos agrícolas, poupança, seguros, etc.). As principais áreas de formação seriam: (i) metodologias de crédito; (ii) financiamento agrícola; (iii) financiamento de cadeias de valor; (iv) proteção dos consumidores; (v) análise do comportamento e preferências dos clientes; (vi) mobilização de depósitos de poupança; (vi) financiamento gerenciado pela comunidade.

189. Com o apoio de consultores externos, o Projeto prepararia e implementaria programas de treinamento para produtores e suas organizações. Esses cursos estarão relacionados a gestão econômica e social, planejamento e desenho e implementação de planos de negócios, gestão de ativos coletivos e redes de produção, contabilidade, informação administrativa e legal e liderança, entre outros. Essa atividade também deve ser entendida como parte do processo de fortalecimento institucional e educação contínua dos técnicos, que devem participar ativamente como treinadores e usar as visitas de ATER como oportunidades para treinamento contínuo dos produtores.



190. Para atender à crescente demanda por recursos humanos qualificados para o desenvolvimento rural, é necessário investir no fortalecimento das instituições locais de ensino para formar profissionais de alto nível de educação, qualificados para ocupar cargos de gestão em instituições públicas e privadas e capacitados para replicar e disseminar conhecimento, cultura empresarial e experiência através de seu trabalho. O projeto apoiará a criação de um Curso de Especialização específico visando o fortalecimento institucional e o desenvolvimento de capacidades técnicas individuais e também de empresas rurais para os pequenos produtores; o curso poderia ser concebido por uma instituição credenciada (i.e., Universidade Federal de Sergipe, Universidade Corporativa SEBRAE ou Fundação Getúlio Vargas), visando funcionários da EMDAGRO, prestadores de serviços e outras instituições relevantes. Também focaria os jovens do sexo masculino e feminino, com um nível educacional intermediário, residentes nas comunidades rurais localizadas nos municípios incluídos na área do projeto, que provavelmente assumirão papéis de liderança em suas organizações produtivas e comunidades.

191. Além dos cursos mencionados acima, o projeto organizará e manterá, com apoio externo especializado, um programa regular de seminários e reuniões técnicas de trabalho, que serão usados como ferramentas para treinamento analítico e divulgação de conhecimento técnico na EMDAGRO, prestadores de serviços e instituições parceiras. Os seminários, baseados nas experiências atuais da EMDAGRO e parceiros, são oportunidades úteis para reflexão coletiva e sistematização de experiências em curso. Na mesma linha, o projeto também realizará seminários sobre temas teóricos e conceptuais e questões relativas a negócios rurais assim como para divulgar a cultura do empreendedorismo.

192. O Projeto procurará estabelecer parceria com o SEBRAE e Secretaria de Educação para implementar um Programa Especial de Treinamento para os Jovens em Negócios Rurais, que seria ensinado nas escolas agrícolas do estado. Esta iniciativa, que teria o apoio técnico e financeiro do projeto, poderia beneficiar centenas de jovens que freqüentam as escolas agrícolas e técnicas em Sergipe.

193. O projeto criará um sistema de bolsas, para permitir que os jovens (das comunidades rurais da área do projeto e / ou de escolas técnicas agrícolas e outros) possam fazer estágios para complementar sua qualificação. Esses estágios podem ser realizados em empresas privadas (como agro-indústrias, supermercados), instituições públicas (no projeto, por exemplo) e outras organizações como as da rede ATER. Finalmente, o projeto apoiará um programa de intercâmbio e viagens de negócios para grupos de produtores e técnicos.

## **(ii) Ferramentas para fortalecer a capacidade de promover negócios rurais entre os pobres rurais**

194. O objetivo deste eixo é fornecer à SEAGRI, EMDAGRO, prestadores de serviços e instituições parceiras as ferramentas apropriadas para que os produtores pobres realizem atividades bem-sucedidas. Entre as ferramentas, encontram-se: (a) estabelecimento de um sistema de informação que possa ser usado pela EMDAGRO, instituições parceiras e organizações de produtores, (b) introdução de metodologias (incluindo software) para a formulação, avaliação e monitoramento dos planos de negócios<sup>15</sup>. O software deve ter interface adequada e módulo especial para uso pelos grupos de produtores e suas associações. A experiência do SEBRAE, que será um dos principais parceiros do projeto e já opera um poderoso sistema de monitoramento de projetos, deve ser útil, (c) Preparação de materiais didáticos para cursos tradicionais e

---

<sup>15</sup> Para tanto, pode-se formar uma parceria com o Centro de Investimento da Organização para Agricultura e Alimentação, que desenvolveu uma metodologia e software chamado RURALINVEST.

ensino a distância para técnicos e produtores sobre questões relacionadas à promoção e gestão de negócios rurais, (d) Estabelecimento de um sistema de informação para apoiar a tomada de decisões de projetos orientados para os resultados. Para essas atividades o apoio do SEBRAE será indispensável.

### **(iii) Fortalecimento da capacidade de coordenação e intercâmbio**

195. SEAGRI e EMDAGRO não são auto-suficientes e, portanto, precisam interagir com vários tipos de instituições, que são complementares e indispensáveis no que se refere à promoção de negócios. A aquisição e o fortalecimento da capacidade de interagir com outras organizações é, portanto, crucial. A divisão de trabalho entre as instituições estaduais de ATER não existe a priori e será construída em resultado das ações da EMDAGRO como principal parceira co-executora. A estratégia consiste em fortalecer as competências para promover negócios entre os pobres rurais e liderar a rede de ATER em Sergipe — e buscar competências externas complementares mediante intercâmbio. O eixo de articulação e integração em redes institucionais visa a desenvolver a capacidade de articulação para promover negócios, mobilizar recursos adicionais, atualizar-se tecnicamente e seguir os avanços técnicos em áreas relevantes para suas operações, aumentar e melhorar sua capacidade de trabalho e a qualidade dos serviços prestados, aprender com a experiência de outras instituições e promover suas próprias experiências. O projeto assegurará os meios básicos para facilitar as atividades de coordenação e integração da SEAGRI e da EMDAGRO nas redes institucionais. Além das atividades indicadas no eixo (i), apoiará: (a) a organização da rede estadual de assistência técnica e extensão rural, com clara identificação das instituições, organizações e firmas focadas na promoção de negócios; (b) a formulação de projetos para arrecadar fundos extraordinários de fontes nacionais e internacionais e, assim, ampliar suas atividades; (c) a participação em reuniões técnicas no âmbito nacional e internacional, (d) a organização de reuniões, (e) parcerias de trabalho técnico fora da rotina da companhia. A experiência do FIDA indica que a coordenação local é crucial para evitar redundância de esforços entre programas e instituições, como APL, cadeias de produtividade, Nordeste Territorial do BNB e outros.

### **(iv) Monitoramento e avaliação**

196. A capacidade de monitorar as operações em andamento, identificar os resultados e avaliar seu impacto socioeconômico é um ativo cada vez mais importante para as instituições públicas; evidências de eficácia e eficiência estão no fundo da legitimidade política que assegura sustentabilidade institucional. A meta deste eixo é fortalecer a capacidade de monitorar e avaliar as ações da SEAGRI e da EMDAGRO em geral, mas tomando como ponto de partida a promoção de negócios patrocinados pelo projeto Dom Távora. Essas atividades incluem: (a) desenvolvimento de metodologia de baixo custo para identificação da situação dos beneficiários, (b) desenvolvimento de metodologia de avaliação participativa dos resultados do projeto (eixo II), (c) Treinamento de pessoal para executar atividades de M&A e avaliação dos impactos (Eixo I), (d) estudos sobre avaliação do impacto, incluindo retorno social dos investimentos. Todas as atividades incluídas no eixo devem ser encaradas também como ferramentas para fortalecimento do capital humano e apropriação do conhecimento pela companhia.

### **(v) Investimentos em infraestrutura para promoção de negócios**

197. Nos primeiros anos de operação do projeto as atividades dos pequenos produtores se concentrarão principalmente nos mercados estaduais e regionais. Eventos públicos como o Pré-Caju, feiras agrícolas e de negócios e reuniões, manifestações religiosas, mercados para turistas oferecem excelentes oportunidades para desenvolver oportunidades de mercado para os pequenos produtores. O projeto co-financiará a aquisição de infraestrutura móvel de comercialização que pode ser facilmente montada e transportada. Além disso, co-financiará a instalação de uma "sala de negócios" que pode

ser usada pelos produtores e suas organizações para reuniões com o setor privado, realizar reuniões técnicas, receber assessoria técnica e outras funções. A sala deve formar um ambiente adequado, com conforto e o equipamento necessário, como telefone, computador, fax e serviços secretariais. A sala de negócios faz parte da estratégia de difusão da cultura profissional e empresarial entre os produtores e os funcionários da SEAGRI e da EMDAGRO.

#### **(vi) Fortalecimento da capacidade de gestão do conhecimento**

198. Este eixo visa a desenvolver a cultura e capacidade para apropriação do conhecimento gerado no contexto do Projeto Dom Távora. Isso permitirá: melhores ferramentas para ação, reprodução de experiências, transferência de conhecimento e experiência ao novo pessoal que será incorporado à companhia no futuro imediato, intercâmbio com outras instituições e valor institucional. Inclui: (a) Treinamento em gestão do conhecimento a ser fornecido por consultores, (b) Definição de estratégia e especificações dos mecanismos, padrões e procedimentos de gestão do conhecimento, (c) preparação de material técnico baseado em experiências de campo, (d) estudos de casos, (e) Publicações (f) coleta e sistematização de conhecimentos e experiências bem-sucedidas dos produtores, ou iniciativas de empreendedores. Esse material seria usado como ferramenta de motivação, mobilização social para empresas e treinamento de líderes.

#### **(vii) Fortalecimento da capacidade de comunicação, organização e gestão.**

199. SEAGRI e EMDAGRO ainda não incluíram o marketing institucional como parte de sua estratégia de fortalecimento institucional. Contudo, a validação de suas atividades aos olhos da opinião pública não só é necessária, mas constitui uma tarefa cada vez mais complexa e exigente. Além de introduzir procedimentos para avaliar o impacto das ações de ATER (item v) e retorno social de seus investimentos e projetos, o projeto também apoiará o esforço da SEAGRI e da EMDAGRO para melhorar sua imagem institucional e visibilidade, sem perder de vista o compromisso social e prestação de serviços de alta qualidade que devem substanciar a imagem institucional positiva a ser reforçada. As atividades indicadas nos eixos i a vi, em sua maioria, visam a fortalecer a capacidade de organização e gestão da EMDAGRO, incluindo cursos específicos, sistema de monitoramento e avaliação e capacidade de gestão do conhecimento.

### **Componente 3: Gestão, monitoramento e avaliação do Projeto**

200. O fortalecimento da capacidade da SEAGRI, EMDAGRO e prestadores de serviços para promover os negócios rurais inclui o fortalecimento das suas capacidades para implementação de projetos, planejamento estratégico, monitoramento e avaliação, gestão do conhecimento e coordenação a nível local. Essas questões de fortalecimento da capacidade estão contempladas no componente 2 e contribuirão para uma gestão do projeto baseada em resultados. Isso incluirá, com apoio do FIDA, o contínuo intercâmbio de experiência com outros projetos financiados pelo FIDA no Brasil.

201. O **objetivo** do componente é assegurar uma implementação estratégica do projeto graças ao estabelecimento de uma Unidade de Gestão do Projeto (UGP) apropriada e a adoção e uso de ferramentas adequadas de planejamento, monitoramento e avaliação.

202. **Resultados previstos.** Os resultados serão a implementação de ao menos 80% das atividades e orçamento previsto por ano, seguindo um processo de execução financeira e técnica eficiente e satisfatório.

203. **O custo Total** do componente foi estimado em US\$ 4,7 milhões (10% dos custos do projeto), incluindo US\$ 770 mil para M&A e US\$ 3,9 milhões para salários e custos operacionais da UGP.

204. Este componente inclui os custos de planejamento, monitoramento e avaliação para assegurar a gestão estratégica do projeto. Isso inclui os custos do estabelecimento de um sistema de informação gerencial destinado a facilitar o monitoramento dos processos do projeto de acordo com os resultados e impactos previstos (elaboração do plano de trabalho e orçamento anual; monitoramento das atividades, produtos e resultados; monitoramento da estratégia de focalização; acompanhamento da implementação dos planos de negócios; veja IV.C e WP 4). Os processos básicos de avaliação também são considerados, como pesquisa básica, avaliação intermediária e final dos resultados e impacto, avaliação intermediária, auto-avaliação dos beneficiários e auditorias financeiras. O sistema de M&A acompanha a gestão do conhecimento, pois, ao monitorar e avaliar dados e processos, contribuirá para produzir referências técnicas e processuais para a SEAGRI, EMDAGRO, outras instituições de Sergipe e outras operações do FIDA. Os dados de M&A também serão incluídos no material de comunicação para disseminar as operações e resultados do projeto.

205. A SEAGRI, responsável pela implementação do projeto, estabelecerá em sua estrutura uma Unidade de Gestão do Projeto (UGP), com relação e pessoal em 4 escritórios locais. Como parte do co-financiamento do projeto, o Estado de Sergipe financiará o pessoal necessário para a UGP, incluindo um coordenador do projeto, gerentes de componentes, supervisores de extensão e trabalhadores nas unidades territoriais, um especialista em M&A com um assistente e também com especialistas administrativos e financeiros. Além dos salários, o projeto também financiará os cursos necessários para assegurar as operações da UGP.

#### **IV. IMPLEMENTAÇÃO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS**

##### **A. Desenvolvimento institucional e resultados**

206. O foco do projeto incide fortemente sobre a formação de capacidades em instituições públicas e privadas relacionadas ao desenvolvimento rural em Sergipe, para melhor habilitá-las a promover o desenvolvimento das atividades de pequenos produtores rurais, que são a população-alvo do projeto. De fato, o Componente 2 do projeto orienta-se para o desenvolvimento institucional. Este dará prioridade a duas áreas: o treinamento técnico e profissional e a formulação de metodologias e instrumentos práticos para promover os negócios rurais. Para tanto, o projeto celebrará convênios com o SEBRAE, a Universidade Federal de Sergipe e outras universidades e centros acadêmicos.

207. Entre as instituições públicas, a SEAGRI e a EMDAGRO serão as mais relevantes para o projeto. A Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRI) tem a função de promover o desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na agricultura familiar, visando à inclusão social, à redução da pobreza rural e ao fomento de economias locais, e atuará como agência executora do projeto. A EMDAGRO é a entidade estadual especializada em prestação de serviços técnicos para pequenos produtores e será a principal parceira co-executora do projeto. A EMDAGRO tem uma longa e rica história na provisão de serviços de AT em apoio ao desenvolvimento da produção primária, mas sua experiência em desenvolvimento de negócios rurais é bastante recente e limitada; contudo, seus gestores compartilham inteiramente esse enfoque. Nesse contexto, o projeto ajudará a desenvolver novas aptidões na instituição e entre os seus técnicos.

208. Em relação ao setor privado, o projeto contribuirá para desenvolver capacidades técnicas similares em associações de produtores, cooperativas, associações profissionais e outras instituições que prestam assistência técnica. Da mesma forma, o projeto apoiará o fortalecimento da capacidade de ONGs que operam em Sergipe.

209. A abordagem que orienta o projeto considera que os pequenos produtores podem desenvolver atividades lucrativas e sustentáveis, mediante a fusão de uma adequada identificação oportunidades comerciais com o desenvolvimento de capacidades e aptidões em matéria de produção, articulação em cadeias de valor, acesso a mercados e uma eficiente gestão de pequenas empresas. Portanto, o desenvolvimento institucional e a formulação de metodologias serão guiados por essa abordagem, como também o serão a elaboração e a implementação de planos de negócios.

210. O desenvolvimento institucional é um objetivo por si só e a base para a sustentabilidade das ações do projeto, e as capacidades a serem desenvolvidas certamente permanecerão após a conclusão do apoio financeiro e técnico do FIDA. Esta é a razão principal por que o desenvolvimento institucional é estratégico e merece alta prioridade no projeto.

## **B. A estrutura de colaboração**

### **As principais unidades executoras e seus papéis**

211. A Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRI) desempenhará o papel de **Agência Líder** do projeto, devido às suas atribuições como órgão máximo do setor público agrícola e rural do Estado. Suas ações principais consistirão em oferecer orientação geral em matéria de políticas públicas agrícolas e rurais, assegurar a coerência entre tais políticas e as atividades do projeto, manter um acompanhamento geral das atividades do projeto e prestar apoio à UGP no diálogo institucional no governo e com outras instituições. A SEAGRI estabelecerá em sua estrutura a **Unidade de Gestão do Projeto (UGP)**, sob direta supervisão do Secretário da SEAGRI, e estará composta por um escritório central com sede em Aracaju e unidades locais de gestão do projeto (ULGP). Esta UGP será formada por pessoal do quadro de funcionários da SEAGRI e EMDAGRO e eventualmente pelo recrutamento de novos profissionais com alocação e dedicação em tempo integral às atividades do projeto. A UGP será responsável pela implementação do projeto, ou seja, pelo planejamento, a gestão técnica e financeira, a preparação de planos de trabalho e orçamentos, a preparação de relatórios de atividades do projeto, o acompanhamento das atividades desenvolvidas por parceiros no projeto e o relacionamento contínuo com o FIDA. A Unidade dará atenção especial à promoção da coordenação das atividades do projeto com outras iniciativas de desenvolvimento estaduais e locais. As unidades locais desempenharão papel especial nesta tarefa.

212. A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) será a principal **parceira co-executora**. A EMDAGRO é uma entidade pública autônoma cuja missão é contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e a expansão da agroindústria em Sergipe. Para tanto, atua nas áreas da assistência técnica, extensão rural, saúde rural, segurança alimentar e administração territorial, a fim de assegurar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social.

213. A UGP será gerenciada por um coordenador, sob supervisão direta do Secretário da SEAGRI. O coordenador será auxiliado por: (i) um gerente do componente 1 e dois técnicos com conhecimentos e experiência na promoção de empresas de desenvolvimento rural e agrícola (como agro-economistas, especialistas em agro-negócio); (ii) um gerente do componente 2 e dois técnicos com conhecimentos e experiência em formação profissional, capacitação e gestão do conhecimento; (iii) um especialista ambiental assistido por um técnico da área; (iv) um gestor de M&A e um

técnico com conhecimentos e experiência em M&a e planejamento estratégico e operacional; (v) três gerentes administrativos e financeiros com experiência em gestão de contrato e convênio. Além disso, a UGP será composta por oito técnicos de ATER (quatro de nível superior e quatro de nível técnico), em quatro Unidades Locais, com competências e experiência na promoção de empresas de desenvolvimento rural e agrícola. O pessoal afeto às atividades do projeto atuará complementando os técnicos de ATER da EMDAGRO, que contribuirão para identificar, promover e apoiar o potencial os negócios rurais entre os pobres rurais.

214. Embora a Secretaria do Planejamento Orçamento e Gestão (SEPLAG) não deva participar da implementação do projeto, cumpre integrá-la seja por seu papel de liderança na definição de políticas públicas e seja por ser um ator essencial nas definições estratégicas dos programas e projetos de desenvolvimento financiados com recursos nacionais e empréstimos de instituições financeiras internacionais. Desta forma, sua participação no Comitê Executivo e Comitê Consultivo do projeto assegurará à SEPLAG o desempenho desses papéis no que se refere ao projeto financiado pelo FIDA.

215. Será estabelecido um **Comitê Executivo** integrado pela SEAGRI que o presidirá, EMDAGRO que cumprirá as funções de secretário técnico, Secretaria do Planejamento Orçamento e Gestão (SEPLAG), Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo (SEDETEC), Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social (SEIDES) e a Secretaria da Fazenda. Esse Comitê proporcionará orientação estratégica para o projeto, analisará e aprovará os planos de trabalho, orçamentos e relatórios de atividades anuais e considerará os relatórios de auditoria. Também irá aprovar planos de USD 30.000 a USD 100.000 em financiamento de doação. A SEAGRI poderia convidar outros membros para este Comitê, sem direito a voto. Dada a orientação do projeto, seria pertinente convidar Dada a orientação do Projeto, seria pertinente convidar o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o representante estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Também poderão ser convidados agentes financeiros como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco do Estado de Sergipe (BANESE) e o Banco do Brasil.

216. Também será estabelecido um **Comitê Consultivo**, a ser integrado por instituições públicas, representantes de organizações de pequenos produtores, o setor privado e outros parceiros relevantes. O Comitê desempenhará papel apenas consultivo e deverá atuar como plataforma de divulgação dos planos e atividades realizadas pelo projeto, discutindo sua orientação geral, proporcionando informação em matéria de questões estratégicas e operacionais e facilitando a formação de parcerias.

217. O Comitê será presidido pelo Secretario de Agricultura, secretariado pelo presidente da EMDAGRO e integrado pelas seguintes organizações: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo (SEDETEC), Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social (SEIDES), Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), Secretaria do Planejamento Orçamento e Gestão (SEPLAG) Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), PRONESE, representação estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Banco do Nordeste, Banco do Brasil, BANESE, Cooperativas de Credito, EMBRAPA, CODEVASF, CONTAG, FETAGRI-SE, Universidade Federal de Sergipe, UNITRABALHO, SEBRAE, Instituto Federal de Sergipe (IFS) e outros atores relevantes.

218. Além dessas comissões, o projeto manterá estreitas relações e aproveitará as plataformas de **coordenação de cadeia de valor montadas pelo Programa de Arranjos Produtivos Locais da SEDETEC**, em especial para comunicar sobre as atividades do projeto, trocar conhecimentos e experiências e procurar orientação sobre o potencial de investimentos no meio rural.

## **Parceiros técnicos na implementação**

219. A implementação de cada componente requer parceiros técnicos com capacidades e perfis institucionais complementares. A SEAGRI será a responsável principal pela implementação do projeto, ainda que outras instituições locais também devam participar. Nesse sentido, para a execução do Componente 1, é necessário que o projeto estabeleça parcerias com instituições dotadas de capacidade institucional para prestar assistência técnica a pequenos produtores, para o desenvolvimento de negócios rurais. O Componente 2 requer parceiros cujo papel no projeto consistirá em elaborar e implementar programas de desenvolvimento institucional e qualificação profissional necessários para apoiar os negócios rurais. Os beneficiários intermediários serão os provedores atuais e potenciais de serviços (inclusive a EMDAGRO), cujas capacidades de prestação de melhores serviços aos beneficiários do projeto e outros pequenos produtores serão reforçadas por meio deste componente.

220. Em relação ao Componente 1, os parceiros técnicos principais serão EMDAGRO, ONGs, associações profissionais, cooperativas, empresas de consultoria e outras instituições baseadas na área do projeto ou, pelo menos, no Estado. Estes provedores de serviços serão mobilizados em base a contratos por resultados. Simultaneamente com a prestação de serviços de assistência técnica como parte do Componente 1, esses parceiros irão beneficiar-se do treinamento e do desenvolvimento institucional oriundos do Componente 2. Diversas instituições e organizações com potencial para desempenhar esse papel foram identificadas na fase de elaboração do projeto. Além disso, está prevista a participação do setor privado na prestação de serviços de assistência técnica, na promoção de alianças produtivas e, quando possível, no financiamento de atividades produtivas (seja capital de giro ou investimento), para promover a inserção de pequenos produtores nas cadeias de valor. A EMBRAPA, ademais de ser outra instituição importante como parceira técnica neste componente, dispõe de imensa capacidade de geração de tecnologias produtivas. O projeto facilitará os arranjos operacionais para levar essas tecnologias aos usuários finais, fortalecendo os vínculos entre a pesquisa e extensão.

221. Quanto ao Componente 2, a SEBRAE e a Universidade Federal de Sergipe serão parceiros importantes. A SEBRAE dispõe de forte capacidade e longa experiência de apoio ao estabelecimento, desenvolvimento e consolidação de pequenas e médias empresas em áreas urbanas e rurais, segundo um critério que prioriza sua competitividade e sustentabilidade. A SEBRAE seria uma das instituições encarregadas da elaboração e implementação de programas de fortalecimento de capacidade nos termos acima citados, particularmente em matéria de gestão de pequenas empresas, transformação da produção primária e acesso a mercados. A Universidade de Sergipe dispõe de recente e valiosa experiência na elaboração e implementação de programas de treinamento orientados para a melhoria da capacidade de gestão dos pequenos empreendedores. Tem ainda a vantagem de estar presente em Aracaju, a capital do Estado, mas também em Itabaiana, situada nas proximidades do projeto. Instituições como a Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba, a Universidade Corporativa SEBRAE e outras também desempenhariam papéis relevantes neste projeto.

222. No nível federal, o MDA lidera a formulação, o financiamento e a implementação de políticas públicas de apoio aos pequenos agricultores. O PRONAF, instrumento principal dessas políticas, orienta-se para o custeio, mediante empréstimos, de projetos produtivos com potencial de geração de renda e emprego. O PRONAF seria uma fonte de crédito para o financiamento complementar dos investimentos a serem oferecidos pelo projeto. O BNB é a principal agência encarregada do PRONAF nessa região e, portanto, o MDA e o BNB serão parceiros do projeto. O BB, BANESE, CEAPE-SE and COOPEC são também fontes potenciais de crédito por meio de suas linhas de crédito específicas para pequenos produtores.

## **Vínculos com projetos complementares**

223. Como já foi mencionado, o Governo do Estado de Sergipe está fortemente empenhado na luta contra a pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável em áreas rurais. Importante eixo para concretizar esse compromisso é o processo de planejamento participativo do desenvolvimento territorial, liderado pela Secretaria de Planejamento e executado mediante diversos programas de investimento custeados pelos governos estadual e federal. Nesse contexto, existem oportunidades relevantes para que o projeto desenvolva sinergias e complementaridades.

224. Atualmente, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SEDETEC) está implementando iniciativas que se relacionam estreitamente com os objetivos e a estratégia do projeto. Considerando os vínculos potenciais com o projeto, o mais importante é a iniciativa Arranjos Produtivos Locais (APL), cujo papel é coordenar políticas e investimentos públicos orientados para o desenvolvimento de cadeias de valor. Os APL proporcionam informação socioeconômica e orientação estratégica úteis para melhor direcionar investimentos produtivos e apoio técnico, e promover o diálogo e a coordenação entre integrantes de cadeias de valor. Outras iniciativas relevantes da SEDETEC são a Rede Sergipe de Tecnologia, Sergipe TEC e as escolas e faculdades de tecnologia.

225. O governo estadual e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estão por concluir a preparação e devem assinar um contrato para financiar o Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do São Francisco (PDI), que deverá focalizar as áreas do Alto Sertão e do Baixo São Francisco. Essa operação visa a promover o desenvolvimento econômico e reduzir a pobreza mediante o financiamento de infraestrutura para remover obstáculos ao desenvolvimento e promover potencialidades produtivas.

226. Em Sergipe, o Projeto de Redução da Pobreza Rural (PROSPERAR), co-financiado pelo Banco Mundial, é executado pela Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE). Recentemente, o programa foi reestruturado e reorientado para o apoio a projetos produtivos, principalmente o financiamento da infraestrutura produtiva e não mais da infraestrutura social básica, como no passado. O programa continua a operar com base em mecanismos orientados pela demanda e a ser gerido por associações comunitárias, que são responsáveis pelos investimentos.

227. O Governo de Sergipe dispõe de outros programas – alguns deles em andamento e outros em preparação – que poderiam estabelecer vínculos com o projeto proposto, considerando que algumas de suas atividades são compatíveis com as intervenções do projeto proposto. Um deles é o Programa Águas de Sergipe, orientado para a promoção do uso sustentável da água para pequenos sistemas de irrigação e para consumo humano, a ser financiado pelo Banco Mundial. Outro programa importante é o Sergipe Cidades, a ser financiado pelo BNDES, cujo objetivo principal é melhorar a infraestrutura de apoio ao desenvolvimento de cadeias de valor.

228. Com esta estrutura, o projeto trabalhará em estreita coordenação com os projetos e programas acima mencionados, de modo a promover sinergias positivas no nível local e evitar superposições. A colaboração teria a ver especialmente com a coordenação de investimentos e apoio a produtores ao longo da cadeia de valor, a revitalização de investimentos produtivos inoperantes, o intercâmbio de experiência e metodologias para a promoção dos negócios rurais em favor dos pobres rurais e a articulação de políticas federais e estaduais para desenvolver as diferentes cadeias de valor, entre outras questões. Essas sinergias seriam facilitadas (i) pela supervisão, por parte da SEPLAG, dos diferentes programas e projetos estaduais, (ii) pelo apoio prestado pela SEDETEC – por meio do programa APL – ao fortalecimento das cadeias de valor, (iii) pela coordenação com o processo de planejamento territorial em andamento e



(iv) pela participação dos diferentes interessados no Comitê Executivo e no Comitê Consultivo.

### **Integração ao programa do FIDA no país**

229. Tal como indicado anteriormente (ver I.C e III.D), os objetivos do projeto estão inteiramente alinhados com os do COSOP. Nesse sentido, o projeto contribuirá para desenvolver a carteira do FIDA, que se concentra cada vez mais na geração de renda e emprego na agricultura (COSOP SO1) e em atividades não agrícolas (COSOP SO2), melhoria do acesso de pequenos produtores às condições dos mercados e fortalecimento de capacidades locais necessárias para apoiar o desenvolvimento de atividades rurais lucrativas e sustentáveis pelos pobres. Portanto, o projeto compartilha uma abordagem comum com outros projetos de investimento atuais e futuros nos estados da Bahia, Piauí e Paraíba, e também com o Projeto Xingó a ser implementado pelo BNB em quatro estados nordestinos (Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas). O projeto também estará estreitamente articulado com o Programa de Gestão do Conhecimento no Nordeste do Brasil, financiado com recursos espanhóis, que desempenhará importante papel de articulação e formação de redes de conhecimento entre projetos co-financiados pelo FIDA, e entre estes e outros projetos, instituições e atividades.

230. Nesse contexto, as seguintes questões constituirão os eixos principais da integração do projeto no atual programa do FIDA para o país:

- (a) Desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis na região do semiárido, aproveitando as vantagens e oportunidades locais;
- (b) Provisão de recursos (co-financiamento de investimentos e serviços de assistência técnica) para o desenvolvimento de negócios rurais agrícolas e não agrícola;
- (c) Forte foco na melhoria da renda e acesso a emprego da mulher e de jovens da área rural;
- (d) Desenvolvimento de metodologias e capacidades institucionais para a promoção do comércio rural sustentável em favor dos pobres;
- (e) Fortalecimento das capacidades de provedores públicos e privados de serviços de assistência técnica, em consonância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- (f) Desenvolvimento de organizações de produtores orientadas para propósitos de produção e comercialização; fortalecimento de capacidades para prestação de serviços aos seus membros;
- (g) Desenvolvimento de recursos de gestão de conhecimentos para promover o intercâmbio de experiências entre instituições envolvidas em projetos financiados pelo FIDA e outras entidades, sobre a diferente questão acima mencionada;
- (h) Desenvolvimento de metodologias e instrumentos de planejamento estratégico, implementação, acompanhamento e avaliação de projetos;
- (i) Promoção de colaboração e acordos com os diferentes parceiros de desenvolvimento, tais como órgãos do governo federal, instituições estaduais, instituições financeiras internacionais e outros, para mobilizar recursos adicionais e intercambiar experiências em benefício dos pobres rurais.

231. Em termos práticos, o projeto estará integrado ao programa do país mediante o seu acompanhamento, avaliação e atividades de gestão de conhecimentos (ver IV.C e VII.B e C), o que contribuirá para divulgar as lições aprendidas com o projeto na carteira

do FIDA no Brasil. O escritório do FIDA no país, a ser estabelecido em breve em Salvador, Bahia, contribuirá para esse esforço e desempenhará papel essencial de apoio à implementação, acompanhamento e avaliação da carteira.

### **C. Monitoramento e avaliação (M&A) baseados em resultados**

232. **Gestão baseada em resultados.** O objetivo principal do sistema M&A a ser implementado pelo projeto é fortalecer a capacidade das partes na gestão de recursos, de modo a gerar os resultados e impactos esperados. O sistema proporcionará a informação e a análise requeridas para a gestão do projeto nos diferentes níveis de implementação, apoiando simultaneamente o processo decisório mediante uma análise baseada em resultados. A gestão baseada em resultados visa a melhorar o aprendizado organizacional e assegurar a transparência e a responsabilidade por meio de relatórios e análises de desempenho. Nesse sentido, o M&A envolve as seguintes dimensões: (i) definição de cadeias de resultados realistas, com base em análises apropriadas; (ii) clara identificação dos beneficiários do programa e elaboração de um projeto que corresponda às suas necessidades e prioridades, (iii) uso da informação sobre resultados para a adoção de efetivas decisões de gestão; (iv) monitoramento do progresso dos resultados previstos e recursos aplicados, com o uso de indicadores apropriados; (v) aumento do conhecimento e melhoria da prática com as lições aprendidas; (vi) identificação e gestão de riscos; (vii) relatórios sobre resultados e recursos utilizados.

233. **Sistema de gestão de resultados e impactos (RIMS) do FIDA.** O FIDA tem trabalhado para estabelecer um sistema global de medição de resultados por meio da geração e divulgação de informação sobre um conjunto de indicadores que determinam resultados e impactos ao longo do tempo. Tais indicadores guardam relação direta com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e representam os tipos de resultados que o FIDA espera obter no contexto da sua estrutura estratégica. Existem três níveis de indicadores para a medição de produtos, resultados e impactos. O sistema de M&A do projeto responderá a esses requisitos, seguindo os indicadores definidos na estrutura lógica.

234. **Planejamento participativo do desenvolvimento territorial.** Em 2007, o Governo do Estado de Sergipe, por intermédio da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), adotou um processo de planejamento participativo do desenvolvimento territorial que resultou na definição de territórios e em planos de desenvolvimento para cada um deles. Os planos de desenvolvimento territorial contêm uma série de ações governamentais e do setor privado a serem adotadas para promover o desenvolvimento territorial sustentável, e que deveriam ser aplicadas de acordo com os atributos naturais, as especificidades da economia local e a identidade cultural. O outro processo de planejamento complementar é feito no âmbito estadual, através do Plano Estadual de Desenvolvimento (Desenvolver-SE), com visão de dez anos.

235. Este conjunto complementar de planos é um instrumento de coordenação e articulação de políticas públicas e baseia-se em cenários de desenvolvimento e metas a serem alcançadas. O Plano Estadual de Desenvolvimento compõe-se de uma missão, três diretrizes de planejamento, seis metas e seis estratégias (ver WP-4). No nível operacional, o Plano Estadual de Desenvolvimento é implementado por meio de planos quadrienais (PPA) que, por sua vez, são gerenciados mediante planos de trabalho e orçamentos anuais. O PPA corrente abrange o período 2008-2011.

236. Nesta estrutura, em que SEAGRI é responsável pela implementação do projeto, a SEPLAG contribuirá para sua avaliação como parte do programa global estadual, abordando as necessidades estaduais de planejamento e avaliação. Para promover o compromisso institucional e evitar duplicações no trabalho, o sistema de M&A será organizado de modo a atender as necessidades de informação da SEPLAG para gerenciar

e monitorar o PPA, o Plano Estadual de Desenvolvimento e os planos de desenvolvimento territorial.

237. **Monitoramento.** Definidas como o acompanhamento permanente de atividades do projeto, as funções de monitoramento serão responsabilidade da SEAGRI. A Unidade de Gestão do Projeto incluirá uma unidade de planejamento, monitoramento e avaliação (Unidade de M&E), composta por um perito em M&A e um assistente. A fim de assegurar a adequada gestão do sistema de M&A, todo o pessoal da Unidade de Gestão do Projeto e eventuais provedores de serviços serão treinados em metodologias e instrumentos de M&A, tais como, entre outros, a formulação e gestão de estruturas lógicas, coleta e análise de dados, estudos básicos e processos de aprendizagem. O sistema de M&A atuará em consonância com a gestão de conhecimentos, já que, ao monitorar e avaliar dados e processos, estará contribuindo para a produção de referências técnicas e de procedimento para a SEAGRI, EMDAGRO, outras instituições de Sergipe e outras operações financiadas pelo FIDA. Os dados de M&A também alimentarão o material de comunicação, para divulgar as operações, os resultados e as realizações do projeto. Todas as características do sistema de M&A descritas estarão sintetizadas no **Manual de Monitoramento e Avaliação**.

238. Com o apoio de uma consultoria especializada, o projeto implementará um **Sistema de Informação Gerencial** (SIG) a fim de apoiar o processo decisório para a melhoria do desempenho. Mediante o estabelecimento de um banco de dados, o SIG coletará e analisará todos os dados relevantes relacionados com atividades, gestão e avaliação de projetos, inclusive de execução financeira. O MIS maximizará a utilização dos sistemas existentes, SERIX e IGEST, e minizará a necessidade de desenvolver uma nova e complexa ferramenta. Isto tornará possível:

- (a) monitorar os diversos estágios de apoio e processamento dos planos de negócios (registro de produtores, elaboração dos planos, análise técnica, alocação de recursos, assinatura de acordos, implementação e M&A). Para assegurar a aferição de viabilidade dos planos de negócios, o projeto utilizará uma metodologia de formulação, análise e avaliação desses planos, que integraria indicadores a serem monitorados durante a implementação dos planos. O SIG também registrará, qualificará, acompanhará e avaliará os provedores de serviços contratados pelo projeto ou por organizações de produtores;
- (b) elaborar relatórios sobre avanços físicos e demonstrações financeiras por componentes, categorias de despesa e financiadores, atendendo a exigências nacionais e do FIDA em matéria de gerência e auditorias financeiras;
- (c) assegurar a eficiência dos fluxos de informação entre as partes interessadas no projeto, e contribuir para o fortalecimento dos processos de coordenação local do planejamento;
- (d) acompanhar resultados, produtos e impactos do projeto, atendendo a exigências da SEPLAG, bem como ao RIMS do FIDA;
- (e) acompanhar a implementação da estratégia de focalização, incluindo as questões de gênero, de modo a assegurar que o projeto alcance a população alvo. Para este propósito, o projeto poderia utilizar os dados do Cadastro Único;
- (f) verificar se as atividades e os investimentos do projeto observam os requisitos ambientais;
- (g) incluir um sistema geográfico simples que produza os mapas relevantes, necessários para o monitoramento e a comunicação dos produtos e resultados do projeto.

239. **Plano de trabalho e orçamento anual.** No início do projeto, a UGP revisará as metas, etapas e indicadores definidos no relatório de elaboração, com o propósito de harmonizar a cadeia de resultados e a estrutura lógica. A UGP preparará o plano de trabalho e orçamento anual (PTOA) em conformidade com a estrutura lógica, e o submeterá à aprovação da Comitê Executivo do Projeto, à anuência do FIDA e, para fins de informação, ao Comitê Consultivo. Por intermédio do SIG, a unidade de M&A preparará relatórios de atividades (com frequência pelo menos semestral), para sintetizar e analisar produtos, realizações e dificuldades do projeto. As unidades locais têm um papel central na geração de informação para relatórios e indicadores de atividade. Ao final do ano, a Unidade de M&A preparará o relatório anual de atividades, seguindo um modelo baseado na implementação física e financeira por componente, categorias de despesa e financiamento. Esta avaliação anual do desempenho determinará e orientará a elaboração do próximo PTOA, para o qual o Comitê Executivo do Projeto contribuirá mediante a definição de prioridades e orientação. Isso também representa uma oportunidade para ajustar a estrutura lógica, se tal for necessário após a revisão dos resultados anuais.

240. **Avaliação.** Os processos de monitoramento e avaliação fazem parte do mesmo instrumento de gestão do projeto. Ambos representam um sistema comum de planejamento e, portanto, deveriam ser considerados como duas partes complementares de um continuum. As duas atividades, por meio de uma análise contínua de resultados e impactos do projeto, serão os insumos principais para a elaboração do PTOA, seguindo os conceitos da gestão baseada em resultados. Definido como mecanismo para a análise periódica da relevância, do enfoque e dos objetivos do projeto, o sistema de avaliação baseia-se na análise da contribuição da gestão e atividades do projeto para a obtenção dos resultados e impactos esperados (indicadores de segundo e terceiro nível, respectivamente). Os processos de avaliação incluem o estabelecimento de dados básicos para cada plano de negócios (como parte do processo de elaboração do plano de negócios), realização de avaliações intermediária e final de resultados e impactos, revisão intermediária e relatório de conclusão. O indicador de desnutrição infantil será avaliado pelo sistema SISVAN<sup>16</sup> apenas se estiver acima de 10% na área do projeto. O processo de avaliação também incluirá a avaliação das atividades de treinamento e capacitação, seguindo o modelo de Kirkpatrick<sup>17</sup>, por exemplo, para avaliar se têm um impacto no fortalecimento dos grupos de pequenos produtores e no desenvolvimento de negócios, bem como avaliar os resultados das metodologias aplicadas pela assistência técnica e extensão rural.

241. **Participação.** A participação de beneficiários é um importante ingrediente da gestão baseada em resultados. A participação melhora a qualidade, a eficiência e a sustentabilidade do desenvolvimento, porquanto promove a transferência de capacidade de autodesenvolvimento. No projeto, a participação de beneficiários será promovida mediante os seguintes processos: (a) identificação e formulação participativa de planos de negócios; (b) auto-avaliação, para aferir o progresso e definir estratégias operacionais.

---

<sup>16</sup> Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Food and Nutrition Surveillance System), com apoio da FAO.

<sup>17</sup> O modelo de Kirkpatrick avalia 4 níveis: reação, aprendizado, comportamento e resultados.

## V. BENEFÍCIOS, CUSTOS E FINANCIAMENTO DO PROJETO

### A. Síntese da análise de benefícios

242. **Benefícios do projeto.** Os beneficiários poderão participar do projeto de diferentes maneiras, de acordo com diferentes componentes e atividades. O foco do primeiro componente do projeto será apoiar o estabelecimento, a reativação ou o melhoramento da operação de negócios rurais (atividades agrícolas e não agrícolas). Estimativas preliminares mostram que 10.000 famílias (uma média de 25 famílias por negócio apoiado pelo projeto) serão beneficiadas diretamente por co-financiamento para investimentos e assistência técnica visando ao início de novos negócios, reativação dos que estão inoperantes ou o melhoramento dos que estão em operação. Estima-se que a implementação de cada plano de negócios exigirá, em média, US\$ 50 000 para investimentos produtivos, e cerca de US\$ 8 000 para assistência técnica. A assistência técnica para a preparação de cada plano exigiria aproximadamente US\$ 3 600. O projeto não financiará necessidades de capital de giro, mas a assistência técnica canalizada pela agência implementadora durante a preparação de planos de negócios apoiará os produtores participantes mediante negociações paralelas com fontes de crédito e agentes do mercado. Ao final do período de implementação, espera-se que cerca de 80% dos planos de negócios apoiados estejam funcionando de maneira sustentável; aproximadamente 80% das famílias envolvidas em planos de negócios co-financiados elevariam seus níveis de renda; e pelo menos 20% das famílias envolvidas aumentariam sua renda em pelo menos a metade do salário mínimo.

243. De acordo com uma análise financeira e econômica *ex ante* de possíveis planos de negócios, os produtores e famílias participantes aumentariam sua renda anual em US\$ 2 500 por família, dos quais US\$ 1 300 proviriam da renda líquida obtida, e os outros US\$ 1 200 dos custos de mão de obra, equivalentes a 0,4 pessoa/anos/família de trabalho (geralmente em espécie). O valor atual líquido, considerando preços financeiros ou privados desses planos de negócios, seria, em média, de US\$ 197 000 por plano, e de US\$ 7 500 por família participante. A taxa interna de rentabilidade financeira seria da média de 36,2%. Considerando preços econômicos ou sociais,<sup>18</sup> o valor atual líquido desses planos de negócios seria, em média, de US\$ 219 000 por plano e de US\$ 8 400 por família participante. A taxa de rentabilidade econômica interna seria de 39,5% em média.

244. O foco do segundo componente seria o fortalecimento das capacidades de profissionais e produtores estaduais para identificar, planejar e implementar negócios rurais. Estimativas preliminares mostram que aproximadamente 900 provedores de assistência técnica, 4.000 produtores e 600 jovens se beneficiariam com os diferentes instrumentos formativos previstos pelo projeto. Ao final do período de implementação, espera-se que pelo menos 75% dos provedores de assistência técnica, produtores e jovens que receberam apoio formativo estejam aplicando conhecimentos adquiridos no seu trabalho ou sua atividade produtiva. Com base numa análise de impacto mínimo e considerando que o benefício das atividades formativas seria pelo menos igual ao custo de oportunidades dos participantes, o custo deste componente poderia ser coberto pelos benefícios gerados. Prevê-se que provedores de assistência técnica, produtores e jovens estariam dispostos a dedicar pelo menos 45 dias a essas atividades de formação. Com base em interações com o pessoal técnico e produtores durante a missão, é muito provável que essa dedicação mínima seja alcançada.

245. A SEAGRI como agência implementadora, e a EMDAGRO como principal agência parceira, seriam fortalecidas para ajudar os beneficiários no desenvolvimento de negócios rurais, mediante: (a) melhoria da capacidade do seu pessoal técnico e

---

<sup>18</sup> Em essência, o preço econômico da mão de obra foi estimado em 92% do seu preço financeiro.

administrativo; (b) bancos de dados e sistemas de informação desenvolvidos; e (c) metodologias e processos desenvolvidos, testados e aprovados. Assim, a população que já é assistida pela SEAGRI e pela EMDAGRO será indiretamente beneficiada. Segundo as estimativas, essa população é de cerca de 20.000 produtores e famílias.

246. É importante assinalar que o projeto gerará externalidades que beneficiarão substancial número de famílias, ademais das que participam diretamente das atividades. Essas externalidades referem-se a: (i) fortalecimento de cadeias locais de produção, com o estabelecimento de canais de comercialização, novos mercados e efeitos demonstrativos de negócios gerados pelo projeto, que estimularão outros negócios locais; (ii) fortalecimento institucional, que beneficiará não apenas as famílias diretamente envolvidas nos negócios e os agricultores que fornecem matéria-prima, como também outras famílias nas comunidades; (iii) tecnologias adotadas por beneficiários e transferidas a outros membros da comunidade; (iv) os negócios promovidos pelo projeto geram demanda de outras atividades econômicas em áreas rurais e comunidades abrangidas pelo projeto.

## **B. Resumo dos custos**

### **Custos totais**

247. **O custo básico do projeto foi estimado em US\$ 36,2 milhões** num período de seis anos. Já que a taxa de câmbio na época da coleta de dados (fevereiro de 2010) era de US\$ 1=R\$ 1,80, o custo básico do projeto em moeda local (Real) foi estimado em R\$ 68 milhões. Levando em conta uma dotação para elevação de preços no total de US\$ 1,6 milhões (4% do custo básico), o custo **total do projeto foi estimado em US\$ 37,8 milhões**.

248. A provisão para elevação de preços foi estimada para qualquer despesa imprevista que possa surgir durante a implementação do projeto devido à inflação internacional e nacional. A taxa de elevação de preços considerada foi de 2,9% ao ano, aplicada às seguintes categorias de despesa: *Veículos e Equipamento, Assistência técnica e Treinamento, Consultorias, Auditorias e Estudos, Custos operacionais e Salários*. As contingências físicas e de preço não foram aplicadas à categoria *Investimento produtivo*, pois esses recursos serão alocados segundo a demanda.

249. Os impostos considerados na estimativa de custos foram o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - 18%), ISS (Imposto sobre Serviços - média de 5%) e o IPI (imposto sobre produtos industrializados - cujo valor depende do produto). No total, os impostos representam US\$ 2,6 milhões e serão financiados pelo Estado de Sergipe.

### **Custos por Componente**

250. Dentro da estrutura de custos, o **componente de desenvolvimento de negócios rurais** representa 75% do custo total do projeto (US\$ 27,2 milhões). As principais atividades a serem financiadas se concentram em cadeias de valor prioritárias, promoção do projeto, identificação e mobilização de grupos de produtores, identificação e formulação de planos de negócios, financiamento dos investimento e assistência técnica necessários para implementar os planos, bem como os custos de avaliação e supervisão dos planos de negócios. O componente inclui um investimento de US\$ 20 milhões para financiar cerca de 400 planos de negócios, bem como US\$ 210 mil para financiar cerca de 80 planos de negócios inovadores (possivelmente individuais) selecionados de maneira competitiva. O componente também inclui financiamento de custos operacionais (combustível, diárias, artigos de escritório e material de divulgação) necessários para implementar a assistência técnica.

251. O **componente de fortalecimento da capacidade para promoção de negócios rurais** soma US\$ 4,7 milhões, 13% do custo total do projeto. O componente inclui os custos de treinamento dos produtores, jovens e agentes de extensão rural na promoção e gestão de negócios rurais. Isso será realizado mediante diferentes cursos modulares, estágios e bolsas de estudo para jovens, visitas e intercâmbio, bem como cursos de especialização profissional para extensionistas rurais (US\$ 3,5 milhões). Também foi considerado o custo de preparação do material de treinamento (US\$ 481 mil). As atividades de gestão do conhecimento relacionadas ao treinamento e implementação do projeto foram incluídas neste componente (US\$ 542 mil). A gestão deste componente exigirá um especialista em treinamento e um especialista em gestão do conhecimento (US\$ 370 mil). O fortalecimento da capacidade da SEAGRI, EMDAGRO, provedores de assistência técnica e organizações de produtores também exige investimento em veículos e equipamento (US\$ 189 mil).

252. O **componente de gestão, monitoramento e avaliação do projeto** representa 12% do custo total (US\$ 4,3 milhões). O componente financiará as atividades relacionadas ao monitoramento e avaliação do projeto, bem como salários e custos operacionais da UGP.

253. As diferentes categorias de despesas foram definidas dependendo da homogeneidade das despesas. As tabelas seguintes apresentam os custos totais do projeto por componente e ano e por componente e conta de despesa.

**Tabela 2: Custos do projeto por componente e ano  
 (000 US\$)**

	A 1	A 2	A 3	A 4	A 5	A 6	Total	%
<b>Componentes</b>								
Desenvolvimento de Negócios Rurais	50.8	2211.4	5540.0	8951.1	7912.5	2515.0	27 180.7	75%
Capacitação para promoção de negócios rurais	629.3	697.4	1059.1	862.9	750.5	747.5	4 746.6	13%
Gerenciamento do Projeto, Acompanhamento e Avaliação	715.8	680.8	719.3	761.9	719.3	720.8	4 317.8	12%
<b>Custo Base</b>	<b>1 395.8</b>	<b>3 589.5</b>	<b>7 318.4</b>	<b>10 575.8</b>	<b>9 382.3</b>	<b>3 983.3</b>	<b>36 245.0</b>	<b>100%</b>
Contingências de Preços	20.2	90.1	239.7	420.4	464.7	337.9	1 573.1	4%
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>1 416.0</b>	<b>3 679.7</b>	<b>7 558.1</b>	<b>10 996.2</b>	<b>9 847.0</b>	<b>4 321.2</b>	<b>37 818.2</b>	<b>104%</b>
Impostos	95.3	216.1	517.0	795.0	709.4	261.8	2 594.6	



**Tabela 3: Custos do Projeto por conta de despesa e componente  
(000 US\$)**

	Desenvolvimento de Negócios Rurais	Capacitação para Promoção de Negócios Rurais	Gerenciamento do Projeto, Acompanhamento e Avaliação	Total	%
<b>CUSTOS DE INVESTIMENTOS</b>					
<b>A. Veículos e Equipamentos</b>	-	185.9	-	<b>185.9</b>	<b>0.5%</b>
<i>Veículos</i>	-	125.0	-	125.0	0.3%
<i>Equipamentos</i>	-	60.9	-	60.9	0.2%
<b>B. Assistência Técnica e Formação</b>	5 371.4	3 555.3	128.1	<b>9 054.8</b>	<b>25.0%</b>
<i>Assistência Técnica</i>	5 355.7	-	128.1	5 483.8	15.1%
<i>Treinamento e Seminários</i>	15.8	3 555.3	-	3 571.0	9.9%
<b>C. Consultorias, Auditorias e Estudos</b>	42.0	638.5	345.0	<b>1 025.5</b>	<b>2.8%</b>
<b>D Investimentos Produtivos</b>	20 210.0	-	-	<b>20 210.0</b>	<b>55.8%</b>
<b>Custo Total de Investimento</b>	<b>25 623.4</b>	<b>4 379.7</b>	<b>473.1</b>	<b>30 476.2</b>	<b>84.1%</b>
<b>Custos Correntes</b>					
<b>A. Custos Operacionais</b>	1 557.3	28.5	213.0	<b>1 798.8</b>	<b>5.0%</b>
<b>B. S Salários</b>	-	338.4	3 631.7	<b>3 970.1</b>	<b>11.0%</b>
<b>Custos Correntes Total</b>	<b>1 557.3</b>	<b>366.9</b>	<b>3 844.7</b>	<b>5 768.8</b>	<b>15.9%</b>
<b>Custo Base</b>	<b>27 180.7</b>	<b>4 746.6</b>	<b>4 317.8</b>	<b>36 245.0</b>	<b>100.0%</b>
Contingências de Preços	737.9	439.7	395.6	1 573.1	4.3%
<b>Custo Total</b>	<b>27 918.5</b>	<b>5 186.3</b>	<b>4 713.4</b>	<b>37 818.2</b>	<b>104.3%</b>
Impostos	2 255.5	297.8	41.3	2 594.6	

### C. Financiamento do Projeto

254. Os co-financiadores do projeto seriam o Estado de Sergipe com US\$ 12,6 milhões (33,4%), o FIDA com US\$ 16 milhões (42,3%) e os beneficiários US\$ 9,2 milhões (24,3%).

**Tabela 4: Custo Total do Projeto por componente e financiador**  
 (US\$ 000)

Componentes	Estado de Sergipe		FIDA		Beneficiários		Total
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Desenvolvimento de Negócios Rurais	3 860.1	13.8	14 862.9	53.2	9 195.6	32.9	27 918.5
Capacitação para Promoção de Negócios Rurais	4 542.3	87.6	644.0	12.4	-	-	5 186.3
Gerenciamento do Projeto, Acompanhamento e Avaliação	4 220.3	89.5	493.0	10.5	-	-	4 713.4
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>12 622.7</b>	<b>33.4</b>	<b>16 000.0</b>	<b>42.3</b>	<b>9 195.6</b>	<b>24.3</b>	<b>37 818.2</b>

255. **O Estado de Sergipe** pagará todos os impostos relacionados às despesas do projeto, conforme mencionado anteriormente. No componente de Desenvolvimento de Negócios Rurais, o Estado de Sergipe financiará a promoção do projeto, as taxas relacionadas aos investimentos e os custos operacionais. No componente de Fortalecimento da Capacidade para Promover Negócios Rurais, o Estado de Sergipe financiará principalmente veículos, equipamento, custos de treinamento e *workshops*, salários e custos operacionais necessários para implementar as atividades (88% do custo do componente). No componente de gestão, monitoramento e avaliação do projeto, o Estado de Sergipe financiará os salários e custos operacionais da UGP (90% do custo).

256. No primeiro componente, o **FIDA** financiará principalmente os serviços de assistência técnica necessários para identificar, desenhar e implementar planos de negócios, bem como os investimentos produtivos desses planos (53%). A provisão de assistência técnica pode ser executada usando os recursos humanos da EMDAGRO, incluindo pessoal adicional contratado. Também pode ser suprido por outros provedores ou transferindo recursos para que o grupos de produtores possam contratar diretamente os serviços. O financiamento dos planos de negócios será feito mediante a conta de investimento produtivo e seleção competitiva de planos de negócios inovadores (possivelmente individuais). No segundo componente, o FIDA financiará os custos de serviços de consultoria contratados para preparar metodologias e material de treinamento (12%). No componente de gestão do projeto, o FIDA financiará os custos de monitoramento e avaliação (10%).

257. **Os beneficiários** que elaborarem planos de negócios contribuirão com mão de obra familiar, dinheiro ou em espécie para pelo menos 50% dos investimentos produtivos (US\$ 9,2 milhões).

258. A tabela seguinte mostra a composição dos custos do projeto por conta de despesa. A parcela dos diferentes co-financiadores determinará a alocação de fundos e pedidos de desembolso do empréstimo do FIDA que serão definidos no anexo 2 do acordo de empréstimo entre o Estado de Sergipe e o FIDA.

**Tabela 5: Custo Total do Projeto por conta de despesa e financiador (000 US\$)**

	Estado de Sergipe		FIDA		Beneficiários		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Custo de Investimentos</b>								
A. Veículos e Equipamentos	188.6	100.0	-	-	-	-	<b>188.6</b>	0.5%
Veículos	126.8	100.0	-	-	-	-	126.8	0.3%
Equipamentos	61.8	100.0	-	-	-	-	61.8	0.2%
B. Assistência Técnica e Treinamento	4 238.6	42.4	5 761.5	57.6	-	-	<b>10 000.0</b>	26.4%
Assistência Técnica	303.2	5.0	5 761.5	95.0	-	-	6 064.7	16.0%
Treinamento e Seminários	3 935.3	100.0	-	-	-	-	3 935.3	10.4%
C. Consultorias, auditorias e estudos	54.9	5.0	1 043.0	95.0	-	-	<b>1 097.8</b>	2.9%
D. Investimentos Produtivos	1 818.9	9.0	9 195.6	45.5	9 195.6	45.5	<b>20 210.0</b>	53.4%
<b>CUSTOS DE INVESTIMENTO TOTAL</b>	<b>6 301.0</b>	<b>20.0</b>	<b>16 000.0</b>	<b>50.8</b>	<b>9 195.6</b>	<b>29.2</b>	<b>31 496.5</b>	<b>82.8</b>
<b>CUSTOS CORRENTES</b>								
A. Custos Operacionais	1 990.5	100.0	-	-	-	-	1 990.5	5.3%
B. Salários	4 331.2	100.0	-	-	-	-	4 331.2	11.5%
<b>Custos Correntes Total</b>	<b>6 321.7</b>	<b>100.0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 321.7</b>	<b>16.7%</b>
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>12 622.7</b>	<b>33.4</b>	<b>16 000.0</b>	<b>42.3</b>	<b>9 195.6</b>	<b>24.3</b>	<b>37 818.2</b>	<b>100.0%</b>

**Tabela 6: Custo Total do Projeto por financiador e ano (000 US\$)**

Financiadores	A1	A2	A3	A4	A5	A6	Total
Estado de Sergipe	1 021.9	1 718.5	2 385.7	2 873.0	2 699.9	1 923.7	12 622.7
FIDA	394.1	1 261.6	3 312.5	5 127.1	4 417.1	1 487.5	16 000.0
Beneficiários	-	699.6	1 859.8	2 996.2	2 730.0	910.0	9 195.6
<b>Custo Total</b>	<b>1 416.0</b>	<b>3 679.7</b>	<b>7 558.1</b>	<b>10 996.2</b>	<b>9 847.0</b>	<b>4 321.2</b>	<b>37 818.2</b>

## D. Categorias de despesas

259. As categorias de despesas foram definidas para facilitar a gestão do projeto e procedimentos de reembolso com o FIDA.

- **Veículos e equipamento.** Esta categoria financiará veículos e equipamento para fortalecer a capacidade estrutural da SEAGRI e EMDAGRO e provedores de serviços, especialmente extensionistas rurais e funcionários da UGP. A categoria soma US\$ 189 mil, que seriam totalmente financiados pelo Estado de Sergipe.
- **Assistência técnica e treinamento.** O montante chega a US\$ 10 milhões (26% do custo total do projeto), dos quais US\$6 milhões para a categoria *Assistência técnica* financiada pelo FIDA, e US\$4 milhões para a categoria *Treinamento e seminários* financiada pelo Estado de Sergipe. A *Assistência técnica* consiste principalmente de serviços de assistência técnica e extensão a serem fornecidos aos produtores para implementar seus planos de negócios. A categoria *Treinamento e seminários* corresponde principalmente aos custos de cursos e seminários (incluindo honorários dos treinadores, diárias, material de divulgação, etc.). Essa categoria também inclui as bolsas a serem concedidas a jovens e extensionistas para treinamento.
- **Consultorias, auditorias e estudos.** Cerca de US\$ 1 milhão estão destinados a essa categoria, que representa 3% do custo do projeto a ser financiado pelo FIDA. Essa categoria inclui os serviços de consultoria e estudos a serem realizados nos diferentes componentes, especialmente para o desenvolvimento dos programas de fortalecimento da capacidade e atividades de monitoramento e avaliação.
- **Investimento produtivo.** O investimento produtivo é a categoria mais importante do projeto, somando US\$ 20 milhões (54% do custo do projeto); será financiado pelo FIDA até 45,5%, Estado de Sergipe até 9% (impostos) e beneficiários até 45,5%. Essa categoria inclui o financiamento de ativos produtivos para o desenvolvimento dos negócios rurais dos pequenos produtores. Também pode financiar assistência técnica, como parte dos recursos a serem alocados aos planos de negócios.
- **Custos operacionais.** Um montante de US\$ 2 milhão está destinado a esta categoria (5% do total), a ser financiado pelo Estado de Sergipe. Os custos operacionais incluem diárias, combustível, artigos de escritório e material de divulgação.
- **Salários.** Os salários totalizam US\$ 4,3 milhões (11,5% do custo do projeto) e serão financiados pelo Estado de Sergipe.
- **Sem destinação específica.** Essa categoria não existe, mas será integrada ao acordo de empréstimo acrescentando a provisão para elevação de preços (US\$ 1,6 milhão, 4% do custo do projeto).

## E. Fluxo de Fundos

260. O orçamento do projeto será incluído no Plano Plurianual 2008-2011, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei de Diretrizes orçamentárias) e Lei Orçamentária Anual do Estado de 2011, dentro do orçamento correspondente à Secretaria de Agricultura (SEAGRI). Uma vez satisfeita esta condição e o contrato de empréstimo assinado, o Governo do Estado solicitará ao Banco do Brasil a abertura de uma conta especial em moeda estrangeira para administrar os recursos do empréstimo do FIDA. O Governo do

Estado abrirá uma outra conta separada a ser administrada pela Agência Executora. Ambas as contas serão geridas por gestores do Estado, com nomeação formal pelo Governador publicada no Diário Oficial.

261. De acordo com o Plano Anual de Trabalho e Orçamento aprovado e os pedidos de retirada devidamente preparados, os recursos serão desembolsados pelo FIDA e depositados na conta especial. Após a operação de câmbio, esses recursos serão transferidos para uma conta bancária do Tesouro do Estado, gerenciado pela Secretaria de Finanças, que contabilizará o fluxo de recursos e os depositará na conta do projeto administrada pela SEAGRI. A Secretaria da Fazenda depositará o desembolso com a contrapartida correspondente do Estado orçada no desenho do projeto.

262. A Unidade de Gestão do Projeto seguirá as definições do Plano Anual de Trabalho e Orçamento e do Manual de Implementação para executar os recursos do projeto, especialmente no que concerne à aplicação do co-financiamento do projeto. O financiamento dos planos de negócios dependerá da aprovação do Secretário da SEAGRI para subvenções de até US\$ 30 000, e aprovação do Comitê Executivo para aquelas superiores a US\$ 30 000. Uma vez aprovados os planos de negócios, a UGP solicitará ao Secretário da SEAGRI autorização para executar os fundos. Os recursos podem ser executados pela SEAGRI ou transferidos para as organizações de produtores rurais após a formalização de um acordo legal. Neste caso, as organizações de produtores serão obrigadas a abrirem uma conta bancária para depositar e gerir os recursos. As organizações de produtores serão responsáveis pela gestão dos recursos junto à SEAGRI e a Auditoria do Estado (Tribunal de Contas).

263. As outras atividades do projeto serão objeto de acordos ou contratos baseados em resultados, celebrados em conformidade com o Plano de Aquisições aprovado pelo FIDA, que estabelecerá o método de aquisição a ser adotado. Tanto no caso de acordos e contratos, as partes ou contratante deverão apresentar um relatório à SEAGRI em conformidade com os termos acordados, sendo os líderes co-responsáveis pela execução dos recursos recebidos, como indicado na legislação brasileira. Para controlar e monitorar as atividades do projeto e a contabilidade, a UGP desenvolverá um Sistema de Gestão da Informação alinhado às ferramentas de monitoramento do Estado, como o Sistema IGEST.

## VI. RISCOS E SUSTENTABILIDADE DO PROJETO

### A. Análise dos riscos

264. O projeto proposto lidaria com riscos provenientes de diferentes fontes, da seguinte maneira: (a) riscos agrícolas (climáticos e biológicos); (b) riscos de mercado (preços e acesso); (c) riscos financeiros (acesso a fontes complementares de crédito); e (d) riscos institucionais e administrativos. Todos esses riscos foram avaliados e medidas neutralizantes foram incluídas no projeto.

265. **Riscos agrícolas.** As condições climáticas na área do projeto incluem riscos inevitáveis de secas periódicas. A cada ano, a estação seca provoca estresse hídrico na região do semiárido. Aproximadamente a cada dez anos, uma forte seca afeta a região por dois a três anos consecutivos. A fim de lidar com esses riscos, os planos de negócios que seriam financiados pelo projeto incluirão estratégias e tecnologias apropriadas para reduzir os impactos negativos das secas. Elas poderiam incluir: (i) seleção de atividades produtivas que levem em conta os riscos mencionados acima; (ii) adoção de tecnologias de produção, armazenamento e comercialização adaptadas às condições locais; (iii) quando apropriado, uso de métodos adequados de gestão da água e técnicas especiais para construções e lavouras; (iv) quando apropriado, ênfase em assegurar uma produção e um armazenamento adequados de forragem nas atividades de criação de

gado, utilizando espécies bem adaptadas a condições secas (isto é, palma, gliricídia e outros); e (v) quando apropriado, usar e desenvolver espécies de animais bem adaptadas a condições secas.

266. **Riscos de mercado.** Os riscos de mercado são relativos à estratégia do projeto de promover negócios rurais, alguns dos quais envolverão produtos existentes ou novos que podem enfrentar problemas de mercado. Contudo, esses problemas seriam abordados: por um lado, com a ênfase do projeto em arranjos de produção prioritários ou agrupamentos com perspectivas de mercado favoráveis; e por outro lado, com a inclusão necessária de arranjos de mercado durante a preparação dos planos de negócios. Além disso, durante a implementação dos planos de negócios, será fornecida assistência técnica não só em questões de produção e tecnologia, mas também sobre comercialização (incluindo a negociação de contratos com compradores).

267. **Riscos financeiros.** Embora o projeto não financie necessidades de capital de giro, a assistência técnica canalizada pela agência implementadora durante a preparação dos planos de negócios ajudará os produtores participantes nas negociações paralelas com provedores de crédito e agentes de mercado. Para minimizar o risco de procedimentos complicados para obter crédito de fontes de crédito públicas e comerciais, o projeto buscará acordos, sinergias e/ou colaboração com o PRONAF, um grande provedor de crédito para agricultura familiar, com o BNB, BB, BANESE e com outras instituições financeiras interessadas na alavancagem de esforços para promover negócios rurais no estado.

268. **Riscos institucionais e administrativos.** Os riscos institucionais e administrativos podem ser classificados em quatro grupos: (i) riscos associados à disponibilidade de recursos humanos capazes para a preparação e implementação de planos de negócios e instrumentos formativos com perspectiva de negócios rurais; (ii) riscos associados à alocação insuficiente de tempo do pessoal da SEAGRI e EMDAGRO para atividades do projeto; (iii) riscos associados à coordenação insuficiente com outras agências, programas e projetos; e (iv) riscos associados a mudanças políticas no governo do estado.

269. Para mitigar os riscos associados à disponibilidade de recursos humanos, o projeto prevê cinco estratégias: (i) avaliação do desempenho e seleção da equipe técnica existente na SEAGRI e EMDAGRO, com mais experiência e conhecimento dos negócios rurais; (ii) eventos promocionais, direcionados a provedores de assistência técnica para facilitar a identificação de pessoas qualificadas e/ou instituições para eventuais contratos de consultoria; (iii) desenvolvimento de uma base de dados de referência dos provedores de assistência técnica qualificados; (iv) instrumentos formativos para fortalecer a capacidade de técnicos da SEAGRI e EMDAGRO e parceiros institucionais na identificação, preparação e implementação de atividades de apoio aos negócios rurais; e (v) instrumentos formativos para fortalecer a capacidade dos produtores e suas associações na condução de negócios rurais.

270. As seguintes medidas mitigarão os riscos de alocação insuficiente de tempo para atividades do projeto: (i) contratar novos funcionários, particularmente através de contrato temporário para facilitar e acelerar o processo de contratação, em vez de contratar funcionários permanentes através de concursos públicos; (ii) termos de referência do emprego com clara atribuição de período integral para atividades do projeto; (iii) uma definição clara, que será refletida num arranjo entre o FIDA e a SEAGRI e EMDAGRO, relativa à dedicação em período integral de parte de sua equipe para implementar o projeto.

271. Com respeito à possibilidade de mudanças na administração do projeto devido a mudanças nas condições institucionais da implementação, algumas medidas serão introduzidas a fim de mitigar esses riscos, da seguinte forma: (a) instrumentos legais

incluiriam disposições adequadas a fim de assegurar que as designações de funcionários importantes e eventuais substituições sejam acordadas com o FIDA; (b) atividades de treinamento para a agência implementadora e para a UGP seriam empreendidas durante os primeiros meses de execução do projeto; (c) a agência implementadora poderá contratar consultores experientes para ajudar em tarefas administrativas relativas à execução do projeto.

272. Com respeito ao risco de falta de coordenação entre diferentes instituições do governo estadual e entre diferentes atividades do projeto, a principal medida de mitigação serão os mecanismos de priorização de arranjos produtivos envolvendo importantes parceiros institucionais e a triagem de ideias de negócios, antes da preparação dos planos de negócios. A presença e as funções do comitê executivo serão outra importante medida de mitigação, considerando que nesse comitê participarão os principais parceiros institucionais, e que ele terá sob sua responsabilidade decisões estratégicas como a aprovação do Plano de Trabalho e Orçamento Anual e relatórios das atividades do projeto. O conselho consultor, com um número maior de membros, também faz parte das medidas de mitigação.

## **B. Categoria ambiental e estratégia ambiental do Projeto**

273. Por ter sido considerado de baixo impacto ambiental, o projeto foi classificado como categoria “B” e está sujeito a medidas simples de mitigação. Espera-se que os negócios rurais sustentados pelo projeto tenham baixos riscos de impactos ambientais negativos, já que são de pequena escala e grande parte dos resíduos e subprodutos gerados será orgânica.

274. A análise ambiental do projeto revelou três aspectos importantes, discutidos em detalhe na Nota sobre o processo de seleção e determinação do âmbito das questões ambientais (ESSN, Anexo VI). Essa análise contempla um enfoque sistematizado numa estratégia ambiental para todo o projeto. Esses aspectos são: (i) a necessidade de disciplina ambiental nas atividades a serem financiadas, em concordância com os padrões ambientais legais e institucionais e as diretrizes do FIDA; (ii) assegurar a sustentabilidade ambiental nas cadeias de valor selecionadas que precisam de insumos ambientais, num quadro que mistura oportunidades de exploração sustentável de bens ambientais e graves processos de degradação, levando à exaustão de recursos em vários locais; (iii) a necessidade de alinhar o projeto com a política ambiental vigente em Sergipe.

275. Essas interfaces indicam quatro principais desafios ambientais respectivamente relacionados ao grupo-alvo, área do projeto, componentes do projeto e políticas ambientais, da seguinte maneira: (a) com respeito ao **grupo-alvo**, o desafio tem a ver com a mudança do comportamento tradicional dos agricultores a fim de substituir a predação tradicional pelo uso sustentável e a conservação dos bens ambientais; (b) com respeito à **área do projeto**, o projeto precisa levar em conta as condições ambientais, oportunidades e restrições locais que diferem de um local para o outro; (c) em relação às **atividades produtivas** a serem financiadas, os componentes do projeto devem considerar as ameaças ambientais e medidas de mitigação para assegurar sua sustentabilidade e, particularmente, o projeto deve considerar oportunidades de geração de renda que tragam melhoras ambientais; (d) com relação à **política ambiental**, o projeto promoverá o diálogo com partes interessadas institucionais que possam contribuir para atividades do projeto, especialmente na troca de experiência sobre técnicas e métodos de gestão ambiental sustentável, combate à desertificação, proteção da biodiversidade e degradação da terra.

276. Para encarar esses desafios, o FIDA não começa do zero, pois já possui um capital de conhecimento acumulado por si só e por suas instituições parceiras no Nordeste. O projeto Dom Hélder Câmara trouxe impactos ambientais positivos com a

promoção da produção agroecológica, técnicas de gestão sustentável da caatinga, mudanças em insumos como uma alternativa para o uso indiscriminado de pesticidas, introdução de métodos de armazenamento de água e espécies de forragem compatíveis com a vegetação nativa, métodos racionais de irrigação, promoção da criação de aves ao ar livre, apicultura e barragens subterrâneas. O projeto Pró-Sertão implementado em Sergipe promoveu práticas agrícolas ecológicas como a conservação do solo e forneceu treinamento a multiplicadores sobre coexistência com o semiárido. O projeto GEF Sertão em andamento está promovendo práticas inovadoras de gestão sustentável da terra e outros recursos naturais, incluindo a associação agroecológica com algodão orgânico, conversão agroecológica de hortas e pomares, recuperação de passivos ambientais em assentamentos. O projeto está implementando também um fundo ambiental para fomentar a eficiência energética.

277. **Estratégia Ambiental do Projeto.** A estratégia ambiental do projeto inclui os seguintes objetivos: (i) enquadrar as atividades a serem financiadas no arcabouço jurídico e nas diretrizes ambientais do FIDA; (ii) avaliar os potenciais impactos ambientais associados às atividades a serem financiadas para assegurar a minimização de impactos negativos e a maximização de impactos positivos; (iii) adotar melhores práticas e métodos para as atividades a serem financiadas através da promoção de uma cultura de proteção ambiental na região; (iv) diálogo com partes interessadas relevantes no campo das políticas ambientais públicas de interesse para o projeto.

278. Com relação ao quadro jurídico ambiental, o projeto enfatizará os seguintes aspectos: (i) as restrições e exigências de áreas protegidas, especialmente a Reserva Biológica de Santa Isabel, a Área de Proteção Ambiental da Costa Norte, os sítios arqueológicos e as áreas prioritárias de conservação da biodiversidade; (ii) cumprimento da legislação ambiental pelas propriedades nas quais serão implementadas atividades, particularmente com relação a áreas de reserva legal e Áreas de Preservação Permanente; (iii) obter licenças ambientais antes de conceder os fundos.

279. A avaliação de potenciais impactos ambientais será realizada em duas escalas: no projeto para fins de categorização de acordo com as diretrizes do FIDA, e em cada atividade admissível para financiamento por meio de avaliação dos planos de negócios.

280. A seleção das melhores técnicas e métodos se baseará no capital de conhecimento já acumulado pelas instituições relevantes na região. Isso envolverá: (i) gestão sustentável de recursos ambientais; (ii) coexistência com o semiárido; (iii) conservação da biodiversidade; (iv) combate à desertificação. Além dos parceiros ativos do FIDA nos projetos mencionados, o Ministério do Meio Ambiente e várias instituições de pesquisa têm-se dedicado a pesquisar sobre os biomas da caatinga e da Mata Atlântica na região.

281. Além das características mencionadas acima, o diálogo com as partes interessadas relevantes no campo da política ambiental focalizará outras iniciativas na região a fim de facilitar o alinhamento de atividades do projeto com o quadro ambiental existente.

282. **Instrumentos para implementar a estratégia ambiental.** Para atingir o objetivo de "enquadrar as atividades a serem financiadas no quadro jurídico e nas diretrizes ambientais do FIDA", as seguintes ações serão empreendidas:



- Nos planos de negócios, informar sobre a presença e consequências das áreas protegidas estabelecidas no Código Florestal, unidades de conservação, áreas prioritárias de conservação da biodiversidade e áreas particularmente vulneráveis à desertificação;
- Analisar a situação de áreas de reserva legal e Áreas de Preservação Permanente em propriedades rurais nas quais serão implementadas atividades, considerando a adequabilidade ambiental da propriedade como uma condição de financiamento;
- Exigir e ajudar os beneficiários a obter todas as licenças ambientais antes do financiamento;
- Manter uma relação constante com agências ambientais responsáveis pelo licenciamento, inspeção e controle ambiental, identificar formas de sustentar o projeto e formas de superar as deficiências institucionais dessas agências;
- Observar outras questões relevantes estabelecidas na legislação ambiental e nas diretrizes do FIDA.

283. Para atingir o objetivo de "avaliar os impactos ambientais associados às atividades a serem financiadas e assegurar a minimização de impactos negativos e a maximização de impactos positivos", serão utilizados os seguintes instrumentos:

- Avaliação de impacto ambiental (AIA) de todos os planos de negócios;
- Condições para a aprovação dos planos de negócios, incluindo medidas de mitigação, neutralização, controle, monitoramento e compensação de impactos ambientais. Essas condicionalidades serão incorporadas em cláusulas contratuais e outros tipos de acordo que formalizam a transferência de recursos a beneficiários;
- Supervisão e monitoramento da concordância com condicionalidades ambientais vinculadas à aprovação dos planos de negócios;
- Indicadores de desempenho das atividades ambientais;
- Apoio e treinamento de beneficiários para executar análise, identificação e monitoramento das condicionalidades.

284. Os impactos ambientais positivos do projeto poderiam ser expandidos mediante o financiamento de planos de negócios, oferecendo ao mesmo tempo geração de renda e ganhos ambientais locais, como a gestão florestal e o reflorestamento, produção de remédios e outros produtos farmacêuticos naturais, uso sustentável de plantas ornamentais e medicinais, conservação e restabelecimento de florestas ripícolas, restabelecimento de áreas degradadas, atividades turísticas como o ecoturismo, turismo rural, turismo de esportes, cultural e de aventura, cultivo ecológico e orgânico, e projetos que aumentam a eficiência energética.

285. Para atingir o objetivo de "adotar melhores práticas e métodos para as atividades a serem financiadas através da promoção de uma cultura de proteção ambiental na região," além da experiência acumulada pelo FIDA nos projetos em andamento, serão consideradas experiências bem-sucedidas desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente, projetos financiados pelo GEF, projetos ambientais promovidos pela CODEVASF, experiências promovidas pela EMBRAPA e outras instituições de pesquisa, integrando as lições aprendidas nos planos de negócios. Em particular, é relevante citar o zoneamento ecológico e o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, o zoneamento agroecológico desenvolvido pela EMBRAPA, as experiências da gestão sustentável de produtos madeireiros e não madeireiros pelo GEF Caatinga, as experiências comandadas pelo projeto "Conservação e gestão sustentável do bioma da caatinga" apoiado pelo GEF e implementado pelo Banco Mundial com o Ministério do

Meio Ambiente, assim como iniciativas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco na área de interferência no projeto.

286. Para atingir o objetivo de "diálogo com partes interessadas relevantes no campo de políticas ambientais públicas de interesse do projeto", as seguintes atividades serão empreendidas:

- Vigilância sistemática de iniciativas de proteção ambiental em desenvolvimento na área do projeto;
- Vigilância e contato com organizações governamentais e não governamentais que atuam na região, assim como multiplicadores de conhecimento sobre os biomas da caatinga e da mata atlântica;
- Identificar e contatar fontes públicas e privadas de financiamento de iniciativas ambientais que complementarão recursos do projeto, como o GEF, o Fundo Nacional para o Meio Ambiente, a Fundação BB e o BNB.

### **C. Estratégia de saída e sustentabilidade após o projeto**

287. O projeto proposto baseia-se num quadro institucional existente e sustentável. A agência implementadora do Projeto (SEAGRI) e a principal agência parceira (EMDAGRO) são instituições permanentes do governo no Estado de Sergipe. Políticas, programas e projetos orientados para a pobreza no âmbito estadual e federal aumentam as chances de se obter efeitos positivos e sustentáveis. O projeto foi elaborado como uma ferramenta para fortalecer e melhorar instituições, políticas e programas. Uma vez finalizadas, as atividades em sua maioria continuarão a ser empreendida pela SEAGRI e EMDAGRO e instituições parceiras.

288. Para a EMDAGRO o projeto pode ser uma oportunidade para evoluir de uma instituição essencialmente concentrada de assistência técnica e provisão de extensão para atividades produtivas, para uma instituição capaz de oferecer suporte técnico com uma perspectiva empresarial. A equipe técnica envolvida no projeto continuará fazendo parte da equipe da SEAGRI e EMDAGRO no fim do projeto. Assim, espera-se que após a conclusão o projeto existam: negócios rurais novos, reativados ou fortalecidos funcionando de maneira sustentável; capital humano qualificado para o desenvolvimento de negócios rurais na SEAGRI e EMDAGRO, instituições parceiras e associações e/ou grupos de produtores; e processos, metodologias e sistemas de informação bem estabelecidos para desenvolver negócios rurais na SEAGRI e EMDAGRO.

289. Do ponto de vista dos beneficiários, o treinamento e assistência técnica em questões de produção e tecnologia, administrativas e de comercialização da produção fornecidos pelo projeto devem assegurar o sucesso dos negócios apoiados e das famílias envolvidas.

## **VII. CARACTERÍSTICAS INOVADORAS, APRENDIZADO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

### **A. Características inovadoras**

290. Várias características inovadoras foram identificadas e abordadas durante a elaboração do projeto. Todas elas refletem as orientações estratégicas do COSOP 2008-2013 e levam em conta as realidades e necessidades do contexto de Sergipe.

291. A principal inovação é a orientação estratégica do projeto para redução da pobreza através do desenvolvimento de pequenos negócios rurais dentro das cadeias de valor locais, com o objetivo de aumentar a renda e o acesso ao emprego de forma sustentável. Essa característica é inovadora para o FIDA no Brasil; as operações anteriores (e também o atual projeto Gente de Valor na Bahia) eram mais orientadas ao desenvolvimento comunitário impulsionado pela demanda, incluindo investimentos sociais e produtivos. Da mesma maneira, é uma estratégia inovadora para a EMDAGRO, que se orienta para a assistência técnica agrícola “tradicional” com menos ênfase no acesso ao mercado e no desenvolvimento comercial. Consequentemente, com esse foco o projeto abrirá novas perspectivas para os beneficiários que têm possibilidade ou capacidade limitada de desenvolver negócios rurais.

292. Com esse foco inovador, os parceiros brasileiros e o FIDA na verdade adotam uma forma estruturada de trabalhar com cadeias de valor em favor dos pobres, enfrentando o desafio de **criar** referências sobre essa questão. Como qualquer processo inovador, as instituições envolvidas estão cientes do nível de investimento institucional exigido para implementar essa estratégia e alcançar os resultados qualitativos e quantitativos esperados. O projeto, portanto, representa um novo desafio para a SEAGRI, EMDAGRO e para os parceiros técnicos com os quais o estado estabelecerá alianças estratégicas.

293. A estratégia do projeto não só restringe os planos de negócios a atividades agrícolas primárias, mas também promoverá fortemente o **desenvolvimento de atividades de processamento e comercialização** (incluindo atividades não agrícolas), assim como o desenvolvimento de **parcerias com empresas privadas**, incluindo agroindústrias de alto nível, já que se promovem relações comerciais leais entre os pequenos produtores e partes interessadas da cadeia de valor. Seguindo um foco de desenvolvimento territorial, o projeto também abrange cadeias de valor como a aquicultura, o turismo e artesanato. Mantém o foco em certas cadeias de valor, mas a estratégia estará aberta a qualquer atividade interessante que possa integrar produtores rurais pobres em negócios honestos e sustentáveis.

294. Ao assumir um novo papel, o Estado de Sergipe, através da SEAGRI e EMDAGRO, terá que mobilizar conhecimento específico para a formulação e implementação de planos de negócios. O componente II do projeto aposta na relevância de investir diretamente no fortalecimento da capacidade da SEAGRI, EMDAGRO e de provedores de serviços rurais. Além de proporcionar clareza sobre as fronteiras institucionais, a estrutura do projeto expressa a vontade e preocupações institucionais da entidade de assistência técnica para prever as necessidades da população-alvo e prestar serviços a alta qualidade. Nesse contexto, a estratégia do projeto visa a **desenvolver a capacidade da EMDAGRO de prestar serviços**, mas também dar orientação e supervisão às redes de assistência técnica e de extensão que trabalham nas áreas rurais de Sergipe. Vale mencionar que o fortalecimento dessas capacidades para a promoção de negócios rurais em prol dos pobres faz parte da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão.

295. O desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade dos fornecedores de ATER e organizações de produtores para apoiar negócios rurais são inovadores por si sós, e serão executados através de vários processos inovadores. Primeiro, o projeto vai montar e ministrar uma **série de cursos modulares** com diferentes modalidades e grupos-alvo. Isso incluirá um foco especial nos **jovens rurais, especialmente mulheres**, que geralmente são as menos atendidas. Esse programa de fortalecimento da capacidade precisará do estabelecimento de fortes parcerias com entidades educacionais como a Universidade Federal de Sergipe, o SEBRAE e outras instituições. Segundo, o projeto vai desenvolver, adotar e disseminar uma **estratégia inovadora para o desenvolvimento de negócios rurais**. Isso incluirá vários estágios de apoio desde a identificação de ideias até a elaboração de planos de negócios,

assistência técnica para a implementação e auto-avaliações para ajustar as estratégias e aprender lições. A preparação dos planos de negócios levará em conta os **diferentes fatores de sucesso** que garantiriam a rentabilidade e sustentabilidade dos negócios rurais. Esses planos de negócios representarão novos instrumentos de planejamento úteis para grupos de produtores e provedores de serviços, assim como para processos de desenvolvimento territorial.

296. Com relação à assistência técnica e à extensão rural, o projeto agrega valor assegurando a provisão de **serviços de monitoramento e assessoria, combinados com capacidade de investimento** para cada plano de negócios. O atual sistema de AT é limitado a habilidades isoladas e não garante serviços sustentáveis a produtores que ainda precisam assegurar a consecução de resultados sustentáveis e a posse real da dinâmica de desenvolvimento pelos produtores. Por outro lado, as linhas de crédito públicas para o desenvolvimento de atividades rurais geralmente são fracamente combinadas com assistência técnica, levando a fracassos nos negócios e inadimplemento do crédito nas áreas rurais.

297. O acesso ao mercado é uma grande dificuldade para a maioria dos pequenos agricultores por causa da falta de conhecimento e informação. Para desenvolver **informações de mercado**, o projeto vai coletar e disseminar informação sobre a evolução das cadeias de valor apoiadas. Essas informações e dados fornecerão novos instrumentos e grandes benefícios a parceiros e beneficiários do projeto.

298. Respondendo simultaneamente a exigências de mercado e legais relativas à **legislação sanitária e ambiental**, espera-se que o projeto produza um progresso qualitativo para os beneficiários e consumidores em geral. De fato, as atuais empresas rurais orientadas a processar e comercializar produtos agrícolas enfrentam sérias dificuldades de adaptação ao mercado e exigências legais relativas à saúde e ao meio ambiente por vários motivos, como a limitada escala de produção e infraestrutura ou a falta de assistência técnica. No contexto dos planos de negócios, o projeto trabalhará fortemente nessas questões.

299. O desenvolvimento de **metodologias e ferramentas estratégicas para a implementação do projeto**, incluindo o sistema de M&A, atividades de gestão do conhecimento e metodologia de promoção de negócios rurais possibilitarão a provisão de novas habilidades em entidades estatais, respeitando e complementando os sistemas existentes. Essas ferramentas contribuirão para produzir referências e sistematizar experiências e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de instituições favoráveis aos pobres.

## **B. Produtos de conhecimento e processos de aprendizado**

300. Conforme estipulado no atual COSOP, o FIDA deve contribuir para melhorar, através da geração e disseminação de conhecimento, a capacidade dos pobres rurais e de instituições relevantes no Nordeste de coexistirem com as condições semiáridas, se adaptarem à mudança climática e explorarem melhor o potencial de desenvolvimento da região semiárida. O projeto possui muitas características de intercâmbio de conhecimento no nível local, assim como com outras regiões no mundo. As funções e processos desenvolvidos pela SEAGRI e EMDAGRO serão sistematizados como parte dos processos de fortalecimento da capacidade institucional. Os produtos dessa experiência devem ser divulgados no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. O progresso do projeto e das instituições de Sergipe na implementação de planos de negócios para pequenos agricultores pode contribuir e ser uma referência no âmbito estadual, regional e nacional.

301. Durante a implementação, espera-se que o projeto produza os seguintes produtos de conhecimento e processos de aprendizado, especialmente mediante o sistema de M&A:

- (a) Processo e metodologia para identificar, elaborar, implementar, monitorar e avaliar planos de negócios;
- (b) Diagnóstico institucional da SEAGRI e EMDAGRO e definição do plano de fortalecimento da capacidade;
- (c) Fortalecimento das capacidades institucionais e conhecimento para a promoção de negócios rurais favoráveis aos pobres;
- (d) Fortalecimento da colaboração e redes de conhecimento para o desenvolvimento de um programa de fortalecimento da capacidade orientado a profissionais de extensão, produtores rurais e jovens;
- (e) Processos de alianças estratégicas para procurar e mobilizar conhecimento e recursos complementares com outras entidades públicas e privadas para a implementação do projeto;
- (f) Material de divulgação e treinamento sobre questões relacionadas à promoção de negócios rurais e ferramentas de implementação do projeto;
- (g) Informação de estudos específicos sobre questões produtivas e de comercialização, especialmente sobre algumas atividades pouco conhecidas como leite de cabra, turismo rural e artesanato, entre outras questões.

302. O projeto promoverá o intercâmbio entre operações do FIDA (especialmente com o Projeto de Gestão do Conhecimento no Semiárido financiado por doações e os projetos financiados pelo FIDA no Piauí e Paraíba), projetos financiados por outros doadores, programas nacionais, instituições regionais e outros atores relevantes envolvidos no desenvolvimento rural do Nordeste, especialmente na área semiárida. A UGP vai organizar e coordenar eventos e atividades específicas de intercâmbio de conhecimento, tais como: (i) intercâmbio e visitas entre projetos e outras instituições relevantes; estudos de caso e sistematização de experiências de desenvolvimento bem-sucedidas em condições semiáridas; (ii) seminários temáticos e/ou territoriais sobre questões relevantes relacionadas ao desenvolvimento de negócios rurais favoráveis aos pobres; (iii) desenvolvimento de material de comunicação específico para disseminar boas práticas e as melhores histórias entre beneficiários e outras partes interessadas do projeto.

### **C. Rede regional de conhecimento**

303. O projeto prevê sua participação direta em espaços de discussão para intercâmbio de conhecimento, que é essencial para compartilhar experiências e fomentar um processo em construção. Serão estabelecidas relações privilegiadas com outros projetos financiados pelo FIDA no Brasil para promover um intercâmbio permanente sobre os tópicos e metodologias desenvolvidas. Os produtos de gestão do conhecimento do projeto influenciarão diretamente a discussão e reflexão do programa futuro que o FIDA começaria no Brasil sobre gestão do conhecimento na região semiárida e diálogo sobre políticas de agricultura familiar.

304. A criação de caprinos, um importante elemento do projeto, poderia se beneficiar das lições aprendidas do programa de fortalecimento institucional para o acesso ao mercado de pequenos produtores e geração de renda nas áreas semiáridas da América Latina. Junto com o Centro Internacional de Pesquisa Agrícola em Áreas Secas (ICARDA) vários estudos foram realizados no Brasil, México e Venezuela sobre questões diretamente relacionadas aos sistemas de criação de caprinos.<sup>19</sup> Além disso, o

---

<sup>19</sup> Incluem produção e armazenamento de forragem, adaptação ao semiárido e gestão de recursos naturais, impactos e condições socioeconômicas da criação de caprinos, diversificação de produtos e

intercâmbio técnico na produção de caprinos será possível com Prosalafa II, projeto financiado pelo FIDA na Venezuela.

305. A implementação do novo sistema de ATER focada em negócios rurais alimentará a rede de discussões de ATER no Nordeste, onde a EMDAGRO poderá contribuir com experiência específica do projeto.

306. Geração de renda em áreas rurais, coexistência com o semiárido, fortalecimento institucional e formação de capacidade, assistência técnica e sistemas de extensão rural, monitoramento e avaliação: essas questões são comumente abordadas e apresentam desafios nos projetos de desenvolvimento da América Latina, África e Ásia. O Brasil e o Estado de Sergipe participam de vários espaços de discussão e troca de experiências, particularmente através do IICA, da FAO e outras organizações internacionais. No caso específico do Mercosul, a REAF (Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar) apoiada pelo FIDA, representa um fórum para apresentação e discussão de experiências com projetos. A promoção de intercâmbios entre países é uma importante questão abordada no COSOP 2008-2012. Além disso, os resultados e lições aprendidas com o projeto contribuirão para a discussão interna do FIDA e com seus parceiros diretos, especialmente para projetos com perfis similares.

---

acesso ao mercado. No Brasil, o projeto Dom Hélder Câmara colaborou com o ICARDA nessas questões e pode ser relevante para estabelecer relações e aproveitar o conhecimento.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE SERGIPE**

**NEGÓCIOS RURAIS PARA PEQUENOS PRODUTORES  
PROJETO DOM TÁVORA**

**RELATÓRIO DE DESENHO FINAL DO PROJETO**

**ANEXOS AL RELATÓRIO PRINCIPAL**

**Sumário**

	<b>Page</b>
Anexo I: Conteúdo do arquivo do projeto	1
Anexo II: Organograma e fluxograma de execução	3
Anexo III: Marco lógico	5
Anexo IV: Custo do Projeto, financiamento e aquisições	9
Anexo V: Arquivos chaves (key files)	25
Anexo VI: Versão preliminar do manual de operações	50
Anexo VII: Notas para a análise da avaliação ambiental (ESSN)	51
Anexo VIII: Ayuda Memória da Missão de Desenho Final de Projecto	89
Key file 1: Rural poverty and agricultural/rural sector issues	25
Key file 2: Rural Business for Small Producers, Dom Távora Project	29
Key file 3: Complementary Donor Initiative/Partnership Potential	40
Key file 4: Target group identification, priority issues and potential response	43
Key file 5: Matriz de Agências Executoras e Parceiras Relevantes e seus Papéis no Projeto	49

## **Anexo I: Conteúdo do arquivo do projeto**

### **COSOP**

- Result-based COSOP Brazil 2008-2012

### **Project Completion Design Report**

- Main report and annexes
- WP 1: Rural poverty and target group in Sergipe
- WP 2: Production systems and business opportunities
- WP 3: Financial and economic analysis
- WP 4: Project planning, monitoring and evaluation
- WP 5: Institutional profile of EMDAGRO
- WP 6: Service providers in Sergipe
- Project Cost Tables and Farm models

### **Project Design**

- Project Design Mission in Sergipe: TORs Feb-March 2010
- Carta Consulta approved by the Federal Government of Brazil: Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores. December 2009

### **Project Design Report (May 2010):**

- Main report and annexes
- WP 1: Rural poverty and target group in Sergipe
- WP 2: Production systems and business opportunities
- WP 3: Financial and economic analysis
- WP 4: Project planning, monitoring and evaluation
- WP 5: Institutional profile of EMDAGRO-
- Project Cost Tables and Farm models

### **Technical documents**

#### ***Sergipe Government***

- DESENVOLVER-SE: Plano Estrategico de Desenvolvimento
- Planos estrategicos de desenvolvimento territoriais
- Plano Plano Plurianual 2008-2011
- Documentos técnicos e estudos de arranjos produtivos do NEAPLs (Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais)

#### ***World Bank***

- World Bank: Rural Poverty Reduction Project Information Document Appraisal Stage
- World Bank: Ten Steps to a Results-Based Monitoring and Evaluation System

#### ***Others***

- Ministério Do Meio Ambiente - Secretaria De Recursos Hídricos - Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca Pan-Brasil
- Emerging Good Practice in Managing for Development Results – Sourcebook 3rd edition

### **Official Communication**

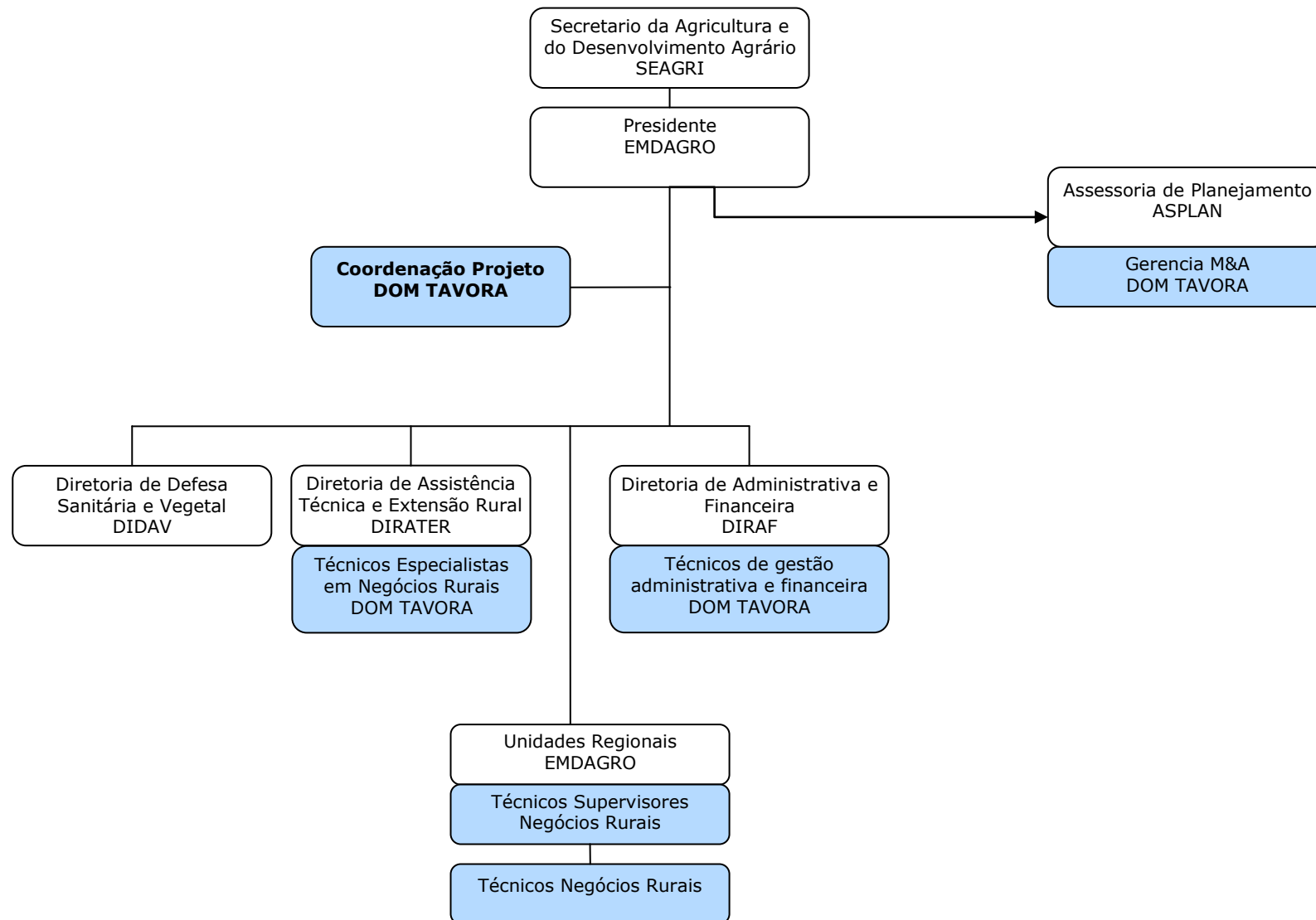
- Autorización COFIEIX diseño Sergipe



## **Review**

- Minutes of OSC meeting
- MAT-QE
- Reviewer's Recommendations
- QE Panel Report
- MAT-QA
- Compliance Note
- QA Final Recommendations
- Government comments
- Other stakeholders' comments

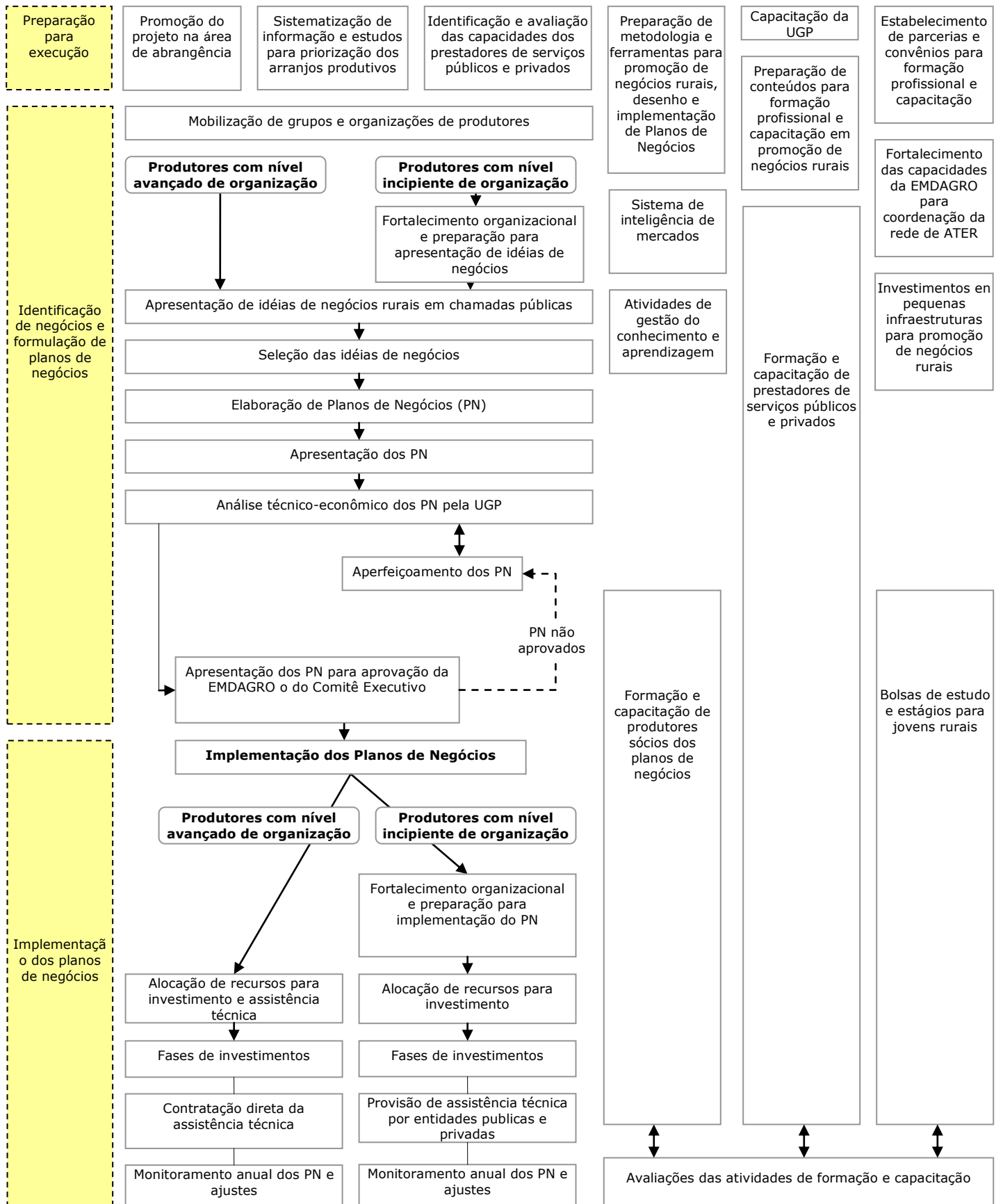
## Anexo II: Organograma e fluxograma de execução



## Etapas de implementação

### Componente 1: Desenvolvimento de negócios rurais

### Componente 2: Desenvolvimento de capacidades para a promoção de negócios rurais



### Anexo III: Marco lógico

	Indicadores <i>(RIMS em itálico)</i>	Meios de verificação	Hipóteses e riscos
<b>Meta</b> O projeto contribuiu em gerar renda e emprego sustentáveis em 15 municípios pobres do Estado de Sergipe	<b>12 000 famílias rurais pobres beneficiárias direitas dos serviços do projeto</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>20% das famílias apoiadas pelo projeto com melhorias no índice de propriedade de bens domésticos</li> <li>10% de redução na prevalência de desnutrição infantil na área do projeto, por sexo e faixas etárias (medir a través do SISVAN se a desnutrição infantil é superior aos 10%)</li> <li>80% das famílias beneficiárias aumentaram a sua renda média</li> <li>20% das famílias beneficiárias aumentaram a sua renda média de pelo menos medio salario mínimo</li> <li>10% de aumento anual dos volumes e vendas dos produtos comercializados apoiados pelo projeto</li> <li>80% dos negócios apoiados pelo projeto operam de forma rentável após três anos</li> <li>2 000 pessoas-ano de mão-de-obra adicional gerada pelos negócios apoiados pelo projeto (pelo menos 40% de mulheres)</li> <li>75% dos prestadores de serviços, produtores e jovens formados aplicam o conhecimento adquirido nas suas atividades</li> </ul> <b>20 000 famílias rurais pobres, beneficiárias indiretas do projeto, recebem atenção regular dos organismos públicos e privados de ATER para a promoção de negócios rurais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Enquetes de referência</li> <li>Avaliação a médio prazo e final de resultados e impactos</li> <li>Dados estatísticos nacionais (IBGE, SISVAN)</li> <li>Sistema de Informações Gerenciais (SIG)</li> <li>Sistematizações de experiências e estudos de caso</li> <li>Avaliações participativas dos planos de negócios</li> <li>Registro comercial local</li> <li>Sistema de informação sobre o trabalho</li> <li>Dados do CADUNICO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mercados alvos estáveis e capazes de absorver a produção incremental</li> <li>Seguem as políticas públicas de reabilitação dos serviços de extensão</li> <li>Secas</li> <li>Dificuldades para focalizar e gerar negócios nas populações mais pobres</li> <li>Limitações para acessar a crédito de custeio</li> <li>Cambios políticos no governo estadual</li> </ul>
<b>Componente 1: Desenvolvimento de negócios rurais</b>			
<b>Resultado 1.</b> Os pequenos produtores desenvolvem negócios rurais sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>10000 famílias de produtores apoiados para formular 400 planos de negócios</li> <li>320 planos (80%) recebem 10.9 milhões de US\$ para investimentos produtivo e assistência técnica (por arranjo produtivo)</li> <li>Os grupos de pequenos produtores melhoram o acesso a serviços financeiros para credito de curto e/ou longo prazo</li> <li>84 produtores recebem 115 mil US\$ para investimentos produtivo e assistência técnica à través de concursos de inovação</li> <li>8000 famílias de produtores acessam assistência técnica para implementar planos de negócios (pelo menos 40% de mulheres)</li> <li>Pelo menos 30% dos planos de negócios têm uma maioria de mulheres nos membros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação a médio prazo e final de resultados e impactos</li> <li>SIG</li> <li>Avaliações participativas dos planos de negócios</li> <li>Sistematizações de experiências e estudos de caso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seguem as políticas públicas de reabilitação dos serviços de ATER</li> <li>Disponibilidade das equipes de ATER para garantir uma acompanhamento regular dos planos de negocios</li> <li>Dificuldades para focalizar e gerar negócios nas populações mais pobres</li> </ul>

<b>Componente 2. Desenvolvimento de capacidades para a promoção de negócios rurais</b>			
<p><b>Resultado 2.</b> Os grupos de pequenos produtores são fortalecidos para gerir negócios rurais sustentáveis</p> <p><b>Resultado 3.</b> Os jovens rurais são formados profissionalmente</p> <p><b>Resultado 4.</b> Os organismos públicos e privados de ATER fortalecem as capacidades de promoção de negócios rurais nas populações pobres</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1800 produtores capacitados em gestão de negócios rurais (pelos menos 50% de mulheres)</li> <li>• 1200 produtores capacitados em fortalecimento organizacional (pelos menos 50% de mulheres)</li> <li>• 1000 produtores participam de visitas, intercâmbios e viagens comerciais (pelos menos 50% de mulheres)</li> <li>• 635 jovens (50% de mulheres) recebem bolsas individuais para formação técnica e estágios</li> <li>• 830 técnicos dos organismos públicos e privados de ATER capacitados para a promoção de negócios rurais (pelos menos 50% de mulheres)</li> <li>• A qualidade de pelo menos 80% das capacitações é avaliada como satisfatória</li> <li>• Os organismos de ATER dispõem de metodologias e ferramentas para a promoção de negócios rurais</li> <li>• A EMDAGRO dialoga e articula ativamente com a rede de ATER no estado</li> <li>• Pelos menos 25 sistematizações de experiência e estudos de caso são realizados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação a médio prazo e final de resultados e impactos</li> <li>• SIG</li> <li>• Avaliações participativas dos planos de negócios</li> <li>• Sistematizações de experiências e estudos de caso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seguem as políticas públicas de reabilitação dos serviços de extensão</li> <li>• Limitações na adoção do enfoque de promoção dos negócios rurais nos organismos de ATER</li> <li>• Extensionistas e recursos são disponíveis para organizar novos grupos e fortalecer os incipientes</li> </ul>
<b>Componente 3. Gestão, Monitoramento e Avaliação do Projeto</b>			
<p><b>Resultado 5.</b> A unidade de Gestão, Monitoramento e Avaliação do Projeto é estabelecida e operativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As missões de supervisão avaliam a gestão financeira e técnica como satisfatória e conforme aos processos do manual de operação.</li> <li>• 70% das intervenções/atividades efetivamente executadas como previstas no Programa Operativo Anual</li> <li>• Pelo menos 40% dos funcionários do projeto são mulheres</li> <li>• Os sistemas de informações gerenciais e M&amp;A são operacionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios de auditorias</li> <li>• Relatórios de supervisões</li> <li>• SIG</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A EMDAGRO não aumenta de maneira adequada os recursos humanos para a execução do projeto</li> <li>• Conflitos de alocação de tempo no pessoal do projeto</li> <li>• A UGP do projeto é capacitada de maneira adequada para implementar o projeto</li> <li>• Cambios políticos no governo estadual</li> </ul>

	Indicators ( <i>RIMS in italics</i> )	Means of verification	Assumptions and risks
<b>Goal</b> The project contributed to generate sustainable income and employment in 15 poor municipalities of the State of Sergipe	<b>12 000 households directly benefited from project services</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>20% of households with improvements in household assets ownership index</li> <li>10% reduction in the prevalence of child malnutrition, by gender (measure through SISVAN if current prevalence higher than 10%)</li> <li>80% of beneficiary households increased their income</li> <li>20% of beneficiary households increased their income by at least a half of minimum salary</li> <li>10% annual increase in volumes and values of marketed products supported by the project, by product</li> <li>80 % of agricultural and non agricultural businesses operate profitably after three years</li> <li>2 000 person/year of labor created by the economic activities supported by the project (at least 40% of women)</li> <li>75% of the trained service providers, producers and youngsters apply the knowledge in their job or productive activity</li> </ul> <b>20 000 poor rural families, benefited indirectly from the project,</b> receive regular attention from the public and private ATER providers to promote rural businesses	<ul style="list-style-type: none"> <li>Local business register</li> <li>Project Baseline Survey</li> <li>Mid-term and final evaluation</li> <li>Project's Management Information System (MIS)</li> <li>Systematizations of experiences and case studies</li> <li>Specific studies on local economic activities</li> <li>Business plans participative self-evaluations</li> <li>National statistical data (IBGE, SISVAN))</li> <li>Labor information system</li> <li>CADUNICO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Targeted markets stable and likely to absorb incremental production</li> <li>Present policies to strengthen public extension services maintained</li> <li>Droughts</li> <li>Difficulties to target and generate rural business with poorest population</li> <li>Constraints to access to short-term credit</li> <li>Political changes in state government</li> </ul>
<b>Component 1: Rural Business Development</b>			
<b>Output 1.</b> Small producers develop sustainable rural businesses	<ul style="list-style-type: none"> <li>10000 rural poor households supported to design 400 business plans</li> <li>320 business plans (80%) receive US\$ 10.9 million for productive investment and technical assistance (by value chain)</li> <li>Small producers' groups enhanced their access to financial services for short and/or long term credit</li> <li>84 producers receive US\$ 115 thousand for productive investment and technical assistance through innovation competition</li> <li>8000 rural poor households received technical assistance to implement their business plans (at least 40% of women)</li> <li>At least 30% of business plans integrate a majority of women involvement</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mid-term and final evaluation</li> <li>MIS</li> <li>Business plans participative self-evaluations</li> <li>Systematizations of experiences and case studies</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Present policies to strengthen public extension services maintained</li> <li>Rural extension workers available to ensure regular support to business plans</li> <li>Difficulties to target and generate rural business with poorest population</li> </ul>

<b>Component 2. Capacity building for rural business promotion</b>			
<p><b>Output 2.</b> Small producers' groups strengthened to manage sustainable rural businesses</p> <p><b>Output 3.</b> Rural youngsters professionally trained</p> <p><b>Output 4.</b> Public and private rural extension institutions strengthened their capacities to promote rural business among rural poor</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1800 small producers trained on rural business management (at least 50% of women)</li> <li>• 1200 small producers trained on organizational strengthening (at least 50% of women)</li> <li>• 1000 small producers participated in exchange visits and business travels (at least 50% of women)</li> <li>• 635 youngsters (50% of women) received individual scholarships for technical courses and training</li> <li>• 900 extension workers from public and private institutions trained on rural business management and promotions (at least 50% of women)</li> <li>• Quality of at least 80% of training is assessed satisfactory</li> <li>• Rural business promotion methodologies and tools are developed and diffused in rural extension institutions</li> <li>• EMDAGRO foster dialogue and articulation in rural extension network</li> <li>• At least 25 systematizations and case studies are carried out</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mid-term and final evaluation</li> <li>• MIS</li> <li>• Business plans participative self-evaluations</li> <li>• Systematizations of experiences and case studies</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Present policies to strengthen public extension services maintained</li> <li>• Limitations in adopting rural business approach in rural extension institutions</li> <li>• Extension workers and resources are available to organize new producers' groups and strengthen incipient ones</li> </ul>
<b>Component 3. Project management, monitoring and evaluation</b>			
<p><b>Output 5.</b> Effective project management unit established and operational</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Supervision mission rate project technical and financial management as satisfactory and complied with implementation manual procedures</li> <li>• At least 70% of interventions/activities effectively implemented as planned in AWPB</li> <li>• At least 40% of project staff are women</li> <li>• Project MIS and M&amp;E system operational</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Audit reports</li> <li>• Supervision reports</li> <li>• MIS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EMDAGRO does not increase enough the human resources for project implementation</li> <li>• Competition in time allocation in PMU</li> <li>• PMU adequately trained to implement the project</li> <li>• Political changes in state government</li> </ul>

## **Anexo IV: Custo do Projeto, financiamento e aquisições**

### **Custos totais**

1. **O custo base do projeto foi estimado em 36.2 milhões de US\$** para um período de seis anos. Sendo no momento da recopilação dos dados a taxa de câmbio de 1.00 US\$=1.80 R\$ (Junho 2010), o custo base do projeto na moeda local foi estimado em **68 milhões de R\$**.

2. Tomando em consideração as contingências de preço, que somam 1.6 milhão de US\$ (4% do custo base), **o custo total do projeto foi estimado em 37.8 milhões de US\$**.

3. As contingências de preço foram estimadas para prever eventuais câmbios de preços devidos à inflação local e internacional. A taxa foi estimada num 2.9% anual, e aplica-se às categorias *Veículos e equipamentos, Assistência técnica e capacitação, Consultorias, auditorias e estudos, Custos operativos e Salários*. As contingências de preço não foram aplicadas à categoria *Investimentos produtivos*, já que estes recursos serão mobilizados em função da demanda.

4. Os impostos considerados na estimativa de custos foram o ICMS (Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), o ISS municipal (Imposto Sobre Serviços, média de 5%) e o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Os impostos representam um total de 2.6 milhões de US\$. Todos os impostos serão financiados pelo Estado de Sergipe.

<b>Itens</b>	<b>Impostos</b>	
Motos	43%	(18% ICMS + 25% IPI)
Autos	24.5%	(18% ICMS + 6.5% IPI)
Equipamento	28%	(18% ICMS + 10% IPI)
Investimentos produtivos	18%	ICMS
Custos operativos	18%	ICMS
Serviços	5%	ISS

### **Custos por componente**

5. Na estimativa dos custos, **o componente Desenvolvimento de Negócios Rurais** representa 27.2 milhões de US\$ sem contingências, ou seja 75% do custo base. As principais atividades a serem financiadas consistem na priorização dos arranjos produtivos, a promoção do projeto, a mobilização dos grupos e organizações de produtores, a identificação e formulação de planos de negócios, o financiamento dos investimentos e da assistência técnica necessários para a execução dos planos, bem como os custos de avaliação e supervisão dos planos. O componente inclui investimentos produtivos para um monto de 20 milhões de US\$ para financiar cerca de 400 planos de negócios e um monto de 210 mil US\$ para financiar cerca de 80 planos de negócios inovadores (possivelmente individuais). O componente inclui também o financiamento dos custos operativos (combustíveis, diárias e material de escritório e divulgação) necessários para implementação da assistência técnica.

6. O componente **Desenvolvimento das Capacidades para a Promoção dos Negócios Rurais** soma 4.7 milhões de US\$, o seja 13% do custo base. O componente inclui os custos das capacitações de produtores, jovens e técnicos de extensão rural na temática da promoção e gestão dos negócios rurais, a serem realizados a través de cursos modulares, estágios e becas para jovens, visitas e intercâmbios, bem como um curso de especialização para profissionais da extensão rural (3.5 milhões de US\$). Os



custos de preparação do material das capacitações também esta considerado (481 mil US\$). As atividades de gestão do conhecimento, relacionadas com as capacitações e a implementação do projeto, estão integradas neste componente (542 mil US\$). A gestão deste componente precisará de um especialista em capacitação e um profissional em gestão do conhecimento (370 mil US\$). O fortalecimento das capacidades da EMDAGRO e dos prestadores de serviços de ATER também alguns investimentos em veículos e equipamentos (189 mil US\$).

7. O componente **Gestão, Monitoramento e Avaliação** do projeto representa o 12% do custo base, com uma alocação de recursos de 4.3 milhões de US\$. O componente financiará as atividades relacionadas com os processos de monitoramento e avaliação, bem como os custos salariais e operativos da Unidade de Gestão do Projeto.

8. O custo total do projeto por componentes e anos e os custos totais do projeto por componentes e categorias de gasto são apresentados nas tabelas seguintes.

**Tabela 1: Custos do projeto por componente e ano (000 US\$)**

	Base Cost						Total	%
	2011	2012	2013	2014	2015	2016		
<b>Componentes</b>								
Desenvolvimento de negocios rurais	50.8	2211.4	5540.0	8951.1	7912.5	2515.0	27 180.7	75%
Desenvolvimento de capacidades	629.3	697.4	1059.1	862.9	750.5	747.5	4 746.6	13%
Gestao do projeto	715.8	680.8	719.3	761.9	719.3	720.8	4 317.8	12%
<b>CUSTO BASE</b>	<b>1 395.8</b>	<b>3 589.5</b>	<b>7 318.4</b>	<b>10 575.8</b>	<b>9 382.3</b>	<b>3 983.3</b>	<b>36 245.0</b>	<b>100%</b>
Contingencias	20.2	90.1	239.7	420.4	464.7	337.9	1 573.1	4%
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>1 416.0</b>	<b>3 679.7</b>	<b>7 558.1</b>	<b>10 996.2</b>	<b>9 847.0</b>	<b>4 321.2</b>	<b>37 818.2</b>	<b>104%</b>
Impostos	95.3	216.1	517.0	795.0	709.4	261.8	2 594.6	

**Tabela 2: Custos do projeto por categorias de gasto e componentes (000 US\$)**

	Desenvolvimento de negocios rurais	Desenvolvimento de capacidades	Gestao do projeto	Total	
<b>CUSTOS DE INVESTIMENTOS</b>					
<b>A. Veiculos e equipamentos</b>	-	185.9	-	<b>185.9</b>	0.5%
<i>Veiculos</i>	-	125.0	-	125.0	0.3%
<i>Equipamentos</i>	-	60.9	-	60.9	0.2%
<b>B. Assistencia tecnica e capacitacao</b>	5 371.4	3 555.3	128.1	<b>9 054.8</b>	25.0%
<i>Assistencia tecnica</i>	5 355.7	-	128.1	5 483.8	15.1%
<i>Capitacao e oficinas</i>	15.8	3 555.3	-	3 571.0	9.9%
<b>C. Consultorias, auditorias e estudos</b>	42.0	638.5	345.0	<b>1 025.5</b>	2.8%
<b>D. Investimentos produtivos</b>	20 210.0	-	-	<b>20 210.0</b>	55.8%
<b>TOTAL CUSTOS DE INVESTIMENTOS</b>	25 623.4	4 379.7	473.1	30 476.2	84.1%
<b>CUSTOS RECORRENTES</b>					
<b>A. Custos operativos</b>	1 557.3	28.5	213.0	<b>1 798.8</b>	5.0%
<b>B. Salarios</b>	-	338.4	3 631.7	<b>3 970.1</b>	11.0%
<b>TOTAL CUSTOS RECORRENTES</b>	1 557.3	366.9	3 844.7	<b>5 768.8</b>	15.9%
<b>CUSTO BASE</b>	27 180.7	4 746.6	4 317.8	<b>36 245.0</b>	100.0%
Contingencias de preço	737.9	439.7	395.6	1 573.1	4.3%
<b>CUSTO TOTAL</b>	27 918.5	5 186.3	4 713.4	<b>37 818.2</b>	104.3%
Impostos	2 255.5	297.8	41.3	2 594.6	
	0.74	0.14	0.12	1.00	0.00

## Financiamento do projeto

9. As fontes de financiamento do projeto serão o Governo do Estado de Sergipe por um monto de 12.6 milhões de US\$ (33.4%), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para um monto de 16 milhões (42.3%) e os beneficiários do projeto por um monto de 9.2 milhões de US\$ (24.3%).

**Tabela 3: Custos totais do projeto por componentes e fonte de financiamento**  
(US\$ 000)

	Estado de Sergipe		IFAD		Beneficiários		Total	
	Monto	%	Monto	%	Monto	%	Monto	%
Desenvolvimento de negocios rurais	3 860.1	13.8	14 862.9	53.2	9 195.6	32.9	27 918.5	73.8
Desenvolvimento de capacidades	4 542.3	87.6	644.0	12.4	-	-	5 186.3	13.7
Gestao do projeto	4 220.3	89.5	493.0	10.5	-	-	4 713.4	12.5
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>12 622.7</b>	<b>33.4</b>	<b>16 000.0</b>	<b>42.3</b>	<b>9 195.6</b>	<b>24.3</b>	<b>37 818.2</b>	<b>100.0</b>

10. **O Estado de Sergipe** financiará todos os impostos relacionados com os gastos do projeto, como foram mencionados anteriormente. No marco do componente Desenvolvimento de Negócios Rurais, o Estado de Sergipe financiará principalmente as oficinas de promoção do projeto, os impostos relacionados com os investimentos produtivos e os custos operativos (diárias, combustível, etc.). No marco do componente Desenvolvimento das Capacidades para a Promoção dos Negócios Rurais, o Estado de Sergipe financiará principalmente os veículos, equipamentos, custos de capacitações e oficinas, custos operativos e salários necessários para a execução das atividades (88% do custo total do componente). No marco do componente Gestão, Monitoramento e Avaliação, o Estado de Sergipe financiará os salarios e custos operativos da Unidade de Gestão do Projeto (90% do custo).

11. No marco do componente 1, o **Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola** financiará principalmente a assistência técnica precisa para a identificação, formulação e execução dos planos de negócios, bem como os investimentos produtivos destes planos (53%). A prestação de assistência técnica poderia-se realizar a través dos recursos humanos da EMDAGRO, bem como a través da terceirização o da transferência de recursos financeiros aos grupos de produtores para que eles contratem diretamente os serviços. O financiamento dos planos se realizará a través da conta de investimentos e de concursos de planos inovadores (possivelmente individuais). No marco do componente 2, o FIDA financiará todos os custos de consultorias para preparação das ferramentas e conteúdos de capacitação (12%). No componente 3 o FIDA financiará os custos das atividades de monitoramento e avaliação (10%).

12. No entanto, **os produtores** que apresentarão planos de negócios contribuirão com uma contrapartida de ao menos 50% do custo total dos investimentos, com mão de obra, material o recursos financeiros (9.2 milhões de US\$). Isto corresponde ao 33% do total do custo do componente 1.

13. A composição do financiamento dos custos do projeto por categoria de gastos é apresentada na tabela seguinte, bem como o financiamento do projeto por ano.

**Tabela 4: Custo total do projeto por categorias de gastos e fonte de financiamento (000 US\$)**

	Estado de Sergipe		IFAD		Beneficiarios		Total	
	Monto	%	Monto	%	Monto	%	Monto	%
<b>CUSTOS DE INVESTIMENTOS</b>								
<b>A. Veiculos e equipamentos</b>	188.6	100.0	-	-	-	-	<b>188.6</b>	<b>0.5%</b>
<i>Veiculos</i>	126.8	100.0	-	-	-	-	126.8	0.3%
<i>Equipamentos</i>	61.8	100.0	-	-	-	-	61.8	0.2%
<b>B. Assistencia tecnica e capacitacao</b>	4 238.6	42.4	5 761.5	57.6	-	-	<b>10 000.0</b>	<b>26.4%</b>
<i>Assistencia tecnica</i>	303.2	5.0	5 761.5	95.0	-	-	6 064.7	16.0%
<i>Capacitacao e oficinas</i>	3 935.3	100.0	-	-	-	-	3 935.3	10.4%
<b>C. Consultorias, auditorias e estudos</b>	54.9	5.0	1 043.0	95.0	-	-	<b>1 097.8</b>	<b>2.9%</b>
<b>D. Investimentos produtivos</b>	1 818.9	9.0	9 195.6	45.5	9 195.6	45.5	<b>20 210.0</b>	<b>53.4%</b>
<b>TOTAL CUSTOS DE INVESTIMENTOS</b>	6 301.0	20.0	16 000.0	50.8	9 195.6	29.2	<b>31 496.5</b>	<b>82.8</b>
<b>CUSTOS RECORRENTES</b>								
<b>A. Custos operativos</b>	1 990.5	100.0	-	-	-	-	1 990.5	5.3%
<b>B. Salarios</b>	4 331.2	100.0	-	-	-	-	4 331.2	11.5%
<b>TOTAL CUSTOS RECORRENTES</b>	6 321.7	100.0	-	-	-	-	6 321.7	16.7%
<b>CUSTO TOTAL</b>	12 622.7	33.4	16 000.0	42.3	9 195.6	24.3	<b>37 818.2</b>	<b>100.0%</b>

**Tabela 5: Custo total do projeto por ano e fonte de financiamento (000 US\$)**

	Financing						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
<b>Fonte de financiamento</b>							
Estado de Sergipe	1 021.9	1 718.5	2 385.7	2 873.0	2 699.9	1 923.7	12 622.7
IFAD	394.1	1 261.6	3 312.5	5 127.1	4 417.1	1 487.5	16 000.0
Beneficiarios	-	699.6	1 859.8	2 996.2	2 730.0	910.0	9 195.6
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>1 416.0</b>	<b>3 679.7</b>	<b>7 558.1</b>	<b>10 996.2</b>	<b>9 847.0</b>	<b>4 321.2</b>	<b>37 818.2</b>

### Descrição das categorias de gastos

14. As categorias de gasto foram definidas de forma de facilitar a gestão do projeto e os processos de reembolso com o FIDA.

- **Veículos e equipamentos.** Esta categoria financiará veículos e equipamentos para fortalecer a capacidade de atuação no campo da EMDAGRO e prestadores de serviços, especialmente para os extensionistas e o pessoal da UGP. O monto total da categoria soma 189 mil US\$, que serão totalmente financiados pelo Estado de Sergipe.
- **Assistência técnica e capacitação.** O monto total alcança 10 milhões de US\$ (26% do custo total), dos quais 6 milhões destinados à categoria *Assistência técnica* financiada pelo FIDA, e 4 milhões destinados à categoria *Capacitação e oficinas*, financiada pelo Estado de Sergipe. A *Assistência técnica* consiste principalmente nos serviços de assistência técnica e extensão a serem prestados aos produtores para executar os planos de negócios. A categoria de *Capacitação e oficinas* corresponde aos custos de realização de cursos e oficinas (incluindo os honorários dos formadores, as diárias dos participantes, material de divulgação, etc.). Esta categoria inclui também as bolsas para os jovens e extensionistas para fins de treinamento.
- **Consultorias, auditorias e estudos.** Cerca de 1 milhão de US\$ foram assignados à esta categoria, seja o 3% do custo do projeto, que serão financiados pelo FIDA fora dos impostos. Esta categoria inclui os serviços de consultoria e estudos a serem realizados nos diferentes componentes, principalmente para o desenvolvimento de programas de capacitação e as atividades de monitoramento e avaliação.
- **Investimentos produtivos.** A categoria Investimentos produtivos é a mais importante do projeto, com 20.2 milhões de US\$ (54% do custo total), dos quais o FIDA financiará o 45.5%, o Estado de Sergipe o 9% (impostos) e os beneficiários o 45.5%. Esta categoria inclui o financiamento de ativos produtivos para o desenvolvimento dos negócios rurais dos pequenos produtores. Também poderia financiar a assistência técnica como parte dos recursos a serem alocados de acordo com os planos de negócios.
- **Custos operativos.** A totalidade dos 2 milhões de US\$ assignados à esta categoria (5.3% do custo total), será financiada pelo Estado de Sergipe. Os custos operativos incluem diárias, combustível, diverso material de escritório e material de divulgação.
- **Salários.** Bem como os custos operativos, a totalidade dos 4.3 milhões de US\$ assignados a esta categoria (11.5% do custo total) será financiada pelo Estado de Sergipe.
- **Não alocado.** Esta categoria ainda não existe, pois ela será integrada no Acordo de Empréstimo adicionando as contingências de preço (1.6 milhões de US\$, 4% do custo total).

### Metodos de licitação e aquisições

15. Em 2009 o FIDA revisou suas condições gerais que adotam uma abordagem padronizada para aquisições. Como resultado, o antigo anexo 4 do acordo de empréstimo não será mais necessário. A nova disposição afirma que "as aquisições de bens, obras e serviços financiados pelo Fundo serão efectuadas em conformidade com a

regulamentação do mutuário, na medida em que sejam coerentes com as normas de aquisições do FIDA."

16. Se o FIDA avalia que as normas brasileiras são coerentes com as normas do FIDA, o projeto seguirá as normas brasileiras de aquisições da *Lei n ° 8.666 de 21 de Junho de 1993*, mas poderia, eventualmente, aplicar as normas de aquisições do FIDA, se pudessem facilitar a gestão dos contratos, como previsto na *Lei n ° 8.666 de 21 de Junho de 1993*.

17. As aquisições e os processos de licitação mencionado abaixo poderão ser aplicado pelo projeto, mas esta é uma proposta preliminar que será objeto de negociações com o mutuário. As proporções também serão modificadas em função dos custos e quantidades dos itens a serem comprados durante a execução do projeto.

- **Licitação nacional competitiva** (*National Competitive Bidding, NCB*). Cada contrato de obras de construção civil, bens e serviços com custo estimado em 500 mil US\$ o mais deve ser licitado seguindo as normas NCB aceitável para o Fundo, como é geralmente aplicado pelos projetos financiados pelo FIDA no Brasil. Tais licitações devem ser submetidas à revisão prévia pelo FIDA.
- **Licitação local competitiva** (*Local Competitive Bidding, LCB*). Cada contrato de obras de construção civil e bens de custo estimado entre 100 mil US\$ e 500 mil US\$ deve ser licitado seguindo os procedimentos LCB aceitável para o Fundo. Tais licitações devem ser submetidas à revisão prévia pelo FIDA. Foi estimado de forma preliminar que este método de aquisição será aplicado ao 10% dos gastos da categoria *Investimentos produtivos*.
- **Compras locais** (*Local Shopping, LS*). Cada contrato de obras de construção civil e bens de custo estimado entre 25 mil US\$ e 100 mil US\$ deve ser licitado seguindo os procedimentos LS aceitável para o Fundo. Tais licitações devem ser submetidas à revisão posterior pelo FIDA. Foi estimado de forma preliminar que este método de aquisição será aplicado ao 30% dos gastos da categoria *Investimentos produtivos*.
- **Seleção baseada na qualidade e no custo** (*Quality and Cost Based Selection, QCBS*). Este método utiliza um processo competitivo entre empresas pre-selecionadas que leva em conta a qualidade da proposta e o custo do serviço para a seleção. Cada contrato de serviços de custo estimado entre 100 mil US\$ e 500 mil US\$ deve ser licitado seguindo os procedimentos QCBS aceitável para o Fundo. Tais licitações devem ser submetidas à revisão prévia pelo FIDA. Foi estimado de forma preliminar que este método de aquisição será aplicado ao 25% da categoria *Assistência Técnica* e ao 23% dos gastos da categoria *Consultorias, auditorias e estudos*.
- **Seleção baseada na qualidade** (*Quality Based Selection, QBS*). Este método utiliza um processo competitivo entre fornecedores de serviços que leva em conta a qualidade da proposta e/ou o custo do serviço para a seleção. Cada contrato de serviços de custo estimado entre 25 mil US\$ e 100 mil US\$ deve ser licitado seguindo os procedimentos QBS aceitável para o Fundo. Tais licitações devem ser submetidas à revisão posterior pelo FIDA. Foi estimado de forma preliminar que este método de aquisição será aplicado ao 45% dos gastos da categoria *Consultorias, auditorias e estudos* e ao 50% da categoria *Assistência Técnica*.



- **Seleção baseada na qualificação da consultoria** (*Consulting Services: Consultant Qualification, CQ*). Este método utiliza um processo competitivo entre consultorias que leva em conta a qualificação dos consultores. Cada contrato de serviços de custo estimado até 25 mil US\$ deve ser licitado seguindo os procedimentos CQ aceitável para o Fundo. Tais licitações devem ser submetidas à revisão posterior pelo FIDA. Foi estimado de forma preliminar que este método de aquisição será aplicado ao 23% dos gastos da categoria *Consultorias, auditorias e estudos* e ao 25% da categoria *Assistência Técnica*.
- **Contratação direta** (*Direct Contracting, DC*). Cada contrato de obras de construção civil e bens de custo estimado até 25 mil US\$ pode ser licitado diretamente com o provedor. Tais licitações devem ser submetidas à revisão posterior pelo FIDA. Foi estimado de forma preliminar que este método de aquisição será aplicado ao 14% dos gastos da categoria *Investimentos produtivos* (5.4 milhões de US\$).
- **Participação da comunidade nas aquisições** (*Community Participation in Procurement, CPP*). Este não é um método de aquisição porém representa as contrapartidas dos beneficiários nos investimentos. Esta contrapartida representa o 46% da categoria *Investimentos produtivos* (2.6 milhões de US\$).
- **Não financiado pelo Banco** (*Non Bank Financing, NBF*). Este corresponde às categorias que não são financiadas pelo FIDA, e portanto não precisam seguir as normas internacionais de aquisições.

**Tabela 6: Tetos para métodos de aquisições e revisão prévia/posterior para contratos de obras de construção civil, bens e serviços**

	Obras civis	Bens	Serviços
≥ US\$ 500 000	Licitação nacional competitiva Revisão prévia pelo FIDA	Licitação nacional competitiva Revisão prévia pelo FIDA	Licitação nacional competitiva Revisão prévia pelo FIDA
≥ US\$ 100 000 and < US\$ 500 000	Licitação local competitiva Revisão prévia pelo FIDA	Licitação local competitiva Revisão prévia pelo FIDA	Seleção baseada na qualidade e no custo Revisão prévia pelo FIDA
≥ US\$ 25 000 and < US\$ 100 000	Compras locais Revisão posterior pelo FIDA	Compras locais Revisão posterior pelo FIDA	Seleção baseada na qualidade Revisão posterior pelo FIDA
< US\$ 25 000	Contratação direta Revisão posterior pelo FIDA	Contratação direta Revisão posterior pelo FIDA	Seleção baseada na qualificação da consultoria Revisão posterior pelo FIDA

18. Os métodos de aquisições que serão utilizados para cada categoria de gasto estão apresentando na tabela 6. Além disso a tabela 7 apresenta o plano (preliminar) de aquisições de bens e serviços financiados pelo FIDA para os primeiros 18 meses de execução do projeto.

**Tabela 7: Montos por categoria de gasto e metodo de aquisição**

	Licitação local competitiva	Seleção baseada na qualidade e no custo	Seleção baseada na qualidade	Seleção baseada na qualificação da consultoria	Compras locais	Contratação direita	Participação da comunidade nas aquisições	Não financiado pelo FIDA	Total
<b>A. Veiculos e equipamentos</b>									
Veiculos	-	-	-	-	-	-	-	126.8	126.8
Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	61.8	61.8
<b>B. Assistencia tecnica e capacitacao</b>									
Assistencia Tecnica	-	1 516.2 25%	3 032.3 50%	1 516.2 25%	-	-	-	-	6 064.7
Capacitacao e oficinas	-	-	-	-	-	-	-	3 935.3	3 935.3
C. Consultorias, auditorias e estudos	-	249.1 23%	498.2 45%	249.1 23%	-	-	-	101.5	1 097.8
D. Investimentos produtivos	2 021.0 10%	-	-	-	6 063.0 30%	2 829.4 14%	9 296.6 46%	-	20 210.0
E. Custos operativos	-	-	-	-	-	-	-	1 990.5	1 990.5
F. Salarios	-	-	-	-	-	-	-	4 331.2	4 331.2
<b>Total</b>	2 021.0	1 765.3	3 530.5	1 765.3	6 063.0	2 829.4	9 296.6	10 547.1	37 818.2
	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**Tabela 8: Plano preliminar de aquisições para os primeiros 18 meses**

PLANO DE AQUISIÇÕES DO PROJETO PARA OS 18 PRIMEIROS MESES										
Itens	Unidade	Custo Unitario (US\$)	Quantidades			Custo base (US\$)			Método de aquisição	Revisao
			Anho 1	Anho 2	Total	Anho 1	Anho 2	Total		
Componente Desenvolvimento de Negocios Rurais										
B. Assistencia tecnica e capacitacao										
Assitencia tecnica										
Analisis e elaboraçao de planos	Mes/persona	2 350	0	45	45	0	104 575	104 575	Seleção baseada na qualidade e no custo	Revisão prévia pelo FIDA
Assistencia tecnica para execucao dos planos	Mes/persona	2 350	0	45	45	0	104 575	104 575	Seleção baseada na qualidade e no custo	Revisão prévia pelo FIDA
Avaliação e supervisao dos planos	Mes/persona	2 350	0	20	20	0	47 000	47 000	Seleção baseada na qualidade	Revisão posterior pelo FIDA
C. Consultorias, auditorias e estudos										
Sistematização de informacion e estudos	Estudo	7 000	6	0	6	42 000	0	42 000	Seleção baseada na qualidade	Revisão posterior pelo FIDA
D. Investimentos produtivos										
Concurso planos inovadores	Premio	2 500	0	8	8	0	18 750	18 750	Compras locais	Revisão posterior pelo FIDA
Investimentos produtivos	Plano	50 000	0	15	15	0	750 000	750 000	Licitação local competitiva 10%	Revisão prévia pelo FIDA
									Compras locais 30%	Revisão posterior pelo FIDA
									Contratação direta 14%	Revisão posterior pelo FIDA
									Participação da comunidade nas aquisições 46%	-
Componente Desenvolvimento de capacidades para a promoção de negocios rurais										
C. Consultorias, auditorias e estudos										
Registro de grupos de produtores e provedores de serviços de AT e capacitação	Lumpsum				0	6 000		6 000	Contrataço direita	Revisão posterior pelo FIDA
Desenho de metodologia de formulação, analise e avaliação de plano de negocios	Lumpsum				0	17 000		17 000	Contrataço direita	Revisão posterior pelo FIDA
Desenho cursos modulares para tecnicos	Lumpsum	5 000	6		6	30 000		30 000	Seleção baseada na qualidade	Revisão posterior pelo FIDA
Desenho cursos modulares para produtores	Lumpsum	5 000	6		6	30 000		30 000	Seleção baseada na qualidade	Revisão posterior pelo FIDA
Desenho cursos modulares a distancia	Lumpsum	6 000	6		6	36 000		36 000	Seleção baseada na qualidade	Revisão posterior pelo FIDA
Preparação curso especialização tecnica em negocios rurais	Lumpsum	100 000	1		1	100 000		100 000	Seleção baseada na qualidade e no custo	Revisão prévia pelo FIDA
Manuais e publicações	Lumpsum	6 250	6		6	37 500		37 500	Seleção baseada na qualidade	Revisão posterior pelo FIDA
Sistema de informação e inteligencia de mercado	Lumpsum				0	5 000	5 000	10 000	Seleção baseada na qualidade	Revisão posterior pelo FIDA
Software para formulação/avaliação de projetos de negocios	Lumpsum				0	15 000		15 000	Seleção baseada na qualidade	Revisão posterior pelo FIDA
Plano estrategico de fortalecimento de capacidades para negocios rurais	Lumpsum				0	15 000		15 000	Contrataço direita	Revisão posterior pelo FIDA
Componente Desenvolvimento de capacidades para a promoção de negocios rurais										
C. Consultorias, auditorias e estudos										
Desenho e apoio ao sistema de M&A	Lumpsum	10 000	1	1	2	10 000	10 000	20 000	Seleção baseada na qualidade	Revisão posterior pelo FIDA
Estudo de base (marco cero)	Lumpsum	35 000	1	0	1	35 000	0	35 000	Seleção baseada na qualidade	Revisão posterior pelo FIDA
Auditorias	Lumpsum	30 000	1	0	1	30 000	0	30 000	Seleção baseada na qualidade	Revisão posterior pelo FIDA

**Tabela 9: Custos do componente Desenvolvimento de negócios rurais**

		Quantities							Unit Cost	Base Cost (US\$ '000)							Totals Including Contingencies (US\$ '000)							
		Unit	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	(US\$)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
I. Investment Costs																								
A. Priorização dos arranjos produtivos																								
Sistematização de informação e estudos	Estudo	6	-	-	-	-	-	6	7.000	42.0	-	-	-	-	-	42.0	42.6	-	-	-	-	-	-	42.6
B. Promoção do projeto																								
Oficinas de sensibilização	Unidade	25	20	-	-	-	-	45	350	8.8	7.0	-	-	-	-	15.8	8.9	7.3	-	-	-	-	-	16.2
C. Identificação e formulação de planos de negocios																								
Análisis e elaboração de planos	Mes/pessoa	-	90	150	240	120	-	600	2.350	-	211.5	352.5	564.0	282.0	-	1 410.0	-	220.8	378.7	623.4	320.7	-	-	1 543.6
D. Financiamento de planos de negocios																								
Concurso planos inovadores	Premio	-	15	35	34	-	-	84	2.500	-	37.5	87.5	85.0	-	-	210.0	-	37.5	87.5	85.0	-	-	-	210.0
Investimentos produtivos	Plano	-	30	80	130	120	40	400	50.000	-	1 500.0	4 000.0	6 500.0	6 000.0	2 000.0	20 000.0	-	1 500.0	4 000.0	6 500.0	6 000.0	2 000.0	20 000.0	20 000.0
Subtotal											-	1 537.5	4 087.5	6 585.0	6 000.0	2 000.0	20 210.0	-	1 537.5	4 087.5	6 585.0	6 000.0	2 000.0	20 210.0
E. Assistencia tecnica																								
Assistencia tecnica para execução dos planos	Mes/pessoa	-	90	240	390	360	120	1 200	2.350	-	211.5	564.0	916.5	846.0	282.0	2 820.0	-	220.8	605.8	1 013.0	962.2	330.0	3 132.0	3 132.0
Avaliação e supervisao dos planos	Mes/pessoa	-	42	100	162	131	44	479	2.350	-	98.7	235.0	380.7	307.9	103.4	1 125.7	-	103.0	252.4	420.8	350.1	121.0	1 247.4	1 247.4
Subtotal											-	310.2	799.0	1 297.2	1 153.9	385.4	3 945.7	-	323.8	858.3	1 433.9	1 312.4	451.1	4 379.4
Total Investment Costs											50.8	2 066.2	5 239.0	8 446.2	7 435.9	2 385.4	25 623.4	51.5	2 089.4	5 324.4	8 642.3	7 633.1	2 451.1	26 191.8
II. Recurrent Costs																								
A. Custos operativos																								
Combustiveis	Dia/pessoa	-	3 200	6 500	11 000	11 000	3 000	34 700	10	-	32.0	65.0	110.0	110.0	30.0	347.0	-	33.4	69.8	121.6	125.1	35.1	385.0	385.0
Material diverso	Mes/pessoa	-	221	490	799	611	164	2 285	150	-	33.2	73.5	119.9	91.7	24.6	342.8	-	34.6	79.0	132.5	104.2	28.8	379.1	379.1
Diarias	Diaria	-	3 200	6 500	11 000	11 000	3 000	34 700	25	-	80.0	162.5	275.0	275.0	75.0	867.5	-	83.5	174.6	304.0	312.8	87.8	962.6	962.6
Total Recurrent Costs											-	145.2	301.0	504.9	476.7	129.6	1 557.3	-	151.5	323.3	558.0	542.1	151.7	1 726.7
Total											50.8	2 211.4	5 540.0	8 951.1	7 912.5	2 515.0	27 180.7	51.5	2 240.9	5 647.8	9 200.3	8 175.3	2 602.7	27 918.5

Tabela 10: Custos do componente Desenvolvimento de capacidades para a promoção de negocios rurais

		Unit	Quantities							Unit Cost (US\$)	Base Cost (US\$ '000)							Totals Including Contingencies (US\$ '000)						
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total		2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
I. Investment Costs																								
A. Veiculos e equipamentos																								
Auto tipo SEDAN	Unidade	2	-	-	-	-	-	2	13.500	27.0	-	-	-	-	27.0	27.4	-	-	-	-	-	27.4		
Motos	Unidade	28	-	-	-	-	-	28	3.500	98.0	-	-	-	-	98.0	99.4	-	-	-	-	-	99.4		
Computadoras	Unidade	6	-	-	-	-	-	6	1.000	6.0	-	-	-	-	6.0	6.1	-	-	-	-	-	6.1		
Laptop	Unidade	28	-	-	-	-	-	28	1.250	35.0	-	-	-	-	35.0	35.5	-	-	-	-	-	35.5		
Impresoras	Unidade	6	-	-	-	-	-	6	1.250	7.5	-	-	-	-	7.5	7.6	-	-	-	-	-	7.6		
Datashow	Unidade	6	-	-	-	-	-	6	400	2.4	-	-	-	-	2.4	2.4	-	-	-	-	-	2.4		
Outros equipamentos	Lumpsum									10.0	-	-	-	-	10.0	10.1	-	-	-	-	-	10.1		
Subtotal										185.9	-	-	-	-	185.9	188.6	-	-	-	-	-	188.6		
B. Capacitaçoes e oficinas																								
Cursos modulares presenciais para tecnicos /a	Modulo	-	12	12	12	12	12	60	5.440	-	65.3	65.3	65.3	65.3	256.4	-	68.1	70.1	72.2	74.2	76.4	361.1		
Cursos modulares presenciais para produtores /b	Modulo	-	18	18	18	18	18	90	5.440	-	97.9	97.9	97.9	97.9	389.6	-	102.2	105.2	108.2	111.4	114.6	541.6		
Cursos modulares a distancia /c	Modulo	-	-	6	6	6	6	24	6.000	-	-	36.0	36.0	36.0	144.0	-	-	38.7	39.8	40.9	42.1	161.5		
Cursos intensivos especificos /d	Modulo	-	5	5	5	5	5	25	2.000	-	10.0	10.0	10.0	10.0	50.0	-	10.4	10.7	11.1	11.4	11.7	55.3		
Curso especialização tecnica em negocios rurais /e	Lumpsum	-	-	1	1	1	1	4	60.000	-	-	60.0	60.0	60.0	240.0	-	-	64.5	66.3	68.2	70.2	269.2		
Bolsas formação tecnica para jovens rurais /f	Beca	-	80	85	85	80	80	410	1.500	-	120.0	127.5	127.5	120.0	615.0	-	125.3	137.0	140.9	136.5	140.4	680.1		
Estagios para jovens rurais /g	Beca	-	45	45	45	45	45	225	2.275	-	102.4	102.4	102.4	102.4	511.9	-	106.9	110.0	113.2	116.4	119.8	566.3		
Visitas e intercambios, participação em redes /h	Lumpsum	-	1	1	1	1	1	5	80.000	-	80.0	80.0	80.0	80.0	400.0	-	83.5	85.9	88.4	91.0	93.6	442.5		
Capacitação para fortalecimento organizacional /i	Curso	-	18	24	18	-	-	60	5.440	-	97.9	130.6	97.9	-	326.4	-	102.2	140.2	108.2	-	-	350.7		
Capacitação Gestao, planejamento e monitoramento/avaliação	Curso	4	3	2	1	1	-	11	10.000	40.0	30.0	20.0	10.0	10.0	-	110.0	40.6	31.3	21.5	11.1	11.4	-	115.8	
Capacitação Metodologia Equidade de Género	Curso	1	1	1	1	-	-	4	7.000	7.0	7.0	7.0	7.0	-	-	28.0	7.1	7.3	7.5	7.7	-	-	29.7	
Subtotal										47.0	610.5	736.6	694.0	581.6	571.6	3 241.3	47.7	637.3	791.3	767.1	661.5	669.0	3 573.8	
C. Preparação de ferramentas para capacitação																								
Registro de grupos de produtores e provedores de serviços de AT e capacitação	Lumpsum									6.0	-	-	-	-	6.0	6.1	-	-	-	-	-	6.1		
Desenho de metodologia de formulação, análise e avaliação de plano de negocios	Lumpsum									17.0	-	-	-	-	17.0	17.2	-	-	-	-	-	17.2		
Desenho cursos modulares para tecnicos	Lumpsum	6	-	6	-	-	-	12	5.000	30.0	-	30.0	-	-	60.0	30.4	-	32.2	-	-	-	62.7		
Desenho cursos modulares para produtores	Lumpsum	6	-	6	-	-	-	12	5.000	30.0	-	30.0	-	-	60.0	30.4	-	32.2	-	-	-	62.7		
Desenho cursos modulares a distancia	Lumpsum	6	-	6	-	-	-	12	6.000	36.0	-	36.0	-	-	72.0	36.5	-	38.7	-	-	-	75.2		
Preparação curso especialização tecnica em negocios rurais	Lumpsum	1	-	-	-	-	-	1	100.000	100.0	-	-	-	-	100.0	101.5	-	-	-	-	-	101.5		
Manuais e publicações	Lumpsum	6	-	6	-	-	-	12	6.325	38.0	-	38.0	-	-	75.9	38.5	-	40.8	-	-	-	79.3		
Sistema de informação e inteligencia de mercado	Lumpsum									5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	30.0	5.1	5.2	5.4	5.5	5.7	5.9	32.7		
Software para formulação/avaliação de projetos de negocios	Lumpsum									15.0	-	5.0	-	-	20.0	15.2	-	5.4	-	-	-	20.6		
Plano estrategico de fortalecimento de capacidades para negocios rurais	Lumpsum									15.0	-	7.6	-	-	22.6	15.2	-	8.2	-	-	-	23.4		
Subtotal										292.0	5.0	151.6	5.0	5.0	5.0	463.5	296.2	5.2	162.8	5.5	5.7	5.9	481.3	
D. Gestao do conhecimento e comunicação																								
Sistematização de experiencias	Lumpsum	-	-	3	3	3	3	12	7.000	-	-	21.0	21.0	21.0	21.0	84.0	-	-	22.6	23.2	23.9	24.6	94.2	
Estudos de caso	Lumpsum	-	-	3	3	3	4	13	7.000	-	-	21.0	21.0	21.0	28.0	91.0	-	-	22.6	23.2	23.9	32.8	102.4	
Oficinas tematicas	Oficina	-	-	2	2	2	2	8	20.000	-	-	40.0	40.0	40.0	40.0	160.0	-	-	43.0	44.2	45.5	46.8	179.5	
Capacitação gestao do conhecimento	Curso	1	-	1	-	-	-	2	7.000	7.0	-	7.0	-	-	14.0	7.1	-	7.5	-	-	-	14.6		
Produção de material de comunicação	Lumpsum	2	1	1	1	1	1	7	20.000	40.0	20.0	20.0	20.0	20.0	140.0	40.6	20.9	21.5	22.1	22.7	23.4	151.2		
Subtotal										47.0	20.0	109.0	102.0	102.0	109.0	489.0	47.7	20.9	117.1	112.7	116.0	127.6	542.0	
Total Investment Costs										571.9	635.5	997.2	801.0	688.6	685.6	4 379.7	580.1	663.4	1 071.2	885.4	783.2	802.4	4 785.7	
II. Recurrent Costs																								
A. Salarios																								
Assistente tecnico Formação e Capacitação	Mes/pessoa	12	12	12	12	12	12	72	2.350	28.2	28.2	28.2	28.2	28.2	169.2	28.6	29.4	30.3	31.2	32.1	33.0	184.6		
Especialista gestao do conhecimento	Mes/pessoa	12	12	12	12	12	12	72	2.350	28.2	28.2	28.2	28.2	28.2	169.2	28.6	29.4	30.3	31.2	32.1	33.0	184.6		
Subtotal										56.4	56.4	56.4	56.4	56.4	338.4	57.2	58.9	60.6	62.3	64.1	66.0	369.2		
B. Custos operativos																								
Material de escritorio	Lumpsum	1	1	1	1	1	1	6	1.000	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	6.0	1.0	1.0	1.1	1.1	1.1	1.2	6.5		
Diarias	Diaria	-	180	180	180	180	180	900	25	-	4.5	4.5	4.5	4.5	22.5	-	4.7	4.8	5.0	5.1	5.3	24.9		
Subtotal										1.0	5.5	5.5	5.5	5.5	28.5	1.0	5.7	5.9	6.1	6.3	6.4	31.4		
Total Recurrent Costs										57.4	61.9	61.9	61.9	61.9	366.9	58.2	64.6	66.5	68.4	70.4	72.4	400.6		
Total										629.3	697.4	1 059.1	862.9	750.5	747.5	4 746.6	638.4	728.0	1 137.7	953.8	853.6	874.8	5 186.3	

^a 2 cursos de 6 modulos por ano (20 pessoas por curso)  
^b 1 curso de 6 modulos em 3 areas (25 pessoas por curso)  
^c 40 pessoas por curso, cada pesso participa de 3 modulos  
^d 5 pessoas por ano  
^e 25 pessoas por ano  
^f Bolsas para 6 meses  
^g Estagios de 6 meses  
^h Para tecnicos e produtores  
^i Curso de 20 pessoas

**Tabela 11: Custos do componente Gestão, monitoramento e avaliação**

	Unit	Quantities						Unit Cost	Base Cost (US\$ '000)						Totals Including Contingencies (US\$ '000)								
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	(US\$)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
I. Investment Costs																							
A. Monitoramento e avaliação																							
Desenho e apoio ao sistema de M&A	Lumpsum	1	1	1	1	1	1	6	10.000	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0	60.0	10.1	10.4	10.7	11.1	11.4	11.7	65.5
Estudo de base (marco zero, incluindo RIMS)	Lumpsum	1	-	-	-	-	-	1	35.000	35.0	-	-	-	-	-	35.0	35.5	-	-	-	-	-	35.5
Revisao de meio-termo	Lumpsum	-	-	-	1	-	-	1	10.000	-	-	-	10.0	-	-	10.0	-	-	-	11.1	-	-	11.1
Estudo de impactos e resultados a meio termo	Lumpsum	-	-	-	1	-	-	1	20.000	-	-	-	20.0	-	-	20.0	-	-	-	22.1	-	-	22.1
Relatorio de fim de projeto	Lumpsum	-	-	-	-	-	1	1	10.000	-	-	-	-	-	10.0	10.0	-	-	-	-	-	11.7	11.7
Estudo de impactos e resultados ao fim do projeto	Lumpsum	-	-	-	-	-	1	1	30.000	-	-	-	-	-	30.0	30.0	-	-	-	-	-	35.1	35.1
Oficinas de auto-avaliação dos planes de negocios	Oficina	-	-	95	126	95	-	316	405,5	-	-	38.5	51.1	38.5	-	128.1	-	-	41.4	56.5	43.8	-	141.7
Auditorias	Lumpsum	1	1	1	1	1	1	6	30.000	30.0	30.0	30.0	30.0	30.0	30.0	180.0	30.4	31.3	32.2	33.2	34.1	35.1	196.4
Total Investment Costs										75.0	40.0	78.5	121.1	78.5	80.0	473.1	76.1	41.8	84.3	133.8	89.3	93.6	519.0
II. Recurrent Costs																							
A. Gestao do projeto																							
Coordenador	Mes/pessoa	12	12	12	12	12	12	72	4.350	52.2	52.2	52.2	52.2	52.2	52.2	313.2	53.0	54.5	56.1	57.7	59.4	61.1	341.7
Gerente Componente 1	Mes/pessoa	12	12	12	12	12	12	72	3.350	40.2	40.2	40.2	40.2	40.2	40.2	241.2	40.8	42.0	43.2	44.4	45.7	47.0	263.1
Assistentes tecnicos C1 /a	Mes/pessoa	24	24	24	24	24	24	144	2.350	56.4	56.4	56.4	56.4	56.4	56.4	338.4	57.2	58.9	60.6	62.3	64.1	66.0	369.2
Assistente Medioambiente - Nivel superior /b	Mes/pessoa	12	12	12	12	12	12	72	2.350	28.2	28.2	28.2	28.2	28.2	28.2	169.2	28.6	29.4	30.3	31.2	32.1	33.0	184.6
Assistente Medioambiente - Nivel medio /c	Mes/pessoa	12	12	12	12	12	12	72	1.350	16.2	16.2	16.2	16.2	16.2	16.2	97.2	16.4	16.9	17.4	17.9	18.4	19.0	106.0
Gerente Componente 2	Mes/pessoa	12	12	12	12	12	12	72	3.350	40.2	40.2	40.2	40.2	40.2	40.2	241.2	40.8	42.0	43.2	44.4	45.7	47.0	263.1
Gerente Monitoramento/Avaliacao	Mes/pessoa	12	12	12	12	12	12	72	3.350	40.2	40.2	40.2	40.2	40.2	40.2	241.2	40.8	42.0	43.2	44.4	45.7	47.0	263.1
Tecnicos administrativos/financeiros - Nivel superior	Mes/pessoa	36	36	36	36	36	36	216	2.350	84.6	84.6	84.6	84.6	84.6	84.6	507.6	85.8	88.3	90.9	93.5	96.2	99.0	553.8
Asistente tecnico M&A /d	Mes/pessoa	12	12	12	12	12	12	72	2.350	28.2	28.2	28.2	28.2	28.2	28.2	169.2	28.6	29.4	30.3	31.2	32.1	33.0	184.6
Tecnicos Unidades regionais - Nivel superior /e	Mes/pessoa	48	48	48	48	48	48	288	2.350	112.8	112.8	112.8	112.8	112.8	112.8	676.8	114.4	117.8	121.2	124.7	128.3	132.0	738.4
Tecnicos Unidades regionais - Nivel medio	Mes/pessoa	48	48	48	48	48	48	288	1.350	64.8	64.8	64.8	64.8	64.8	64.8	388.8	65.7	67.6	69.6	71.6	73.7	75.8	424.2
Secretarias	Mes/pessoa	48	48	48	48	48	48	288	860	41.3	41.3	41.3	41.3	41.3	41.3	247.7	41.9	43.1	44.3	45.6	47.0	48.3	270.2
Subtotal										605.3	605.3	605.3	605.3	605.3	605.3	3 631.7	614.1	631.9	650.2	669.0	688.4	708.4	3 962.0
B. Custos operativos																							
Diarias	Diaria	900	900	900	900	900	900	5 400	25	22.5	22.5	22.5	22.5	22.5	22.5	135.0	22.8	23.5	24.2	24.9	25.6	26.3	147.3
Combustiveis	Dia/pessoa	900	900	900	900	900	900	5 400	10	9.0	9.0	9.0	9.0	9.0	9.0	54.0	9.1	9.4	9.7	9.9	10.2	10.5	58.9
Material de escritorio	Lumpsum	1	1	1	1	1	1	6	4.000	4.0	4.0	4.0	4.0	4.0	4.0	24.0	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	4.7	26.2
Subtotal										35.5	35.5	35.5	35.5	35.5	35.5	213.0	36.0	37.1	38.1	39.2	40.4	41.5	232.4
Total Recurrent Costs										640.8	640.8	640.8	640.8	640.8	640.8	3 844.7	650.1	668.9	688.3	708.3	728.8	750.0	4 194.4
Total										715.8	680.8	719.3	761.9	719.3	720.8	4 317.8	726.2	710.7	772.7	842.1	818.1	843.6	4 713.4

1a Tecnicos de nivel superior

1b Tecnico de nivel superior

1c Tecnico de nivel medio

1d Tecnico nivel superior

1e Tecnicos de nivel superior

<sup>1a</sup> Técnicos de nível superior

<sup>1b</sup> Técnico de nível superior

<sup>1c</sup> Técnico de nível médio

<sup>1d</sup> Técnico nível superior

<sup>1e</sup> Técnicos de nível superior

**Tabela 12: Hipoteses para cálculos de orçamento**

HIPOTHESES PARA CALCULOS								
COMPONENTE 1								
Monto Investimentos	20 000 000							
Monto promedio por PN	50 000							
Numero de PN	400							
Monto por productor	2 000							
Numero de produtores por PN	25							
Numero total de produtores	10 000							
Planos de negocio		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	TOTAL
Proporcao			0.15	0.25	0.4	0.2		
Planos de negocio formulados			60	100	160	80		400
Investimento em ano 1 dos PN			30	50	80	40		
Investimento em ano 2 dos PN				30	50	80	40	
Ritmo Investimentos dos PN			30	80	130	120	40	
PN em execucao								
PN formulados em ano 1			0					
PN formulados em ano 2			60	60				
PN formulados em ano 3				100	100			
PN formulados em ano 4					160	160		
PN formulados em ano 5						80	80	
Total PN em execucao		0	60	160	260	240	80	
Assistencia tecnica para elaboracao dos PN								
Numero de visitas de tecnicos a cada grupo	8							
Dias de trabalho de redacao PN	22							
Total n° dias/PN	30							
Numero de dias de trabalho por tecnico y ano	240							
Numero de PN formulados por tecnico y ano	8							
Numero de tecnicos		0.0	7.5	12.5	20.0	10.0	0.0	
Numero de tecnicos (arredondado)		0	8	13	20	10	0	
Numero de mes/pessoa de tecnicos		0	90	150	240	120	0	600
Assitencia tecnica para Implementacao								
Duracao apoio AT (anos)	2							
Numero de visitas de tecnicos por mes y PN	2.5							
Numero de visitas de tecnicos por ano y PN	30							
Numero de visitas de tecnicos por PN (2 anos)	60							
Numero de dias de trabajo por tecnico y ano	240							
Numero de PNs por tecnico y ano	8							
Numero de tecnicos		0	8	20	33	30	10	
Numero de mes/pessoa de tecnicos		0	90	240	390	360	120	1200
Avaliacao de PN								
N° PN avaliados por semana	2							
N° semanas necesarias	200							
N° mes/pessoa	50	0.0	7.5	12.5	20.0			
N° mes/pessoa (arredondado)		0.0	8.0	13	20			41
Supervisao PN								
N° visitas por PN por ano	12							
N° total visitas por ano		0	720	1920	3120	2880	960	9600
N° mes/pessoa por ano		0	33	87	142	131	44	436
Numero de mes/pessoa de tecnicos		0	41	100	162	131	44	477
COMPONENTE 2								
Capacitações e oficinas								
Cursos modulares presenciais para tecnicos	2 cursos de 6 modulos por ano (5 anos), 25 participantes por modulo							250
Cursos modulares a distancia	24 cursos a distancia, 20 participantes por curso							480
Cursos especificos intensivos (becas)	5 técnicos formados cada ano durante 5 anos							25
Cursos especializacao tecnica em negocios rurais	25 técnicos formados cada ano durante 3 anos							75
Total técnicos beneficiarios								830
Cursos modulares presenciais para produtores	18 cursos por ano (durante 5 anos), 20 participantes por curso							1800
Capacitação Fortalecimiento organizacional	60 capacitacoes, com 20 participantes em cada uma							1200
Visitas e intercâmbios, participação em redes	Orcamento de 400US\$ por individuo							1000
Total produtores beneficiarios	50% dos produtores capacitados sao membros dos planos de negocios, outro 50% sao beneficiarios adicionais							4000
Becas formação tecnica jovens rurais	410 bolsas individuais para jovens							410
Estágios para jovens rurais	225 bolsas individuais p 225 bolsas individuais para jovens							225
Total jovens beneficiarios								635

## Anexo V: Arquivos chaves (key files)

### Key file 1: Rural poverty and agricultural/rural sector issues

Priority Area	Affected Group	Major Issues	Actions Needed
<b>Agricultural Sector</b>	<b>Rural Population, including small towns and rural villages (classified in Brazil as urban areas), in particular</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agriculture contribution to State GDP is around 5%; however, its role is much more relevant than this figure suggests. Agriculture plays significant source of employment and income generation in rural areas and the majority of the state cities (mostly small towns and villages classified as urban areas by IBGE).</li> <li>Unequal dynamism and potentialities across the state territory. In recent years Sergipe has developed a regional relevant dairy industry, based mostly on mid and larger cow milk producer but including also smaller producers; orange juice industry is facing a serious crisis and growth of irrigated fruit production has also slowdown. Agricultural production in the Semi-Arid areas is basically based on small family units, low productivity crops partially for auto consumption and partially market at local marketplace.</li> <li>Land concentration and particularly land fragmentation into <i>minifundio</i> units—which are by definition unviable economic and social plots if exploited under current dominant technological conditions—is a major problem. Land insecurity is also a problem.</li> <li>Limited agro processing capacity is also a feature. Large dairy plants are being implanted and Sergipe is expected to take the regional lead in cow milk production in the Northeast.</li> <li>Insufficient capacity to generate employment posts and to retain local youth labour.</li> <li>Increased degradation of natural resources, particularly in the Semi-Arid region.</li> <li>Low productivity, limited use of available technology and unsustainable production practices</li> <li>Low incomes from dry crops, rain fed, livestock farming and subsistence agricultural production.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Strengthening of Rural and Territorial development programs, in particular those targeted to Semi-Arid Region. Participative Territorial Plans recently approved by the State Government provides accurate diagnosis of potentialities and obstacles and indicate strategies to address the main problems.</li> <li>Investments in basic infra-structure, particularly roads, energy and water supply. The project <i>Aguas de Sergipe</i>, at final stage of design and approval is expected to solve the urban water supply deficit of 26 of the 75 municipalities, in particular those in the basin of the Sergipe River. In the project area it will benefit only Nossa Senhora Aparecida.</li> <li>Exploitation of non agricultural economic alternatives with the capacity to led local community developments. Tourism, mineral production, manual and semi-manual handcraft, are possible viable options.</li> <li>Enhancement of ongoing land policies to ensure higher welfare response. PDI project at final stage of negotiation with BNDES will provide means to consolidate the agrarian reform <i>assentamentos</i> in the <i>Alto Sao Francisco</i> Territory.</li> <li>Avoid policy fragmentation amongst too well justified social and economic priorities.</li> <li>Coordination of efforts on key bottlenecks hindering expansion and consolidation of selected agro-chains which have shown competitive potentiality. Immediate efforts to address the market and price crisis of the orange juice chain; ensure sanitation conditions for the expansion of cattle raising production.</li> <li>Professional qualification of rural youth in non agricultural skills.</li> <li>Promote production diversification, even if as niche markets</li> </ul>



Priority Area	Affected Group	Major Issues	Actions Needed
<b>Rural Poverty in general</b>	<b>Poor small-scale farmers;</b> <b>Tenants and Sharecroppers</b> <b>Landless peasants;</b> <b>Agricultural labourers and seasonal migrant-labour households;</b> <b>Women- headed households;</b> <b>Rural youth</b> <b>Quilombolas</b> <b>Land Reform beneficiaries</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• High level of geographical dispersion in rural areas</li> <li>• High levels of social exclusion</li> <li>• Local <i>quilombolas</i> communities living in extremely difficult conditions</li> <li>• Limited productive assets, including land, social capital and human capital; lately social capital is growing but it is still limited; low level of economic capitalization</li> <li>• Limited access to land, high rate of illiteracy (over 34% in 2007 in rural areas and over 50% amongst the poor) and high unemployment and sub employment Over 75 thousand small holdings according to 2006 Agricultural -- holdings with less than 10 hectares (out of 100 thousand agricultural holdings)</li> <li>• Insecure and irregular landownership</li> <li>• Limited basic rural infrastructure: Inadequate housing conditions, particularly water supply and sanitation Overcrowded houses</li> <li>• Increased degradation of natural resources, particularly in the Semi-Arid region</li> <li>• Low productivity, limited use of available technology and unsustainable production practices</li> <li>• Low incomes from dry crops, rain fed, livestock farming and subsistence agricultural production</li> <li>• Limited access to good primary education Limited access to good quality basic health attention in rural areas and difficult access to medium and high complexity medical care</li> <li>• Male and youth labour migration seasonal within the state and between regions of Brazil</li> <li>• 23% of households headed by women in the state (higher proportion in rural areas)</li> <li>• High participation of pensions and other transfers in total income</li> <li>• Limited access to financial &amp; other production/ commercialization support services</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Improving basic health attention and access to urban medium complex health care</li> <li>• Strengthening of local organization for community-centred, self-managed development</li> <li>• Improving access to land through legal, administrative and operational revision/enhancement of current land policy mechanisms</li> <li>• Access by rural youth (male &amp; female) to quality primary, middle &amp; higher education</li> <li>• Investment in social- economic rural infrastructure, with special attention to water supply in the rural semiarid areas of Northeast Region</li> <li>• Local capacities development Labour skills training</li> <li>• Provision of demand-led, participatory, market-oriented, production-related &amp; other technical services &amp; natural resource conservation technologies</li> <li>• Introduction of higher-income, diversification crops &amp; non-farming productive activities</li> <li>• Training in non agricultural skills</li> <li>• Facilitation for the establishment of income-generating, non-agricultural activities rural micro-businesses</li> <li>• Access to non-refundable productive investment funds &amp; local micro financing services</li> </ul>

Priority Area	Affected Group	Major Issues	Actions Needed
<b>Environmentally vulnerable zones/Natural-asset degraded territories</b>	<b>All rural poor</b>	<p>Degradation, overexploitation of natural resources at micro-watershed level i.e. soil, water, biodiversity</p> <p>Advanced process of desertification of in areas of the State semi-arid sub region</p> <p>Priority areas for <i>Caatinga</i> Tropical Dry Forest and Tropical Rainforest (<i>Mata Atlântica</i>) conservation</p> <p>Loss of native vegetation interacts with the semi-arid climate conditions to accelerate soil deterioration, decrease water availability and increase the process of desertification, further exacerbating consequences for climate change, biodiversity and water conservation values;</p> <p>Unsustainable agricultural practices, particularly in cattle raising production and also subsistence production</p> <p>Severely incongruent land use/allocation in environmentally fragile areas</p> <p>Systematic clandestine deforestation of <i>caatinga</i>, including by small family farmers for energy production</p> <p>Rural energy constraints</p> <p>Lack of effective climate-change-related plans &amp; risk-management mechanisms overall &amp; in smallholder agriculture</p> <p>Concentration of Government efforts in some regions with neglect of others</p> <p>Limited allocation of resources overall</p> <p>Low levels of participation &amp; investment in micro-watershed-based, municipal &amp; local development programmes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reinforcement and enhancement of territorially-based, integrated rural development programmes &amp; approaches at local, municipal, watershed &amp; state levels</li> <li>• Participatory environmental planning &amp; implementation, with direct involvement &amp; decision making by local communities</li> <li>• Micro-watershed agro forestry production &amp; conservation plans</li> <li>• Strengthening of Government decentralization policies &amp; mechanisms at municipal &amp; local levels for strengthened environmental governance/local control</li> <li>• Training in risk prevention, vulnerability-reduction, micro-watershed-based planning &amp; resource development</li> <li>• Increased provision of investment resources for: social &amp; economic rural infrastructure; soil, water &amp; vegetation rehabilitation &amp; conservation works; &amp; innovative-technology demonstration units</li> <li>• Valuation &amp; establishment of environmental-service schemes, according to needs of arid &amp; other vulnerable agro-ecological zones</li> <li>• Incorporation of "nature-based tourism" within a wider territorial rural development strategy at micro-watershed &amp; municipal levels</li> <li>• Micro watershed restoration (<i>caatinga</i>, <i>Mata Atlântica</i> e transition systems)</li> <li>• Sustainable management of environmental / natural resources to improve rural livelihoods, within and integrated ecosystem management approach</li> <li>• Support to environment adjustment and adaptation of rural holdings</li> <li>• Participatory inventories of natural (physical), cultural &amp; historical potential of regions &amp; sites</li> </ul>

Priority Area	Affected Group	Major Issues	Actions Needed
<b>Rural businesses/ Agricultural &amp; non-Agricultural micro-enterprises</b>	<b>Micro &amp; Small rural entrepreneurs (agricultural &amp; non-agricultural)</b>	<p>Limited knowledge of regional economy &amp; external market supply, demand &amp; competitiveness</p> <p>Limited rural business-management capacities at local &amp; regional levels</p> <p>Low &amp; inappropriate levels of capital, technology &amp; supporting infrastructure to sustainable use of local resources and to compete in national &amp; external markets</p> <p>Limited local added value of production chains &amp; quality management of rural products &amp; services</p> <p>Low technical &amp; methodological specialization for planning &amp; management of (micro-economic) business plans</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Support to diversification of regional economies, including agricultural &amp; non-agricultural production e.g. nature- &amp; cultural-based community-managed businesses; wider range of services in rural/semi-urban zones</li> <li>• Market information systems at local, micro-regional &amp; sub-national levels</li> <li>• Selection &amp; training of local commercial leaders &amp; entrepreneurs in micro-enterprise development &amp; quality-control management</li> <li>• Support to formulation of relevant product rural "business plans" (all levels of production-commercialization chain)</li> <li>• Facilitation of access to: dynamic markets, technical- &amp; management-support services &amp; continued "coaching"</li> <li>• Facilitation of access to capital resources from diverse government programmes for micro-enterprise development &amp; consolidation</li> <li>• Establishment, expansion &amp; consolidation of rural financial systems &amp; services</li> <li>• Provision of demand-led, participatory, culturally-sensitive, market-oriented rural extension services &amp; natural resource conservation technologies</li> </ul>
<b>Gender development issues</b>	<b>Women headed households</b>	<p>Significant number of rural women-headed households &amp; social derived from both temporary &amp;/or permanent migration of male family members and family breakdown</p> <p>High levels of social, nutritional and economic household vulnerability</p> <p>High demand on time &amp; abilities of women for: daily household work; community-based social responsibilities; production, commercialization &amp; other survival activities</p> <p>Limited labour-market skills beyond household work in urban areas</p> <p>Low access to social, financial &amp; productive support services</p> <p>Dependency on subsidy-based social development programmes</p> <p>Efficacy of numerous public initiatives to deal with gender issues to be confirmed</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Provision of adult women literacy programmes</li> <li>• Guaranteed access to education at all levels for male &amp; female rural</li> <li>• Improved mechanisms &amp; resources for health &amp; nutrition services</li> <li>• Strengthening of community approaches to deliver social services &amp; provision of domestic time-saving investments &amp; infrastructure</li> <li>• Innovative &amp; participatory approaches to social &amp; economic capitalization of rural women, guarantees of patrimonial capitalization</li> <li>• Provision of demand-led, participatory, community financial &amp; extension services</li> <li>• Training for agricultural, non-agricultural productive activities, &amp; labour skills for male &amp; female youth</li> <li>• Gender awareness campaigns within rural communities &amp; local society at large</li> <li>• Nutritional and health awareness for women and children</li> </ul>

## Key file 2: Rural Business for Small Producers, Dom Távora Project

### Análise SWOT das principais instituições envolvidas

Instituições / Programas	Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades e Riscos	Comentários
<b>Setor Público</b>				
Secretaria do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano – SEPLAN	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responde pela formulação e coordenação do planejamento estadual, o que inclui o Plano Plurianual (PPA) e o orçamento, desempenhando um papel estratégico na equipe de governo;</li> <li>• Maior estabilidade política das equipes gerencial e técnica;</li> <li>• Articula o secretariado com fins de viabilizar a intersetorialidade da ação governamental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoramento das ações focado no PPA;</li> <li>• Frágil avaliação da ação governamental;</li> <li>• Reduzida equipe técnica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O acompanhamento e monitoramento da ação governamental por meio do Sistema de Acompanhamento de Programas e Ações Governamentais – SIAG, gerenciado pela Seplan, pode reforçar a ação de monitoramento do Dom Távora;</li> <li>• A PRONESE, empresa estatal vinculada a Seplan, responsável pela execução do Projeto de Combate a Pobreza Rural, financiado pelo Banco Mundial (Prosperar), pode complementar suas ações com as do Dom Távora no apoio aos grupos de produtores rurais e suas atividades produtivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsável pela interlocução do Estado com os organismos internacionais e do atendimento de parte dos requerimentos inerentes a negociação junto ao Governo Federal.</li> </ul>
Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário– SEAGRI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordena a política pública estadual de desenvolvimento rural;</li> <li>• Responsável pela Secretaria Executiva Estadual do PRONAF;</li> <li>• Esforços na recuperação de empreendimentos rurais de pequeno porte, financiados pelo Estado;</li> <li>• Compromisso com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e dos pequenos negócios rurais apoiando a inserção nos mercados;</li> <li>• Coordena e preside o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca experiência no desenvolvimento de projetos com financiamento internacional;</li> <li>• Orçamento limitado face às demandas da área;</li> <li>• Reduzido quadro de pessoal;</li> <li>• Frágil monitoramento e avaliação das ações de responsabilidade da secretaria e empresas vinculadas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A experiência acumulada pelas empresas EMDRAGO e COHIDRO na execução da política do desenvolvimento rural;</li> <li>• O modelo de gestão adotado pela secretaria que favorece a cooperação entre a secretaria e as empresas vinculadas, facilitando a complementaridade das ações desenvolvidas;</li> <li>• O interesse de que o Dom Távora venha apoiar o desenvolvimento de modelos de gestão adequados aos pequenos negócios rurais desenvolvidos no estado e apoiados pela secretaria;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituição governamental central da política agrícola de Sergipe</li> </ul>

<b>Instituições / Programas</b>	<b>Fortalezas</b>	<b>Fraquezas</b>	<b>Oportunidades e Riscos</b>	<b>Comentários</b>
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo – SEDETEC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Executa a política estadual de desenvolvimento econômico do estado.</li> <li>• Responsável pelo Projeto dos Arranjos Produtivos Locais, articula ações voltadas ao desenvolvimento dos APLs e a consolidação de aglomerados econômicos existentes nos territórios;</li> <li>• Estabelece parcerias externas ao governo com instituições que atuam no fortalecimento dos APLs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limitada equipe técnica e capacidade de execução das ações planejadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promove a articulação interna e externa ao governo em favor dos arranjos produtivos;</li> <li>• Apóio à realização de estudos sobre os arranjos produtivos;</li> <li>• Informações sistematizadas por arranjo produtivo;</li> <li>• Resultados práticos pouco eficazes.</li> </ul>	
Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe - PRONESE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsável pela execução do PCPR e do Crédito Fundiário no estado</li> <li>• Experiência em gestão e implementação de projetos com recursos internacionais;</li> <li>• Reorientação para o financiamento de infraestrutura produtiva, deixando de lado o tradicional investimento na infraestrutura básica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vulnerabilidade às interferências políticas partidárias;</li> <li>• Tendência a apoiar projetos tradicionais como os de mecanização agrícola e casas de farinha.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exigência de elaboração de Planos de Negócios para acessar os recursos destinados aos investimentos produtivos;</li> <li>• Equipes técnicas descentralizadas, instaladas nas Unidades Regionais da EMDAGRO;</li> <li>• Área de atuação inclui os municípios do Dom Távora.</li> </ul>	
Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe EMDAGRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsável por executar a política estadual de desenvolvimento agropecuário;</li> <li>• Foco na agricultura familiar e na expansão dos negócios rurais;</li> <li>• Unidades Técnicas e Operacionais descentralizadas, cobrindo os 08 territórios de planejamento do estado;</li> <li>• Gestão articulada com o Governo Federal, municípios, entidades representativas dos agricultores familiares e organizações não governamentais que prestam serviços aos agricultores;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzida equipe técnica para atender aos vários programas e projetos estaduais e federais de responsabilidade da empresa;</li> <li>• Limitada capacidade técnica e operacional para atuar no fomento e assistência técnica aos negócios rurais;</li> <li>• Os resultados da ação da assistência técnica sobre a realidade dos agricultores familiares não são objeto de monitoramento e avaliação;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As políticas nacionais e estaduais de comercialização dos produtos da agricultura familiar e o fortalecimento dos negócios rurais;</li> <li>• Política Nacional de ATER dirigida ao fortalecimento institucional das empresas estaduais de ATER;</li> <li>• O sistema de informação e acompanhamento da extensão rural e das ações fundiárias – SERIX, atualizado recentemente, pode facilitar a ação de acompanhamento do Dom Távora;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agência Executora do Projeto - UGP;</li> <li>• Responsável pela área de sanidade animal e vegetal.</li> </ul>

Instituições / Programas	Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades e Riscos	Comentários
Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe EMDAGRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Experiência anterior na execução de projeto financiado pelo FIDA – PROSERTÃO</li> <li>Equipe gestora e técnicos com boa qualificação e experiência de campo;</li> <li>Tem com principais linhas de ação: Mercado Institucional, Rede de Comercialização e Alimentação Escolar todas voltadas para inserção dos agricultores familiares nos mercados;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Restrições para contratação de pessoal por tempo determinado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Parceria estabelecida com o MDA e a UNICAMP com vistas à criação do Observatório de Ater, cujo piloto será implantado em Sergipe. Esse piloto testará a metodologia de monitoramento e avaliação das ações de assistência técnica e extensão rural desenvolvidas pelo PNATER;</li> <li>Acordo firmado entre a empresa e funcionários estabelece restrições à contratação de pessoal.</li> </ul>	
Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenador Nacional do PRONAF;</li> <li>Foco exclusivo na pobreza rural, agricultura familiar e reforma agrária;</li> <li>Avanços no apoio a comercialização dos produtos da agricultura familiar (PAA, Garantia Safra, etc.);</li> <li>Sensibilidade às questões de gênero e meio ambiente;</li> <li>Experiência no desenvolvimento de projetos financiados pelo, FIDA (Projeto Dom Helder Câmara) e outras instituições multilaterais.</li> <li>Articulação institucional com os estados por meio das Secretarias de Agricultura e das empresas estaduais de ATER;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escritório de representação estadual com equipe pequena, dedicada à articulação das ações federais no âmbito dos Territórios da Cidadania;</li> <li>Avaliação focada em responder as demandas dos formuladores das políticas de desenvolvimento agropecuário, não incorporando as questões de âmbito local e regional;</li> <li>Limitada atuação de assistência técnica e extensão rural, inclusive na supervisão e capacitação dos executores, já que os serviços de ATER são delegados aos estados e às organizações da sociedade civil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A comercialização dos produtos da agricultura familiar no mercado institucional está criando as condições para os agricultores familiares acessarem o mercado;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordena e supervisiona o PRONAF no estado, bem como as principais políticas voltadas para agricultura familiar e reforma agrária</li> </ul>

<b>Instituições / Programas</b>	<b>Fortalezas</b>	<b>Fraquezas</b>	<b>Oportunidades e Riscos</b>	<b>Comentários</b>
Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foco exclusivo na agricultura familiar e na reforma agrária;</li> <li>Processo simples de habilitação e contratação de crédito;</li> <li>Linhas específicas de crédito dentre as quais para: mulheres, pescadores, (PRONAF Mulher), jovens, semi-árido e agroindústria.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Complementação da ATER bastante deficitária;</li> <li>Precária orientação no processo de concessão de crédito, resultando em elevado índice de inadimplência entre os agricultores;</li> <li>Ação limitada de monitoramento e avaliação dos resultados, especialmente nos níveis local e regional;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Oferta de crédito de curto prazo para os agricultores apoiados pelo projeto;</li> <li>Apoio a produção, comercialização e inserção dos produtos da agricultura familiar nos mercados;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de crédito rural voltado aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária</li> </ul>
Programa Nacional de Crédito Fundiário PNCF	<ul style="list-style-type: none"> <li>Longo prazo de pagamento e baixa taxa de juros;</li> <li>Grande volume de recursos;</li> <li>Gestão descentralizada;</li> <li>Financiamento de projetos comunitários de infraestrutura e produtivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As instâncias decisórias adotadas pelo Projeto demonstram inclinações clientelistas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O índice de produtividade que define as propriedades rurais passíveis de aquisição está defasado, sobrecarregando a compra de terras, e ameaçando a sustentabilidade do programa;</li> <li>Oportunidade de complementaridade de ações entre o PNCF e o Dom Távora no apoio aos negócios rurais potenciais desenvolvidos por grupos de produtores assentados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de crédito para a obtenção de terras do Governo Federal de responsabilidade do MDA.</li> </ul>
Programa Territórios da Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> <li>Centralização na Casa Civil favorecendo a convergência de ações de desenvolvimento territorial;</li> <li>Forte vinculação ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Critérios de demarcação territorial ainda pouco influenciados pelos arranjos produtivos e redes de negócios rurais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos do PAC podem isentar o Projeto de uma série de intervenções custosas de infraestrutura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de desenvolvimento territorial do Governo Federal.</li> </ul>
Gerência Estadual da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)	<ul style="list-style-type: none"> <li>A política de compra governamental de alimentos lhe confere importância na aquisição da produção da agricultura familiar;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sensibilidade a pressão política;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As atuais ações de apoio à comercialização são oportunas aos agricultores como preparação à inserção nos mercados;</li> <li>Risco de sobrecarga de estoques devido a pressões políticas pela compra de excedentes agrícolas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Responsável pelos estoques reguladores de preços de produtos agrícolas, do Governo Federal; bem como pela compra e distribuição dos alimentos voltados às políticas públicas assistenciais</li> </ul>

<b>Instituições / Programas</b>	<b>Fortalezas</b>	<b>Fraquezas</b>	<b>Oportunidades e Riscos</b>	<b>Comentários</b>
Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foco exclusivo na reforma agrária;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Limitados recursos físicos e humanos;</li> <li>Incapacidade para lidar com as questões de comercialização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Suscetível a pressão dos movimentos sociais pode deformar sua atuação no Projeto;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fornece os serviços de apoio aos acampados e assentados da reforma agrária.</li> </ul>
Superintendência do IBAMA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foco exclusivo em questões de meio-ambiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Excessos burocráticos, sobretudo no tocante a supervisão de pequenos empreendimentos rurais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As políticas de remuneração condicionada a metas de recuperação ambiental podem representar um fluxo extra de renda para os agricultores pobres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fiscaliza a utilização de recursos naturais no estado.</li> </ul>
EMBRAPA Meio Norte e o Centro de Pesquisa Agropecuário dos Tabuleiros e Costeiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>Integram o sistema nacional de pesquisa agropecuária e contam com uma numerosa e bem-qualificada equipe de pesquisadores;</li> <li>Desenvolvem linhas de pesquisa associadas às potencialidades produtivas regionais e de grande interesse do projeto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pesquisas ainda distante das potencialidades dos negócios da agricultura familiar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um acordo de cooperação para o desenvolvimento de pesquisa agropecuária no âmbito dos arranjos produtivos locais poderia favorecer o direcionamento da pesquisa à agricultura familiar e, conseqüentemente, aos negócios rurais apoiados pelo Dom Távora.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Centro de Pesquisa Meio Norte atua no semi-árido e no cerrado, e o Centro Tabuleiros Costeiros na paisagem de tabuleiros costeiros e na baixada litorânea.</li> </ul>
Superintendência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do S. Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Larga experiência com projetos de irrigação;</li> <li>Experiência com financiamentos internacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mantém a ênfase em perímetros irrigados e não em projetos de desenvolvimento local e regional;</li> <li>Poucos perímetros irrigados lograram êxito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foco incipiente nas cadeias produtivas e nos efeitos multiplicadores dos projetos para além das áreas dos seus perímetros irrigados;</li> <li>Perímetros irrigados estaduais e da Codevasf com potencial para o desenvolvimento de negócios rurais;</li> <li>Interesse do governo estadual em dinamizar as atividades econômicas desenvolvidas nos perímetros irrigados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Companhia de desenvolvimento regional financia, sobretudo, projetos de irrigação.</li> </ul>
Secretarias Municipais de Agricultura (SEMAGRIS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proximidade das populações atendidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos financeiros, físicos e humanos limitados;</li> <li>Limitada capacidade técnica e de gestão de projetos;</li> <li>Tendência clientelista.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Risco de apropriação política dos projetos co-financiados por instituições multilaterais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atuam praticamente como assessorias dos prefeitos nas questões de agricultura</li> </ul>



<b>Instituições / Programas</b>	<b>Fortalezas</b>	<b>Fraquezas</b>	<b>Oportunidades e Riscos</b>	<b>Comentários</b>
Banco do Brasil (BB)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Banco estatal de maior capilaridade no território do estado;</li> <li>O Banco dispõe de programa próprio de microcrédito e apóia os Programas de Desenvolvimento Local e de Cadeias Produtivas desenvolvidos pela Fundação Banco do Brasil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de microcrédito não-complementado por assistência técnica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Fundação Banco do Brasil dispõe de um Banco de Tecnologias Sociais certificadas em premiação promovida pela Fundação, que seleciona soluções desenvolvidas pelas comunidades que atendem a diferentes demandas, incluindo o desenvolvimento de negócios rurais.</li> <li>A Fundação realiza parcerias com estados, municípios e organizações da sociedade civil no desenvolvimento dos programas e ações de desenvolvimento local e apoio às cadeias produtivas;</li> <li>Experiência acumulada com programas de microcrédito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior banco comercial do país, com participação acionária majoritária do Governo Federal;</li> <li>Um dos principais operadores do PRONAF</li> </ul>
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande capilaridade no estado;</li> <li>Desenvolve os Programas Crediamigo e Agroamigo, combinando microcrédito com assistência técnica e aval solidário;</li> <li>Linhas próprias de financiamento subsidiado, destinado à produção rural de pequena escala.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escassez de recursos humanos para prestar orientação e assistência aos agricultores candidatos aos programas de crédito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A experiência acumulada com os programas de microcrédito oferece lições para outras iniciativas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um dos maiores operadores do PRONAF.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Universidade Federal de Sergipe - UFS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instituição federal de ensino, pesquisa e extensão em processo de expansão e interiorização das suas atividades;</li> <li>Abriga um Núcleo da Rede Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), desenvolvendo, em parceria, a incubação tecnológica de empreendimentos, incluindo os rurais;</li> <li>Fomento a inovação por meio do Centro de Inovação e Transferência de Tecnologia (Cintec).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Orçamento restrito e quadro de pessoal limitado para atender satisfatoriamente à demanda por ensino superior de qualidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estrutura descentralizada de ensino com 03 campi avançados instalados e em funcionamento e pólos de educação a distância em 15 municípios do estado;</li> <li>Experiência na formação de especialistas em gestão de negócios;</li> <li>Interesse em ampliar as relações com a sociedade por meio do atendimento às demandas de cursos, programas, projetos de extensão e pesquisas.</li> </ul>	

Instituições / Programas	Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades e Riscos	Comentários
Escolas Técnicas Municipais e Estaduais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Além do Instituto Federal de Sergipe, o estado de Sergipe conta ainda com duas escolas estaduais e três municipais de ensino agrícola;</li> <li>• As escolas estão localizadas em municípios estratégicos e contam com um bom espaço físico;</li> <li>• As duas unidades estaduais prestam bons serviços de ensino agrícola, sendo reconhecidas pela sociedade;</li> <li>• A política nacional de expansão e interiorização da educação técnica com a instalação de novas unidades de ensino do IFS em municípios do interior do estado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As escolas funcionam precariamente e estão longe de oferecer uma boa educação profissional;</li> <li>• As escolas municipais enfrentam as maiores dificuldades, atualmente oferecem basicamente o ensino fundamental;</li> <li>• Escassez de professores qualificados para o ensino técnico residindo nos municípios do interior do estado;</li> <li>• Frágil articulação entre os três níveis de governo e suas instituições de ensino.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As unidades de ensino descentralizadas, a experiência acumulada pelas instituições de ensino (IFS, UFS e escolas agrícolas) junto com a experiência da Emdagro em assistência técnica e extensão rural, representam oportunidades à formação dos recursos humanos essenciais ao desenvolvimento sustentável dos negócios rurais, prevista no Componente 2 do Projeto;</li> </ul>	
Escolas-Famílias Agrícolas (EFAs)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operam segundo a metodologia da alternância do estudo e da participação dos estudantes, acompanhados pelos docentes nos trabalhos da produção agrícola em suas glebas familiares;</li> <li>• Formação de excelentes técnicos agrícolas;</li> <li>• Bem sucedida experiência com projeto do FIDA (ProSertão);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cobertura geográfica limitada (01 escola no estado de Sergipe).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Projeto pode facilitar a articulação entre as EFAs, as Escolas Agrícolas e Técnicas tendo em vista a troca de experiências e a complementaridade das ações de educação profissional de jovens do meio rural, voltadas ao fomento e desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escolas rurais ligadas à Igreja Católica.</li> </ul>
<b>Setor Privado</b>				
<p>Durante as duas Missões de Desenho do Projeto Dom Távora, a missão tomou conhecimento da atuação de organizações privadas, tanto associativas de produtores rurais como prestadoras de serviços técnicos, tendo se reunido com gestores e técnicos de algumas delas. De acordo com a PNATER, cabe ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS habilitar organizações privadas para prestar assistência técnica aos produtores rurais na elaboração e execução de projetos ao Pronaf e a outros projetos governamentais de desenvolvimento rural. No momento, em Sergipe são onze organizações credenciadas pelo Conselho, das quais duas (Multiagro e Icoderus) são mencionadas nesta análise por apresentarem uma atuação destacada em suas áreas. Além dessas, outras organizações, a exemplo do Sebrae e do SENAI, têm tido uma atuação relevante na qualificação técnica e educação profissional para trabalho e a geração de renda. Há, portanto, um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento das ações previstas pelo Projeto e ao alcance dos objetivos propostos, o qual tem melhorado com o estímulo das políticas públicas sociais que vêm investindo na capacidade técnica e institucional do conjunto dos agentes envolvidos no processo de implementação (organizações governamentais, prestadoras de serviços e organizações de beneficiários).</p>				

<b>Instituições / Programas</b>	<b>Fortalezas</b>	<b>Fraquezas</b>	<b>Oportunidades e Riscos</b>	<b>Comentários</b>
Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sergipe (SEBRAE-SE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuação no assessoramento às micro e pequenas empresas, orientando-as na busca de financiamento, com estudos de mercado e em capacitação de gerentes e de mão-de-obra especial;</li> <li>• Bom serviço de capacitação nos aspectos de organização interna dos empreendimentos;</li> <li>• Foco no encadeamento produtivo;</li> <li>• Experiência com projetos financiados pelo FIDA em outros estados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em geral atua como prestador de serviços, não como parceiro;</li> <li>• Experiência limitada no desenvolvimento de pequenos negócios rurais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações sistematizadas sobre os vários negócios apoiados;</li> <li>• Desenvolvimento de ferramentas de gestão de negócios;</li> <li>• A expertise do Sebrae na gestão de negócios representa uma oportunidade à formação dos recursos humanos voltados ao desenvolvimento dos negócios rurais apoiados pelo Projeto;</li> <li>• Tendência a concentrar mais atenção na organização interna e menos no desenvolvimento do negócio em si.</li> </ul>	
Serviço Nacional da Indústria - SENAI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criado em 1942, o Senai é um dos mais importantes pólos nacionais de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial e o maior complexo de educação profissional da América Latina;</li> <li>• É referência nacional no ensino a distância, tendo sido premiado, este ano, com os cursos de Competências Transversais que inclui dentre outros os cursos de educação ambiental e empreendedorismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em geral atua como prestador de serviços, não como parceiro;</li> <li>• Unidades concentradas na capital (04 em Aracaju e 01 no Município de Estância).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Senai-SE atua em 18 segmentos industriais, dentre eles alguns apresentam sinergias com o Projeto, a saber: turismo, educação, gestão de negócios e meio ambiente;</li> <li>• O Programa de Transferência Tecnologia em Produtos Lácteos voltado para os produtores de leite e queijos artesanais, desenvolvido em parceria com o Sebrae e outras instituições pode ser uma oportunidade de parceria no fortalecimento do arranjo produtivo da pecuária leiteira, um dos que receberão apoio do Dom Távora.</li> </ul>	
Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável - ICODERUS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação da sociedade civil, cuja atuação está voltada ao fortalecimento socioeconômico da agricultura familiar e dos arranjos produtivos rurais e urbanos e da preservação do meio ambiente;</li> <li>• Atuação destacada no Território Centro Sul nas atividades de fortalecimento da apicultura e fruticultura especial (umbu);</li> <li>• Qualificação profissional de jovens de 16 a 29 anos associada ao desenvolvimento de atividades economicamente viáveis, capazes de gerar trabalho e renda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiência embrionária em comercialização;</li> <li>• Elevada dependência de recursos externos e governamentais para o funcionamento e atuação da organização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A experiência em qualificação profissional de jovens com vistas à geração de trabalho e renda pode ser uma oportunidade para a ação do Projeto que prioriza o atendimento a essa parcela do público meta;</li> <li>• O SECAFES apesar de ser uma iniciativa recente pode ser uma oportunidade de parceria entre Icoderus, Dom Távora e agricultores familiares, visando o conhecimento do mercado e a criação de alternativas de comercialização;</li> <li>• Apoio aos agricultores familiares na comercialização nos 15 municípios de atuação do Dom Távora.</li> </ul>	

Instituições / Programas	Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades e Riscos	Comentários
Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável - ICODERUS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Boa articulação institucional e parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário voltada ao fortalecimento das capacidades de comercialização dos agricultores familiares, por meio do Sistema Estadual de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar – SECAFES.</li> </ul>			
Multiagro Consultoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ação destacada no desenvolvimento da avicultura caipira e na realização de estudos ambientais;</li> <li>Prestação de serviços técnicos em ovinocaprinocultura, aquicultura e pesca, apicultura e mandiocultura, assim como em associativismo, cooperativismo, organização comunitária, administração rural e comercialização agrícola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quadro técnico limitado (8 profissionais);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pode vir a ser um prestador de serviços a grupos apoiados pelo Dom Távora em atividades de sua área de atuação, especialmente aos grupos que desenvolvam negócios com a avicultura caipira.</li> </ul>	
Projetos Agroindustriais Ltda	<ul style="list-style-type: none"> <li>Experiência na formulação de Planos de Desenvolvimento e de Recuperação de Assentamentos;</li> <li>Experiências destacadas nos municípios de Cariri e Aquidabã.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atuação focada em assentamentos;</li> <li>Elevada dependência de recursos governamentais para o funcionamento e atuação da organização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Oportunidade para a troca de experiências e conhecimentos e a parceria em prol dos potenciais negócios rurais desenvolvidos pelos assentados, na área de atuação do Dom Távora;</li> </ul>	
Aquatrix Consultoria e Projetos Ltda	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ação destacada na cadeia produtiva da aquicultura e pesca;</li> <li>Bastante experiência e reconhecimento na área;</li> <li>Dispõe de equipamentos tecnológicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Limitada articulação com os atores envolvidos na cadeia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Projeto pode facilitar a troca de conhecimento entre os atores envolvidos e as parcerias entre a empresa e os produtores rurais no aprimoramento técnico das atividades produtivas da aquicultura e pesca.</li> </ul>	

Instituições / Programas	Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades e Riscos	Comentários
Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Centro é uma organização da sociedade civil de interesse público, com foco de atuação no fortalecimento das formas de organização e qualificação dos trabalhadores rurais sergipano;</li> <li>Quadro técnico de bom nível;</li> <li>Dentre as ações desenvolvidas pelo Centro estão as que apóiam à geração de trabalho e renda, as questões de gênero e meio ambiente;</li> <li>Instituição parceira do Unicef no Projeto Selo Unicef – Município Aprovado, do MDA no Projeto Baú das Letras, da ASA no Programa Um Milhão de Cisternas e de agências de cooperação internacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elevada dependência de recursos externos ou governamentais para o funcionamento da organização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de articulação entre o Projeto e o Centro: na capacitação técnica, no fortalecimento organizacional e na adoção de tecnologias sociais, dinamizando as atividades produtivas nos 06 municípios do Dom Távora em que o CDJBC atua;</li> </ul>	
Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes - Semear	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atuação na promoção da cidadania por meio da realização de projetos educacionais, da capacitação técnico-profissional, de ações de proteção ao meio ambiente e da promoção da cultura e das artes;</li> <li>A Semear conta com boas instalações, um quadro técnico numeroso e de qualidade;</li> <li>Boa capilaridade no território do estado de Sergipe.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elevada dependência de recursos externos ou governamentais para o funcionamento da organização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Semear poderá prestar serviços de capacitação técnica nas áreas requeridas pela ação do Dom Távora, seja para as equipes técnicas envolvidas na implementação como para os produtores rurais apoiados;</li> </ul>	

Instituições / Programas	Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades e Riscos	Comentários
<b>Organizações de Beneficiários</b>				
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampla representatividade (por parte dos acampados e assentados da reforma agrária);</li> <li>• Forte poder de mobilização e reivindicação;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Radicalismo político</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação ideológica pode inviabilizar estratégias de redução da pobreza com foco na produção rural como negócio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior movimento de trabalhadores rurais no Brasil, arregimentando milhares de integrantes em todo o território nacional na luta pela reforma agrária.</li> </ul>
Associações e Cooperativas de Beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grande número de organizações em toda a área do Projeto, alcançando muitos dos beneficiários potenciais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limitada participação dos associados na gestão das organizações;</li> <li>• Despreparo para produção e comercialização coletiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade em elaborar e implementar projetos de maior complexidade e exigência de gestão (Planos de Negócios);</li> <li>• Possibilidades de fortalecimento institucional a partir do Projeto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A articulação dessas organizações a sistemas empresariais poderia resultar em grandes avanços nas questões relacionadas à comercialização.</li> </ul>

### Key file 3: Complementary Donor Initiative/Partnership Potential

#### Dom Távora Project – State of Sergipe

Donor/Agency	Nature Of Project/Programme	Project/Programme Coverage	Status	Complementarity/ Synergy Potential
Secretariat of Economic Development, Science and Technology - Sedetec	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Local Productive Arrangements Project (Arranjos Produtivos Locais, APL,) is an important initiative from Sedetec which role is to coordinate public policies and investments oriented to the development of values chains.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Secretariat of Economic Development identified in the 08 State Planning Territories 17 productive arrangements, which are being supported by the APL Project.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The State Government has created the Local Productive Arrangements State Nucleus coordinated by the Sedetec, which has promoted meetings between producers and stakeholders.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The APL Project provides socio-economic information and strategic orientation useful to better target productive investments and technical support, as well as to promote dialogue and coordination among value chain's stakeholders to identify bottlenecks, find and implement solutions.</li> </ul>
Secretariat of Planning  World Bank	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Prosperar Project, the World Bank co-financed Rural Poverty Reduction Project (PCPR) in Sergipe, is executed by the Sustainable Development Enterprise of the State of Sergipe – Pronese, linked to Seplan. In this second phase, the Prosperar Project was reoriented to support productive projects, mainly financing productive infrastructure.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Prosperar operates in 71 of the 75 municipalities of the State of Sergipe;</li> <li>It continues to operate on the basis of "demand driven" mechanisms, run by community associations which are accountable for the investments.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Prosperar's Project operations started this year. The deadline for execution operation of the Project is 4 years.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Prosperar's new approached may facilitate complementary actions in the support to farmers groups financing productive infrastructure required by rural businesses supported by Dom Távora and Dom Távora supports groups of producers with potential to develop rural businesses, which already have productive infrastructure funded by Prosperar, prioritizing them in the process of selecting the Businesses Plan. Furthermore, the experience accumulated</li> </ul>
Secretariat of Planning  Bank National of Development - BNDES	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Sergipe Cities Project, funded by BNDES and coordinated by Seplan, aims to promote urban development in the Sergipe State, through investments in the social and productive infrastructure in all the municipalities.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Sergipe Cities operates in 75 municipalities of the state, in the urban and rural areas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Sergipe Cities Project is running, the first investments were bid this year.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Sergipe Cities Project promotes the economic development through investments in productive infrastructure to support the value chains.</li> </ul>

4

Donor/Agency	Nature Of Project/Programme	Project/Programme Coverage	Status	Complementarity/ Synergy Potential
Secretariat of Environment and Water Resources - Semarh  World Bank	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Sergipe Water Project (Projeto Águas de Sergipe), to be funded by World Bank and coordinated by Semarh, aims to recover degraded areas and promote the efficient and sustainable use of water resources in the Sergipe river basin, through set integrated of investments, that include: water infrastructure, irrigated agriculture and water supply and sanitation (WSS) services coupled with the strengthening of the institutional and political framework and improving the integrated management of water resources and the environment in the State of Sergipe.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The action area of the Sergipe Water Project includes 24 municipalities located in 5 of the 8 State Planning Territories of the State of Sergipe (Alto Sertão, Médio Sertão, Leste Sergipano, Agreste Central e Grande Aracaju).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Project was designed and is being negotiated by Sergipe State.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Dom Távora Project can establish a good partnership with Sergipe Water Project, especially in issues relating to the environment and the strengthening of irrigated agriculture in municipalities and territories of action of the both Projects (Agreste Central and Médio Sertão Territories).</li> </ul>
Secretariat of Planning  BNDES	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Integral Development Plan of São Francisco (PDI), funded by BNDES and coordinated by Seplan, aims to promote the economic development and to reduce poverty through investments in infrastructure and promotion of productive potentialities.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The PDI will act in the 21 municipalities located in the Territories of Alto Sertão and Baixo São Francisco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The State Government and the National Economic and Social Development Bank are currently concluding the design project.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The promotion of productive potentialities in the state planning territories is a good opportunity to join efforts in strengthening values chains, especially in the Baixo São Francisco one of the territories where Dom Távora Project will act.</li> </ul>
Bank of Northeast Brazil – BNB	<ul style="list-style-type: none"> <li>Is the greatest bank in regional development of the Latina America, acting as a agent promoter of sustainable development of the Northeast Region;</li> <li>Is committed to building a standard of living compatible with the resources, capabilities and opportunities in the region;</li> <li>Is the main Pronaf services provider in the North-east of Brazil and, therefore, a potential source of short term credit complementary to the financing of the Project;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The BNB is present in all states and in most municipalities of the Northeast Region;</li> <li>The main finance resource of BNB is the Constitutional Fund of Financing of the Northeast (FNE), which has among its guidelines to integrate action between the federal agencies installed in the Northeast Region and the preferential treatment for the productive activities of the smallholders and rural micro producers. Moreover, the Federal Constitutional secured that 50% of the resources this fund must be allocated in the Semi Arid Region;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>All BNB operations are running.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The BNB operates two credit lines the CrediAmigo and the Agrocredito that converge with the strategic option of Dom Távora Project to promote the expansion of the businesses among the smallholders in the region;</li> <li>The Territorial Northeast is other action of the BNB in the region. This action seeks to articulate the existing value chains in the territories well limited, offering financing options for the participating agents of selected chains;</li> </ul>



Donor/Agency	Nature Of Project/Programme	Project/Programme Coverage	Status	Complementarity/ Synergy Potential
Family Farming National Program - Pronaf	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Pronaf is an umbrella program which constitutes the strategic core of many public policies and actions which aims to improve the conditions life of rural population;</li> <li>This Program is the main source of credit to the family farmers. In 2008/2009 Pronaf budge was R\$ 12 billion, and 75% was actually lent to family farmers.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Pronaf supports to family farms, particularly small farms, organized in formal communitarian associations or individual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Pronaf was launched in 1995 and in 2008 achieved a remarkable coverage, carried out 1.166.775 credit agreements and invested R\$ 7,3 billions in all Brazilian territory.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The implementation of improved technologies for the different activities, supported by Dom Távora Project, would require additional resources for financing incremental operative costs. The PRONAF Credit may be the main source of these short-term credit facilities.</li> </ul>
BNDES	<ul style="list-style-type: none"> <li>Is the greatest development bank of Latina America, and your presence in Sergipe State is very important, either through financing of infrastructure works, either through the funding of development programs. All these actions funded by BNDES, are part of the Territorial Development Plans, coordinated by Seplan;</li> <li>The BNDES is also supporting the strengthening of local productive arrangements, through non-reimbursable financing of basic productive infrastructure.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The BNDES is financing investments in infrastructure to remove obstacles and promote the productive potentialities. In the case of the State of Sergipe, BNDES is supporting three major Projects: PDI (Alto Sertão and Baixo São Francisco Territories) and Sergipe Cities (all the municipalities);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The Sergipe Cities is running, started this year and PDI is in negotiation process by BNDES y State Government.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The infrastructure works and the basic productive infrastructure, financed by the BNDES in Sergipe State, will have direct impact on value chains present in the territories of operations of the Dom Távora Project.</li> </ul>
State Bank of Sergipe - BANESE	<ul style="list-style-type: none"> <li>The is one of few state banks operating in the country, which was established in the market as a solid institutional and credibility, which is committed to the development of the Sergipe State;</li> <li>The bank operates a portfolio of rural credit with various credit lines, which are available to family farmers in all 61 branches located in State Sergipe territory.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The public preferred the rural credit portfolio is family farmers, for whom Banese finance: funding agricultural productive infrastructure, implements, machinery and agricultural equipment to farmers.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>All the rural credit lines are running. The bank has already invested R\$ 61 million.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>The implementation of improved technologies for the different activities supported by Dom Távora Project would require additional resources for financing incremental operative costs. The Banese Rural Credit may be the one more source of these short-term credit facilities to attend to farmers.</li> </ul>

### Key file 4: Target group identification, priority issues and potential response

Typology	Poverty Level and Causes	Coping Actions	Priority Needs	Support from Other Initiatives	Project Response
<b>Poor family farmers, including land reform settlers</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>High level of poverty amongst small farmers in the project area, in particular amongst minifundistas farmers</li> <li>Except for unoccupied workers, rural households relying mostly on small farming show the highest rate of poverty as measured by monetary income;</li> <li>However, 2004 data on food security show that only 7,5% of rural households suffered from moderate and severe food insecurity (35% in urban areas). Latter extension of income transfer programs, notably Bolsa Familia, has certainly reduced the levels and severity of food safety.</li> <li>Geographic isolation and dispersion of rural households located in officially rural areas is high. Although the State of Sergipe is small, isolation does create additional difficulties to social mobilization, organization and associative actions. It requires special</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Government transfers i.e. <i>Bolsa Familia</i>, Pension Fund (INSS) and other Constitutional social benefits have reduced poverty levels and particularly the most severe impacts of lack of monetary resources.</li> <li>Overexploitation of natural resources base is certainly a major cause of natural resources deterioration</li> <li>Seasonal off-farm employment in the region and in other regions. This alternative is narrowing every season</li> <li>Daily off farm work, though limited, is a major surviving strategy for many households.</li> <li>Seasonal/permanent migration to urban areas, particularly young men and women is a major surviving strategy for many rural households</li> <li>Direct benefits from poverty combat programs, particularly housing, electricity and water supply (Rural Poverty Combat Projects, mostly co-financed by the World Bank), federal government land reform programs and state government initiatives</li> <li>Low productivity and informal non agricultural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promotion of rural activities with potential to create income and occupation opportunities for rural poor</li> <li>Promotion of sustainable access to markets through consistent business plans</li> <li>Increase TPF of small holders through introduction of sustainable innovation</li> <li>Development of human resources of poor households through consistent training in production, organization and marketing</li> <li>Provision of agricultural and non-agricultural support services aligned with business plans and according to productive chains approach</li> <li>Promotion of access to financial services and resources for agricultural and non-agricultural production</li> <li>Comprehensive technical assistance on production, commercialization and management of production unit and natural resources</li> <li>Social investment in education, health and nutrition</li> <li>Investment in rural infrastructure, including water supply and electricity, local roads, and selective collective/associative</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pronaf –National Family Agriculture Support Program)</li> <li>Land Reform Programs (Incra and Crédito Fundiário)</li> <li>Rural Development and Poverty Combat Programmes at State Level (co-financed by World Bank)</li> <li>Crediamigo and Agrocredit (Banco do Nordeste)</li> <li>Irrigation Programs in the Rio São Francisco Basin</li> <li>Various state level programs and projects, such as Milk Program, Bee Honey Local Productive System (APL), APF of Agro tourism, Handcraft Program</li> <li>PAA (Food Acquisition Program) – Conab and State Government</li> <li>Various NGOs local initiatives, from facilitating market access to water management and supply.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promotion of rural business amongst and by rural poor and in poor rural communities</li> <li>Strengthening and improving of production and market access using business plans as strategic planning tool. The following productive activities have been identified: (i) goats/sheep dairy and meat production chain; (ii) artisanal production (embroideries); (iii) fruits; (iv) honey production; (v) aquaculture and artisanal fishery production and (vi) other value chains.</li> <li>Creation of Employment and income opportunities</li> <li>Promotion of rural and non rural business amongst rural poor</li> <li>New or more productive sustainable agricultural production in selected agro chains according to consistently formulated business plans</li> <li>Promotion of non-agricultural activities, particularly manual crafts</li> <li>Market-oriented micro and small agricultural and non-agricultural rural businesses</li> <li>Technical and financial support services</li> <li>Social and economic organization</li> <li>Development of human resources through consistent training programs and in-field</li> </ul>

Typology	Poverty Level and Causes	Coping Actions	Priority Needs	Support from Other Initiatives	Project Response
	<p>strategy to be dealt with.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Limited land, water and other productive assets (particularly in the semiarid areas, which characterizes most of the area of action of Dom Tavora)</li> <li>Degraded natural-resource base and risk of desertification</li> <li>Considering access to electricity and drinkable water, at least 30% of rural households do not have access to minimum adequate house conditions, Lack of water supply in over 50% of houses of poor and very poor rural families is the most pressing need.</li> <li>Limited access to good quality education and to basic and low to medium complexity health services.</li> <li>Limited schooling amongst rural population. According to Pnad 2006, in rural areas average of 3 years amongst persons with 10 years and more; average of 2,4 years amongst literate male rural population and 3,5 years amongst rural women. In urban</li> </ul>	activities as surviving strategy	<p>productive infrastructure.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Development of a sustainable model for the management and governance of collective/associative productive infrastructure</li> <li>Rehabilitation and rational development of natural-resource base</li> <li>Rehabilitation of existing productive infrastructure</li> <li>Access to non-refundable social and productive investment funds</li> </ul>		<p>technical qualification</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Enhanced policy response through policy coordination mechanisms at project level. Project will play relevant role as a policy coordination opportunity</li> <li>Support to sustainable agricultural production (crop conversion/ diversification)</li> <li>Strengthening of technical and extension support services. This will be mainly focused on EMDAGRO, but will include several organizations which integrate the technical assistance network which operates at state level</li> <li>Investments on farm as well as on the necessary infrastructure and acapacities for adequate processing, selection and marketing of production. Include the financing of groups of producers and farmers associations, installation of small processing plants and other facilities as well as investments at farm level for members of the different associations involved. Includes investment in development of human capacities to do business.</li> <li>Strengthening of social and economic organization at local level</li> <li>Financing of Business Plans</li> </ul>

Typology	Poverty Level and Causes	Coping Actions	Priority Needs	Support from Other Initiatives	Project Response
	<p>areas average was 5,8 years and for Brazil 6,8.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Still limited access to production, financial and marketing support services</li> <li>• High illiteracy rate amongst rural population (37% in 2008); higher amongst adult population (approximately 56% amongst rural population with 30 years and more)</li> <li>• Low total factor productivity (over 50% of labor force engaged in non remunerated family work)</li> <li>• Lack of commercial and business experience</li> </ul>				
<b>Landless households, rural workers and seasonal migrant labor</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• High level of poverty and social and economic exclusion</li> <li>• High illiteracy and very low professional qualification</li> <li>• Inadequate housing conditions. Lack of water supply is the most severe restriction (shortness)</li> <li>• Limited access to good quality education and to basic and low to medium complexity health services</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Government transfers i.e. Bolsa Familia, Pension Fund (INSS) and other Constitutional social benefits</li> <li>• Low input/output farming for family subsistence in rented land</li> <li>• Seasonal employment as workers in commercial agricultural holdings</li> <li>• Daily local work</li> <li>• Permanent migration to urban areas (i.e. Construction work)</li> <li>• Diversified household income i.e. Domestic work in</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Social investment in education, health and nutrition</li> <li>• Investment in rural infrastructure and housing</li> <li>• Production and labor skills training</li> <li>• Better labor conditions and opportunities</li> <li>• Access to land markets and /or land rental markets</li> <li>• Financial resources for agricultural and non-agricultural production</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agrarian Reform – Incra and Credito Fundiário</li> <li>• Credi Amigo (Banco do Nordeste)</li> <li>• Rural Development and Poverty Combat Programmes at State Level (co-financed by World Bank)</li> <li>• Food Distribution Program – MDS (Programa de Distribuição de Cestas de Alimentos -PDCA)</li> <li>• Training Programs</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Employment and income opportunities</li> <li>• Promotion of non-agricultural activities</li> <li>• Market-oriented micro and small rural businesses</li> <li>• Technical and financial support services</li> <li>• Strengthening of social and economic organization</li> <li>• Professional and technical training</li> <li>• Support to technical and vocational training in agricultural and non agricultural</li> </ul>

Typology	Poverty Level and Causes	Coping Actions	Priority Needs	Support from Other Initiatives	Project Response
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Very precarious working conditions</li> <li>• Low wages</li> <li>• Lack of production assets</li> <li>• Lack of social and start-up production, financial and marketing support services</li> </ul>	urban areas		(federal, state and NGOs initiatives) <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adult education (Ministry of Education and Agrarian Development)</li> </ul>	activities <ul style="list-style-type: none"> <li>• Granting of fellowship to finance technical training for rural and non-rural activities</li> <li>• Support the development of small business plans</li> </ul> Investment in equipment and complementary facilities in support of organized artisans' production
Micro and Small rural entrepreneurs (agricultural and non-agricultural)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Moderate poverty</li> <li>• Limited capitalization of non-agricultural production activities</li> <li>• Low technological level and limited infrastructure</li> <li>• Lack of access to production and marketing support services</li> <li>• Low education level</li> <li>• Limited management skills</li> <li>• Lack of commercial and business experience</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Small micro-enterprise production and commercialization</li> <li>• Partial involvement in small agriculture-related activities</li> <li>• Seasonal labor work by some member of the household</li> <li>• Permanent wage labor by some member of the household</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Attention and support services to micro-entrepreneurial activities</li> <li>• Marketing analysis of small rural enterprise opportunities and limitation in context of local and regional markets</li> <li>• Assistance to form effective business plans, project financing and implementation</li> <li>• Demand-led agricultural and non-agricultural support services</li> <li>• Access to financial resources and services</li> <li>• Technical assistance</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pronaf (special credit line to non agricultural activities)</li> <li>• Several Programs of Banco do Nordeste</li> <li>• Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas various programmes (Brazilian Micro and Small Business Support Service)</li> <li>• State and local level initiatives</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Employment and income opportunities</li> <li>• Support to Sustainable agricultural production (crop conversion in cashew/ diversification/genetic improvement in goat production)</li> <li>• Support to non-agricultural activities</li> <li>• Market-oriented micro and small agricultural and non-agricultural rural businesses</li> <li>• Technical and financial support services</li> <li>• Social and economic organization</li> </ul>
Rural youth	<ul style="list-style-type: none"> <li>• High incidence of poverty and economic exclusion</li> <li>• Limited access to good education and health services</li> <li>• Lack of access to production, financial and marketing support services</li> <li>• Insufficient access to</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribution to household economy through low input/output farming for family subsistence and markets</li> <li>• Seasonal off-farm employment</li> <li>• Seasonal/permanent migration to urban areas</li> <li>• Access to occasional income generating activities</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Social investment in education</li> <li>• Wider access to education at all levels: primary, middle and higher, particularly technical and professional</li> <li>• Production and labor skills training</li> <li>• Demand-led, agricultural and non-agricultural support services (productive chains)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pronaf has special credit lines to rural youth which is apparently underutilized</li> <li>• Sebrae has special actions to young entrepreneurs (limited in rural areas)</li> <li>• Contag provides special attention to rural youth, whose</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Employment and income opportunities</li> <li>• Support to non-agricultural activities</li> <li>• Market-oriented micro and small agricultural and non-agricultural rural businesses</li> <li>• Technical and financial support services</li> <li>• Social and economic organization</li> </ul>

Typology	Poverty Level and Causes	Coping Actions	Priority Needs	Support from Other Initiatives	Project Response
	professional training <ul style="list-style-type: none"> <li>Lack of perspective for rural adequate rural employment</li> <li>High exposition to violence and crime in urban areas</li> <li>Migration</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Permanent employment mostly in public services for those with complete primary and or medium school requirements</li> <li>Underemployment in service sectors</li> <li>Adhesion to both petty and or organized crime</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Financial services and resources for agricultural and non-agricultural production</li> <li>Creation of rural and non rural employment and occupation opportunities for rural youngsters within the territory and local communities</li> <li>Promotion of entrepreneurship amongst youngster which goes beyond proselytism and diffusion of the so called entrepreneurship culture. Is should include financing to business initiatives with the actual economic and patrimonial conditions of poor rural youngsters, that is, no asset collateral to guarantee the loans.</li> </ul>	actual effects are unknown <ul style="list-style-type: none"> <li>Education Secretariat has a special program to deal with rural youth</li> <li>Several state government initiatives with limited territorial and temporal coverage</li> <li>Federal Government has several positive actions targeted to youth. However, most are designed for urban areas and rural coverage is rather limited</li> <li>Recent inclusion of teenagers as entitled to benefits under Bolsa Familia umbrella is likely to have positive impacts in the future</li> <li>Technical Middle Schools offers reasonable technical formation for rural younger. Alternative still limited.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Technical and Professional Qualification through several mechanisms</li> <li>Support to technical and vocational training in agricultural and non agricultural activities</li> <li>Granting of fellowship to finance technical training for rural and non-rural activities</li> <li>Support the development of small business plans</li> <li>Investment in equipment and complementary facilities in support of organized production</li> </ul>
<b>Rural women</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>High vulnerability of women led households, which is particularly high in the State.</li> <li>Higher level of education in comparison to male rural poor at same age; higher life expectancy than average and more off</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Engagement in crafts and other income raising activities</li> <li>Seasonal off-farm employment</li> <li>Seasonal/permanent migration to urban areas</li> <li>Access to occasional income generating activities</li> <li>Permanent employment mostly in public services for</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investment in rural infrastructure and housing</li> <li>Wider access to education at all levels: primary, middle and higher, particularly technical and professional</li> <li>Promotion of child care assistance with rural communities to allow fully engagement of women in off household economic</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Government transfers i.e. Bolsa Familia, Pension Fund (INSS) and other Constitutional social benefits, including benefits for permanent disabilities of children and elders</li> <li>Pronaf has special credit lines to women which seems under</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Creation of occupation opportunities through strengthening of on farm productive activities, non-agricultural activities, training and overall stimulus to local economy</li> <li>Employment and income opportunities</li> <li>Support to non-agricultural activities</li> </ul>

Typology	Poverty Level and Causes	Coping Actions	Priority Needs	Support from Other Initiatives	Project Response
	<p>farm occupation opportunities.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Full participation in household and farm activities; playing increasing relevant roles in association and political affairs. Yet still subject of discrimination from dominant male culture in rural areas which assign to women a secondary role in business and off family affairs.</li> <li>• Limited access to production, financial and marketing support services</li> <li>• Lack of commercial and business experience</li> </ul>	<p>those with complete primary and or medium school requirements</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Underemployment in service sectors</li> </ul>	<p>activities</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Production and labor skills training</li> <li>• Creation of rural and non rural employment and occupation opportunities for rural women within the territory and local communities</li> <li>• Promotion of entrepreneurship amongst women which goes beyond proselytism and diffusion of the so called entrepreneurship culture. Is should include financing to business initiatives with the actual economic and patrimonial conditions of poor rural youngsters, that is, no asset collateral to guarantee the loans.</li> </ul>	<p>utilized</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incra pays special attention to women as preferential beneficiary of land settlements</li> <li>• Contag provides special attention to rural women, mostly regarding protection against household violence and work discrimination</li> <li>• Federal Government has several positive actions targeted to women. However, most are designed for urban areas and rural coverage is rather limited</li> <li>• Ministry of Health and Secretariat of Health have special women health programs which have been quite effective in dealing with basic sanitation and health problems of women and children, such as uterus and breast cancer, polio and other key disease vaccinations etc. However, coverage is still limited in rural areas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Support to development of market-oriented micro and small agricultural and non-agricultural rural businesses led by women</li> <li>• Technical and financial support services</li> <li>• Social and economic organization</li> <li>• Technical and Professional qualification through several mechanisms</li> <li>• Financing of business plans</li> </ul>

### Key file 5: Matriz de Agências Executoras e Parceiras Relevantes e seus Papéis no Projeto

<b>Agência</b>	<b>Papel</b>	<b>Descrição</b>
Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário –SEAGRI	Agência Líder	Na qualidade de coordenadora da política de desenvolvimento rural no estado e sendo a empresa executora, EMDAGRO, uma de suas vinculadas, a SEAGRI desempenhará o papel de Agência Líder no arranjo institucional do Dom Távora. Assim, promoverá as articulações institucionais necessárias a implementação do Projeto tanto no âmbito do setor público estadual, municipal e federal, como junto ao FIDA e a outras organizações estratégicas. Além disso, apoiará e acompanhará o processo de implementação do Projeto, mediante o assessoramento técnico, o desenvolvimento de ações conjuntas e da análise dos informes anuais de atividades e da execução financeira. Dado ao papel estratégico da SEAGRI, e por está a EMDAGRO a ela vinculada, o Secretário da Agricultura presidirá o Comitê Executivo do Projeto.
Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO	Agência Executora	A EMDAGRO assumirá as funções da UGP, centralizando as operações de gestão do Projeto, incluindo: planejamento, monitoria e avaliação das ações, capacitação técnica dos recursos humanos da empresa e do público meta, transferências e controle de recursos do Projeto às associações de produtores rurais, contratação de auditorias e de estudos básicos voltados aos arranjos produtivos e tecnologias adequadas aos negócios rurais prioritizados. Além da preparação de relatórios relativos ao andamento do Projeto, da gestão e prestação de suas contas junto ao FIDA e ao Governo Estadual dos recursos empregados nos serviços e aquisições do Projeto. Responderá, igualmente, pela manutenção de entendimentos técnico/operacionais com o FIDA e da aprovação dos Planos de Negócios apresentados pelos produtores rurais e dos contratos e convênios que se fizerem necessários à implementação do Projeto.
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo – SEDETEC	Agência Parceira	A SEDETEC por coordenar a política de desenvolvimento econômico do estado e coordenar o Núcleo de Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no âmbito do governo estadual, será uma parceira estratégica da EMDRAGO, tendo em vista a dinamização dos arranjos produtivos apoiados pelo Projeto.
Secretaria do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano – SEPLAN	Agência Parceira	Por exercer a coordenação do planejamento do governo estadual, com ênfase nos principais projetos de desenvolvimento, a SEPLAN apoiará a Agência Executora na articulação das ações do Dom Távora com outros programas e projetos governamentais, promovendo a intersetorialidade na ação governamental. Também apoiará a ação de planejamento do Dom Távora, disponibilizando informações baseadas nos Planos de Desenvolvimento Territoriais e acompanhando sua execução por meio dos relatórios anuais e do Sistema de Acompanhamento de Programas e Ações Governamentais (SIAG).
Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe - PRONESE	Agência Parceira	A PRONESE, empresa vinculada a SEPLAN, responde pela execução do PCPR e do Crédito Fundiário, projetos financiados pelo Banco Mundial que integram a política nacional de combate a pobreza rural e de acesso a terra. Considerando que o Dom Távora trabalhará com o mesmo público e na perspectiva de também contribuir para a redução da pobreza rural, a coordenação e a complementaridade das ações entre os três projetos, especialmente o PCPR, é requerida, tendo em vista a eficiência e a efetividade da ação governamental. Outro aspecto que reforça a necessidade de coordenação entre os Projetos, diz respeito a decisão tomada pelo Governo do Estado, por meio da SEPLAN e da PRONESE, de focar a execução do PCPR no financiamento da infraestrutura produtiva, deixando de lado o tradicional investimento na infraestrutura básica, o que, bem articulado poderá resultar na destinação de mais recursos aos investimentos produtivos, e, conseqüentemente, em um alcance maior das ações governamentais em prol da redução da pobreza rural. Além disso, a empresa acumulou ao longo de anos experiência em gestão e implementação de projetos com recursos internacionais, o que pode vir a ajudar a EMDRAGO em seu processo de gestão do Projeto.



## **Annex VI: Versão preliminar do manual de operações**

A versão preliminar do Manual de Operações do Projeto foi eliminada deste documento de anexos porque já existe uma versão final, acordada entre o Governo de Sergipe e o FIDA, que pode ser consultada em arquivo separado.

## **Anexo VII: Notas para a análise da avaliação ambiental (ESSN)**

### **APRESENTAÇÃO**

As notas sobre análise e avaliação ambiental - ESSN<sup>1</sup> do Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores - Projeto Dom Távora - cumprem três objetivos: (i) avaliar o impacto ambiental das atividades passíveis de financiamento pelo Projeto Dom Távora, apontando medidas de neutralização, mitigação, controle, monitoramento e gestão sustentável do meio ambiente a serem internalizadas no Projeto, (ii) classificar o Projeto quanto a seu impacto ambiental segundo as categorias do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA e (iii) delinear a estratégia ambiental do Projeto de modo a consolidar as recomendações realizadas para as próximas etapas.

Este trabalho se apoiou nas características técnicas das atividades a serem financiadas no Projeto e em informações levantadas sobre: (a) a moldura jurídico-institucional do Projeto, (c) o patrimônio ambiental da área do Projeto e as áreas notáveis do ponto de vista ambiental, (d) ações ambientais na área de interferência do Projeto e respectivos atores relevantes, e (e) negócios de promoção e valorização do meio ambiente e que também possam ser objeto de financiamento. Foram utilizadas as seguintes fontes: (a) descrição do Projeto Dom Távora, doravante denominado neste texto de Projeto, segundo consta no documento principal e no Ajuda-Memória da Missão FIDA no estado de Sergipe no período fevereiro-março de 2010; (ii) bibliografia especializada, (iii) legislação, (iv) visitas de campo e entrevistas com gestores estaduais, realizadas ao longo da missão FIDA em fevereiro-março de 2010, e (v) programas governamentais.

Neste texto estão sintetizados os resultados das análises realizadas<sup>2</sup>, organizados em cinco seções: (i) breve descrição do Projeto e seus componentes, (ii) características ambientais do Estado e da área do Projeto, (iii) as principais interfaces entre o Projeto Dom Távora e o tema ambiental, (iv) aspectos da gestão dos recursos naturais de interesse para o Projeto, (v) impactos ambientais potenciais associados ao Projeto e classificação, e (vi) recomendações para as etapas posteriores.

### **I. DESCRIÇÃO DO PROJETO E DE SEUS COMPONENTES**

#### **A. Objetivos, Área de Atuação e Público Meta do Projeto**

1. O objetivo geral do Projeto é contribuir para o desenvolvimento da economia rural e reduzir os níveis de pobreza da população rural – homens, mulheres e jovens – residentes nos municípios mais pobres de Sergipe.
2. Os objetivos específicos são (i) desenvolver negócios rurais agrícolas e não-agrícolas de grupos e associações de produtores, e (ii) desenvolver capacidade institucional pública e privada para prover serviços técnicos e gerenciais adequados para o desenvolvimento de negócios rurais.
3. Os beneficiários do projeto são a população rural residente nos municípios mais pobres de Sergipe: famílias pobres rurais, com terra e sem terra, trabalhando na agropecuária e ou em atividades não agrícolas.

---

<sup>1</sup> Do título do documento FIDA em inglês *Environmental Analysis and Scoping Notes – ESSN*.

<sup>2</sup> Trabalho elaborado por Estela Maria S. C. Neves com a colaboração de João Carlos Walcacer.

## B. Os Componentes do Projeto

4. O Projeto é composto por três componentes: (1) “**Desenvolvimento de Negócios Rurais**”, (2) “**Desenvolvimento de Capacidades para Negócios Rurais**” e (3) “**Monitoramento, Avaliação e Gestão do Projeto**”.

5. **Componente 1.** O Componente “**Desenvolvimento de Negócios Rurais**” visa dar apoio ao desenvolvimento de negócios rurais de pequenos produtores, visando à geração sustentável de emprego e renda. Os principais resultados previstos incluem o envolvimento de 6.000 famílias, com aproximadamente 80% dos planos de negócio apoiados operando em bases sustentáveis; aproximadamente 80% das famílias envolvidas com os planos de negócio com sua renda aumentada; e pelo menos 20% das famílias com sua renda aumentada de meio salário mínimo; provisão de assistência técnica para um total de 300 planos de negócio. O Projeto financiará propostas de planos de negócio similares, ainda que não limitados, às seguintes atividades: caprinocultura; transformação do leite de cabra; piscicultura; beneficiamento de pescado cultivado (evisceração, limpeza, embalagem e refrigeração), aquicultura (ostreicultura), avicultura caipira, beneficiamento (abate, embalagem e refrigeração) da produção avícola, apicultura e produção de pólen, beneficiamento de produtos apícolas (coleção de pólen e embalagem), beneficiamento de fruticultura especial (entre outros, umbu e mangaba), produção de vestuário e artesanato, e turismo rural. A seleção das atividades a serem financiadas será feita através de um processo participativa que inclui oito etapas ou processos: priorização de arranjos produtivos segundo os territórios; promoção do projeto nos territórios e registro dos potenciais beneficiários e fornecedores, identificação e análise participativa de idéias de negócios e produtores elegíveis; formulação e análise de factibilidade dos planos de negócios; avaliação e aprovação dos planos de negócios apresentados; execução dos planos de negócio aprovados com a assistência técnica prevista, concluindo-se com a avaliação dos planos executados e difusão das lições aprendidas.

6. **Componente 2.** O Componente “Desenvolvimento de Capacidades para os Negócios Rurais” está estruturado em sete eixos principais: (i) desenvolvimento de recursos humanos para a promoção de negócios, (ii) desenvolvimento de instrumentos para a promoção de negócios, (iii) fortalecimento das capacidades de coordenação, articulação e inserção em redes institucionais e comunicação, (iv) apoio ao monitoramento e avaliação de negócios, (v) investimento em infra-estrutura para a promoção de negócios, (vi) fortalecimento das capacidades para gestão do conhecimento, e (vii) fortalecimento das capacidades de organização e gerenciamento.

7. **Componente 3:** o Componente “Monitoramento, Avaliação e Gestão do Projeto”. Estas atividades incluem, entre outras, a elaboração de planos operativos, orçamentos e informes de execução, a gestão e coordenação de distintas atividades do projeto e o acompanhamento das entidades co-executoras e provedoras de serviços.

## II. CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DA ÁREA DO PROJETO

8. Nesta Seção é apresentado o perfil ambiental do Estado de Sergipe, que fornece a moldura regional que contextualizara caracterização ambiental da área do Projeto, apresentada a seguir. É fornecida uma descrição detalhada dos bens e áreas ambientais notáveis localizados na área do Projeto e a Seção é finalizada com uma visão sintética dos principais problemas e potencialidades ambientais da área do Projeto.

## **A. Perfil Ambiental do Estado de Sergipe**

9. O estado de Sergipe está situado a leste na Região Nordeste, limitando-se ao norte com o estado de Alagoas, a oeste e ao sul com o estado da Bahia e a leste com o Oceano Atlântico. Com 2.214.690 ha de área territorial, é a unidade federativa de menor superfície territorial na qual, atualmente, há 75 municípios.

10. A maior parte do território do estado tem um relevo baixo e regular, dominado por planícies litorâneas e depressão – mais de 80% de sua área não ultrapassa 300 m de altitude. São encontradas diversas unidades geomorfológicas: Planície Litorânea ao longo da costa, com praias, restingas e dunas de altitude até 30 m; Tabuleiros Costeiros, baixas elevações em forma de mesa situadas após a planície litorânea, com altitudes até 100 m; o Pediplano Sertanejo, na parte ocidental do Estado, de topografia regular ou ligeiramente ondulada com picos isolados, com altitudes entre 150-300 m; Serras Residuais na zona central do Estado, e o Planalto do Sudoeste e da Serra Negra, maciço residual de topo aplainado com elevações acima de 500 m (SEPLANTEC/SRH, 2004).

11. São identificadas no Estado três zonas climáticas de limites geográficos imprecisos: (i) a zona semi-árida, com grande deficiência hídrica, precipitações anuais entre 500-700 mm, com muitas variações; (ii) o clima de transição semi-árido, correspondente ao chamado Agreste, com precipitações de 700-900 mm, e (iii) o clima de transição sub-úmida, próximo ao litoral, susceptível aos períodos secos, mas ainda assim com baixos totais pluviométricos. As temperaturas são elevadas e a pluviosidade irregular, com grande variação do litoral de clima tropical atlântico para o interior semi-árido. 48 dos 75 municípios sergipanos são classificados como área susceptível à desertificação.

12. Há dois biomas presentes no estado, a Caatinga e a Mata Atlântica, responsáveis por sua cobertura vegetal diversificada: mangues no litoral, floresta tropical a leste, agreste no interior e caatinga no oeste (MMA, 2001). Suas características são sucintamente apresentadas a seguir.

13. A Caatinga é o principal bioma da região Nordeste, ocupando uma superfície de 844,5 mil km<sup>2</sup>, equivalente a 9,9% do território nacional. Abriga a maior parte do semi-árido brasileiro, com cerca de 27 milhões de habitantes em sua área original, a mais populosa região semi-árida do mundo. Sua flora e fauna são únicas, de rica biodiversidade, sendo habitat de espécies endêmicas. Dentre os biomas encontrados no território nacional, é o único exclusivamente brasileiro, o menos conhecido cientificamente, com mais de 80% de seus ecossistemas já alterados e degradados pelo uso inadequado de seu solo e demais recursos naturais. A Caatinga tem apenas 7% de sua área protegida por Unidades de Conservação - UCs, sendo apenas 1% sob tutela de UCs de proteção integral (MMA, 2010). Em 2008, havia cerca de 443 mil km<sup>2</sup> de vegetação remanescente, equivalente a 53,6% da área total do bioma. Entre 2002 e 2008 a Caatinga perdeu 3,6% de sua cobertura vegetal remanescente, a uma taxa média anual efetiva de 0,6% ao ano (IBAMA, 2010).

14. No estado de Sergipe, a Caatinga abrange cerca de 16 mil km<sup>2</sup>. Nela predominam as atividades pecuárias e é escassa a disponibilidade hídrica, agravada pelo desmatamento nas áreas de mananciais, com serias repercussões sobre os aquíferos subterrâneos (MMA, 2001). A área de caatinga em Sergipe pertence a apenas uma das oito ecorregiões identificadas no bioma, a Depressão Sertaneja Meridional, dotada de grande diversidade de que ocupa a maior parte do centro e sul do bioma. Sua paisagem é considerada a mais típica do semi-árido nordestino, com extensas planícies baixas, elevações residuais, solos mais profundos que os da Depressão Sertaneja Setentrional e latossolos profundos, bem drenados, ácidos e baixa fertilidade natural. O clima é predominantemente quente e semi-árido com dois períodos chuvosos distintos – de outubro a abril no sertão e de janeiro a junho nas áreas do agreste, a precipitação média

anual varia de 500 mm a 800 mm. Há grande frequência de rios temporários, que propiciam mais variação de flórea e fauna. A Chapada Diamantina e o rio São Francisco são os grandes fatores de influência nesta ecorregião (Velloso *et al*, 2002). Na caatinga sergipana há áreas do chamado Agreste, área de transição entre os biomas Caatinga e Mata Atlântica que alterna trechos mais úmidos com mais secos e apresenta vegetação de ambos os biomas, estendendo-se por 18 municípios no Estado.

15. A Mata Atlântica é um extraordinário conjunto de ecossistemas que se estende ao longo da costa brasileira. Originalmente ocupava 1.315 mil km<sup>2</sup> contínuos em 17 estados litorâneos brasileiros, do Piauí ao Rio Grande do Sul, equivalente a aproximadamente 15% do território nacional, alcançando áreas da Argentina e Paraguai. É o mais destruído dos biomas brasileiros, por conta de a ocupação territorial ter se concentrado na faixa costeira, suportando diversos ciclos econômicos e intensos processos de expansão urbana e agrícola. Atualmente restam menos de 4% de suas florestas primárias e 4% de florestas secundárias. Na área originalmente ocupada pelo bioma vivem atualmente cerca de 61% da população brasileira – mais de 112 milhões de habitantes em 3.222 municípios. É um bioma tão rico em biodiversidade, a despeito da drástica devastação a que foi submetido, que ainda mantém o recorde mundial de diversidade botânica para plantas lenhosas, além das 20 mil espécies de plantas vasculares, das quais 6 mil restritas ao bioma (SOSMA;INPE, 2009).

16. Em Sergipe, a área do bioma Mata Atlântica abrange aproximadamente 54% da superfície total estadual. Os remanescentes florestais de Mata Atlântica no Estado ocupam 93,6 mil hectares, correspondentes a 7,5% do total da área ocupada pelo bioma no estado e a 7,8% do total de remanescentes do bioma no Brasil (SOSMA/INPE,2009<sup>3</sup>). Somando-se à área de florestas as restingas (22,2 mil hectares) e os mangues (114,1 mil hectares) a vegetação remanescente do bioma ocupa apenas 9,5% da área total do bioma no estado. Os fragmentos de Mata Atlântica predominam na área litorânea, faixa na qual a elevada concentração de população e de atividades econômicas acirra os conflitos de uso e ocupação do solo (SOSMA;INPE, 2009).

17. Ainda há a mencionar a Zona Costeira sergipana, de 4.700 km<sup>2</sup>, estendendo-se por 168 km de litoral. É constituída por planícies arenosas, restingas, campos, manguezais e tabuleiros areno-argilosos. É dividida em dois setores, o Litoral Norte, com 112 km de extensão, e o Litoral Sul, com 55 km de extensão. No litoral norte os ecossistemas aquáticos dos rios Japarutuba e Sergipe se associam às águas marinhas que penetram na planície costeira. No litoral sul predominam estuários e manguezais e a Baixada Litorânea e Tabuleiros Costeiros. As atividades econômicas mais importantes aí localizadas são a extração de óleo, gás natural, cloreto de sódio e de potássio, a pecuária e o cultivo de coco e de cana-de-açúcar para destilarias de álcool, além das atividades comerciais, industriais e de serviços nos distritos industriais de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, ao longo dos eixos rodoviários e em Estância (MMA, 2001).

18. A bacia hidrográfica do rio São Francisco é a mais importante entre as seis bacias hidrográficas do estado de Sergipe, ocupando 33% do território estadual, com potencialidade de água de superfície igual a 40,3 mil hm<sup>3</sup>/ano (SRH, 2010). À exceção do rio São Francisco, os regimes hidrológicos dos rios na caatinga e no agreste são intermitentes, tornando-se permanentes nas regiões úmidas onde formam mananciais usados para abastecimento público, irrigação e recepção de efluentes industriais e domésticos.

19. A disponibilidade hídrica do estado é precária, agravada no período de estiagem e está cada vez mais comprometida pela degradação dos corpos hídricos decorrente de agrotóxicos, efluentes domésticos e industriais, além do assoreamento decorrente do

---

<sup>3</sup> Estatísticas referentes ao ano-base 2005, quando o monitoramento da Mata Atlântica passou a incluir o Estado de Sergipe.

desmatamento e de lavras de areia no leito dos rios. A região da Caatinga sergipana é drenada pelas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Vaza-Barris (que banha também terras baianas), Real (apenas sua margem esquerda banha o estado), Piauí (a segunda bacia do estado em extensão), Sergipe (a segunda mais importante) e Japaratuba. Na região da Mata Atlântica há cinco bacias hidrográficas: o complexo Real-Fundo Piauí e as dos rios Vaza-Barris, Sergipe, Japaratuba e São Francisco. Os rios Japaratuba, Sergipe e Piauí são estaduais (MMA, 2001; SERGIPE, 2010).

## **B. Perfil Ambiental da Área do Projeto**

20. A área do Projeto compreende quinze municípios distribuídos em cinco Territórios: Agreste Central (Carira, Nossa Senhora de Aparecida e Pinhão) Centro Sul (Poço Verde, Simão Dias e Tobias Barreto), Baixo São Francisco (Brejo Grande, Canhoba, Ilha das Flores, Japoatã, Neópolis, Pacatuba, e Santana de São Francisco) e Médio Sertão (Aquidabã e Graccho Cardoso). A sua área é equivalente a cerca de 25% da superfície total estadual, na qual reside uma população rural da ordem de 110 mil habitantes e onde se encontram 22% do total de estabelecimentos agropecuários do estado (IBGE, 2008).

21. As características climáticas na área do Projeto são típicas do agreste e do semi-árido. Estão presentes na área os dois biomas, caatinga e Mata Atlântica. Diversas feições geomorfológicas diversificam a paisagem, incluindo o Planalto do Sudoeste e da Serra Negra, o Pediplano Sertanejo e a Planície fluvio-marinha. As condições ambientais, significativamente diversas entre si, são sucintamente descritas a seguir.

22. Do total de quinze municípios, 11 são compreendidos na área do bioma Mata Atlântica e 13 pelo bioma Caatinga. Os municípios de Graccho Cardoso e Aquidabã estão integralmente contidos no bioma Mata Atlântica e os municípios de Carira, Nossa Senhora Aparecida, Pinhão, Poço Verde, Simão Dias e Tobias Barreto pertencem exclusivamente ao bioma Caatinga. Diversos municípios abrigam zonas de contato entre os dois biomas: o agreste sergipano está representado na área do Projeto nos municípios de Poço Verde, Simão Dias, Tobias Barreto e Aquidabã (SOSMA/INPE, 2009; MMA, 2010).

23. Cerca de 6,5% da superfície da área do Projeto está ocupada por remanescentes do bioma Mata Atlântica, totalizando 15 mil hectares, em sua maioria florestas (13 mil hectares) e 2,3 mil hectares a restingas. Estes remanescentes, bastante fragmentados, são mais freqüentes nos municípios de Brejo Grande (13,5% da área total do município), Pacatuba (11,7%) e Japoatã, com 9,3% (IBGE, 2008; SOSMA/INPE, 2009).

24. Na área do Projeto são encontradas porções de cinco das seis bacias hidrográficas sergipanas: as dos rios São Francisco, Sergipe, Vaza-Barris, Piauí e Real. Também são aí encontradas a entrada do rio Vaza-Barris no estado e as nascentes dos rios Real e Piauí.

25. Os usos da terra predominantes nos estabelecimentos agropecuários integrantes da área do Projeto são a lavoura (forrageiras para corte em 53% dos estabelecimentos e lavouras temporárias em 48%) e pastagens naturais e plantadas. Apenas 11% dos estabelecimentos agropecuários da área do Projeto possuem mata/floresta natural, participação ligeiramente superior à média estadual, da ordem de 9%.

26. Na área do Projeto, a área ocupada por matas e florestas naturais é extremamente reduzida: restringe-se a apenas 6% da área total dos estabelecimentos agropecuários. As matas e florestas estão presentes em apenas 11% dos estabelecimentos agropecuários. A participação da área de mata na área total dos estabelecimentos é de apenas 6%. Os valores extremos são encontrados nos municípios de Ilha das Flores, Poço Verde, Aquidabã e Nossa Senhora da Aparecida (inferiores a 4%

da área total). No limite superior, destacam-se os municípios de Pinhão e Tobias Barreto (16,2%, 14,4%).

27. Na área do Projeto, apenas 3% dos estabelecimentos agropecuários têm matas e florestas destinadas à preservação permanente e reserva legal. As terras para tal destinadas ocupam área diminuta, equivalente a apenas 0,1% da área total dos estabelecimentos agropecuários. As terras ocupadas com mata<sup>4</sup> ocupam somente 5,9% da área total destes estabelecimentos agropecuários.

28. Os recursos hídricos da área do Projeto estão em precário estado de proteção ambiental. Menos de 30% dos estabelecimentos da área do Projeto declararam recursos hídricos. Entre estes, em 41% as nascentes não têm proteção de matas, o mesmo ocorrendo em 59% dos estabelecimentos que dispõem de rios e riachos e nos 79% que têm lagos naturais e açudes. O quadro de desproteção das nascentes é particularmente grave nos municípios de Nossa Senhora de Aparecida e Poço Verde, com respectivamente 78% e 77% desprotegidos. Já quanto aos açudes, os piores resultados são encontrados em Poço Verde e Brejo Grande (respectivamente 90% e 99% desprotegidos). No que diz respeito aos rios e riachos, o quadro é mais grave nos municípios de Poço Verde e Tobias Barreto, com 87% e 70% desprotegidos (IBGE, 2008).

29. As práticas agropecuárias são realizadas em moldes tradicionais, sem cuidados de conservação de solo e práticas agro-ecológicas. Praticamente a metade dos estabelecimentos da área do Projeto informa práticas de manejo de solos nos estabelecimentos da área do Projeto: apenas 52% dos estabelecimentos lançam mão de práticas tais como o plantio em nível, terraços, lavoura para recuperação de pastagens, pousio e conservação de encostas. Apenas 16% dos estabelecimentos agropecuários realizam manejo do esterco dos animais. A agricultura orgânica também é prática desconhecida na área do Projeto (apenas 0,3% dos estabelecimentos), situação mais aguda que a média do estado, que não ultrapassa 1% dos estabelecimentos. Sistemas agroflorestais (SAFs) são praticamente desconhecidos, encontrados em apenas 1% dos estabelecimentos. A frequência de SAFs é expressiva apenas nos municípios de Pinhão, Brejo Grande e Canhoba - respectivamente, 12%, 12% e 9%. (IBGE, 2008).

30. Um em cada quatro estabelecimentos da área do Projeto usa agrotóxicos. O equipamento predominantemente utilizado para sua aplicação é o pulverizador costal (82,7%), equipamento que oferece maior exposição do trabalhador ao agrotóxico. As práticas alternativas ao uso de agrotóxicos são pouco disseminadas na área do Projeto: apenas 3,3% dos estabelecimentos lançam mão de métodos alternativos, sendo o uso de caldas e iscas bem mais freqüente que os demais métodos tais o controle biológico e a queima de resíduos agrícolas.

31. A desertificação consiste na degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo variações climáticas e atividades humanas (Conferência das Nações Unidas, 1992). A susceptibilidade à desertificação é estimada segundo o grau e degradação do solo, dos recursos hídricos, da cobertura vegetal e pelo estado dos recursos naturais. No estado de Sergipe, a área susceptível à desertificação abarca integralmente a área do Projeto. A maioria dos municípios do Projeto (11) pertence ao grupo de 28 municípios sergipanos que se enquadram na categoria de *sub-úmido seco*. Brejo Grande, Ilha das Flores, Pacatuba e Santana do São Francisco fazem parte do grupo de 14 municípios sergipanos classificadas como *área de entorno*. Nenhum dos quinze municípios da área do Projeto é categorizado como *semi-árido* (PAN-BRASIL, 2004).

---

<sup>4</sup> Exclusive as de proteção legal e sistemas agroflorestais (SAFs)

32. Análise preliminar de fragilidade ambiental<sup>5</sup> sugere que a área do Projeto tem fragilidade ambiental potencial importante, considerando-se uma escala de fragilidade composta de quatro categorias<sup>6</sup>. Mais de 80% de sua superfície foi classificada nas categorias de fragilidade ambiental “forte” e “muito forte”. São destacados os territórios dos municípios de Aquidabã, Poço Verde e Canhoba que, em têm mais de metade de seus territórios com fragilidade *muito forte*. Considerando-se simultaneamente as categorias *forte* e *muito forte*, são incluídos mais de 90% dos territórios de sete municípios<sup>7</sup>.

### C. Bens de Importância Ambiental na Área do Projeto

33. São encontrados na área do Projeto diversos sítios e bens notáveis do ponto de vista ambiental, que se encontram em estágios diversos de proteção e degradação. Seu valor se reporta a diversos fatores, destacando-se (i) a proteção da Caatinga e da Mata Atlântica, (ii) a proteção de ecossistemas valiosos, paisagens e espécies ameaçadas, e (iii) para o patrimônio histórico e paisagístico, brevemente caracterizadas a seguir, organizadas segundo Territórios e municípios no **Anexo 2** e representados em iconografia constante do **Anexo 3**.

34. Sete áreas são notáveis para a conservação da biodiversidade, quatro no contexto da caatinga (*Serra Negra*, *Caminho de Lampião*, *Calha do São Francisco* e *Guigó de Coimbra*) e três na Mata Atlântica (*Foz do São Francisco-litoral*, *Região de Japarutuba* e *Foz do São Francisco*). Além destas, estão na área do Projeto as nascentes dos rios Real e Piauí, sítios arqueológicos e outras áreas de valor ambiental e beleza cênica como a Encosta Serra das Agulhadas, além de área em estudos fins de criação de Unidade de conservação (a Reserva de Cedro de Santa Maria das Lages). Há duas Unidades de Conservação Ambiental, a Área de Proteção Ambiental / APA Litoral Norte e a Reserva Biológica Santa Isabel. Parte da superfície abrangida pelo projeto pertence à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

35. As áreas *Serra Negra* (Ca031)<sup>8</sup> e *Caminho de Lampião* (Ca038) têm sua importância ainda insuficientemente conhecida, tendo ambas alta prioridade de ação de proteção. Em *Serra Negra* (417 km<sup>2</sup>), que inclui parte dos municípios de Simão Dias e Tobias Barreto, as principais ameaças se reportam à exploração de pedra, fumicultura, citricultura e uso de agrotóxicos. *Caminho de Lampião* (1.815 km<sup>2</sup>), presente nos municípios de Carira, Simão Dias e Pinhão, é sítio histórico com potencial para turismo histórico e atividades extrativistas para artesanato. As principais ameaças são o desmatamento, olarias e extração de madeira.

36. A área *Guigó de Coimbra* (Ca039), com 1.603 km<sup>2</sup>, abrangendo o município de N. S. Aparecida, tem importância classificada como extremamente alta e prioridade para ação muito alta. Ela contém o maior açude do estado, terras indígenas, e tem sido ameaçada pela introdução de espécies exóticas (MMA, 2007).

37. A área *Calha do São Francisco* (Ca054), com 3.992 km<sup>2</sup>, tem prioridade de ação extremamente alta. Ela se estende do médio-baixo ao baixo São Francisco, delineando uma região de fisionomia variada com grande diversidade de espécies animais e

---

<sup>5</sup> Realizada por Dantas (2007), esta análise utiliza um modelo que analisa de forma integrada os aspectos de relevo, solo, proteção dada pelo uso da terra, vegetação e clima.

<sup>6</sup> *Muito fraca, fraca, forte e muito forte*.

<sup>7</sup> Aquidabã, Poço Verde, Canhoba, de Pinhão, Tobias Barreto, Ilha das Flores e Santana de São Francisco.

<sup>8</sup> As áreas notáveis para conservação da biodiversidade são definidas na Portaria MMA Nº9, de 23 de janeiro de 2007 e os códigos alfanuméricos, ao lado do nome, constam de fichas disponíveis em [http://www.arcplan.com.br/mma/ap\\_fichas\\_pdf.htm](http://www.arcplan.com.br/mma/ap_fichas_pdf.htm).



vegetais. Os municípios de Canhoba, Neópolis e Santana do São Francisco estão sob sua influência. Trata-se de uma área de concentração de grandes projetos de irrigação, cujas ameaças estão associadas a processos erosivos nas partes mais baixas, inexistência de mata ciliar, piscicultura mal planejada, início do projeto de transposição sem as ações devidas. As ações prioritárias são a restauração florestal e a implementação do plano de revitalização do rio São Francisco com ênfase na recuperação da mata ciliar.

38. A área *Foz do São Francisco - litoral* (MaZc465), com 2.647 km<sup>2</sup>, abrange os municípios de Brejo Grande e Ilha das Flores. Tanto sua importância quanto a prioridade para ação são classificadas como extremamente altas por diversos fatores, entre os quais abrigar cordões de dunas e lagoas, estar na zona de amortecimento da Reserva Biológica Santa Isabel, conter estuários, fontes de nutrientes para aves e espécies marinhas migratórias, ocorrendo concentrações coralíneas. As principais ameaças estão relacionadas à destruição dos manguezais, pesca de arrasto de camarão, introdução de espécies exóticas, projetos de irrigação e drenagem de várzeas, contaminação por efluentes agrícolas, urbanos e exploração petrolífera. As oportunidades de conservação estão relacionadas ao turismo ecologicamente sustentável, ao manejo de espécies de fauna e flora nativas, fomento à ostreicultura e meliponicultura, integração das populações tradicionais dependentes da extração de recursos naturais locais.

39. A área *Região de Japarutuba* (MaZc467), com 1.279 km<sup>2</sup>, abriga remanescentes de Mata Atlântica, florestas de restingas, lagoas, fragmentos mais significativos de mata e de restinga próximos ao rio São Francisco. Sua importância é extremamente alta. Para sua proteção são indicadas a manutenção de seus recursos hídricos, fomento à meliponicultura e incentivos a SAFs em áreas degradadas. As principais ameaças estão relacionadas aos assentamentos rurais e expansão de lavouras.

40. A área *Foz do São Francisco* (MaZc469), com 319 km<sup>2</sup>, também tem importância extremamente alta por abrigar dunas e restingas nas quais há espécies endêmicas. As principais ameaças se reportam à erosão, poluição por agrotóxicos, desmatamento, irrigação indiscriminada, introdução de espécies exóticas e efluentes domésticos. As oportunidades de conservação incluem a pesca artesanal e a reprodução de várias espécies de peixes, apoio às comunidades tradicionais no processo de reconhecimento de seus conhecimentos e práticas tradicionais de manejo da diversidade biológica, assim como na orientação à distribuição de benefícios derivados do uso comercial dos componentes da biodiversidade.

41. A *Reserva Biológica Santa Isabel*, Unidade de Conservação federal com 2,78 mil hectares, abrangendo na área do Projeto o município de Pacatuba, foi criada em 1988 para assegurar a reprodução de tartarugas marinhas, abrigando dunas, restingas e praias. Seu objetivo é a preservação integral da biota e demais atributos naturais sem interferência humana. Em especial, protege as tartarugas marinhas que se reproduzem na praia de Santa Isabel. Nesta UC está sediado o Projeto TAMAR, criado pelo IBAMA para proteger as espécies de tartarugas marinhas ameaçadas de extinção, pois Sergipe é o maior sítio reprodutivo da espécie *Lepidochelys olivacea*. Não possui ainda Conselho gestor nem tampouco plano de manejo.

42. A *Área de Proteção Ambiental – APA do Litoral Norte* foi criada pelo governo estadual em 2004 para promover o desenvolvimento econômico e social com atividades compatíveis com a conservação dos ecossistemas e processos essenciais à biodiversidade, e também preservar sítios naturais de grande beleza e raridade como o Pantanal de Pacatuba, a Cachoeira do Roncador, as lagoas do Sangradouro e Redonda. Esta APA abrange os municípios de Canhoba, Ilha das Flores, Japoatã e Pacatuba. Não possui ainda Conselho Gestor nem tampouco plano de manejo.

43. Há a mencionar ainda a *Reserva do Cedro Santa Maria das Lages*, em Poço Verde, área de reserva legal que abriga remanescentes da Mata Atlântica, cuja proteção mira a

conservação dos recursos genéticos e o estímulo a práticas sustentáveis, ameaçada por caça predatória e uso de lenha como combustível, não só pelos assentados como também pelos moradores do entorno; a *Serra dos Macacos*, em Tobias Barreto, com atrativos para turismo ambiental, com fauna silvestre, grande beleza cênica, ameaçada por queimadas e uso inadequado de agrotóxicos; sítios arqueológicos já identificados pelo IPHAN nos municípios tais como Canhoba, Ilha das Flores, Neópolis e Santana do São Francisco; áreas pertencentes à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, nos municípios de Santana do São Francisco Pacatuba e Neópolis; e áreas de nascentes, em particular as dos rios Japarutuba (Graccho Cardoso), Real (Poço Verde) e Piauí, em Simão Dias (MINTER, 2005; MMA 2007).

#### **D. As Principais Questões Ambientais da Área do Projeto: Problemas e Potencialidades**

44. A caracterização ambiental da área do Projeto apontou riquezas ambientais que oferecem oportunidades de implantação de atividades econômicas ambientalmente sustentáveis, ameaças e restrições no uso e manejo de bens ambientais a elas vinculados e indicou significativos processos de degradação ambiental.

45. Há três características comuns a todos os municípios da Área do Projeto: todos têm em seu território áreas notáveis para a qualidade ambiental local e regional, todos apresentam indicadores de degradação ambiental de seus bens e recursos, e é comum a toda a área do Projeto a demanda por proteção ambiental sistemática e institucionalizada.

46. As áreas notáveis presentes na área do Projeto diferem entre si quanto às suas características ecológicas, extensão, importância local e regional, ameaças, processos de degradação, potencialidades, graus de preservação e instrumentos de proteção. Especialmente quanto a este último aspecto, chamam a atenção os municípios do Território do Baixo São Francisco, pois suas áreas notáveis contam com instrumentos de proteção ambiental tais como Unidades de Conservação, inexistentes nas demais. Nestas, os instrumentos de proteção ambiental se restringem a normas e diretrizes setoriais<sup>9</sup> desprovidos de instrumentos de observância (*enforcement*), controle e implementação.

47. O quadro ambiental é grave nos municípios integrantes do Projeto, situação constatada através dos diversos métodos utilizados neste trabalho: observação visual nas visitas de campo, análise das estatísticas disponíveis, análise de documentos iconográficos e pesquisa na bibliografia especializada. No caso da cobertura vegetal esta situação espelha o quadro estadual: em termos de demanda e oferta de recursos florestais "(...) *sem considerar os pólos de pressão, o estado mais crítico é Alagoas, seguido de Sergipe e Paraíba*" (MMA, 2010).

48. Cabe aqui sublinhar o estado precário da base ambiental da área que abrigará os investimentos do Projeto Dom Távora. Além da susceptibilidade à desertificação da maioria dos municípios comentada em [11] e da vulnerabilidade dos seus solos comentada em [30], são preocupantes a alta incidência de recursos hídricos desprotegidos de cobertura vegetal e o estado de destruição dos recursos florestais que se avizinham da exaustão, ilustrados por indicadores estatísticos em [26] e no mapa do desmatamento da Caatinga<sup>10</sup>, passível de consulta no Anexo 3. Considerando-se que o

---

<sup>9</sup> Referimo-nos aqui às normas setoriais sobre proteção a florestas, proteção ao patrimônio arqueológico, conservação da biodiversidade e proteção a recursos hídricos. O cumprimento destas tem contado apenas com os esforços de controle e fiscalização das autoridades ambientais, limitados pelos recursos técnicos e humanos extremamente precários, conforme revelaram as entrevistas realizadas com órgãos ambientais estaduais e federais na missão de fevereiro-março 2010.

<sup>10</sup> Neste mapa é evidenciado que o processo de degradação dos recursos florestais em Sergipe é anterior a 2002.

percentual de Reserva Legal na Caatinga e na Mata Atlântica é de 20%, afora as áreas de preservação permanente, e que restam apenas 6% de mata nativa nos estabelecimentos agropecuários, constata-se que as propriedades rurais estão ademais à margem da moldura jurídico-institucional da legislação florestal e ambiental.

49. Tendo em vista a qualidade e a importância dos bens ambientais descritos anteriormente, duas perspectivas se abrem: a conveniência do aproveitamento das oportunidades criadas pelo patrimônio ambiental, e a necessidade de ações de reversão da degradação ambiental local para garantir a viabilidade ambiental de atividades econômicas que dependem do uso dos recursos ambientais atualmente em vias de exaustão.

### **III. AS PRINCIPAIS INTERFACES ENTRE O PROJETO DOM TÁVORA E O TEMA AMBIENTAL**

50. Destacam-se cinco interfaces com o tema ambiental de interesse para o Projeto, descritas a seguir: (i) o enquadramento do Projeto no marco institucional ambiental e nas diretrizes FIDA, (ii) a necessidade de internalização dos custos ambientais nos custos do Projeto, (iii) a necessidade de compatibilização entre atividades produtivas e as características ambientais da área do Projeto, (iv) a necessidade de articulação do Projeto a ações ambientais co-localizadas e (v) a articulação do Projeto com questões ambientais globais: mudanças climáticas, combate à desertificação e proteção à biodiversidade.

51. O enquadramento do Projeto Dom Távora no marco institucional ambiental diz respeito à moldura jurídico-institucional ambiental, formada pela legislação ambiental e pelas diretrizes ambientais do FIDA: o Projeto deverá ser adequado de maneira a que seu desenho internalize as normas e diretrizes pertinentes. Os temas mais importantes a serem considerados são (a) o licenciamento ambiental e a disciplina das atividades das atividades potencialmente impactantes do meio ambiente, (b), (c) a gestão de recursos hídricos, especialmente a outorga do direito de uso de recursos hídricos, (d) gestão florestal, (e) proteção e conservação da biodiversidade, (f) gestão de áreas protegidas, (g) patrimônio arqueológico, histórico e cultural, (h) agrotóxicos (i) agricultura orgânica, (j) responsabilidade civil, administrativa e criminal. Esta moldura é analisada na **Seção IV.b** deste texto.

52. O orçamento do Projeto Dom Távora deverá considerar os custos relacionados às exigências ambientais, nos quais se destacam os de ordem financeira, de expertise técnica e tempo. Para atividades que envolvem o uso de recursos florestais, há os custos financeiros relativos à elaboração, aprovação e implantação de planos de manejo florestal, proporcionais à área e à complexidade da iniciativa. Para atividades que exigem supressão de vegetação, há o custo da autorização de desmatamento. Para atividades que requerem o uso de recursos hídricos, há que considerar os eventuais custos de outorga de direito de uso de recursos hídricos, proporcionais à escala de consumo de água e à natureza da atividade. Para atividades potencialmente impactantes do meio ambiente, há custos de emissão de licenças ambientais, que compreendem: (i) o pagamento das taxas relacionadas às licenças ambientais. O custo de emissão das licenças ambientais é função de seu potencial impactante, por sua vez definido pela natureza e pelo porte da atividade poluidora, levando-se em consideração também a área total construída, o valor do investimento, o número de funcionários e a área total do projeto; (ii) a elaboração de estudos técnicos necessários às licenças (estudos de impacto ambiental); e (iii) a publicação de anúncios sobre a solicitação e a concessão de licença ambiental em jornais de grande circulação. No **Anexo 1** deste texto são encontrados quadros exemplificativos da ordem de grandeza do custo do licenciamento ambiental para atividades selecionadas e de outorga de direito de uso de recursos hídricos. Além destes custos de autorizações e licenças, há que se considerar os custos

também de capacitação e assistência técnica aos beneficiários e à equipe gestora do Projeto para que as propostas de financiamento possam ser adequadas às determinações ambientais e para que possam ser exploradas as possibilidades abertas pela exploração sustentável do patrimônio ambiental local.

53. O desenho das atividades produtivas deve ser adequado às características ambientais da área do Projeto Dom Távora, não apenas pelas exigências constantes na moldura institucional ambiental, mas também pela dependência das atividades a serem financiadas em relação à qualidade ambiental local. Atividades a serem financiadas pelo Projeto – tais como caprinocultura, piscicultura, beneficiamento de pescado, aquicultura, apicultura, fruticultura e turismo rural – dependem intensivamente da qualidade dos recursos ambientais, em particular da vegetação, dos solos, disponibilidade dos recursos hídricos e da biodiversidade. A recuperação e gestão sustentável dos recursos ambientais locais são condição *sine qua non* para a sustentabilidade econômica das atividades a serem financiadas.

54. Há oportunidades de atividades compatíveis com conservação dos bens ambientais, variadas segundo a região, identificadas ao longo dos diversos trabalhos consultados. A título de exemplo, há a citar, nos Territórios do Agreste Central e Centro-Sul, apicultura, meliponicultura, sítio com potencial para turismo histórico e atividades extrativistas para artesanato. No Baixo São Francisco, estão relacionadas ao turismo ecologicamente sustentável, ao manejo de espécies de fauna e flora nativas, fomento a ostreicultura e meliponicultura, integração das populações tradicionais dependentes da extração de recursos naturais locais; pesca artesanal e a reprodução de várias espécies de peixes, apoio às comunidades tradicionais para a reconstrução de seus conhecimentos e práticas tradicionais de manejo da diversidade biológica, assim como na orientação à distribuição de benefícios derivados do uso comercial dos componentes da biodiversidade.

#### **IV. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS**

55. Nesta Seção são apresentados o sistema de gestão ambiental de interesse para o Projeto Dom Távora e a moldura jurídico-institucional que conforma as atividades a serem financiadas. É dado destaque aos aspectos referentes a (a) o licenciamento ambiental e a disciplina das atividades das atividades potencialmente impactantes do meio ambiente, (b), a gestão de recursos hídricos, especialmente a outorga do direito de uso de recursos hídricos, (c) gestão florestal, (d) proteção e conservação da biodiversidade, (e) gestão de áreas protegidas, (f) patrimônio arqueológico, histórico e cultural, (g) agrotóxicos (h) agricultura orgânica, (i) gestão de bacias hidrográficas, (j) responsabilidade civil, administrativa e criminal e (k) políticas relacionadas a questões ambientais globais.

##### **A. Gestão Ambiental e dos Recursos Naturais no Estado de Sergipe**

56. Tal como nas demais Unidades da Federação brasileira, atuam na área do Projeto autoridades ambientais das esferas estadual, federal e municipal. A seguir são descritas suas principais funções de interesse do Projeto Dom Távora.

57. O atual sistema estadual de meio ambiente – SISEMA<sup>11</sup> é composto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, diretamente subordinado ao Governador de Estado, que atua como órgão central do SISEMA; pela Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA, autarquia vinculada à SEMARH que

---

<sup>11</sup> Instituído pela Lei n. 5.858, em 2006.

cumprir as funções de órgão executor da política estadual de meio ambiente; pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CECMA, órgão colegiado consultivo e normativo, que cumpre a função de órgão superior integrante da estrutura organizacional da SEMARH; pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos; pelo Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga no Estado de Sergipe; pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiente em Sergipe - CIEASE, instituída em 1999 e diretamente vinculada à SEMARH e à Secretaria de Educação estadual; e pelo Conselho Gestor do Fundo de Defesa do Meio Ambiente do Estado, criado em 1989, pela Constituição Estadual e regulado em 2004.

58. A SEMARH dispõe de três Superintendências: Superintendência de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental (SQS), com três Gerências (Gerência de Qualidade Ambiental, Gerência de Educação Ambiental e Relações Sociais e Gerência de Gestão Territorial Sustentável), a Superintendência de Áreas Protegidas, Biodiversidade e Florestas (SBF) com duas Gerências (Gerência de Florestas e Gerência de Biodiversidade e Áreas Protegidas) e a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) com duas Gerências (Gerência de Planejamento e Coordenação de Recursos Hídricos e Gerência de Administração e Controle de Recursos Hídricos).

59. Entre as principais atribuições da SQS estão a coordenação da elaboração do Zoneamento ecológico-econômico – ZEE do estado e a formação de gestores ambientais municipais. A SRH tem a atribuição de sistematizar dados e informações sobre os recursos hídricos no Estado e gerir a demanda por recursos hídricos mediante o cadastramento de usos e usuários e a concessão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos de responsabilidade estadual, atualmente seu eixo principal de atuação. A SBF cuida das Unidades de Conservação, entre elas a APA do Litoral Norte, situada na área do Projeto, e da gestão florestal, atribuição até recentemente a cargo do IBAMA e trasladada ao Estado em 2006.

60. A ADEMA é uma autarquia desde 2009 “em regime especial” (dotada de maior autonomia), responsável pelo monitoramento, fiscalização ambiental e emissão de licença ambiental no estado de Sergipe. Para o licenciamento ambiental, a ADEMA conta com um contingente de 20 pessoas, considerado insuficiente para atender à demanda.

61. No que diz respeito aos órgãos federais de meio ambiente, cabe à Superintendência do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em Sergipe a responsabilidade de emitir licenças ambientais nos empreendimentos localizados no limite de estados, na fronteira com outros países, ou cujo impacto ambiental do empreendimento ultrapasse os limites de um estado, assim como empreendimentos que trabalhem material radioativo ou que sejam de grande porte a fiscalização, o monitoramento e a educação ambiental. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade /ICM-Bio não tem escritório no estado, estando representado em Sergipe pelos responsáveis pelas Unidades de Conservação - UCs federais presentes no estado. No caso da área do Projeto, a Reserva Biológica Santa Isabel e sua área de amortecimento estão na área do Projeto.

62. Os municípios da área do Projeto têm responsabilidades sobre os temas ambientais de interesse local. Já há disposições para a descentralização do Estado aos municípios das atribuições de licenciamento ambiental de atividades com impacto local.

63. Problemas associados à gestão ambiental incluem, segundo entrevistas realizadas: recursos humanos insuficientes em todos os órgãos ambientais, resultando em precária capacidade de implementação do poder de polícia e demais atribuições ambientais; estadualização incompleta da gestão florestal, resultando em proteção insuficiente de áreas de valor para a biodiversidade; manutenção de produtores rurais à margem da moldura institucional ambiental quanto às exigências para áreas de reserva legal, áreas de preservação permanente, supressão de vegetação e extração de

vegetação para fins madeireiros; inexistência de mecanismos para a criação ou incentivos para a adoção de práticas de uso sustentável e conservação de recursos naturais; Unidades de Conservação desprovidas de plano de manejo, sistemas de gestão e fiscalização adequada.

## **B. A Moldura Jurídico-Institucional Ambiental do Projeto**

64. Nesta Seção são apresentados o marco regulatório e institucional dos temas mais importantes a serem considerados pelo Projeto Dom Távora. São eles: (a) o licenciamento ambiental e a disciplina das atividades das atividades potencialmente impactantes do meio ambiente, (b), a gestão de recursos hídricos, especialmente a outorga do direito de uso de recursos hídricos, (c) gestão florestal, (d) proteção e conservação da biodiversidade, (e) gestão de áreas protegidas, (f) patrimônio arqueológico, histórico e cultural, (g) agrotóxicos (h) agricultura orgânica, (i) gestão de bacias hidrográficas, (j) responsabilidade civil, administrativa e criminal e (k) políticas relacionadas a questões ambientais globais.

65. Licenciamento Ambiental e disciplina das atividades potencialmente impactantes do meio ambiente. O licenciamento é um procedimento administrativo através do qual o órgão ambiental competente disciplina a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. O licenciamento ambiental é composto de pelo menos três licenças: Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO). As principais referências legais infraconstitucionais são a Lei n. 6.938-81, com as alterações instituídas pela Lei n. 7.804-89, e as Resoluções CONAMA n. 237-97 e 385-06, além das demais Resoluções CONAMA sobre licenciamento de tipos específicos de empreendimentos, inclusive atividades agropecuárias de pequeno porte e aquicultura. O Sistema de Licenciamento no Estado de Sergipe foi instituído em 1979. Os padrões de qualidade ambiental, de emissão de poluentes e demais aspectos seguem as normas federais e as Resoluções do CECMA. No contexto da política estadual de meio ambiente, em 2006 foram instituídas para fins de licenciamento outros tipos de licença ambiental tais como a Autorização Ambiental – AA e a Licença Ambiental Simplificada. Assim, de acordo com suas características específicas, os planos de negócio financiados pelo Projeto Dom Távora podem estar sujeitos a licenciamento ambiental. Segundo entrevista realizada com o presidente da ADEMA, Sr. Genival Nunes, há disposição da instituição a dialogar com o FIDA para facilitar a regularização dos pequenos empreendimentos a serem financiados, tal como foram tratados os projetos financiados pelo PCPR-SE.

66. Outorga de direito de uso dos recursos hídricos. No atual modelo brasileiro de gestão de recursos hídricos, instituído em 1997, a água é considerada recurso natural limitado e dotado de valor econômico, cujo uso está sujeito a autorização através de outorga e cobrança. A outorga é um dos instrumentos de gestão, juntamente com planos, enquadramento dos corpos d'água, cobrança pelo uso entre outros. É necessária a concessão ou autorização de outorga de direito de uso da água para a utilização de determinado volume de água proveniente de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e para a execução de obras a eles associados, sem que alterem o seu regime, qualidade e quantidade. No Estado de Sergipe o sistema de outorgas foi instituído em 1997 no contexto da instituição do modelo estadual de recursos hídricos. Foi regulamentado em 1999 e implementado a partir do ano de 2000, estando atualmente cargo da SMARH/SRH, que emite três tipos de outorga: outorga prévia, outorga de direito de uso e outorga de obra. Os pequenos empreendimentos são autorizados sem a necessidade de outorga, porém é obrigatória a obtenção do certificado de dispensa de outorga. Conforme suas características específicas, os planos de negócio financiados pelo Projeto Dom Távora podem estar sujeitos a concessão de outorga.

67. Gestão florestal. A gestão de florestas públicas é objeto de disciplina federal, assim como a produção de mudas e sementes. A Lei 11.284/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas, determina a obrigatoriedade do compartilhamento da gestão florestal com os estados da federação, incluindo atribuições tais como a concessão da exploração de florestas e as ações de fiscalização correlatas. A exploração florestal está sujeita a aprovação e fiscalização de Plano de Manejo Florestal (PMF). O transporte de produtos florestais deve ser autorizado através da solicitação de uma Autorização para Transporte de Produtos Florestais (ATPF), no qual se especifica a origem e a quantidade a transportar. O corte e a supressão de vegetação estão sujeitos a autorização de desmatamento e de mudança de uso do solo. A emissão das autorizações e licenças está a cargo do governo estadual, através da SEMARH, por força de termo de cooperação técnica acordada com o IBAMA. Segundo suas características específicas, os planos de negócio financiados pelo Projeto Dom Távora podem estar sujeitos a concessão destas licenças e autorizações.

68. Proteção e conservação da biodiversidade. A conservação e proteção da biodiversidade são atribuição comum às três esferas de governo, abrangendo ações tais como a conservação de espécies ameaçadas de extinção, atualização da lista de espécies de fauna ameaçadas, monitoramento da biodiversidade, pesquisa e promoção de sistemas de manejo sustentável, conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade, identificação e políticas específicas para áreas prioritárias da biodiversidade. Na esfera federal está em curso o Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade-PROBIO-II, cujo agente executor é o Ministério do Meio Ambiente. Na área do Projeto são encontradas sete áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade para as quais há diagnóstico de problemas, valores e diretrizes de atuação.

69. Gestão de áreas protegidas. Figuram entre as áreas protegidas pela legislação brasileira as Unidades de Conservação - disciplinadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - e as categorias definidas no Código Florestal como áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente (APP). Todas têm em comum o fato de estarem sujeitas a estatutos especiais de uso, de ocupação do solo e de manejo de ecossistemas e recursos naturais. As Unidades de Conservação Ambiental –UCs destinam-se a proteger áreas com características naturais relevantes. Há doze categorias de UCs, organizadas em dois grandes grupos, as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. Cada uma delas corresponde a distintos objetivos, características e graus de proteção. Todos os entes federados podem instituir UCs. As Áreas de Preservação Permanente - APPs são as florestas e demais formas de vegetação natural situadas em situações especiais, tais como ao longo de rios e cursos d'água, ao redor de lagoas e reservatórios de água (naturais ou artificiais), nas nascentes, no topo de morros, montes, montanhas e serras e em encostas - e aquelas assim declaradas por lei. Elas têm rígidos limites de exploração. A supressão de vegetação nativa, corte de árvores e atividades de manejo de espécies nestas áreas estão condicionados a autorização prévia do órgão ambiental competente, para fins de utilidade pública ou interesse social. As Áreas de Reserva Legal são espaços territoriais dentro de propriedade ou posse rural, equivalente a no mínimo 20% do total, e excetuadas as áreas de preservação permanente. São espaços necessários à sustentabilidade dos recursos naturais, proteção de flora e fauna e reabilitação de processos ecológicos. Nestas áreas não é permitido o corte raso. Em Sergipe, são reconhecidas ademais como áreas protegidas as áreas de uso especial, dotadas de atributos especiais de valor ambiental e cultural, protegida ou não por instrumentos legais, na qual o Poder Público estadual pode estabelecer normas específicas de utilização para garantir sua conservação. Ademais, há normas que disciplinam bens ambientais específicos. Para a área do Projeto, além das UCs, das APPs e das áreas de Reserva legal nas propriedades rurais, interessa também a disciplina da conservação dos remanescentes de Mata Atlântica, instituída em 2006 e regulamentada em 2008, pois foram estabelecidos procedimentos simplificados para o uso sustentável da vegetação nativa da Mata Atlântica para pequenos produtores rurais e população

tradicional, os requisitos mínimos necessários para a coleta de subprodutos como folhas, frutos e sementes, manutenção da prática do pousio e da exploração de espécies arbóreas pioneiras.

70. Patrimônio histórico, arqueológico e cultural. Entende-se por patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial que contêm referência à identidade e memória de grupos sociais, nele incluídos uma gama diversificada de objetos: formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico e as cavidades naturais subterrâneas. Há vários instrumentos legais para proteção desse patrimônio. Um dos mais frequentemente utilizados é o instrumento do tombamento ambiental. O IPHAN é responsável pelo tombamento na esfera federal. Na esfera estadual, o órgão responsável é o SUBPAC – Subsecretaria de Estado de Patrimônio Histórico e Cultural da Casa Civil, recém criado (junho de 2009). Na área do Projeto há diversos sítios arqueológicos já reconhecidos pelo IPHAN, nos municípios de Neópolis, Poço Redondo, Santana do São Francisco, Canhoba e Ilha das Flores (Sergipe, 2010).

71. Pesticidas ou Agrotóxicos. São exigidos registros do agrotóxico e de seus componentes, e das pessoas físicas e jurídicas que com eles trabalham. Vigora o princípio da redução permanente da ação tóxica dos agrotóxicos. São estabelecidas exigências para a embalagem, rotulagem e publicidade, além de dispor que, quando organizações internacionais responsáveis pela saúde, alimentação e meio ambiente, das quais o Brasil seja membro integrante, desaconselhar o uso de agrotóxicos, caberá à autoridade competente tomar providências. O estado de Sergipe dispõe desde 1983 de legislação sobre agrotóxicos e biocidas.

72. Agricultura orgânica. Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele **in natura** ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. Segundo as normas brasileiras, os sistemas orgânicos de produção agropecuária são caracterizados pela adoção de técnicas específicas para a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, visando a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais e a minimização da dependência de energia não-renovável. Sempre que possível, são empregados métodos culturais, biológicos e mecânicos em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em todas as fases do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

73. Gestão de bacias hidrográficas. Os Comitês de Bacia Hidrográfica - CBHs são organismos colegiados integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituído em 1997. Suas principais competências são programar e aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, arbitrar conflitos pelo uso da água e interesses relacionados, estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água. No que diz respeito às bacias hidrográficas de Sergipe, os CBHs do rio São Francisco e do rio Sergipe foram instalados em 2001, o CBH do rio Piauí em 2005 e o do rio Japaratuba em 2007. Os rios Real e Vaza-barris ainda não têm CBHs. O CBH da Bacia do Rio São Francisco é mais ativo e dotado de recursos entre todos, sendo suas ações pautadas pelo Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e no Plano de Revitalização da bacia do rio São Francisco. As ações deste último são de interesse do Projeto pois pertencem à bacia 10 dos 15 municípios da área do Projeto. O Plano de Revitalização da bacia do rio São Francisco é coordenado pelo MMA e executado por diversos órgãos parceiros, tendo feito convênios relacionados à bacia sergipana do São Francisco no valor de R\$15 milhões (a maior parte destinada à instalação do sistema de recursos hídricos no estado). Nestes convênios estão envolvidos o MMA, o MINTER, o MDA, a CODEVASF e



outros parceiros. Na área do Projeto, há a citar como exemplos a recuperação de microbacias e proteção ambiental de comunidades quilombolas e apoio a UCs em Poço Redondo; limpeza e desassoreamento de córregos em Brejo grande; sistema de abastecimento de água em Pacatuba e em Poço Redondo; formação de multiplicadores do bioma caatinga com a EMDAGRO; capacitação de extensionistas e pequenos produtores para piscicultura e APLs no Baixo São Francisco, com a CODEVASF e o Instituto de Tecnologia e Pesquisa; assistência técnica e extensão para medidas de preservação e conservação de solo e água, com a ENDAGRO; incentivos econômicos para práticas conservacionistas de manejo de solo articuladas ao fortalecimento da mandiocultura e apicultura no Baixo São Francisco, em parceria com a SEPLAN; ações de saneamento ambiental nos municípios de Brejo Grande, Canhoba, Graccho Cardoso, Ilha das Flores, Japoatã, Neópolis e Pacatuba; e implantação de viveiros de mudas nativas da caatinga no Baixo São Francisco (MMA, 2009).

74. Responsabilidade Civil, Administrativa e Criminal. No Direito Brasileiro atual, o agente degradador do meio ambiente responde administrativa, civil e penalmente por danos ao meio ambiente, segundo o princípio da responsabilidade objetiva. São responsabilizadas pessoas físicas e jurídicas e são previstas sanções administrativas e penais para condutas consideradas lesivas ao meio ambiente.

75. A área de intervenção do Projeto Dom Távora está inscrita em duas linhas de ação referentes a questões ambientais globais que são objeto de políticas federais de abrangência nacional: a política nacional de combate à desertificação e política nacional de proteção à biodiversidade.

76. O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) é o documento norteador da ação governamental nas áreas susceptíveis à desertificação, às quais pertence a área do Projeto. O PAN-Brasil, coordenado pelo MMA, está centrado na busca da erradicação da pobreza e da desigualdade e no combate à degradação dos recursos naturais no semiárido brasileiro. O PAN também conta com a participação dos ministérios da Integração, do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de Ciência e Tecnologia, além da Sudene, do Dnocs, da Codevasf, do Instituto Nacional do Semiárido e da ONG ASA ( Articulação do Semiárido) e dos governos do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e, Minas Gerais. No estado de Sergipe está em andamento a elaboração do Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação (PAE-SE), a cargo da SEMARH.

77. A política nacional de proteção à biodiversidade está estruturada com sete componentes temáticos (conhecimento da biodiversidade, conservação da biodiversidade, uso sustentável dos componentes da biodiversidade, acompanhamento, avaliação, prevenção e mitigação dos impactos sobre a biodiversidade, acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais da biodiversidade e repartição dos benefícios, educação e sensibilização pública, fortalecimento jurídico e institucional para a gestão da biodiversidade) e sete componentes biogeográficos (os conjuntos de biomas brasileiros: Amazônia; Caatinga, Zona Costeira e Marinha; Mata Atlântica e Campos Sulinos; Cerrado e Pantanal). A área do Projeto se inscreve nas linhas de ação de proteção e conservação dos biomas Caatinga e Mata Atlântica.

78. As diretrizes do FIDA aplicáveis ao Projeto tratam dos seguintes temas: biodiversidade e gestão de áreas protegidas (OS-1), fertilizantes (OS-2), recursos florestais (OS-4), pastos (OS-6) e pesticidas (OS-9).

## V. IMPACTOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS E CATEGORIZAÇÃO DO PROJETO

79. São considerados para avaliação os impactos ambientais associados a intervenções físicas, intensificação ou alterações no modo de produção capazes de gerar impactos ambientais adversos e positivos, considerados os meios físico, biótico e sócio-econômico. A avaliação dos impactos ambientais do Projeto abrange exclusivamente as atividades a serem financiadas no Componente 1, realizada a partir das informações ora disponíveis. São a seguir sumarizados os impactos ambientais potenciais associados ao Projeto, em duas abordagens: (i) considerados os tipos de atividades potencialmente impactantes passíveis de financiamento e (ii) considerado o Projeto em seu conjunto.

### A. Análise ambiental do Componente 1: “Desenvolvimento de Negócios Rurais”

80. **Caprinocultura.** Atividades de produção de caprinos têm impactos potenciais muito diversos segundo os sistemas de exploração adotados (extensivo, semi-extensivo e intensivo), associados a distintos processos de degradação ambiental. As principais interações entre a atividade e o ambiente são o uso da água para dessedentação e a alimentação extraída do ambiente local – pastagens naturais ou cultivadas.

81. São considerados impactos ambientais associados à produção de caprinos em regime extensivo o superpastoreio, que altera a camada superficial do solo, por conta da redução da flora nativa e da degradação da vegetação por compactação de solos; a conversão de áreas de mata para pastos, ocasionando perda de florestas e de recursos biológicos; à perda de capacidade regenerativa e degradação do solo ocasionadas pelo pisoteio intensivo e uso do fogo; a contaminação de recursos hídricos pela permanência de animais junto a corpos d’água; a degradação do solo e da vegetação nas áreas próximas às fontes de água e impactos microclimáticos. Estes impactos podem, por sua vez, comprometer a sustentabilidade dos sistemas produtivos. A intensidade dos impactos previstos depende da espécie, porte e carga animal; do perfil dos ecossistemas e do seu respectivo valor ecológico. As medidas de mitigação compreendem (i) rotação de pastos com divisão de piquetes; (ii) manejo das áreas de pastagem, com replantio e produção de forragem; (iii) limitação do número de animais garantindo o respeito à capacidade suporte da área de pastoreio, (iv) controle da duração do pastoreio, (v) técnicas de manejo e conservação de solo e de água, (vi) replantio e produção de forragem, (vii) restrição de acesso dos animais a áreas sensíveis e protegidas, (viii) estratégias de manejo que protejam a biodiversidade, incluindo o controle de pragas, doenças e invasoras das pastagens sem o uso de agrotóxicos, sempre que possível; (ix) adoção de sistemas integrados de produção tais como os sistemas agrossilvopastoris, que podem aumentar a diversidade biológica local e reduzir o uso de agrotóxicos; (x) a implantação de bebedouros e abastecedores que, associados à rotação de pastos, podem ademais liberar áreas de proteção para recuperação ambiental e para a formação de corredores ecológicos, convertendo-se em impacto ambiental positivo; (xi) evitar fogo para limpeza de pastagens, (xii) evitar estabelecimento de pastagens em solos rasos, encharcados e pedregosos, (xiii) evitar o acesso dos animais a áreas de florestas nativas e ecologicamente sensíveis e (xiv) adotar sistemas agroflorestais (SAFs).

82. Os impactos potenciais relacionados ao regime intensivo de caprinocultura se referem especialmente à possibilidade de contaminação ambiental, na ausência de medidas de controle, ocasionada por concentração de nutrientes, resíduos líquidos e sólidos. A intensidade dos impactos ambientais é função da quantidade, das espécies e do porte dos animais, da origem e das características de sua alimentação. A concentração de resíduos líquidos e sólidos é capaz de contaminar solos, águas superficiais e subterrâneas e contribuir para a proliferação de vetores. O acúmulo de excremento nos currais também pode tornar-se um fator contaminante. As principais

medidas mitigadoras são: (i) adequada localização de estábulos, estabelecendo distâncias adequadas com os assentamentos humanos, corpos d'água e áreas sensíveis; (ii) adoção de medidas adequadas para o armazenamento, tratamento, utilização e disposição dos resíduos líquidos e sólidos. A transformação de regimes extensivos em intensivos, adequadamente manejados, pode acarretar impactos ambientais positivos.

**83. Beneficiamento de pescado cultivado** (evisceração, limpeza, embalagem e refrigeração). O processamento de pescado compreende a recepção, limpeza, pré-cozimento, conservação e empacotamento, realizado através de diferentes técnicas. Há grande variação entre os produtos residuais, volume e características de águas residuárias. Efluentes líquidos podem degradar a qualidade dos corpos d'água e ecossistemas aquáticos. O uso excessivo de água pode comprometer outros usos em situação de escassez de recursos hídricos e competição com usos mais importantes. Resíduos sólidos podem contaminar solos e corpos hídricos. Medidas mitigadoras incluem estudo detalhado da localização do empreendimento, em particular proximidade de fontes de água disponíveis, distância de áreas ecologicamente sensíveis, disponibilidade de pontos de descarga adequados, tratamento de efluentes hídricos e de eventuais efluentes atmosféricos. Resíduos sólidos não aproveitados devem ir para aterros adequados de maneira a não apresentar risco à saúde. Resíduos sólidos podem ser reutilizados em produção de rações e iscas.

**84. Aqüicultura (ostreicultura).** A aqüicultura necessita de aporte de água, fertilizantes, rações e produtos veterinários eventualmente lançados no ambiente. Trata-se de atividade que depende da qualidade dos ecossistemas locais e, especialmente, de quantidade e qualidade de água. As interações entre a aqüicultura e o meio ambiente são estabelecidas pelos usos alternativos /competitivos dos recursos água, do solo, pela alimentação das espécies (vitaminas, minerais e rações, que contêm fósforo e nitrogênio). Os procedimentos técnicos variam com as espécies de cultivo (por exemplo, são distintos os procedimentos de cultivo de tilápias, ostras, rãs, camarões e plantas), tecnologias adotadas e condição dos tanques (fechados ou em ambiente aberto). Os potenciais impactos ambientais estão associados à degradação de fauna e flora locais, decorrentes do desmatamento e limpeza da vegetação para a construção de tanques e viveiros; à ocupação de áreas ecologicamente sensíveis e sua conseqüente degradação; à alteração do fluxo, da qualidade e da disponibilidade de água demandada por outros usos conflitantes com a aqüicultura; ao lançamento de efluentes capazes de acelerar o processo de eutrofização do corpo d'água receptor e de contaminá-lo e aos ecossistemas aquáticos, quando sobrecarregada a capacidade de assimilação dos ecossistemas pelos efluentes dos viveiros. Em tanques confinados há riscos de eutrofização da sua água e transmissão de doenças por acumulação de agentes patogênicos. A introdução de espécies exóticas em corpos d'água pode impactar espécies nativas. Produtos usados no manejo dos cultivos podem contaminar o ambiente. Entre as medidas mitigadoras se destacam: determinar a capacidade-suporte dos recursos hídricos a serem utilizados; monitorar parâmetros físicos, químicos e biológicos da água; controle da relação entre biomassa e área de cultivo; controle do lançamento de alimento por área de cultivo; evitar áreas ambientalmente sensíveis; localizar tanques de forma integrada aos demais usos do recurso hídrico; utilizar a água dos tanques para usos compatíveis, removendo previamente os poluentes; evitar a introdução de espécies exóticas a não ser que explicitada a ausência de risco.

**85. Avicultura caipira.** É recente o questionamento ambiental sobre as atividades avícolas de corte ou de postura, por ser reduzida a percepção dos problemas ambientais a ela associados, principalmente se comparada a avicultura caipira à suinocultura. Os principais fatores potencialmente degradadores do meio ambiente são a produção de esterco diário fresco, camas de aviário (ninhos / camas-de-frango), aves mortas e dejetos do abate, sendo este último fator bem mais importante no caso da avicultura de corte. Medidas mitigadoras para estes impactos potenciais demandam uma abordagem preventiva que inclui, além de estudos das características zootécnicas, hídrica,

edafoclimáticas, sociais e econômicas, e as áreas ambientalmente sensíveis, os seguintes procedimentos: (i) identificação prévia da composição dos resíduos (camas de aviários e carcaças, principalmente) a serem gerados para dimensionamento do sistema de tratamento; (ii) determinação prévia da capacidade suporte dos recursos naturais em receber os resíduos, em particular a disponibilidade de água, selecionando-se fonte de água sustentável; (iii) seleção de indicadores ambientais para monitoramento da atividade; (iv) identificação prévia de outras cadeiras produtivas que possam consorciar-se com a avicultura; (v) determinação das principais disfunções que possam ser causadas pelos resíduos com levantamento de sintomas e socorros necessários; e (vi) definição de um manejo adequado de resíduos, com reaproveitamento sempre que possível, de acordo com as boas práticas de produção. Dentre as medidas preventivas estão ainda (vii) evitar contaminação e veiculação de organismos e de resíduos (ninhos, camas de aviários e aves mortas); (viii) proteção dos corpos hídricos em relação às cargas poluidoras e o acesso de animais; (ix) tratamento dos resíduos através de procedimentos adequados tais como compostagem e biodigestão anaeróbia, gerando compostos e biofertilizantes; (x) estudo do aproveitamento da cama de frango como adubo nas lavouras, segundo boas práticas; e (xi) prever sistema de compostagem emergencial em leira e sistemas de drenagem (PALHARES, sd; PALHARES, 2003).

**86. Beneficiamento da produção avícola** (abate, embalagem e refrigeração). O processo de abate e processamento resulta no consumo de quantidades significativas de água contaminada com resíduos gerados pela atividade, tais como restos alimentares, conteúdo intestinal, sangue, gordura, vísceras não comestíveis, penas, carcaças e partes de carcaças, bactérias e outros contaminantes de solo e corpos d'água, além da geração de odores. Efluentes líquidos também podem degradar a qualidade dos corpos d'água receptores e ecossistemas aquáticos associados a este. O uso excessivo de água pode comprometer outros usos em situação de escassez de recursos hídricos. Resíduos sólidos não aproveitados devem ser destinados a aterros adequados de maneira a evitar risco à saúde. Medidas mitigadoras incluem o planejamento da gestão ambiental da atividade, incluindo estudo detalhado da localização do empreendimento, em particular garantindo distância de áreas ecologicamente sensíveis, proximidade de fontes de água disponíveis, disponibilidade de pontos de descarga adequados, tratamento de efluentes hídricos e de eventuais efluentes atmosféricos; instalação de sistemas adequados de tratamento tais como lagoas de decantação e fermentação anaeróbica; e sistemas adequados de drenagem.

**87. Apicultura e produção de pólen.** A extração de mel é considerada uma atividade de baixo impacto ambiental, que ademais transforma o agricultor em um defensor dos recursos florestais e favorece a manutenção da biodiversidade através da polinização. O pólen coletado pelas abelhas é coletado pelo apicultor através de equipamentos especiais (trampas) colocados na entrada da colméia ou na câmara de cria. É necessário conhecer o pasto apícola, recuperar sua flora, manter a floresta protegida do desmatamento e da contaminação por agrotóxicos. Os principais impactos potenciais associados à apicultura e colheita de pólen são relacionados à extração predatória, que utiliza o fogo e machado, à contaminação e à destruição do pasto apícola. A extração, beneficiamento, envasamento e armazenamento do mel devem ser feitas em condições adequadas de higiene. Utilizando-se técnicas corretas de coleta, a apicultura é uma atividade ambientalmente sustentável, pois não há derrubada de formações vegetais nativas para sua implantação. É de se esperar efeitos positivos associados à melhoria na polinização de culturas locais.

**88. Beneficiamento de produtos apícolas** (coleção e embalagem de pólen). Não há impactos ambientais significativos associados a esta atividade, uma vez adotadas boas práticas de produção no que diz respeito à segurança sanitária e higiene. O beneficiamento do pólen é feito através de diversas práticas artesanais e também com o emprego de tecnologias. Ele abrange a coleção e deposição em recipiente, primeira limpeza, desidratação em estufas de ventilação, congelamento, secagem, segunda

limpeza (freqüentemente feita através do uso de soprador), classificação através de peneiras, catação, embalagem e armazenamento.

89. **Beneficiamento de fruticultura especial** (entre outros, umbu e mangaba). Os métodos de beneficiamento de frutas geralmente utilizados incluem limpeza, classificação, retirada de pele e de casca, classificação por tamanho, estabilização e processamento (doces, sucos, geléias, vinho). Os principais impactos ambientais potenciais variam de acordo com a espécie, o porte do empreendimento e as técnicas utilizadas. Entretanto, geralmente na lavagem e enxágüe são demandadas grandes quantidades de água, com ou sem detergentes. Durante a lavagem há eliminação de terra, agrotóxicos e cascas. Os impactos potenciais do beneficiamento do cultivo em regime tradicional dizem respeito ao uso excessivo de água em situações de competição com outros usos mais importantes (abastecimento humano e animal), à contaminação dos solos, água, fauna e flora por águas residuais (de enxágüe, branqueamento, refrigeração e limpeza), por agrotóxicos e fertilizantes; e à conversão de habitats naturais em áreas de cultivo. Medidas mitigadoras compreendem (i) o uso do controle biológico e manejo integrado de pragas, evitando ao máximo a utilização de agrotóxicos, (ii) a não-conversão de áreas de habitats naturais, (iii) a seleção de boas práticas de produção agrícola, incluindo sistemas agro-ecológicos, que acarretará impactos ambientais positivos, (iv) redução de águas residuais e de cargas de contaminação e, de uma forma mais ampla, (v) a gestão de águas.

90. **Produção de vestuário e artesanato.** Atividades de artesanato devem ter seu potencial impacto ambiental avaliado em relação à demanda energética (no caso da cerâmica, uso de lenha), uso e armazenamento de insumos (no caso do couro, corantes), processo produtivo, deposição de resíduos e consumo de água. A geração de resíduos e efluentes e modos de destinação final, que podem contaminar solos e águas, pode ser mitigada com adequados sistemas de tratamento de resíduos e efluentes. O artesanato de bordados e rendas é desprovido de capacidade de impacto do meio ambiente.

91. **Turismo rural.** Impactos ambientais associados ao desenvolvimento de atividades turísticas em meio rural abrangem processos adversos e benéficos. Entre os impactos negativos estão a marginalização das populações locais em relação aos benefícios econômicos do turismo; a proliferação desordenada de construções e de áreas urbanizadas; aumento da pressão sobre os bens ambientais e desrespeito à sua capacidade de carga (ou capacidade suporte); degradação da paisagem; sobrecarga dos sistemas de infra-estrutura – especialmente energia elétrica, água e esgotamento sanitário – e de equipamentos públicos – especialmente de saúde – gerada pela demanda adicional dos contingentes de turistas; geração de resíduos sólidos adicionais; criação de “enclaves” no meio rural; surgimento de tensões entre a população local e os contingentes de turistas; deterioração da cultura local. Entre os impactos positivos estão o aumento de renda das populações locais e melhor acesso para comunidades isoladas, recuperação e conservação de recursos turísticos. Uma estratégia de mitigação dos impactos adversos inclui a gestão adequada dos bens ecológicos e culturais objeto de atração turística, com a determinação das formas e da capacidade suporte dos bens ambientais para os usos previstos, da implementação de sistemas de infra-estrutura e equipamentos adequados, e da disponibilidade de recursos humanos capacitados.

## **B. Análise Global dos Impactos ambientais e Categorização do Projeto**

92. Analisando-se as atividades passíveis de financiamento através do Componente 1 à luz da literatura especializada e das experiências de implantação de atividades de natureza similar; e considerando-se a ordem de grandeza dos recursos a serem aplicados em cada Plano de negócio, constata-se que não são esperados potenciais impactos ambientais adversos significativos. Impactos ambientais eventualmente associados às atividades a serem financiadas seriam passíveis de mitigação através de alternativas

técnicas já disponíveis para tratá-los adequadamente, assim como para maximizar os potenciais impactos positivos.

93. Em se tratando de um projeto apoiado na participação da população beneficiária e definido segundo a demanda, no Projeto Dom Távora não podem ser conhecidos de antemão a localização, o porte e o desenho das atividades a serem financiadas. Nestas circunstâncias, a garantia de que as atividades estarão isentas de impactos ambientais, e que serão consideradas as características das áreas ambientalmente notáveis e sensíveis, será dada pela inclusão, no ciclo do Projeto, de uma estratégia ambiental que inclua a avaliação ambiental como elemento prévio ao processo decisório: as propostas dos Planos de Negócio deverão conter uma análise e avaliação ambiental que subsidie o processo de seleção e decisão sobre o financiamento. Para as etapas subsequentes, deverão ser definidas medidas, critérios e mecanismos que garantam a minimização dos impactos ambientais potenciais adversos e maximização de impactos positivos para cada tipo de atividade elegível para financiamento e para o Projeto em seu conjunto.

94. Pelo fato de apoiar-se sobre um processo participativo de interação com a população beneficiária, o Projeto Dom Távora demonstra um potencial significativo para promover a melhoria das condições ambientais da área de intervenção, através (i) da promoção de comportamentos alternativos aos que tradicionalmente ocasionam impactos ambientais, (ii) através da construção de sinergias positivas com ações ambientais co-localizadas e (iii) do aproveitamento do conhecimento acumulado sobre as questões ambientais na região e as alternativas de uso, conservação e manejo sustentável dos recursos ambientais ali presentes.

95. Não são esperados impactos adversos cumulativos. Consideradas as diretrizes gerais de mitigação e neutralização de impactos, é de se esperar que não ocorram impactos ambientais adversos de importância. Todos os impactos ambientais potenciais previstos podem ser controlados, mitigados e neutralizados desde a etapa de desenho do Projeto.

96. Considerando-se a tipologia de Projetos estabelecida pelo FIDA para fins ambientais, e a integração da avaliação de impacto ambiental no ciclo do Projeto através da adoção de uma estratégia ambiental, conclui-se que este Projeto se enquadra na categoria B<sup>12</sup>.

## **VI. RECOMENDAÇÕES PARA AS ETAPAS POSTERIORES**

97. Nesta Seção são especificadas as diretrizes para a adoção de uma estratégia ambiental para o Projeto Dom Távora, que inclui os procedimentos de avaliação ambiental das propostas como elemento integrante do Projeto e considera as especificidades ambientais e jurídico-institucionais apresentadas nas Seções anteriores.

---

<sup>12</sup> A classificação do FIDA é baseada na probabilidade e significância dos possíveis impactos ambientais, em função da natureza e escala das atividades do Projeto, das características da localização do projeto e da sensibilidade das questões ambientais e da magnitude dos possíveis impactos. Os impactos da categoria B são menos significativos que os da categoria A, não tão sensíveis, numerosos, importantes ou diversos. Poucos impactos ou nenhum impacto é irreversível e as medidas mitigadoras podem ser facilmente desenhadas. Os projetos Categoria A são aqueles que provavelmente provocarão impactos diversos, abrangentes, em situações de sensibilidade, amplos, setoriais e que estabelecem precedentes (... ) Exemplos de Projetos categoria B são a construção e reabilitação de estradas rurais em áreas não-sensíveis, irrigação em pequena escala e projetos de drenagem (exceto em manguezais) (IFAD, 1994).

## **A. Estratégia Ambiental do Projeto: Condicionantes**

98. A análise ambiental do Projeto Dom Távora revelou três aspectos particularmente importantes que recomendam uma abordagem dos aspectos ambientais sistematizada em uma estratégia ambiental para o Projeto como um todo. São eles: (i) a necessidade de disciplina ambiental das atividades a serem financiadas de acordo com as normas jurídico-institucionais ambientais e com as diretrizes FIDA, (ii) a garantia de sustentabilidade ambiental aos arranjos produtivos a serem apoiados pelo Projeto que necessitam de insumos ambientais, em um quadro no qual se mesclam oportunidades de exploração sustentável de bens ambientais e severos processos de degradação ambiental, que levaram à exaustão de recursos em diversos locais; e (iii) a conveniência de alinhamento do Projeto com as políticas ambientais incidentes sobre sua área de atuação.

99. Estas interfaces apontam quatro principais desafios de ordem ambiental relacionados respectivamente ao público-alvo, à área do Projeto, ao desenho dos Componentes do Projeto e ao campo das políticas ambientais, enunciados a seguir: (a) No que diz respeito ao público-alvo, trata-se de mudar comportamentos tradicionais do produtor rural, de modo a substituir práticas predatórias tradicionais pelo uso e conservação sustentável dos bens ambientais; (b) No que tange à área do Projeto, há que considerar os condicionantes ambientais locais, oportunidades e restrições ambientais, que apresentam importantes variações locais; (c) Quanto às atividades a serem financiadas, os componentes do Projeto devem considerar tanto a disciplina ambiental que lhes enquadra quanto a necessidade de minimizar impactos potenciais adversos, quanto as ameaças à viabilidade ambiental de atividades econômicas contidas nas situações de intensa degradação ambiental e, especialmente, oportunidades de geração de renda que trazem melhorias ambientais; (d) Quanto às iniciativas de política ambiental em curso na região, trata-se de dialogar com atores institucionais da área ambiental capazes de contribuir com o Projeto, especialmente no que diz respeito à troca de experiências sobre técnicas e métodos sustentáveis de manejo ambiental, ao combate à desertificação, proteção à biodiversidade e degradação dos solos.

100. Para o FIDA, o enfrentamento destes desafios não parte do zero: já se conta com um acervo de conhecimentos acumulados pela instituição ao longo da trajetória de ação no Nordeste. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos de Reforma Agrária do Semi-árido Nordeste (Dom Helder Câmara), implementado a partir de 2000, aportou impactos ambientais benéficos através da promoção da produção agro-ecológica e de técnicas de manejo sustentável da caatinga, do apoio à mudança de insumos em substituição ao uso indiscriminado de agrotóxicos, da introdução de métodos de armazenamento de água e de espécies forrageiras compatíveis com a vegetação nativa, de métodos racionais de irrigação, da criação de galinha caipira tradicional, da apicultura e de barragens subterrâneas. No Projeto de Apoio às Famílias de Baixa Renda no Semi-árido de Sergipe / PRO-SERTÃO, atuante em vários municípios sergipanos no período 1995-2003, foram difundidas práticas agrícolas amigáveis ao meio ambiente tais como conservação de solos e realizada capacitação de multiplicadores para convivência com o semi-árido. No Projeto de Manejo Sustentável de Terras no Sertão / GEF-SERTÃO, atualmente em final de execução, as ações foram concertadas em função do objetivo de promover práticas inovadoras de manejo sustentável das terras e dos demais recursos naturais, incluindo entre outros consórcios agro-ecológicos com algodão orgânico, conversão agro-ecológica de horas e pomares e recuperação do passivo ambiental de assentamentos, além da implementação de um fundo de incentivos ambientais e experiências no campo da eficiência energética.

## **B. A Estratégia Ambiental do Projeto Dom Távora para o Meio Ambiente: Objetivos e Prioridades**

101. A estratégia ambiental do Projeto Dom Távora compreende os seguintes objetivos: (i) enquadrar as atividades a serem financiadas na moldura jurídico-institucional ambiental e nas diretrizes FIDA, (ii) avaliar os potenciais impactos ambientais associados às atividades a serem financiadas, garantindo a minimização dos potenciais impactos ambientais negativos e a maximização dos impactos ambientais positivos; (iii) adotar as melhores práticas e métodos para as atividades a serem financiadas, colaborando para a promoção de uma cultura pró-defesa do meio ambiente na região e (iv) dialogar com atores relevantes no campo das políticas públicas ambientais sobre temas de interesse do Projeto.

102. No enquadramento na moldura jurídico-institucional ambiental, serão enfatizados os seguintes aspectos: (i) respeito às restrições e exigências de áreas notáveis e protegidas, especialmente a Reserva Biológica Santa Isabel, a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte, os sítios arqueológicos já identificados pelo IPHAN e as áreas consideradas prioritárias para a conservação da biodiversidade, (ii) adequação à legislação ambiental das propriedades rurais nas quais serão implementadas atividades financiadas, particularmente no que se refere às áreas de Reserva Legal - RL e Áreas de Preservação Permanente – APPs, e (iii) obtenção das licenças e autorizações ambientais previamente à concessão de financiamentos.

103. A avaliação dos potenciais impactos ambientais será realizada no âmbito de cada uma das atividades passíveis de financiamento, em particular os planos de negócio.

104. A seleção das melhores técnicas e métodos para as atividades a serem financiadas se apoiará no acervo de conhecimentos já acumulados pelos atores institucionais relevantes na região sobre (i) o manejo sustentável dos recursos ambientais, (ii) a convivência com o semi-árido, (iii) a conservação da biodiversidade e (iv) o combate à desertificação. Estão incluídos entre os atores institucionais relevantes, além dos parceiros do FIDA atuantes nos projetos citados, o Ministério do Meio Ambiente e os órgãos de pesquisa que têm se dedicado à investigação sobre os biomas Caatinga e Mata Atlântica na região.

105. Além dos aspectos citados acima, o diálogo com os atores institucionais relevantes do campo da política ambiental de interesse para o Projeto visará o conhecimento das ações institucionais na região e de parceiros potenciais, permitindo o alinhamento das ações a serem financiadas com as diretrizes ambientais vigentes.

## **C. Instrumentos de Implementação da Estratégia Ambiental do Projeto Dom Távora**

106. Para minimizar os potenciais impactos ambientais negativos e maximizar os impactos ambientais positivos associados às ações a serem financiadas, serão utilizados os seguintes instrumentos:

- (i) Sistema de verificação (*screening*) e avaliação de impacto ambiental – AIA das propostas de financiamento incorporado a todas as fases do ciclo do Projeto. Estes estudos deverão conter informações sobre presença em área de influência de: (a) áreas protegidas estabelecidas no Código Florestal, (b) Unidades de Conservação, (c) áreas consideradas prioritárias para a conservação da biodiversidade, e (d) áreas especialmente vulneráveis à desertificação. Deverá ser especificada a situação das áreas de Reserva Legal - RL e Áreas de Preservação Permanente – APP das propriedades rurais nas quais serão implementadas atividades financiadas, considerando a adequação ambiental das propriedades como condição à obtenção do financiamento;



- (ii) Estudos de impacto ambiental para Planos de Negócio de maior porte nas etapas de pré-viabilidade e viabilidade;
- (iii) Condicionalidades ambientais para a aprovação de propostas de financiamento, compreendendo a mitigação, neutralização, controle, monitoramento e compensação de impactos ambientais. Estas condicionalidades (medidas de controle ambiental preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias) serão incorporadas às cláusulas de contratos e demais tipos de termo de compromisso que formalizam a transferência de recursos aos beneficiários;
- (iv) Sistema de supervisão e monitoramento do cumprimento das condicionalidades ambientais vinculadas à aprovação de propostas de financiamento;
- (v) Indicadores de desempenho das atividades ambientais; e
- (vi) Apoio e capacitação dos beneficiários do Projeto Dom Távora para elaboração de estudos, identificação de impactos e observação das condicionalidades.

107. Os impactos ambientais positivos do Projeto podem ser ampliados através do financiamento de planos de negócios que ao mesmo tempo proporcionem a geração de renda e ganhos ambientais locais, tais como: manejo florestal e reflorestamento; produção de remédios e demais produtos da “farmácia viva”; exploração sustentável de plantas nativas, ornamentais e medicinais; conservação e recuperação de matas ciliares; recomposição de áreas degradadas; adequação ambiental das propriedades rurais; suporte a atividades sustentáveis de turismo tais como ecoturismo, turismo rural, esportivo, cultural e de aventura; agropecuária agro-ecológica e orgânica, incluindo conversão de sistemas convencionais para sistemas agro-ecológicos e orgânicos; e aumento de eficiência energética.

108. Para adotar as melhores práticas e métodos para as atividades a serem financiadas, além da experiência acumulada pelo FIDA nos projetos já implementados, serão consideradas as experiências bem sucedidas desenvolvidas pelos projetos do Ministério do Meio Ambiente na região, projetos financiados pelo Fundo Global para o Meio Ambiente / GEF na região, projetos ambientais promovidos pela CODEVASF, as experiências promovidas pelas várias unidades da EMBRAPA que mantêm interfaces com o Projeto e demais órgãos de pesquisa, integrando as principais lições aprendidas ao desenho das propostas de financiamento. Em particular há a mencionar os trabalhos para o zoneamento ecológico e o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, o zoneamento agro-ecológico elaborado pela EMBRAPA, as experiências de manejo sustentável de recursos madeireiros e não-madeireiros realizadas pelo Projeto “Demonstrações de Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas na Caatinga” (GEF Caatinga), as experiências do Projeto “Conservação e manejo sustentável do bioma Caatinga” (GEF Mata Branca), apoiado pelo GEF e executado pelo Banco Mundial com parceiros nos estados do Ceará e Bahia, as iniciativas tomadas pelo Projeto assim como as iniciativas tomadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica da bacia do rio São Francisco interferentes com a área do Projeto.

109. Para o enquadramento do Projeto na moldura jurídico-institucional, deverão ser integrados ao ciclo do Projeto os seguintes fatores:

- (i) Exigir dos beneficiários de obtenção de todas as licenças e autorizações ambientais pertinentes, previamente à concessão de financiamentos;
- (ii) Manter constante articulação com os órgãos ambientais responsáveis por licenciamento, fiscalização e controle ambiental, atuantes na área do Projeto Dom Távora, identificando formas de apoio ao Projeto e maneiras de se superar as fragilidades institucionais dos órgãos de regulação ambiental;

- (iii) Observar demais aspectos pertinentes estabelecidos na legislação ambiental e nas diretrizes FIDA; e
- (iv) Apoiar e capacitar os beneficiários do Projeto Dom Távora para a mencionada obtenção de licenças e autorizações.

110. Para dialogar com atores relevantes no campo das políticas públicas ambientais sobre temas relevantes para o Projeto, serão realizadas as seguintes atividades:

- (a) Levantamento sistemático das ações de defesa ambiental em implantação na área de intervenção do Projeto Dom Távora – tais como as iniciativas sobre as *Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira* e demais ações nos temas desenvolvidas pelo Núcleo Bioma Caatinga do Ministério do Meio Ambiente; o programa de revitalização da bacia do rio São Francisco; os programas de turismo sustentável para o Baixo São Francisco e para os pólos de turismo identificados na área do Projeto;
- (b) Levantamento e contatos com organizações governamentais e não governamentais atuantes na região, assim como multiplicadores de conhecimentos sobre os biomas Caatinga e Mata Atlântica; e
- (c) Identificação e contatos com fontes de financiamento de ações ambientais, públicas e privadas, que venham a complementar os recursos do Projeto para cumprimento de seus objetivos – tais como o Fundo Global para o Meio Ambiente /GEF, o Fundo Nacional do Meio Ambiente /FNMA, a Fundação Banco do Brasil e o Banco do Nordeste / BNB.

## Anexo 1 – Custos de licenciamento ambiental e de outorga de direito de uso de recursos hídricos

### 1.1 Custos de licenciamento ambiental (licença prévia, licença de instalação e licença de operação) de atividades selecionadas. Valores 2010, fonte: ADEMA, 2010

Criação de animais sem abate (avicultura)		ÁREA DO PROJETO(ha)				
(Atividade 01.01)		≤ 0,3	> 0,3 ≤ 0,5	> 0,5 ≤ 1,5	> 1,5 ≤ 2,5	> 2,5
Potencial Poluidor-Degradador/ PPD	MÉDIO					
Nº Cabeças por Ciclo de Produção	≤ 3000	1657,84	1243,28	1023,96	804,54	731,4
	> 3000 ≤ 8000	2413,62	1657,84	1243,28	1023,96	804,54
	> 8000 ≤ 20000	4827,24	3388,82	2413,62	1657,84	1243,28
	> 20000 ≤ 50000	6972,68	4827,24	3388,82	2413,62	1657,84
	> 50000	14359,82	10532,16	6972,68	4827,24	3388,82

Criação de animais sem abate -caprinocultura		INTENSIVO					EXTENSIVO				
(Atividade 01.01)		ÁREA (ha)					ÁREA (ha)				
Potencial Poluidor-Degradador	MÉDIO	≤ 10	> 10 ≤ 30	> 30 ≤ 70	> 70 ≤ 200	> 200	> 50	> 50 ≤ 250	> 250 ≤ 600	> 600 ≤ 1500	> 1500
Nº Cabeças	≤ 100	2413,62	<b>1657,84</b>	<b>1243,28</b>	1023,96	804,54	2413,62	<b>1657,84</b>	<b>1243,28</b>	1023,96	804,54
	> 100 ≤ 300	3388,82	2413,62	<b>1657,84</b>	<b>1243,28</b>	1023,96	3388,82	2413,62	<b>1657,84</b>	<b>1243,28</b>	1023,96
	> 300 ≤ 700	6972,68	4827,24	3388,82	2413,62	<b>1657,84</b>	6972,68	4827,24	3388,82	2413,62	<b>1657,84</b>
	> 700 ≤ 2000	10532,16	6972,68	4827,24	3388,82	2413,62	10532,16	6972,68	4827,24	3388,82	2413,62
	> 2000	14359,82	10532,16	6972,68	4827,24	3388,82	14359,82	10532,16	6972,68	4827,24	3388,82

Criação de animais sem abate (Ovinocultura)		INTENSIVO [1]					EXTENSIVO				
(Atividade 01.01)		ÁREA (ha)					ÁREA (ha)				
Potencial Poluidor-Degradador	MÉDIO	≤ 10	> 10 ≤ 30	> 30 ≤ 70	> 70 ≤ 200	> 200	> 50	> 50 ≤ 250	> 250 ≤ 600	> 600 ≤ 1500	> 1500
Nº Cabeças por Ciclo de Produção	≤ 100	2413,62	<b>1657,84</b>	1243,28	1023,96	804,54	2413,62	<b>1657,84</b>	<b>1243,28</b>	1023,96	804,54
	> 100 ≤ 300	3388,82	2413,62	<b>1657,84</b>	<b>1243,28</b>	1023,96	3388,82	2413,62	<b>1657,84</b>	<b>1243,28</b>	1023,96
	> 300 ≤ 700	6972,68	4827,24	3388,82	2413,62	<b>1657,84</b>	6972,68	4827,24	3388,82	2413,62	<b>1657,84</b>
	> 700 ≤ 2000	10532,16	6972,68	4827,24	3388,82	2413,62	10532,16	6972,68	4827,24	3388,82	2413,62
	> 2000	14359,82	10532,16	6972,68	4827,24	3388,82	14359,82	10532,16	6972,68	4827,24	3388,82

<b>Beneficiamento de mel de abelha</b>		<b>Potencial Poluidor</b>
<b>(Atividade 08.08)</b>		<b>BAIXO</b>
<b>PORTE</b>	Micro Pequeno Médio Grande Excepcional	731,40 1023,96 <b>1243,28</b> <b>1657,84</b> 2413,62
<b>Beneficiamento de mandioca – farinha</b>		PPD:
<b>(Atividade 08.06)</b>		ALTO
<b>PORTE</b>	Micro Pequeno Médio Grande Excepcional	<b>1243,28</b> <b>1657,84</b> 3388,82 10532,16 14359,82
<b>Beneficiamento de frutas e suas polpas</b>		<b>Potencial Poluidor</b>
<b>(Atividade 08.05)</b>		<b>MÉDIO</b>
<b>PORTE</b>	Micro Pequeno Médio Grande Excepcional	804,54 1023,96 <b>1657,84</b> 4827,24 10532,16
<b>Piscicultura Criação de peixes ornamentais</b>		<b>Potencial Poluidor</b>
<b>(Atividade 02.05)</b>		<b>BAIXO</b>
<b>PORTE</b>	Micro Pequeno Médio Grande Excepcional	633,88 804,54 1023,96 <b>1243,28</b> 1657,84
<b>Piscicultura Produção de Alevinos</b>		<b>Potencial Poluidor</b>
<b>(Atividade 02.04)</b>		<b>MÉDIO</b>
<b>PORTE</b>	Micro Pequeno Médio Grande Excepcional	804,54 1023,96 <b>1243,28</b> 2413,62 3388,82
<b>Piscicultura</b>		<b>PPD: MÉDIO</b>
<b>(Atividade 02.03)</b>		
<b>PORTE</b>	Micro Pequeno Médio Grande Excepcional	<b>1243,28</b> <b>1657,84</b> 2413,62 3388,82 6972,68

## **Custos de outorga de direito de uso de recursos hídricos, fonte SEMARH/SRH, 2010**

### **OUTORGA PRÉVIA**

Implantação de empreendimento de grande porte. \_\_\_\_\_ R\$ 251,29

### **OUTORGA DE OBRA**

Execução de obras de barramento em rios e riachos; barragens e açudes. \_\_\_\_\_ R\$ 309,28

Perfuração de poço tubular profundo \_\_\_\_\_ R\$ 251,29

Canalização, retificação, dragagem, desassoreamento, drenagem, limpeza de margens, proteção de leito de rio, etc. \_\_\_\_\_ R\$ 251,29

Construção ou execução de qualquer obra hidráulica ou qualquer obra que interfira no regime, na quantidade ou qualidade da água. \_\_\_\_\_ R\$ 251,29

Construção de estrutura de lançamento de efluentes, de águas residuárias ou de esgotos domésticos \_\_\_\_\_ R\$ 251,29

### **OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Captação, derivação ou extração de água para qualquer empreendimento rural, exceto irrigação, comunitário ou não. \_\_\_\_\_ R\$ 251,29

Captação, derivação ou extração de água para irrigação com área até 3,0 hectares, comunitária ou não \_\_\_\_\_ \$ 19,33

Captação, derivação ou extração de água para irrigação com área de 3,0 hectares até 20,0 hectares, comunitária ou não \_\_\_\_\_ R\$ 19,33 + 0,96/há

Captação, derivação ou extração de água para irrigação com área superior a 20,0 hectares, comunitária ou não. \_\_\_\_\_ R\$ 212,63 + 0,96/ha

Captação, derivação ou extração de água para abastecimento de água, urbano ou rural \_\_\_\_\_ R\$ 541,24

Captação, derivação ou extração de água para empreendimento industrial: processamento, resfriamento, caldeira, uso sanitário, combate a incêndios, etc. \_\_\_\_\_ R\$ 541,24

Captação, derivação ou extração de água para empreendimento comercial: usos consultivos diversos. \_\_\_\_\_ R\$ 541,24

Lançamento de efluentes líquidos ou gasosos sobre manancial superficial, com finalidade de diluição e disposição \_\_\_\_\_ R\$ 541,24

## Anexo 2 - Áreas Ambientais Notáveis da Área do Projeto segundo os Municípios

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	ASD	Áreas de Valor Ambiental UCs, Terras Indígenas, Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade e outros	Observações diversas
<b>AGRESTE CENTRAL</b>  APLs: Mandiocultura Cerâmica vermelha Ovinocaprinocultura Apicultura Outros: Carrocerias.	Carira	Sub-úmido seco	<i>Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da caatinga:</i> <b>CA038 – Caminho de Lampião</b> (1815 km²) Importância: insuficientemente conhecida; Prioridade de ação: alta. Oportunidades: potencial para turismo histórico e uso extrativista para artesanato. Ameaças: olarias e extração de madeira.	Pastagem plantada e agricultura de subsistência Degradação de solo moderada, de vegetação severa e moderada susceptibilidade à erosão  BH Rio Sergipe (parcial). Tem CBH criada em 2005  BH Rio Vazabarris (parcial). Tem CBH.  Sua sede municipal está fora do Projeto Águas do Sergipe (Sergipe-Banco Mundial)
	N. Sra. Aparecida	Sub-úmido seco	<i>Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da caatinga:</i> <b>CA039- Guigó de Coimbra</b> (1603 km²) Importância: extremamente alta Prioridade de ação: muito alta Ação prioritária: criar UC, ainda não definido tipo Características: Contém o maior açude do estado e terra indígena. Ameaça: introdução de espécies exóticas Ação prioritária: maior ação do INCRA junto aos assentados.	BH Rio Sergipe (total). Tem CBH. Está inserido no Projeto Águas do Sergipe (Sergipe-Banco Mundial)
	Pinhão	Sub-úmido seco	<i>Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da caatinga:</i> <b>CA038 – Caminho de Lampião.</b> (1815 km²) ler descrição na página 5.  Entrada do rio Vaza-Barris	BH Rio Vazabarris (parcial). Tem CBH  APL ovinocaprinocultura
<b>CENTRO SUL</b>	Poço Verde	Sub-úmido seco	<u>Outras áreas notáveis:</u> <b>Reserva de Cedro Santa Maria das Lages.</b> Propriedade do INCRA. Tem remanescentes da Mata Atlântica. (Reserva Legal) fonte: SEMARH. Objetivos: Conservar os recursos genéticos; assegurar a qualidade ambiental; e promover o desenvolvimento econômico dos assentados através de práticas sustentáveis (apicultura, e outras). <b>Ameaças:</b> Fragmentação do ecossistema pela divisão da propriedade; caça predatória e uso de lenha como combustível, não só pelos assentados como também pelos moradores do entorno.  Nascente do rio Real Estudos para criação de UC.	Parte do Pólo de Turismo Comunidades quilombolas  Caso de sucesso SEBRAE apicultura  Associação de Apicultores do Município de Poço Verde, produzindo mel e cera.  APL ovinocaprinocultura APL apicultura  BH Rio Piauí (parcial). Tem CBH. BH Rio Real

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	ASD	Áreas de Valor Ambiental UCs, Terras Indígenas, Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade e outros	Observações diversas
	Simão Dias	Sub-úmido seco	<p><i>Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da caatinga:</i></p> <p><b>CA031 – Serra Negra</b> (417 km<sup>2</sup>) (parte pequena) Importância - insuficientemente conhecida Prioridade de ação - extremamente alta. Ameaças: exploração de pedra; fumicultura, citricultura e agrotóxicos. Ação 1: ordenamento de recursos hídricos. Ação prioritária: criar UC mas ainda não definiram qual. Ordenamento recursos hídricos.</p> <p><b>CA038 – Caminho de Lampião</b> (1815 km<sup>2</sup>) ler descrição na página 5</p> <p><u>Outras áreas notáveis:</u> Nascente do rio Piauí</p>	<p>BH Rio Real</p> <p>BH Rio Piauí (parcial). Tem CBH.</p> <p>BH Rio Vazabarris (parcial). Tem CBH.</p> <p>APL ovinocaprinocultura</p> <p>APL apicultura</p>
	Tobias Barreto	Sub-úmido seco	<p><i>Áreas prioritárias para a conservação da da biodiversidade caatinga:</i></p> <p><b>CA031 – Serra Negra</b> (parte pequena) (417 km<sup>2</sup>) Ler acima, na linha de Simão Dias</p> <p><u>Outras áreas notáveis:</u> Encosta Serra das Agulhadas; Serra dos Macacos (em estudos para criação de UC).</p>	<p>Ocupação já no sec. XVI. Vegetação: capoeira, caatinga, campos limpos e sujos. Produção de milho, mandioca, bovinos e confecção.</p> <p>BH Rio Piauí (parcial). Tem CBH. BH Rio Real APL Confecções e bordados. Tradição de bordado Richelieu. APL ovinocaprinocultura APL apicultura Caso de sucesso SEBRAE pólo de confecção.</p>
<p><b>BAIXO SÃO FRANCISCO</b></p> <p>APLs: Artesanato de bordado</p> <p>Piscicultura Fruticultura Cerâmica vermelha Outros: Rizicultura Carcinicultura</p>	Brejo Grande	Entorno	<p>Zona de amortecimento da REBIO Sta. Isabel</p> <p><i>Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da mata atlântica:</i></p> <p><b>MaZc465-Foz do São Francisco - litoral (2647 km<sup>2</sup>)</b> Importância: extremamente alta /Prioridade: extremamente alta Características: canal de Parapuça, fonte de nutrientes para aves e regiões adjacentes, estuário, desova de tartarugas marinhas, cordões de dunas lagunas, ocorrência do macaco-prego-de-peito-amarelo (<i>Cebus xanthostemos</i>) e do jacaré papo amarelo (<i>Caiman latirostris</i>), presença de espécies marinhas migratórias, maior concentração de tartarugas oliva (<i>Lepidochelys olivacea</i>), ocorrência de baleias-jubarte (<i>Megaptera novaeangliae</i>), zona de amortecimento da REBIO Sta Isabel. Concentração coralínea e de mero (<i>Epenephelus etafara</i>), importante banco camaroneiro, grandes estoques de camarão associados aos estuários, peixe-boi marinho (<i>Trichechus manatus</i>)</p>	<p>APL piscicultura APL apicultura Segundo SEAGRI, potencial para aqüicultura</p> <p>Parte do Pólo Costa dos Coqueirais (PRODETUR). Dezenas de ilhas e um denso manguezal. Comunidades quilombolas</p>

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	ASD	Áreas de Valor Ambiental UCs, Terras Indígenas, Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade e outros	Observações diversas
			<p><b>MaZc-467 Região de Japaratuba (1279 km<sup>2</sup>)</b>            Importância: extremamente alta. Prioridade da ação: muito alta.            Característica: remanescentes de Mata Atlântica, florestas de restinga, lagoas, maiores fragmentos de mata e de restinga próximos ao SFrancisco.            Herpsilochmus SP, presença de floresta estacional, limite norte do papa-taoca-da-bahia (Pyriglena atra); ocorrência do guigó (Callicebus coibra) e macaco-prego-de-peito-amarelo (Cebus xanthostemos); rio Japaratuba apresenta zonação característica de ictiofauna de água doce (aprox. 20 espécies) e de origem marinha (aprox. 58 espécies).            Oportunidades: manutenção dos recursos hídricos, fomento à meliponicultura com espécies nativas, incentivo a sistemas agroflorestais em áreas degradadas.            Ameaças: assentamentos rurais, expansão das lavouras (coco, cana-de-açúcar, criação de gado), contaminação do rio Japaratuba por água de produção petrolífera.</p> <p><b>MaZc 469 Foz do são Francisco (318 km<sup>2</sup>)</b>            Importância: extremamente alta. Prioridade: muito alta            Características: significativa área de dunas e restingas onde são registradas algumas espécies de lagartos endêmicas da Mata Atlântica setentrional (Coleodactylus natalensis, Dryadosaura nordestina); alagados; vegetação nativa (restinga e Mata Atlântica); povoados; agricultura de subsistência (pequenos proprietários: bananeiras, cocos, caju, manga)            Oportunidades: pesca artesanal, reprodução de várias espécies de peixes.            Ameaças: erosão, agrotóxicos, desmatamento, barragem na várzea da marituba; irrigação indiscriminada (retirada de água); espécies exóticas; efluentes domésticos; tráfego de embarcações desordenado.            Ação prioritária: apoio às comunidades locais, indígenas e não indígenas, no processo de reconhecimento de seus conhecimentos e práticas tradicionais de manejo da diversidade biológica. Em seguida, orientação e estímulo à distribuição dos benefícios derivados do uso comercial dos componentes da diversidade biológica.  <i>14% do território municipal no bioma Mata Atlântica</i></p>	<p>Passeios de catamarã rumo à foz do São Francisco. POtos de visita: Pontal dos mangues e a Reserva Biológica Santa Isabel. Praia fluvial do Cabeço e o Cordão da Barra.</p>
	Canhoba	Sub-úmido seco	<p><b>APA Litoral Norte</b> (estadual, criada em 2004). O bioma predominante é a Mata Atlântica. Objetivo: promover o desenvolvimento econômico e social com atividades que protejam e conservem os ecossistemas e processos essenciais à biodiversidade, garantindo a sobrevivência dos ecossistemas estuarinos, dunares e áreas úmidas. proteger estuários e ecossistemas costeiros como: manguezais, lagoas, dunas restingas, cerrado e Mata Atlântica. Preservar sítios naturais raros e de grande beleza cênica como o Pantanal de Pacatuba; a Cachoeira do Roncador, também conhecida por Cachoeira de Santa Isabel; a Lagoa do Sangradouro; a Lagoa Redonda.</p>	<p>Sítios arqueológicos identificados pelo IPHAN.</p> <p>APL piscicultura</p> <p>Comunidades quilombolas</p> <p>BH Rio São Francisco (total). Tem CBH</p>



TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	ASD	Áreas de Valor Ambiental UCs, Terras Indígenas, Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade e outros	Observações diversas
			<p><i>Áreas prioritárias para a conservação da caatinga:</i>  <b>Ca054 Calha do S. Francisco</b> (3992 km<sup>2</sup>)            Importância: alta. Prioridade de ação: extremamente alta            Características: vai do médio-baixo ao baixo S. Francisco. Região de fisionomia heterogênea, com grande diversidade de espécies animais e vegetais. Os problemas aí também são ampliados. Área de concentração de grandes projetos de irrigação.            Oportunidades: revitalização para o início da transposição do S. Francisco. Criação de UCs de conservação e de proteção integral (canyons do S. Francisco). Piscicultura bem planejada.            Ameaças: processos erosivos nas áreas mais baixas do rio. Inexistência de mata ciliar na maioria das áreas. Início do projeto de transposição sem as ações devidas. Piscicultura mal planejada. Proposta de construção de barragens hidrelétricas. Invasão de espécies exóticas (algaroba) e perda de biodiversidade.            Ação prioritária: restauração florestal e implementação do plano de revitalização do S. Francisco com ênfase na recuperação da mata ciliar.</p> <p>Sítios arqueológicos identificados pelo IPHAN.</p> <p><i>1% do território municipal no bioma Mata Atlântica</i></p>	<p>Pertence à Sub-Região Sergipana do Sertão do São Francisco</p> <p>Pertence ao Polo Canyon de São Francisco            Patrimônio arquitetônico: Igreja N. S. da Conceição.            Vários atrativos naturais, além do rio São Francisco: a lagoa canhoba, os riachos cancelo, Mão Direita e Jauariba. Serra do Retiro e Pico do Retiro, cachoeirinha do Retiro, grutas da Aroeira, Pedra do Monjolo.</p>
	Ilha das Flores	Entorno	<p><b>APA Litoral Norte</b> (estadual, criada em 2004).            Ver descrição acima.</p> <p>Sítios arqueológicos identificados pelo IPHAN.</p> <p><i>7% do território municipal no bioma Mata Atlântica</i></p>	<p>PI Betume            APL piscicultura            Segundo SEAGRI, potencial para aquicultura</p> <p>Diversas praias fluviais e ilhas com locais propícios à pesca. Passeios ao estuário do rio São Francisco, com instalações e serviços de apoio. Festa do Bom Jesus dos Navegantes. Parte do Pólo Costa dos Coqueirais (PRODETUR).</p> <p>BH Rio São Francisco (total). Tem CBH            Pertence à Sub-Região Sergipana do Sertão do São Francisco.            Pertence ao Polo Canyon de São Francisco</p>

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	ASD	Áreas de Valor Ambiental UCs, Terras Indígenas, Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade e outros	Observações diversas
	Japoatã	Sub-úmido seco	<p><b>APA Litoral Norte</b> (estadual, criada em 2004). Ver descrição página 9</p> <p><i>Áreas prioritárias para a conservação da caatinga:</i></p> <p><b>MaZc-467 Região de Japarutuba</b> Ver descrição página 8.</p> <p><i>9% do território municipal no bioma Mata Atlântica</i></p>	<p>PI Platô de Neópolis PI Continguiba-Pindoba Pólo de Turismo Velho Chico Pia batismal e cruzeiro jesuíta (tesouros enterrados pelos jesuítas...)</p> <p>APL piscicultura APL apicultura</p> <p>Comunidades quilombolas</p> <p>BH Rio Japarutuba (parcial). Tem CBH criada em 2007. BH Rio São Francisco (parcial). Tem CBH Pertence à Sub-Região Sergipana do Sertão do São Francisco Pertence ao Polo Canyon de São Francisco</p>
	Neópolis	Sub-úmido seco	<p>Pertence à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica</p> <p>Sítios arqueológicos identificados pelo IPHAN.</p> <p><i>Áreas prioritárias para a conservação da caatinga:</i></p> <p><b>Ca-054 Calha do S. Francisco</b> (3992 km²) ler descrição na página 2.</p> <p><i>7% do território municipal no bioma Mata Atlântica</i></p>	<p>PI Platô de Neópolis PI Betume PI Continguiba-Pindoba Estação de piscicultura de Betume</p> <p>Pólo de Turismo Velho Chico: igrejas tombadas, orquestra filarmônica, rio S. Francisco com praias fluviais de Salamem e de Capivara; ilhas do Nozinho e da Saude, a foz no Oceano Atlântico; lagoas de Betume, Fazenda Santana e Pindoba. Morro Acararé. Festas. Cerâmica</p> <p>APL piscicultura APL apicultura</p> <p>Pertence ao Polo Canyon de São Francisco Pertence à Sub-Região Sergipana do Sertão do São Francisco</p> <p>BH Rio São Francisco (total). Tem CBH</p>

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	ASD	Áreas de Valor Ambiental UCs, Terras Indígenas, Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade e outros	Observações diversas
	Pacatuba	Entorno	<p><b>APA Litoral Norte</b> (estadual, criada em 2004). Ver descrição à página 2. O Pantanal de Pacatuba, 40 km<sup>2</sup>, com fauna e flora diversas, com mais 105 tipos de pássaros, jacarés, capivaras, macacos e ariranhas. Tem semelhanças com o Pantanal matogrossense, sendo chamado de Pantanal Nordestino. Ailha da Costinha é habitada por macacos-prego, que se alimentam de carangueijos que caçam no mangue.</p> <p><b>Reserva Biológica Santa Isabel</b> (federal, criada em 1988 para assegurar a reprodução de tartarugas marinhas. Restingas, dunas e praias. Não possui Conselho Gestor nem Plano de Manejo. O objetivo é a preservação integral da biota e dos demais atributos naturais sem interferência humana direta ou modificações ambientais). Gerenciada Pela Fundação Pro-Tamar e sem Plano de Gestão (informação de 2008). Há a considerar também sua <i>Zona de amortecimento</i>. Restingas, Dunas e praias.</p> <p>Pertence à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica</p> <p><i>Áreas prioritárias para a conservação da caatinga e da mata atlântica:</i>  <b>MaZc-465-Foz do São Francisco - litoral (2647 km<sup>2</sup>)</b> Ver descrição página 8</p> <p><b>MaZc-467 Região de Japarutuba</b> Ver descrição página 8</p> <p><i>11% do território municipal no bioma Mata Atlântica</i></p>	<p>Indústria – extração de petróleo.  PI Platô de Neópolis  PI Betume</p> <p>APL piscicultura  APL apicultura  Caso de sucesso SEBRAE apicultura</p> <p>Parte do Pólo Costa dos Coqueirais (PRODETUR).  Problemas de defensivos agrícolas.</p> <p>BH Rio São Francisco (total). Tem CBH</p> <p>Pertence à Sub-Região Sergipana do Sertão do São Francisco.</p>
	Santana do São Francisco	Entorno	<p>Pertence à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica</p> <p>Sítios arqueológicos identificados pelo IPHAN.</p> <p><i>Áreas prioritárias para a conservação da caatinga:</i>  <b>Ca054 Calha do S. Francisco</b> (3992 km<sup>2</sup>) Ver descrição na página 2</p> <p><i>1% do território municipal no bioma Mata Atlântica</i></p>	<p>PI Platô de Neópolis</p> <p>Pólo de Turismo Velho Chico: o rio é o principal, com a praia fluvial N. S. Saúde, festa da padroeira, cerâmica. APL piscicultura</p> <p>BH Rio São Francisco (total). Tem CBH</p> <p>Pertence à Sub-Região Sergipana do Sertão do São Francisco  Pertence ao Polo Canyon de São Francisco</p>

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	ASD	Áreas de Valor Ambiental UCs, Terras Indígenas, Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade e outros	Observações diversas
<b>MÉDIO SERTÃO</b> APLs: Piscicultura Artesanato de bordado	Aquidabã  APL piscicultura	Sub- úmido seco	<i>3% no bioma Mata Atlântica</i>	BH Rio São Francisco (parcial). Tem CBH BH Rio Japaratuba (parcial). Tem CBH.
	Graccho Cardoso	Sub- úmido seco	<b>CA039- Guigó de Coimbra</b> (1603 km <sup>2</sup> ). Ver descrição na página 2  <u>Áreas notáveis:</u>  Nascente rio Japaratuba – importante para conservar a biodiversidade e recuperar o recurso hídrico e a paisagem. Ameaças: Retirada da Mata Ciliar e utilização das terras com pastagem e uso do turismo predatório. <i>6% do território municipal no bioma Mata Atlântica</i>	APL piscicultura  BH Rio São Francisco. Tem CBH BH Rio Sergipe (parcial). Tem CBH BH Rio Japaratuba (parcial). Tem CBH.

### Anexo 3 – Bibliografia Utilizada

- ALVES, M.O. **Dejetos na atividade agrícola: qual o destino ecologicamente correto?** Rede CTA-UJGOIAS, 2000
- BANCO DO NORDESTE. **Manual de Impactos Ambientais**. Fortaleza, 1999
- BARRETO, L.M. et al. **Pólem Apícola: perfil da produção no Brasil**. SD.
- CAMPELLO, F.B. **Uso sustentável integrado da biodiversidade na Caatinga**. Sem data.
- CAVALCANTE, A. C. et al. **Produção Orgânica de Ovinos e Caprinos**. EMBRAPA-Caprinos, 2007
- CODEVASF. **Ações em andamento**. Disponível em: . Acessado em:
- EMBRAPA. **Caprinos - coeficientes técnicos**. Disponível em: <http://www.cnpc.embrapa.br/coeficientestecnicos.htm>. Acessado em 01-12-08
- FIDA. **Ajuda Memória Missão de Desenho do Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores**. Aracaju, fevereiro-março 2010 *complementar*
- FIDA. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos de Reforma Agrária do Semi-Árido Nordeste (Dom Helder Câmara). Empréstimo 494-BR. Avaliação realizada pelo FIDA no PDHC**. Informe elaborado por Octavio Damiani. Versão 19 abril 2007.
- FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Impactos Ambientais Da Pequena Produção Agropecuária No Semi-Árido Nordeste**. Relatório de Seminário. 1995. Disponível em: <http://www.aaccrn.org.br/docs/impactosambientais.doc>. Acessado em: 06/12/08.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS /INPE. **Atlas da Mata Atlântica 2005-2008**, 2009
- IBAMA. **Desmatamento na caatinga já destruiu metade da vegetação original**. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/csr>. Acessado em 10-03-2010
- IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2008
- IBGE. Vetores estruturantes da dimensão sócio-Econômica do Baixo São Francisco, 2009
- IFAD. IFAD Environmental Assessment. Administrative Procedures. Doc 1 – IFAD Environmental Principles and Criteria. August 1994.
- IFAD. IFAD Environmental Assessment. Administrative Procedures. Doc 3 - Criteria for Project Categorization. August 1994.
- IFAD. IFAD Environmental Assessment. Administrative Procedures. Doc 4 Environment / Natural Resource Management Environmental Screening & Scoping Note. August 1994.
- IFAD. IFAD Environmental Assessment. Administrative Procedures. Doc 10 Screening and Scoping of Project Components. August 1994.
- IFAD. Operational Statements on Environment – OS 1 Biodiversity and Protected Area Management. August 1994.
- IFAD. Operational Statements on Environment – OS 2 – Fertilizer. August 1994.
- IFAD. Operational Statements on Environment – OS 3 – Fisheries. August 1994.
- IFAD. Operational Statements on Environment – OS 4 – Forest Resources. August 1994.
- IFAD. Operational Statements on Environment – OS 6 – Range Resources. August 1994.

- IFAD. Operational Statements on Environment – OS 7 – Rural roads. August 1994.
- IFAD. Operational Statements on Environment – OS 9 - Pesticides. August 1994.
- IFAD. **Project Design Report, Brazil, Productive Semi Arid Programme, State of Paraíba, Cariri and Seridó Sustainable Development.** January 2009
- Landim, M.F.; FONSECA, E.L **A Mata Atlântica de Sergipe- diversidade florística, fragmentação e perspectivas de conservação.** Anais do VIII Congresso de ecologia do Brasil, 23 a 28 de setembro de 2007, caxambu, MG.
- MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL. **PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO.** Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Versão preliminar para discussão. Brasília, 2005
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Caderno de Biodiversidade. Programa Zoneamento Econômico-Ecológico, Bacia do Rio São Francisco,** 2009
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Ações de revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.** Brasília, 2009
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: atualização** – Portaria MMA n. 09, de 23 de janeiro de 2007. Biodiversidade 31. Brasília, 2007.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira.** Caatinga. Fichas das áreas. Brasília, 2007.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira. Mata Atlântica. Fichas das áreas.** Brasília, 2007.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Priorização de áreas para a Conservação do bioma Caatinga.** Brasília, 2007.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação.** Brasília, 2007.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lei de gestão de florestas públicas.** 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=5&idConteudo=3323>. Acessado em: 06-12-08
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Ações Estratégicas Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do São Francisco. Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica de São Francisco.** Brasília, 2006
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa de ação de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca. PAN-BRASIL.** Secretaria de Recursos Hídricos: Brasília, 2004.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Panorama da Desertificação em Sergipe,** 2004. Disponível em <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=129&idConteudo=6438&idMenu=8530>. Acessado em: 06-12-08
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diagnóstico da gestão ambiental nas Unidades da Federação.** Estado de Sergipe, Relatório Final. Brasília, DF, 2001.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco** (2004-2013).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Sd.

OLIVEIRA, S. S. et al. **Potenciais impactos ambientais da aquicultura: carcinicultura de cativeiro**. Sd.

PALHARES, J.C.P. **Novo desafio para a avicultura: a inserção das questões ambientais nos modelos produtivos brasileiros**. Disponível em: [http://cnpsa.embrapa.br/sgc/sgc\\_artigos/](http://cnpsa.embrapa.br/sgc/sgc_artigos/). Acessado em: 01/03/2010

PALHARES, J.C.P. **Sistema de produção de frangos de corte**. Janeiro 2003. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Ave/ProducaoDeFrangoDeCorte/Preservacao.html>. Acessado em: 01/03/2010

SERGIPE. **Resolução CEMA N°20, de 30 de novembro de 2009**. SEMARH, 2009.

SERGIPE. SEMARH. **AS BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SERGIPE**. Disponível em <http://www.semarh.se.gov.br/comitesbacias/modules/tinyd0/index.php?id=20>. Acessado em: 01/03/2010.

SEPLANTEC/SRH, 2004

SERGIPE. **Manual de Gestão Ambiental - PNC Sergipe**. SEMARH: Aracaju, 2009

SERGIPE. **Programa Águas de Sergipe. Relatório de Avaliação Ambiental**. Versão Preliminar Secretaria de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano: Janeiro 2010.

SILVA, J. M. C. et al (orgs.). **Biodiversidade da caatinga: ações e áreas prioritárias para conservação**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica, período 2005-2008**. Resultados por municípios. São Paulo, 2009

SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica, período 2005-2008**. Relatório Parcial. São Paulo, 2009

TC-BR. **Planejamento, Identificação e Avaliação do Potencial Ecoturístico do Pólo do Canyon do Rio São Francisco**. 2003

VELLOSO, A; SAMPAIO, E. ; PAREYN, F. (Eds). **Ecorregiões propostas para o Bioma Caatinga**. Recife: Associação Plantas do Nordeste; Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil, 2002.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

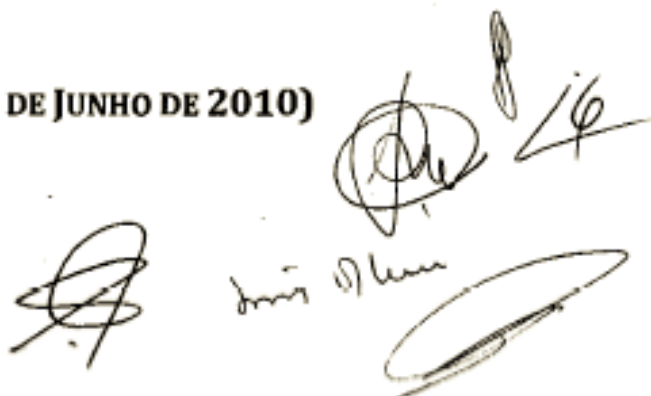
**Estado de Sergipe**

**FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - FIDA**

**Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais  
para Pequenos Produtores  
(Projeto Dom Távora)**

**AJUDA MEMÓRIA DA MISSÃO DE DESENHO FINAL DE PROJETO**

**(06 DE JUNHO A 18 DE JUNHO DE 2010)**

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a stylized signature. In the center, the name 'Dom Távora' is written in cursive. To the right of the name, there are two more signatures: one is a circular mark with a vertical line through it, and the other is a large, sweeping signature. Above the circular mark, there are some initials that look like 'L' and 'P'.



## MISSÃO DE DESENHO FINAL DO PROJETO AJUDA MEMÓRIA

### ANTECEDENTES

1. Em atenção à solicitação feita pelo o Governo Brasileiro e de Sergipe para que o FIDA se responsabilizasse pelo desenho do "Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores - Projeto Dom Távora", nos termos e condições consubstanciadas na Carta Consulta preparada pelo Governo de Sergipe e aprovada pela Coflex em 14 de dezembro de 2009, o Fida organizou e levou a cabo a Missão de Desenho Detalhado do Projeto<sup>1</sup>.

2. A Missão visitou o Estado de Sergipe entre 23 de Fevereiro e 05 de Março de 2010, confirmou a plena validade da concepção, objetivos gerais e específicos assim como da estratégia geral proposta pela Carta Consulta, e do diálogo com as autoridades e técnicos emergiram recomendações e foram estabelecidos acordos consolidados em uma Ajuda Memória, assinada em 5 de fevereiro de 2010, pela Sra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Secretária de Estado do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano, pelo Sr. Paulo Carvalho Viana, Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, pelo Sr. Jefferson Feitoza de Carvalho, Diretor Presidente da EMDAGRO e Iván Cossío, Gerente de Operações (CPM) do FIDA para o Brasil. Dessa Ajuda Memoria destacam-se os seguintes pontos:

3. **Objetivos.** O projeto estará orientado a: (a) apoiar a inserção competitiva dos pequenos produtores nos mercados, dotando-os de condições pessoais e coletivas, meios, tecnologias e capacidade de gestão de negócios para gerar renda, aproveitar e criar oportunidades de negócios nos mercados locais, estadual, regional e até nacional e internacional, com potencial de promover a inclusão social e a superação sustentável da pobreza; (b) em conformidade com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, reorientar o enfoque dos serviços públicos de ATER do Estado no sentido de fortalecer a capacidade de promoção de negócios e a inserção dos agricultores familiares em cadeias produtivas com potencial de crescimento, de absorção de pequenos produtores, geração de trabalho e renda e dinamização das economias locais;

4. **Área do Projeto.** A área de abrangência incluirá os territórios do Agreste Central, Centro Sul, Baixo São Francisco e Médio Sertão e o Projeto Dom Távora focalizará suas ações em grupos de produtores pobres em 15 municípios desses territórios (Carira, N.Sra Aparecida, Pinhão, no Agreste Central; Poço Verde, Simão Dias e Tobias Barreto, no Centro Sul; Brejo Grande, Canhoba, Ilha das Flores, Japoatã, Neópolis, Pacatuba, Santana do São Francisco, no Baixo São Francisco; Aquidabã e Gracho Cardoso, no Médio Sertão). A área do projeto tem sido palco de ações de políticas públicas relevantes, e conta com

<sup>1</sup> A Missão foi liderada pelo CPM para o Brasil, Iván Cossío, e integrada pelos seguintes profissionais: Dino Francescuti (FAO/Centro de Investimentos, Economista Agrícola e Analista Financeiro-Econômico), Antônio Márcio Buainain (Economista Agrícola e Desenvolvimento Institucional), Brenda Braga (Organização Social, Desenvolvimento Institucional e Gestão de Projeto), João Walcacer (Meio Ambiente), Bruno Jacquet (Custos, Monitoramento e Avaliação), Emmanuel Bayle (Agrônomo, Empreendimentos Rurais), Blanca Amado (FAO/Centro de Investimentos, Analista Financeiro-Econômico) e Estela Neves (Meio Ambiente).

experiências de sucesso e de insucesso que servem de ponto de partida para o Dom Távora. Em particular, a recomendação é de que o Projeto Dom Távora desenvolva mecanismos de articulação com as demais institucionalidades, promova a integração das ações e não se coloque como uma iniciativa a mais.

5. **Grupo Meta e Beneficiários.** Os beneficiários diretos do Projeto são: (i) pequenos produtores rurais, com terra e sem terra, vivendo na área do projeto, no campo e nos povoados rurais. Estima-se que o projeto poderá beneficiar diretamente a aproximadamente 10 mil famílias (40 mil pessoas); (ii) o conjunto de técnicos da EMDAGRO, entidades parceiras e outras que participarão das atividades de capacitação a serem impulsionadas pelo Projeto; estimando que 900 pessoas poderão ser beneficiadas diretamente por estas atividades; (iii) um subgrupo de jovens rurais, homens e mulheres, que participarão prioritariamente de atividades de intercâmbio, bolsas, qualificação técnica para a formação de unidades de prestação de serviços técnicos de suporte aos negócios estimulados pelo Projeto.

6. **Arranjo Institucional.** Acordou-se a adoção de um arranjo institucional simples, nos seguintes termos:

- a. A SEAGRI desempenhará o papel de Agência Líder do projeto, com as seguintes funções: oferecer orientação geral em matéria de políticas públicas, agrícolas e rurais; assegurar a coerência entre tais políticas e as atividades do projeto; manter o acompanhamento geral das atividades do projeto; prestar apoio à EMDAGRO no diálogo institucional no âmbito do Governo de Sergipe e com outras instituições e assegurar a articulação das atividades do projeto com as demais ações de desenvolvimento rural.
- b. A EMDAGRO será a agência executora do projeto, responsável pela mobilização dos produtores, identificação de potencialidades, provisão direta de assistência técnica e extensão rural, mas também pela articulação de uma ampla rede de parceiros, realização de convênios específicos e contratação de serviços com o setor privado e o terceiro setor. Acordou-se que a EMDAGRO reúne as condições e capacitações técnicas e institucionais para assumir tal papel e recomendou-se que as necessidades de fortalecimento fossem levadas em conta no desenho do projeto, e que sejam objeto de atividades e medidas específicas;
- c. Um Comitê Executivo do Projeto, integrado pela SEAGRI, que o presidiria, pela SEPLAN, Secretaria da Fazenda e pela própria EMDAGRO. Este Comitê Executivo teria funções gerais de definição de prioridades, orientação da preparação e aprovação dos planos de trabalho anual e de médio prazo e acompanhamento das atividades do projeto; teria também autoridade para tomar decisões sobre alocação de recursos em conformidade com o disposto no Manual de Operação do Projeto. O Comitê Executivo seria, em última instância, o responsável pelo projeto, cuja execução é delegada à EMDAGRO, que além de Agência Executora exercerá ainda o papel de Secretaria Técnica do Comitê, com a responsabilidade geral de preparar os planos de trabalho, prestação de contas, preparação das reuniões do Comitê, entre outras a serem detalhadas no Manual de Operação;
- d. Um Comitê Consultivo integrado por entidades do setor público, privado, organizações de produtores, parceiros relevantes, com caráter eminentemente consultivo, que deveria funcionar como instância de informação sobre as atividades do projeto, locus para debate de idéias e instrumento facilitador de



parcerias. Foi sugerido, em caráter preliminar, os seguintes participantes além das secretarias que já integram o Comitê Executivo: Secretaria de Inclusão e do Desenvolvimento Social (SEIDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Brasil (BB), Banco do Estado de Sergipe (BANESE), Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe (FETASE), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).

7. **Componentes do Projeto.** Acordou-se que o Projeto deveria incluir 3 componentes: (i) Componente I: Desenvolvimento de Negócios Rurais; (ii) Componente II: Desenvolvimento de Capacidades para Negócios Rurais e (iii) Componente III: Monitoramento, Avaliação e Gestão do Projeto, os quais foram detalhados na Ajuda Memória e posteriormente no relatório da Missão de Desenho Detalhado do Projeto.

8. Em relação ao Componente I, os quatro principais instrumentos de ação são: (i) o apoio técnico para a formulação e execução dos Planos de Negócios; (ii) o financiamento dos investimentos previstos nos planos de negócios; (iii) a assistência técnica integral de qualidade, cobrindo desde os aspectos da produção ao mercado. Além disso, o Projeto atuará na promoção e desenvolvimento mercadológico, prospecção de oportunidades de negócios e de agregação de valor, promoção da inclusão dos produtores em redes comerciais e cadeias de suprimento e outras ações com potencial para beneficiar um conjunto mais amplo de produtores.

9. Estabeleceu-se que os planos de negócios não deveriam se reduzir aos investimentos, e que devem incluir a proposta de negócio a ser desenvolvido, ações de capacitação e assistência técnica previstas, contatos de mercado e uma avaliação do negócio a ser apoiado, os investimentos necessários, o fluxo físico financeiro e a linha de tempo do negócio, da implantação à emancipação. O Plano de Negócios deve ser um instrumento de articulação das ações do Projeto Dom Távora com as demais ações do governo do Estado e do Governo Federal. A aprovação do plano pressupõe uma análise de viabilidade técnica, social, institucional, legal, ambiental, econômica e financeira e da capacidade de gestão dos grupos. Neste ponto particular ficou estabelecido que não cabe ao projeto financiar atividades pontuais, que não façam parte de planos de negócios consistentes e com potencial adequado de sucesso.

10. Em relação à assistência técnica, concordou-se que a EMDAGRO, como empresa estadual especializada para a ATER no Estado, deve responsabilizar-se pelos serviços de ATER que sejam executados diretamente, por parceiros ou contratados diretamente por organizações de produtores. Concordou-se também que há razões técnicas, operacionais e conceituais que justificam que o projeto tenha possibilidade de utilizar e recorrer a outras fontes de assistência técnica, além da executada diretamente pela EMDAGRO, e que os parceiros deverão trabalhar sempre sob a supervisão da EMDAGRO. Também se concordou que o projeto deveria incluir a possibilidade de transferência de recursos para as organizações de produtores contratarem diretamente a assistência técnica, sempre sob supervisão da EMDAGRO.

*Dom Távora*

4





11. **Componente II: Desenvolvimento de Capacidades para os Negócios Rurais.** Concordeu-se que o objetivo deste componente é fortalecer as capacidades institucionais para a promoção de negócios rurais, entendidas como o conjunto de capacidades pessoais (qualificação técnica profissional), a cultura e as regras que pautam a atuação das instituições, a infra-estrutura institucional e os meios de e para a atuação das instituições. O Componente II se dirige ao fortalecimento das capacidades da EMDAGRO, de parceiros-chaves para o projeto e, de maneira seletiva, os próprios produtores beneficiários de suas ações. As atividades do Componente serão orientadas por um detalhamento do planejamento estratégico para o fortalecimento das capacidades a ser executado nos primeiros meses de operação do projeto e estão preliminarmente estruturadas em torno de 5 eixos básicos: (i) Formação e Capacitação de Recursos Humanos; (ii) Ferramentas metodológicas para o desenvolvimento das capacidades técnicas e gerenciais dos técnicos e dos produtores; (iii) Articulação e Inserção em Redes Institucionais; (iv) Monitoramento e Avaliação e (v) Gestão do Conhecimento.

12. **Componente 3: Monitoramento, Avaliação e Gestão do Projeto.** A orientação estratégica para o desenho do projeto é que este deve ser incorporado à estrutura técnico-operacional da EMDAGRO, evitando a criação de unidades paralelas e a superposição de funções e tarefas, contribuindo assim para inserir as funções de gestão do projeto nas operações regulares da empresa. No contexto do Componente III, também se estabelecerá um sistema de Monitoramento e Avaliação que acompanhará as atividades do projeto. O sistema de M&A estabelecido pelo projeto como parte da UGP se integrará ao sistema de M&A da EMDAGRO.

13. **Duração e custo.** A duração do projeto proposto é de 6 anos e o custo total do foi estimado, em bases preliminares, em US\$ 27 milhões, dos quais aproximadamente 73% destinado ao componente I, 16% ao componente II e 11% ao componente III. A contribuição do FIDA será de US\$ 16 milhões através de um empréstimo outorgado ao Governo de Sergipe com a garantia do Governo Federal. A contribuição do Estado de Sergipe somará US\$ 11 milhões. O empréstimo do FIDA será designado em Direitos Especiais de Saque (DES), que serão convertidos a dólar americano no último dia útil do mês anterior à aprovação. O orçamento do projeto deverá incluir, para fins de contabilizar o custo do projeto, uma estimativa de aporte de recursos de crédito de custeio pela várias fontes disponíveis e que já vêm atendendo os pequenos produtores rurais. Porém, estes custos foram redimensionados durante a Missão de Desenho Final (ver parágrafos 25 e 26).

14. **O Desenho Detalhado do Projeto.** Entre março e abril de 2010 a equipe do FIDA preparou os documentos do Desenho Detalhado do Projeto, os quais foram traduzidos para o português e enviados para comentários do Governo de Sergipe em 24 de maio de 2010. Paralelamente, os documentos foram submetidos à avaliação técnica e de consistência previstos pelo FIDA, i.e., ao Painel para a Melhoria da Qualidade (*Quality Enhancement Panel*), que se reuniu em 27 de maio para analisar a Nota de Recomendação dos Revisores (*Reviewers' Recommendations Note – RRN*).

15. O Painel confirmou que a orientação do projeto de promover os negócios dos produtores rurais é inteiramente alinhada às políticas do FIDA e aos objetivos gerais da política brasileira e do Governo de Sergipe de combate à pobreza rural, fortalecimento da agricultura familiar e recuperação do sistema de assistência técnica e extensão rural. Também confirmou a validade e consistência dos dois objetivos do Projeto: (i) desenvolver negócios rurais, agrícolas e não-agrícolas, de produtores rurais pobres, em associações e ou grupos e (ii) desenvolver as capacidades institucionais, no setor público e

privado, para promover os negócios rurais e o empreendedorismo dos produtores rurais pobres.

16. As recomendações do Painel estão inteiramente alinhadas à concepção e à estratégia do Projeto Dom Távora, e neste sentido devem contribuir positivamente para o aperfeiçoamento do Projeto após serem incorporadas no Desenho Final do Projeto. Destacam-se as seguintes: (i) os mecanismos de focalização do projeto devem assegurar a adequada participação de mulheres e jovens nos projetos a serem apoiados. Tais grupos são vetores de transmissão positiva de benefícios para a família e comunidades locais; (ii) neste sentido, recomendou que se explorassem as possibilidades de articulação das ações de gênero do Projeto com outras iniciativas do governo do estado e federal, em particular aquelas relacionadas à educação; (iii) reavaliação do mecanismo de financiamento do projeto para reduzir o nível de subvenção e explorar, de forma mais intensiva, outras possibilidades de financiamento disponíveis no Brasil, seja no setor público seja no setor privado. Neste sentido, recomendou um aprofundamento da análise das finanças rurais no Estado e na área do projeto, com a finalidade de identificar potencialidades de parcerias com o setor público e privado, mensurar de forma mais acurada a necessidade de subvenção; (iv) no que se refere ao desenvolvimento dos planos de negócios, recomendou atenção ao estabelecimento de contratos com o setor privado e, no contexto dos planos de negócios, de mecanismos para promover a convergência de incentivos entre produtores, processadores e financiadores participando de uma mesma cadeia produtiva; (v) em relação à assistência técnica, recomendou fazer um levantamento de organizações/empresas qualificadas para prestar assistência técnica direta aos beneficiários; (vi) também indicou a necessidade de explicitar, com mais clareza, a estratégia de fortalecimento das organizações dos produtores e (vii) que fosse explicitada a estrutura e composição do pessoal da Unidade de Gestão do Projeto que trabalhará na sede e nos escritórios locais e regionais da Emdagro, com a indicação dos papéis e responsabilidades.

## A MISSÃO DE DESENHO FINAL

17. A Missão de Desenho Final do Projeto<sup>2</sup> visitou o Estado no período de 6 a 18 de junho, reuniu-se com o Sr. Paulo Carvalho Viana, Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, com a Sra. Ana Cristina Dias, Secretária Adjunta de Estado do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano, com o Sr. João Andrade Vieira da Silva, Secretário de Estado da Fazenda e com o Sr. Jorge Santana de Oliveira, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Realizou também várias entrevistas e reuniões de trabalho com funcionários seniores das Secretarias de Planejamento (SEPLAN), Agricultura (SEAGRI), Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SEDETEC) e Meio Ambiente (SEMARH), Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Finalmente, reuniu-se com o Diretor Presidente, diretores e funcionários da EMDAGRO; com o Diretor Executivo e funcionários do SEBRAE, e com altos funcionários da CODEVASF, Universidade Federal de

<sup>2</sup> A Missão foi liderada pelo CPM para o Brasil, Iván Cossio, e integrada pelos seguintes profissionais: Antônio Márcio Buainain (Economista Agrícola e Desenvolvimento Institucional), Brenda Braga (Organização Social, Desenvolvimento Institucional e Gestão de Projeto), Estela Neves (Meio Ambiente), Bruno Jacquet (Custos, Monitoramento e Avaliação), Emmanuel Bayle (Agricultura, Empreendimentos Rurais), Geneviève LeBlanc (Especialista em Gênero e Desenvolvimento Produtivo).



Sergipe, ONGs, prestadores públicos e privados de serviços de ATER, organizações de produtores, entre outros.

18. Durante a missão, o Fida e os representantes do Governo do Estado ratificaram os termos da ajuda memória assinada em 5 de Março e aprovaram o relatório da Missão de Desenho do Projeto (documento do projeto e anexos técnicos enviados ao Governo de Sergipe, como mencionado no parágrafo 14), cuja concepção, estratégia, componentes, população objetivo, arranjos institucionais e orçamento refletem de forma adequada a nota conceitual e carta convite na qual o Governo de Sergipe explicita sua visão estratégica para promover o desenvolvimento sustentável dos pequenos produtores pobres; no entanto, foi acordada a incorporação da Sedetec ao Comitê Executivo do Projeto. Também concordaram que a revisão a ser executada na etapa final de desenho do projeto deve incorporar os comentários do FIDA e do Governo do Estado, nos termos mencionados nos parágrafos 15, 16, 19 e 20, assim como os demais aperfeiçoamentos que resultaram das discussões, entrevistas e coletas de informações realizadas pela Missão.

19. O Secretário de Agricultura reafirmou que a concepção, estratégia e objetivos do Projeto Dom Távora são inteiramente aderentes aos objetivos do atual governo, e que a aprovação do projeto permitirá a aplicação prática e a potencialização de muitas das iniciativas relevantes adotadas no período recente na área da agricultura e desenvolvimento rural. A disseminação do empreendedorismo entre os pequenos produtores rurais, a qualificação da EMDAGRO em promoção de negócios rurais e seu fortalecimento como instituição cabeça de uma rede de um sistema estadual de ATER possibilitarão uma mudança de patamar no desenvolvimento da agricultura sergipana. A Secretária Adjunta de Planejamento ressaltou a identidade da concepção do Projeto Dom Távora, que o distingue dos demais e o qualifica para "fazer de fato a diferença." Ressaltou que a geração sustentável de renda pelos pequenos produtores rurais das áreas mais pobres do Estado, por meio da promoção e desenvolvimento de potencialidades locais e pessoais, é um dos vetores da política do governo atual. O Secretário de Fazenda recomendou a necessidade de garantir sinergia, convergência e articulação entre as ações das diversas áreas do setor público, "que aparece para os cidadãos com muitas faces diferentes." Na mesma direção dos comentários do Painel interno do FIDA, destacou que a filosofia de promoção de negócios não pode estar baseada em doações sem trocas, e que é "preciso estabelecer mecanismos formais para assegurar as parcerias e a atenção às prioridades de outras políticas, incluindo a articulação com a educação básica e a saúde pública." O Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia expressou o interesse da Sedetec em participar ativamente do projeto, principalmente através do Programa de Arranjos Produtivos Locais (APL) que tem muita afinidade com o enfoque do Projeto Dom Távora. Como uma das ações concretas nas quais a Sedetec pode participar, o Secretário sinalizou a possibilidade de apoiar a elaboração de estudos sobre os arranjos produtivos, os quais subsidiarão a formulação e execução de planos de negócios. Finalmente foi acordada a incorporação da Sedetec ao Comitê Executivo do Projeto.

20. Em termos gerais o Diretor-Presidente, diretores e técnicos da EMDAGRO endossaram o relatório da Missão de Desenho de Projeto, aceitaram os comentários do Painel e fizeram recomendações alinhadas às do Painel de Melhoria de Qualidade do FIDA. Adicionalmente, solicitaram e recomendaram: (i) a revisão do status da Unidade de Gestão do Projeto, que no documento inicial aparece no mesmo nível das diretorias da EMDAGRO; (ii) que o mecanismo de monitoramento e avaliação do Projeto leve em conta o Observatório Participativo de ATER, que está sendo implantado em caráter pioneiro na EMDAGRO, com apoio técnico da Unicamp e financeiro do MDA; (iii) a necessidade de precisar melhor as relações com os demais parceiros, de explicitar os papéis de cada um e neste contexto a necessidade de que os parceiros se integrem de fato ao projeto e

contribuam para seu sucesso, em contraposição aos modelos de parcerias apenas formais, onde as ações não se integram e não são coordenadas; (iv) o papel da EMDAGRO como cabeça de uma rede de um sistema estadual de ATER, integrado por organizações do setor público e privado, por governo e empresas, ONGs, organizações profissionais, universidades, escolas e até indivíduos; (v) também chamaram a atenção para a importância dos aspectos relacionados à defesa sanitária e adequação dos produtos e serviços a serem apoiados pelo projeto tanto às normas sanitárias e ambientais vigentes quanto às exigências dos mercados, às vezes até superiores ao definido na norma legal. Neste sentido, recomendou-se que as atividades do componente 2 prestem especial atenção a estes aspectos e integrem também os técnicos lotados nas atividades de defesa e fiscalização sanitária da EMDAGRO; (vi) a ASPLAN teceu comentários sobre as modalidades de inserção do sistema de monitoramento e avaliação (M&A) do projeto no sistema de gestão da EMDAGRO. Ficou acordado que o gerente de M&A e um assistente, previstos na estrutura funcional da Unidade de Gestão do Projeto, estarão lotados na própria ASPLAN, sob supervisão do coordenador do projeto, o que favorecerá o desenvolvimento de sinergias no planejamento das operações da EMDAGRO e do projeto.

21. A Missão visitou unidades de produção, entrevistou atores e informantes qualificados sobre o funcionamento e potencialidade de vários negócios; levantou informações complementares sobre possíveis parceiros, arranjos institucionais, perspectivas de mercados e de negócios, contratos com o setor privado e potenciais organizações. Colheu dados sobre o setor rural do Estado, normas ambientais, ações na área de inclusão social, em particular aquelas voltadas para a afirmação das mulheres e da juventude.

22. Em visita ao Sebrae a Missão foi informada pelo Sr. Emanuel Sobral, Diretor Executivo, que a diretoria da instituição já havia tomado a decisão de participar do Projeto Dom Távora, caso viesse a ser convidada pelo Governo do Estado; também reafirmou que o projeto se alinha inteiramente aos objetivos e práticas do Sebrae. Posteriormente, a Missão realizou reunião técnica com todas as áreas do Sebrae e confirmou a potencialidade para parceria, em particular no que se refere à formação e capacitação em negócios, gestão, empreendedorismo e estratégias organizacionais para inserção em mercados urbanos e externos. Constatou ainda que o Sebrae detém um conjunto de metodologias e ferramentas que, devidamente adaptadas, podem ser bastante úteis para o Projeto Dom Távora.

23. Na Universidade Federal de Sergipe a Missão reuniu-se com a Pró-Reitora de Extensão, quem confirmou a disposição da Universidade para apoiar o esforço de capacitação e formação a ser empreendido pelo Projeto, em particular a realização do possível curso de pós-graduação em desenvolvimento de negócios rurais, nos quais os técnicos da EMDAGRO e instituições parceiras teriam participação especial.

24. Em todas as reuniões que a Missão manteve com diversas instituições e organizações, encontrou ambiente favorável ao Projeto e potencialidades específicas para parcerias tanto na área de fortalecimento das capacidades como na área de promoção de negócios rurais e execução de projetos envolvendo os pequenos produtores pobres.

25. Duração e custo. Os trabalhos realizados pela Missão de Desenho Final reafirmaram que a duração do projeto será de 6 anos. No entanto, o custo total do projeto foi reavaliado para cima, passando de US\$ 29.6 milhões para US\$ 37.9 milhões. Este acréscimo não representa qualquer alteração no valor do empréstimo, que permanece inalterado no montante equivalente a US\$ 16 milhões; tampouco representa mudança relevante na contrapartida financeira do Governo do Estado. As mudanças no custo total





estimado se devem, fundamentalmente, a dois fatores: (i) redimensionamento da contrapartida dos produtores beneficiários, com a plena inclusão nos custos da parcela de financiamento a ser mobilizada pelos beneficiários junto a outras fontes; (ii) plena inclusão do custo do pessoal da EMDAGRO que será alocado para trabalhar diretamente na execução do projeto.

26. A estimativa realizada pela Missão de Desenho Final indica que, do montante total de US\$ 37,9 milhões, aproximadamente 73% será destinado ao Componente I, 14% ao Componente II e 13% ao Componente III. A contribuição do FIDA será de US\$ 16 milhões e a do Estado de Sergipe somará US\$ 12,6 milhões, enquanto a contrapartida dos beneficiários somará US\$ 9,3 milhões. A contribuição do FIDA será através de um empréstimo outorgado ao Governo de Sergipe com a garantia do Governo Federal. Esse empréstimo será designado em Direitos Especiais de Saque (DES), que serão convertidos a US dólares no último dia útil do mês anterior à aprovação.

## ACORDOS

27. A equipe responsável pelo desenho final do projeto incorporará ao relatório de desenho final os aprimoramentos mencionados acima, em particular no que se refere a: (i) focalização, incluindo provisão para assegurar participação adequada de mulheres e jovens; (ii) mecanismos para assegurar a integração e coordenação das ações do projeto às demais iniciativas do Governo do Estado, do Governo Federal e dos Governos Municipais na área do projeto, evitar desperdícios, fragmentações das ações públicas, provocar sinergias e potencializar os resultados; (iii) desenho do mecanismo de financiamento do projeto, o qual deve balancear um nível de subvenção necessário para viabilizar os projetos dos pequenos produtores pobres com os necessários incentivos para assegurar a sustentabilidade dos negócios, traduzidos no esforço empreendido pelos beneficiários para assegurar o co-financiamento do plano de negócio e parcerias para sua implementação; (iv) estratégia geral do projeto, para orientar de forma mais precisa o foco na promoção de negócios rurais dos pequenos produtores; a inserção nas cadeias produtivas com potencial para absorver os produtores e sustentar a expansão dos negócios; o estabelecimento de vínculos comerciais com o setor privado, por meio de contratos estáveis de fornecimento e formação de alianças estratégicas; (v) mecanismos de prospecção de negócios e de promoção da articulação de novos investimentos privados na área de abrangência do projeto aos pequenos produtores rurais; (vi) detalhamento das atividades de fortalecimento institucional para a promoção de negócios rurais; (vii) ênfase na capacitação dos próprios beneficiários em empreendedorismo e gestão de negócios rurais; (viii) atenção aos aspectos ambientais e possibilidade de fomentar negócios com forte base eco-ambiental.

28. No sentido de assegurar a possibilidade de colocar o projeto em marcha tão logo seja aprovado, a EMDAGRO alocará pessoal técnico para trabalhar durante as etapas de Desenho Final e de tramitação do processo de aprovação nas instâncias do Estado de Sergipe, Governo Federal, Fida e, posteriormente, Congresso Nacional. O pessoal técnico alocado pela EMDAGRO deverá detalhar os aspectos técnicos necessários para o funcionamento do projeto, entre os quais se destacam os seguintes: (i) parcerias com instituições chaves, como o Sebrae, Universidade Federal de Sergipe, Codevasf, MDA, Banco do Nordeste do Brasil e com as Secretarias de Estado, notadamente a Secretaria de Planejamento, responsável em última instância pelo Projeto PROSPERAR, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, responsável pelo programa de Arranjos Produtivos Locais e Secretaria de Inclusão Social; (ii) levantamento das



necessidades imediatas de capacitação da própria EMDAGRO, com foco na capacitação para a gestão do projeto e atividades iniciais previstas na estratégia e plano de operações a ser preparado; (iii) a partir do documento técnico preparado pela equipe técnica do Fida (Levantamento Cadastral de Instituições Prestadoras de Assistência Técnica), detalhar a disponibilidade de potenciais parceiros para a provisão de serviços técnicos e de capacitação, incluindo a análise de capacitação técnica e experiência das instituições e profissionais identificados que possam servir para a rápida criação do cadastro de parceiros e pré-qualificação técnica prevista no manual de operação do projeto; (iv) iniciar o levantamento de experiências, iniciativas de negócios, investimentos privados em curso e ações do setor público que poderiam ser a base inicial para o funcionamento do projeto. Estas atividades visam também a plena apropriação, pela EMDAGRO, do trabalho que vem sendo desenvolvido pelas missões de desenho do projeto, em colaboração com os técnicos da própria EMDAGRO, demais áreas do Governo de Sergipe e outras instituições e organizações privadas e da sociedade civil.

29. A EMDAGRO formalizará a alocação de uma equipe que se responsabilizará pela execução das atividades preparatórias mencionadas no parágrafo 28. A equipe será composta por um coordenador, o qual atuará também como ponto focal do projeto antes de sua formalização e como oficial de enlace entre a EMDAGRO e o Fida, e técnicos em número suficiente para executar as atividades mencionadas.

30. Em linha com o objetivo de fortalecimento das capacidades institucionais, acordou-se que o coordenador do projeto responderá diretamente ao Diretor-Presidente da empresa e que o pessoal da Unidade de Gestão do Projeto integrará a estrutura regular da EMDAGRO. A equipe técnica do projeto responderá ao coordenador, mas será alocada às diretorias de Assistência Técnica e Extensão Rural, Administrativa e Financeira, à Assessoria de Planejamento e aos escritórios locais, segundo as funções específicas de cada um. Estima-se que a execução do projeto exigirá em torno de 25 técnicos com dedicação integral às atividades previstas.

31. No sentido de facilitar a tramitação do processo, o Governo de Sergipe solicitará à Secretária de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda que o Acordo de Empréstimo e o Acordo de Garantia sejam redigidos e negociados em espanhol.

## PRÓXIMOS PASSOS

32. A equipe técnica do FIDA concluirá o desenho do projeto em conformidade com as recomendações do Painel de Melhoria de Qualidade do FIDA, com os comentários feitos pela Diretoria da EMDAGRO e orientações dos Secretários de Estado.

33. O FIDA enviará o relatório de Desenho Final do Projeto Dom Távora, traduzido para o português, até 13 de agosto de 2010.

34. O relatório do Desenho Final do Projeto será submetido às instâncias técnicas do Fida (Comitê de Garantia de Qualidade) para revisão final, a ser realizada entre 20 de setembro e 8 de outubro próximos.

35. O Governo do Estado de Sergipe tomará todas as providências necessárias para aprovar, o mais breve possível, a Lei Autorizativa para a contratação do empréstimo, passo

indispensável para a apreciação, pelas instituições competentes do Governo Federal, do pedido de autorização para negociar o projeto.

36. As Secretarias de Agricultura e de Planejamento e a EMDAGRO, tomarão as medidas necessárias para incorporar o projeto, nos termos das normas e legislação estadual e federal, ao Orçamento do Estado de Sergipe para 2011.

37. As Secretarias de Planejamento e de Fazenda, com a participação da Secretaria de Agricultura e da EMDAGRO, iniciarão os trâmites junto à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda para obter a autorização para negociar o acordo de empréstimo.

38. A fim de possibilitar que o Projeto Dom Távora seja submetido à apreciação da Junta Executiva do FIDA em dezembro de 2010, as negociações entre os governos federal, de Sergipe e o Fida deverão ser feitas no mês de novembro, em local a ser acordado entre os Governos de Sergipe e Federal. Para tanto, todos os passos anteriores deverão ser cumpridos com antecedência suficiente e a autorização para negociar obtida até outubro. Caso esses prazos não sejam mantidos, o projeto será submetido à Junta Executiva no mês de Abril de 2011.

Aracaju, Sergipe, 17 de Junho de 2010



Paulo Carvalho Viana  
Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário



Maria Lúcia de Oliveira Falcón  
Secretária de Estado do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano



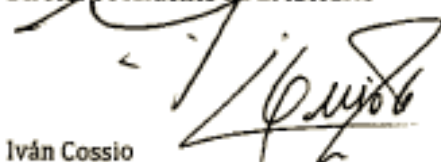
João Andrade Vieira da Silva  
Secretário de Estado da Fazenda



Jefferson Fátima de Carvalho  
Diretor Presidente da EMDAGRO



Sudaneis Pereira  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia



Iván Cossio  
Gerente de Operações, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA